



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAULA DE SOUZA ROSA

**FAMÍLIA E PODER NA CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE DE FRONTEIRA
NO RIO MADEIRA (c. 1840 – c. 1920)**

BELÉM – PA

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAULA DE SOUZA ROSA

**FAMÍLIA E PODER NA CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE DE FRONTEIRA
NO RIO MADEIRA (c. 1840 – c. 1920)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
História Social da Amazônia (PPHIST), da Universidade
Federal do Pará para obtenção do título de Doutor em
História Social da Amazônia sob a orientação da Prof.^a Dr.^a
Cristina Donza Cancela

BELÉM – PA

2024

PAULA DE SOUZA ROSA

**FAMÍLIA E PODER NA CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE DE FRONTEIRA
NO RIO MADEIRA (c. 1840 – c. 1920)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
História Social da Amazônia (PPHIST), da Universidade
Federal do Pará para obtenção do título de Doutor em
História Social da Amazônia sob a orientação da Prof.^a Dr.^a
Cristina Donza Cancela

Data de Aprovação: 04/12/2024

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Cristina Donza Cancela
Presidente/Orientadora – UFPA

Prof. Dr. Antônio Otaviano Vieira Júnior
Examinador interno – UFPA

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
Examinador interno – UFPA

Prof. Dr. Telmo Renato da Silva Araújo
Examinador externo – UEPA

Prof. Dr.^a Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira Costa
Examinador Externo – SEDUC-AM

BELÉM

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R788f Rosa, Paula de Souza.
Família e poder na constituição de uma sociedade de fronteira
no rio Madeira (c. 1840 - c. 1920) / Paula de Souza Rosa. — 2024.
235 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Cristina Donza Cancela
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Belém, 2024.

1. Fronteira. 2. Redes sociais. 3. Família. 4. Elites. I.
Título.

CDD 981.13

*Dedico este estudo aos meus avós
Diomar Augusto Rosa, in memoriam, e
Genilda de Souza Pinto, pelos
ensinamentos de vida.*

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são certamente a tarefa mais difícil de qualquer trabalho. Ao longo desses quase seis anos dedicados à pesquisa e elaboração da tese, a lista de pessoas as quais devo favores é imensurável. Dessa forma, adianto que este texto não será capaz de expressar toda a minha gratidão aos indivíduos que me acompanharam, direta ou indiretamente, durante essa jornada.

O exercício de agradecer possui diversos significados, mas dois deles são extremamente importantes para mim. O primeiro é porque representa o resultado de todo o trabalho e esforço que tive ao longo desses anos de dedicação a esta pesquisa, mesmo que não seja o esperado; o segundo sentido é o momento de encerramento de uma jornada que, entre períodos bons e ruins, marcou a minha existência para sempre. Em diversas ocasiões do processo acadêmico, especialmente na escrita, experimentei a solidão e o isolamento – afinal, uma pandemia global desestabiliza qualquer um. Apesar disso, houve uma grande quantidade de pessoas que contribuíram para que o doutoramento se fizesse realidade. Através de uma conversa ou de um abraço, por meio de uma indicação de fonte ou desapego completo por elas, ajuda na leitura ou críticas... Foram diversas as maneiras que essas pessoas estiveram envolvidas na construção desta tese e, dessa forma, tornaram possível o término deste ciclo na minha vida.

Peço desculpas por quaisquer nomes que não possam aparecer. Além de agradecimentos, devo muitas desculpas, pois ao realizar este trabalho me distanciei de diversas pessoas, ausentei-me do seio de minha família e amigos, e, por vezes, não dei a atenção que mereciam. Entretanto, aqueles que importam, em sua imensa generosidade me apoiaram e compreenderam as mudanças de humor, a falta de atenção, as preocupações e a pouca bateria social que levava vez ou outra como bagagem para as conversas, encontros e reuniões.

Em primeiro lugar, agradeço a minha família pelo apoio incondicional nessa caminhada, mesmo que a saudade tenha sido companheira constante. Agradeço, em especial, a minha avó (Genilda), mãe (Silvani), tia (Verônica), irmã (Poleane), sobrinho (Guilherme), irmão (Samuel) e primos (Elias e João). Foi através do apoio, compreensão, afeto e paciência dessas pessoas extraordinárias que consegui completar essa jornada.

Em segundo lugar, meus agradecimentos aos amigos, dentro e fora da universo acadêmico, pelas conversas proveitosas, discussões acaloradas e, principalmente, pelos estímulos e paciência com o meu caos interno e externo. Na vida acadêmica minha lista é longa e exaustiva, mas começo pelo meu orientador na graduação, Dante Ribeiro da Fonseca, quem primeiro acreditou nas ideias que atravessam a presente tese e me auxiliou na elaboração do projeto de mestrado. Não encontro palavras que possam expressar minha mais profunda gratidão. Cabe ainda destacar minha orientadora no decorrer do doutorado, Cristina Donza Cancela, de quem recebi a supervisão, a revisão atenciosa do trabalho e muito suporte. Agradeço por toda a empatia, principalmente nos últimos dois anos quando, em muitos momentos, estive desacreditada da minha capacidade. Muito obrigada pela escuta e compreensão e, sobretudo, por acreditar em mim, no meu trabalho e na minha pesquisa. Muito obrigada pelo seu senso prático e visão de médio e longo prazo.

Agradeço a CAPES que financiou por quatro anos esta pesquisa, sem esse apoio não seria possível a realização desse trabalho. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia-UFPA, minha gratidão sincera. Aos padres Arnoldo Sales, da paróquia de Humaitá; Jânio da Costa Assis, da paróquia de Borba; e Reginaldo da paróquia de Manicoré dedico meus mais sinceros agradecimentos pela imensa atenção que me dispensaram quando estive em suas paróquias, nos anos de 2019 e 2020. Aos servidores públicos do Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas, especialmente Juarez Silva, agradeço a grande ajuda ofertada muito além de suas funções. Ao professor Davi Avelino Leal, da Universidade Federal do Amazonas, muito obrigado pelo suporte em minhas andanças de pesquisa, pelas conversas sobre nosso espaço de estudo e pelo desapego de suas fontes físicas e digitais.

Ao RUMA – Grupo de Pesquisa População, Família Gênero e Migração na Amazônia – e ‘rumeiros’ com quem tive e tenho o prazer de conviver (mesmo à distância), agradeço pelas reuniões, discussões e debates, dos quais sempre sai com mais dúvidas do que certezas. Esse grupo é acima de tudo uma rede de apoio e suporte acadêmico e, muitas vezes, pessoal. Quando acionados, os rumeiros são capazes de conseguir e disponibilizar fontes e bibliografias inimagináveis. Obrigado pelo companheirismo rumeiros!

À cidade de Belém um OBRIGADO, gigante, pelas novas oportunidades, possibilidades e experiências que me proporcionou. Nesse lugar conheci pessoas incríveis, algumas foram passageiras, outras fazem parte da minha vida, mesmo à distância.

Em resumo, essa tese é fruto de um trabalho coletivo.

RESUMO

A presente tese dedica-se a estudar o processo de expansão das fronteiras administrativa, territorial, populacional e econômica no rio Madeira, na segunda metade do século XIX e início do XX. O período compreende o avanço da economia da borracha em toda a Amazônia, mas a realidade socioeconômica daquela região foi marcada e profundamente condicionada pela instabilidade gerada pela Cabanagem e pela situação de fronteira. Nesse contexto, os grupos de elite precisavam combinar esforços destinados a garantir a atividade comercial e extrativista, o que significava reestabelecer o controle sobre a população indígena. Ao mesmo tempo, buscavam estar próximos ao poder militar e construir alianças sociais favoráveis. Todos esses setores estavam intrinsicamente conectados nessa realidade. Todavia, não era possível para a elite militar e comercial se fazer presente pessoalmente por toda a extensão do território, mas se podia fazê-lo através de alianças familiares horizontais e verticais. A tese ainda sustenta que o rio Madeira sofreu um duplo processo de ocupação, impulsionado pela dispersão familiar de grupos de pessoas de origens e condições sociais diferentes.

Palavras-chave: Fronteira; Redes Sociais; Família; Elites.

ABSTRACT

This thesis is dedicated to studying the process of expanding administrative, territorial, population and economic borders on the Madeira River, in the second half of the 19th and early 20th centuries. The period includes the advancement of the rubber economy throughout the Amazon, but the socioeconomic reality of that region was marked and deeply conditioned by the instability generated by Cabanagem and the border situation. The elite groups needed to combine efforts aimed at ensuring commercial and extractive activity, which meant reestablishing control over the indigenous population. At the same time, they sought to be close to military power and build favorable social alliances. All those sections were connected. However, it was not possible for the military and commercial elite to be personally present throughout the entire territory, but it was possible to do so through horizontal and vertical family alliances. The thesis also maintains that the Madeira River suffered a double process of occupation, driven by the family dispersion of groups of people with different origins and social conditions.

Keywords: Border; Networks; Family; Elites.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Família de barqueiros bolivianos do rio Madeira, 1867.....	102
Figura 2: Remadores bolivianos embarcam no porto de Manaus, 1867	106
Figura 3: Acampamento de barqueiros bolivianos no porto de Manaus (1867)	107
Figura 4: João, velho chefe dos Munduruku (1862)	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: População recenseada no rio Madeira (1848-1859).....	35
Quadro 2: Habitantes recenseados no rio Madeira em 1872	42
Quadro 3: Bolivianos recenseados no rio Madeira – 1872	58
Quadro 4: Embarcações que se empregam no comércio com o Pará e no interior da Província do Amazonas (1856-1857)	85
Quadro 5: Arrecadação das Coletorias da Província do Amazonas (1856-1860).....	93
Quadro 6: Riqueza por faixas de fortuna em contos de réis (Rs)	152
Quadro 7: Padrinhos da elite na freguesia de Borba (1838-1859).....	172
Quadro 8: Padrinhos da elite nos registros de batismo da freguesia de Canumã (1840-1856)	185
Quadro 9: Diretores e encarregados de Aldeias no rio Madeira, décadas de 1840 e 1850...	189
Quadro 10: Batismos das freguesias de Borba, Canumã e Manicoré (1830-1879)	190
Quadro 11: Casamentos da freguesia de Borba (1839-1868)	194

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Demografia indígena do Beni (1839-1900)	62
Gráfico 2: Registros de batismo da freguesia de Borba (1838-1859)	170
Gráfico 3: Etnias dos batizados na freguesia de Canumã (1840-1856)	184

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: O rio Madeira no final do século XIX	14
Mapa 2: O Rio Madeira em 1852	28
Mapa 3: Diretorias de índios do Amazonas (1852 - 1866)	30
Mapa 4: Unidades administrativas e burocráticas do rio Madeira (1850-1870)	40
Mapa 5: Bolívia em 1859	46
Mapa 6: Povoações e vias de comunicação no Beni, Bolívia, 1859	49
Mapa 7: Propriedades de Dom Ignácio Arauz ao longo de sua trajetória (± 1830 - 1878).....	55
Mapa 8: As fronteiras amazônicas no século XIX	71
Mapa 9: A região do baixo Madeira em meados do oitocentos	80
Mapa 10: Área de exploração boliviana no rio Madeira, século XIX.....	123
Mapa 11: Agências coletoras da Fazenda Provincial no rio Madeira (1852-1887)	141
Mapa 12: Lojas fora do povoado no distrito de Aripuanã – 1875.....	143
Mapa 13: Lojas fora do povoado no distrito de Manicoré – 1875	144
Mapa 14: Humaitá e adjacências	203

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: MOVIMENTOS NA FRONTEIRA E FRONTEIRAS EM MOVIMENTO.....	24
1.1. Nos limites do Império: da foz ao alto rio Madeira.....	24
1.2. <i>Cruceños</i> e indígenas ‘benianos’.....	45
1.3. Fronteira Brasil-Bolívia e o Tratado de Ayacucho (1867)	63
CAPÍTULO II: HOMENS DE NEGÓCIOS: COMÉRCIO, TRABALHO E PROPRIEDADES.....	78
2.1. Redes de comércio e trabalho: do baixo ao alto rio Madeira.....	78
2.2. “ <i>Poder-se-hia julgar em território boliviano</i> ”: comércio e trabalho.....	98
2.3. As terras: posses, propriedades e conflitos.....	126
CAPÍTULO III: RIQUEZA, FAMÍLIA E PODER.....	149
3.1. Fortunas da fronteira.....	149
3.2. Compadrio e redes parentais Mura e Munduruku.....	164
3.3. Casamento e dispersão familiar.....	192
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	211
FONTES PRIMÁRIAS.....	214
BIBLIOGRAFIA.....	223
ANEXO 1: Lista nominal dos inventários e dados da riqueza arrolada	232

INTRODUÇÃO

As estratégias políticas, econômicas, familiares e de afirmação social são o caminho investigativo escolhido para analisar a constituição de uma sociedade de fronteira no rio Madeira na segunda metade do século XIX e início do XX. Essa proposta surge das lacunas existentes na historiografia brasileira. Apesar de autores consagrados, como Arthur Cézár Ferreira Reis, Samuel Benchimol, Bertha Becker, Barbará Weinstein, João Pacheco de Oliveira Filho terem contribuído com relevantes obras para o conhecimento da história da ocupação e formação das fronteiras na região amazônica, as análises estão circunscritas ao espaço das antigas Províncias do Pará e Amazonas, cujo território entendemos hoje por Amazônia brasileira.

É importante salientar que, atualmente, alguns pesquisadores têm procurado fugir dessa visão que aprisiona os homens que viviam e circulavam na Amazônia oitocentista aos limites administrativos do Império brasileiro. A tese de Adalberto Ferreira Paz, intitulada "Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX", ajuda a reverter essa perspectiva limitante.¹ O autor chama a atenção para o processo de ocupação de uma região disputada pelo Brasil e a França, entre os rios Oiapoque e Araguari. Nessa área sem soberania definida, residiam fugitivos, escravizados, desertores, cabanos, negros livres e indígenas ameaçados pelos instrumentos legais de compulsão do trabalho, que foram criados e fortalecidos no decorrer do Oitocentos. Outro estudo que merece destaque pertence a Carlos Augusto Bastos, intitulado: "No limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c. 1780 – c. 1820)".² O autor demonstra que agentes públicos e privados estruturaram redes de comércio e abastecimento, lícitas e ilícitas, na região fronteira. Por sua vez, a pesquisa de Jessyka S. L. Pereira Costa sobre as redes de coerção e exploração do trabalho na Província do Amazonas revela que a circulação na fronteira entre o Brasil e o Peru aumentou com a expansão da economia da borracha ao longo do século XIX.³

¹ PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. **Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2017.

² BASTOS, Carlos Augusto de Castro. **No limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c. 1780 – c. 1820)**. Tese (doutorado em História) – USP, São Paulo, 2013.

³ COSTA, Jessyka Samya Ladislau Pereira. **Liberdade fraturada: as redes de coerção e o cotidiano da exploração na Província do Amazonas (Brasil, século XIX)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2022, p. 51.

A essa renovação historiográfica soma-se a contribuição de Vanice Siqueira de Melo, com a tese intitulada: *Caminhos fluviais, mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)*. A autora demonstra como os rios amazônicos funcionavam não apenas como rotas de transporte, mas como vetores de articulação social e política. Vanice S. Melo evidencia que a mobilidade de comerciantes, trabalhadores, autoridades e famílias ao longo desses eixos fluviais produzia redes de pertencimento e práticas cotidianas que desafiavam os limites impostos. A circulação pelos rios possibilitava a formação de espaços sociais flexíveis e dinâmicos, onde sujeitos transitavam entre diferentes formas de sujeição, autonomia e aliança. Essa perspectiva reforça a abordagem adotada neste trabalho, ao compreender o rio Madeira não como limite de soberania, mas como espaço de entrecruzamentos – comerciais, sociais, fundiários e políticos – que configuraram uma fronteira fluida, vivida e constantemente disputada.⁴

Entretanto, a divisão espacial que condiciona as análises ao território das antigas províncias do Pará e Amazonas ainda é a mais utilizada. Essa limitação espacial dificulta o entendimento do emaranhado tecido social que se formou nessa região de avanço do capitalismo, pois impede a visualização das redes de relações construídas pelos sujeitos que se movimentavam por toda a região amazônica, a despeito dos limites impostos por atores externos à realidade da “fronteira”.

Como já dizia Arthur Cézar Ferreira Reis, “não há uma Amazônia”, de modo que não é “possível definir a Amazônia como um todo homogêneo, harmônico e global”.⁵ Para corroborar essa afirmação, o autor apresentou a pluralidade que permeia os aspectos hidrográfico, geográfico, político, econômico e social da região. Por exemplo, apesar do que conforma nossa imaginação, a floresta não predomina em algumas áreas, sendo estas compostas por amplos espaços de campos. Já do ponto de vista político, temos o problema das soberanias, pois o que chamamos Amazônia não pertence exclusivamente ao Brasil, é parte integrante da Bolívia, Peru, Colômbia, Equador e Venezuela. E, mesmo se nos determos à parte pertencente ao Brasil, esbarramos na divisão administrativa do país, visto que a região engloba diferentes Estados brasileiros, cujos limites sofreram alterações ao longo do tempo. Portanto, não estamos falando de apenas uma Amazônia, mas de várias.

⁴ MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2022.

⁵ REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A Amazônia e a Integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001, p. 15.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo que a Amazônia é um espaço múltiplo e heterogêneo, a complexa malha fluvial que interliga as diferentes partes torna essa região uma unidade. As linhas imaginárias que subdividiram esse território, criando fronteiras internas e externas, foram estabelecidas pelos povos europeus no decurso do processo de conquista e de consolidação do poder imperial na região durante o século XIX.

O fenômeno de construção das fronteiras no período colonial pode ser visualizado nos estudos de Denise Maldi Meireles, para o rio Guaporé, e Nádia Farage, para o rio Branco.⁶ As autoras demonstraram como os europeus incorporaram os povos nativos dessas regiões no processo de construção das fronteiras, como “guardiães” e “muralhas” de seus respectivos territórios coloniais. Ao mesmo tempo, destacam que apesar das medidas implementadas pelos europeus para o controle da circulação de pessoas e mercadorias, antes, durante e após a conquista, as populações locais continuaram se movimentando através dos rios amazônicos e transpassando os limites estabelecidos por atores externos.

Em outras palavras, a compreensão da realidade amazônica oitocentista e de suas dinâmicas perpassa a análise dos acontecimentos formadores deste espaço multifacetado e de suas (in)definições fronteiriças, que tem nos rios o comando do anfiteatro amazônico.

É nesse cenário que o rio Madeira ganha destaque. Principal afluente da margem direita do rio Amazonas, nasce da confluência dos rios Mamoré e Beni, cujas nascentes estão no interior da Bolívia. Sua foz encontra referência imediata na ilha de Tupinambarana (atual município de Parintins) e na cidade de Itacoatiara (antiga Serpa), situada na margem esquerda do rio Amazonas. Vejamos sua localização no mapa abaixo:

⁶ FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ANPOCS, 1991; MEIRELLES, Denise Maldi. **Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, Século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989.

região e impedir que os espanhóis adquirissem posições nesse território.⁷ A Coroa, por sua vez, determinou a ocupação das margens do rio próxima à colônia espanhola. Aos poucos, os missionários jesuítas, agentes imprescindíveis de conversão e conquista, ampliaram a instalação de missões para o alto rio no decorrer do século XVIII.⁸ O objetivo era reproduzir no rio Madeira o projeto português de utilizar as populações indígenas para a construção de uma “fronteira”, transformando-os em muralhas e guardiães de seus domínios.

Após a instalação dos núcleos de povoamento, por decisão régia, em 1752, foi liberada a navegação pelo rio Madeira. Essa decisão foi responsável por estabelecer definitivamente a ligação de São Paulo a Belém, porquanto, se conectava ao Mato Grosso (Amazonas-Madeira-Mamoré-Guaporé) e, por sua vez, as rotas das monções que ligavam essa capitania à São Paulo. Esses contornos permitiriam a consolidação da unidade do território nacional no século XIX. Nesse sentido, o rio Madeira era importante não apenas para comunicação e transporte, mas também por servir como fronteira entre as colônias de Espanha e Portugal, conforme ficou determinado no Tratado de Madrid (1750).

Muito embora viesse a ser anulado pelo Tratado de El Pardo, em 1761, o acordo de Madrid foi quase integralmente reaproveitado pelo Tratado de Santo Idelfonso, de 1777. Contudo, esse último acordo não duraria muito tempo, pois uma guerra peninsular entre Portugal e Espanha, em 1801, o declarou nulo. No mesmo ano, através do acordo de paz de Badajoz, nenhum outro tratado anterior foi revalidado. Apesar do Tratado de Madrid ter uma curta vigência formal, tornou-se peça fundamental para a fixação dos limites territoriais brasileiros, tendo o seu texto sido base para legitimar e resolver as indefinições fronteiriças com os países limítrofes no século XIX, em especial com a Bolívia.⁹

Essa descrição cronológica pode tornar muito simplificada a percepção da construção de fronteiras, que não deve ser confundida com o limite político estabelecido pelos tratados internacionais. Portanto, se faz necessário definir o que era uma região de *fronteira*.

⁷ REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006, p. 233-234.

⁸ As primeiras missões no rio Madeira foram estabelecidas próximo a foz em fins do século XVII. Contudo, na primeira metade do Setecentos, os jesuítas já haviam instalado o mais avançado aldeamento fundado no rio Madeira, a Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras. Daí os missionários partiam para atender às populações indígenas das áreas contíguas, alcançando os rios Mamoré e Guaporé. Em 1744, esse aldeamento foi deslocado para outro assentamento, próximo a foz do rio, na tentativa de afastar-se dos Mura. Recebeu o nome de Aldeia de Trocano, porém, em dezembro de 1755, foi transformada em vila e passou a ser chamada de Borba-a-Nova. Cf: CYPRIANO, Doris Cristina Castilhos de Araújo. **Almas, corpos e especiarias a expansão colonial nos rios Tapajós e Madeira**. Antropologia. São Leopoldo, n. 65, 2007, p. 98.

⁹ REZENDE, 2006, p. 212-213.

A definição conceitual mais utilizada foi consagrada pelo historiador americano Frederick Turner, que definiu a fronteira a partir do movimento expansivo da civilização ocidental, um lugar de contraposição entre barbárie e civilização. Logo, a fronteira enquanto movimento implica na colonização e incorporação de novos territórios à economia capitalista.¹⁰ Nessa narrativa de constituição da sociedade americana, a partir do avanço para o oeste, a fronteira é idealizada e tratada de forma idílica. A história desse povo é representada como a história de sucessos do homem branco que encontrou na fronteira um lugar de possibilidades, mas que excluiu dos papéis honrosos de construtores da nação as populações indígenas e os negros.

Entre os mais críticos das formulações de Turner encontra-se o sociólogo brasileiro José de Souza Martins. Para ele, o historiador americano consagra uma idílica proposição de que “a fronteira é o lugar de concepções e práticas democráticas de autogestão e liberdade, na medida em que o homem da fronteira estaria menos sujeito aos constrangimentos da lei e do estado, e mais sujeito à própria iniciativa na defesa de sua pessoa, de sua família e de seus bens”.¹¹ Dessa forma, Turner não seria a melhor referência para pensarmos a complicada história constitutiva da fronteira, essencialmente um lugar de alteridades marcadas pelo conflito. Caso o conflito desapareça a fronteira deixa de existir.¹² Apesar das críticas, não há como negar que as teses de Turner influenciaram e influenciam as pesquisas mais recentes sobre a fronteira, como lugar de encontro da civilização com a barbárie, válvula de escape das tensões sociais e espaço de novas oportunidades.

Tendo em vista o caráter limitante dessas formulações, utilizaremos as reflexões de Mariana Flores, Sueny Souza, Arno Kern e Durval Muniz.¹³ A fronteira trata-se de um espaço socialmente construído que se constitui a partir das redes de relações e conflitos entre diferentes sujeitos e interesses diversos. Portanto, a fronteira não é algo fixo, mas está sujeita à constante alteração de organização e significados, que incide na variação das relações constituídas nesse

¹⁰ TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (org.). **Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América**. Niterói-RJ: EDUFF, 2004, pp. 23-54.

¹¹ MARTINS, José de Souza. **Henri, Lefebvre e o retorno da dialética**. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 39.

¹² MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

¹³ FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Tese de Doutorado, Porto Alegre: PPG-História/PUCRS, 2012.; ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, v. 10, n. 17, p. 55-67, 2008; KERN, Arno Alvarez. Fronteira/fronteiras: conceito polissêmico, realidades complexas. **História e Diversidade**, v. 8, n. 1, p. 10-19, 2016.; SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. **Usos da fronteira: terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará-Maranhão, 1790-1852)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, 2016.

espaço. Se, o espaço fronteiriço sofre constantes alterações, pode modificar também os significados que os atores atribuem ao espaço. Assim, relações constituídas em um determinado contexto podem ser incoerentes em outro momento, gerando efeitos positivos para um indivíduo ou grupo e negativos para outros.

A fronteira deve ser vista ainda como um espaço impreciso em termos geográficos, praticamente desconhecido e de soberania incerta, que também designa os territórios periféricos ocupados por populações não submetidas e onde a presença do Estado era escassa ou nula. Desse modo, o conceito de fronteira transcende sua dimensão política – território limítrofe com os países vizinhos – e incorpora uma dimensão socioeconômica.

Segundo Mariana Flores, a fronteira traz em si a ambiguidade de ser fim e início de territórios contíguos, proporcionando, simultaneamente, separação e contato. O fato de ser separação significa que está constantemente sancionando a existência de um centro de poder que a estabeleceu ali e que a equipa com uma burocracia específica para sua manutenção, tendo nos indivíduos que aí residem seu meio de efetivação. Habitar um espaço de fronteira pressupõe em ter sempre presente a noção do ser estrangeiro ou do outro estrangeiro, mas a presença da burocracia estatal e dos limites não constituem obstáculos para as relações que transpassam a fronteira. Essas relações serão “transfronteiriças” porque atravessam os limites, mas não desconsideram as fronteiras simbólicas referentes às diferentes identidades.¹⁴

Os sujeitos fronteiriços não são homogêneos, mas ocupam diferentes posições sociais, e é a partir de seus posicionamentos que os recursos materiais e simbólicos serão manejados. Na região de fronteira do rio Madeira oitocentista, ser indígena não gerava as mesmas possibilidades estratégicas que ser um comerciante português. Do mesmo modo, o indígena incorporado nas dinâmicas socioeconômicas coloniais podia acionar ‘recursos’ que os de recente contato ainda não alcançavam. O único recurso disponível a todos é a fronteira, e mesmo ela não se coloca de maneira uniforme. Nesse sentido, a fronteira funciona para os atores locais como um espaço de estratégias, conceito aqui depurado de suas implicações hiper-racionalistas.

Giovanni Levi e Fredrick Barth definem que a estratégia é sempre uma ação dos indivíduos dentro de uma sociedade na qual os recursos materiais, culturais e cognitivos são distribuídos de forma desigual. Conforme destacou Barth, “cada pessoa está ‘posicionada’ em virtude de um padrão singular formado pela reunião, nessa pessoa, de partes de diversas correntes culturais, bem como em função de suas experiências particulares” que influem nas

¹⁴ FLORES, 2012, p. 71-72.

tomadas de decisões, mesmo que não se expressem formalmente.¹⁵ A escolha que os indivíduos dispõem nos contextos decisórios não é sinônimo de liberdade, e homens e mulheres raramente fazem escolhas sob circunstâncias escolhidas por eles mesmos.¹⁶

Giovanni Levi utiliza a expressão “racionalidade seletiva e limitada” para explicar que as estratégias disponíveis aos indivíduos funcionam entre liberdade e constrição. Embora as ações sempre busquem atingir interesses específicos, menos esforço para maiores resultados, as informações necessárias para tomada de decisão são limitadas ao lugar ocupado na trama social e não permitem o controle sobre as consequências.

Os resultados são sempre limitados por um horizonte de constante incerteza. Apesar dos empecilhos (materiais e simbólicos) limitantes, “as escolhas feitas em condições de extrema incerteza não são obstáculos que nos impeçam de considerar” os indivíduos como agentes ativos e conscientes, nem de vermos a realidade do tecido social “como o resultado da interação entre comportamentos e decisões assumidos no âmbito de uma racionalidade plena embora limitada”.¹⁷

No caso das estratégias familiares, como as alianças matrimoniais, o objetivo seria “menos um resultado econômico imediatamente quantificável do que uma garantia coletiva reforçada contra aquilo que pode acontecer”, principalmente, num cenário de extrema incerteza como era a região fronteira do rio Madeira no século XIX.¹⁸ Entretanto, foram essas incertezas que possibilitaram a ascensão de uns em detrimento de outros.

Nesse sentido, a composição da realidade implica na “construção incessante do tecido social como uma interação contínua entre diversas pessoas e grupos” que, a partir de seus posicionamentos e dos recursos materiais e simbólicos disponibilizados, “se lançam ativamente a cada momento em busca de diferentes objetivos e articulando diversas formas de ação”.¹⁹

Essa descrição nos remete ao conceito de redes sociais, percebidas como a representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais. Nas palavras de Barth, “as

¹⁵ BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000, p. 137.

¹⁶ BARTH, Fredrik. ‘Models’ reconsidered. In: BARTH, Fredrik. **Process and form in social life**. Routledge & Kegan Paul, 1981, p. 89.

¹⁷ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 46.

¹⁸ REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 27.

¹⁹ LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1999. P. 258

relações sociais formam redes, e não apenas cadeias ou trilhas, precisamente porque cada pessoa e grupo constitui um ponto de encontro, ou nó, de muitas relações”.²⁰

Cada indivíduo pode ser visto como o centro de uma complexa rede de relações, que nos permite ao menos provisoriamente visualizar e falar da sociedade como um todo. Para a compreensão do emaranhado tecido social, o nome é o fio que conduzirá a investigação, pois torna possível reconstituir as linhas que convergem para o nome e que dele partem, isto é, as redes sociais.²¹

O conceito de rede será utilizado considerando sua tripla dimensão. De acordo com Michel Bertrand, a primeira é morfológica, uma estrutura constituída por um conjunto de pontos e linhas que materializam laços e relações entre indivíduos. O segundo aspecto possui uma dimensão relacional ao estabelecer um sistema de reciprocidade mediante os laços constituídos que permitem a circulação de bens e serviços. Por último, consiste em um sistema submetido à dinâmica relacional, regido por um princípio de transversalidade e mobilizável em torno de uma finalidade.²²

Esse tipo de análise é muito útil para o estudo das elites. O conceito teórico de rede social é uma ferramenta analítica que permite visualizar o comportamento social e as estratégias utilizadas pelas famílias de elite para garantir a sobrevivência biológica do grupo, a conservação do status social de uma geração para outra e se possível seu fortalecimento.²³ Dessa forma, a reconstituição dos laços familiares, de parentesco, amizade, negócios e relações patrão-cliente tornam possível entender como estes indivíduos se relacionam com as diferentes dimensões da realidade, percebendo relações íntimas e afetivas entre dimensões que, de outro modo, pareceriam dissociadas.²⁴

Em seu estudo sobre as famílias de elite na fronteira sul da América portuguesa colonial, Fábio Kuhn destaca que “as redes de relações constituíam um elemento fundamental do capital social e da capacidade de ação que os poderosos poderiam mobilizar em seu proveito”.²⁵ Assim, as redes sociais também podem ser vistas como redes de poder.

²⁰ BARTH, Fredrik. Scale and Network in Urban Western Society. In: **Scale and Social Organization**. p. 166, citado por LIMA FILHO, 1999, p. 259.

²¹ GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p. 174-175.

²² BERTRAND, Michel. Elites y configuraciones sociales em Hispanoamérica colonial. In: **Revista de História**, Nicaragua, 13, 1999.

²³ IMIZCOZ, José María. Actores, redes, procesos reflexiones para una historia más global. **Historia**, v. 3, n. 5, pp. 115-140, 2004.

²⁴ BEUNZA, José María Imízcoz. Las redes sociales de las élites: Conceptos, fuentes y aplicaciones. In: **Las élites en la época moderna: la monarquía española**. Servicio de Publicaciones, 2009. p. 77-112.

²⁵ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII**. Tese de doutorado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006, p. 20.

Podemos perceber na variabilidade das estratégias individuais, as múltiplas relações estabelecidas com os grupos sociais subalternos e a heterogeneidade hierárquica dos grupos de elite. Ao mesmo tempo, a reconstituição das estratégias familiares do passado também permite identificar, por exemplo, os sucessos e fracassos das táticas empregadas pelos atores sociais. Essa perspectiva nos conduz a uma noção de elite enquanto construção social, possibilitada pelas múltiplas estratégias individuais e coletivas dos sujeitos.

De acordo com Flávio Madureira Heinz, o conceito de elite compreende as categorias ou grupos que parecem ocupar o topo da estrutura social, descritos como os dirigentes, pessoas influentes, abastados ou privilegiados. O sociólogo suíço Giovanni Busino afirma que o termo elite faz referência à “minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais ou qualidades adquiridas”.²⁶

No plural, a palavra “elites” classifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário – subdividido em estratos superiores e inferiores com diferentes níveis de poder econômico, influência social e política – que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de seus cargos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade.

O termo “elites” será usado para indicar um grupo superior a partir dos seguintes critérios: status, poder e riqueza.²⁷ Vale lembrar que bens e dinheiro são apenas um dos elementos de distinção dos grupos de elite, que deve estar aliado a capacidade dos indivíduos de mostrar-se e serem reconhecidos como pertencentes a determinada classe social.²⁸

Na sociedade brasileira oitocentista, assim como na colonial, a aquisição de riqueza e poder estavam atrelados a uma relação de solidariedade mútua entre indivíduos unidos por ligações familiares e ao estabelecimento de uma série de alianças sociais. Entretanto, cabe destacar que os “limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos. A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consanguíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio de casamento. Embora um pouco mais tênues, os laços de parentesco ritual também eram importantes”.²⁹

²⁶ HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 8.

²⁷ BURKER, Peter. **Veneza e Amsterdã: um estudo das elites do século XVII**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

²⁸ BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Hierarquias em classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 65.

²⁹ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 37.

Os vínculos familiares podiam ser tanto horizontais, unindo membros da mesma classe social, quanto verticais, ao unir pessoas de diferentes grupos sociais. No primeiro caso, o objetivo principal era reforçar alianças existentes e garantir a proteção do prestígio e prosperidade familiar. O segundo tipo de vínculo, ou seja, a escolha de compadres de um *status* social superior, era uma estratégia que passava pelo estabelecimento de relações clientelísticas.

Dessa forma, buscamos compreender, a partir da origem e trajetória familiar dos grupos de elite, o processo de formação da sociedade fronteiriça no rio Madeira, no século XIX e início do XX. Procuramos perceber as estratégias individuais e coletivas utilizadas pelos agentes históricos para adquirir, manter e fortalecer a riqueza, *status* e poder familiar.

Redução da escala de análise, jogos de escala, o nome como fio condutor, racionalidade limitada, estratégia, incertezas e redes sociais são categorias da micro-história italiana que utilizaremos para analisar as estratégias familiares, econômicas, políticas e sociais que possibilitou a ascensão de alguns grupos na hierarquia da sociedade que se formou na região de fronteira do rio Madeira, na segunda metade do século XIX e início do XX.

Para dar conta das dinâmicas econômicas e sociais da região do rio Madeira, trabalharemos com as localidades de Borba, Manicoré e Humaitá, situadas, respectivamente, no baixo, médio e alto rio (Mapa 1).

Borba, antiga aldeia de Trocano, elevada à categoria de vila em 1755, fez parte de uma importante rota comercial que conectava a Província do Mato Grosso a praça de Belém do Pará. Na primeira metade do século XIX, apesar da Cabanagem, os habitantes de Borba continuaram participando de um comércio interno de produtos extrativistas. Contudo, o avanço colonizador sobre esse território não havia se efetivado para além do baixo rio, o que viria a mudar a partir de 1850, com o avanço da economia gomífera para os altos rios amazônicos.

Até a segunda metade do Oitocentos, Borba se constituía no único povoado presente nas margens do rio Madeira, responsável pelo controle administrativo e burocrático de toda essa região. O avanço da economia da borracha e, por conseguinte, um maior dinamismo econômico e circulação de pessoas, fez surgir nas margens do Madeira duas novas povoações, Manicoré e Humaitá.

Manicoré começou como uma barraca comercial de propriedade do negociante Manoel Pereira de Sá, localizada nas proximidades da antiga povoação do Crato, que se tornou freguesia em 1859. Durante a década de 1860, a barraca comercial de Manicoré converteu-se em ponto de apoio e ajuntamento para dezenas de pessoas que exploravam borracha no alto rio Madeira. Em 1868, a sede da freguesia do Crato foi transferida para o florescente povoado de Manicoré,

passando a denominar-se Nossa Senhora das Dores de Manicoré. Em 1877, Manicoré foi elevada à categoria de vila, sendo nesse mesmo ano criado o termo judiciário, tornando-se independente da vila de Borba.³⁰

Humaitá surgiu em situações similares a de Manicoré. Conhecida como a “princesa do Madeira”, a localidade foi fundada pelo comerciante português José Francisco Monteiro, em 1869. No decorrer da década de 1870, a povoação se tornou um importante ponto de apoio para a exploração de borracha na região e para os comerciantes bolivianos que desciam o rio em direção a praça mercantil de Belém do Pará e vice-versa.

Com o desenvolvimento da localidade, em 13 de novembro de 1888, o governo provincial transferiu a antiga freguesia da Missão de São Francisco para Humaitá, de modo que a localidade foi ganhando autonomia em relação a Manicoré.³¹ Em 1890, a freguesia foi elevada à categoria de vila e um ano depois foi criada a Comarca de Humaitá, desmembrada de Manicoré. Em fins do Oitocentos, “foi tal o aumento de sua população e domicílios, tal o seu estado de prosperidade que, por Lei de 4 de outubro do anno de 1894, foi elevada a cathegoria de cidade, sendo instalada aos 2 dias do mês de janeiro do ano seguinte de 1895”.³²

Por sua vez, enquanto as localidades de Manicoré e Humaitá iam alcançando proeminência econômica, política e administrativa no cenário regional, Borba foi perdendo importância devido ao processo de reorganização político-administrativa ocorrida no rio Madeira, na segunda metade do século XIX.

Ressalta-se ainda que o período que nos propomos estudar começa na década de 1840, quando se intensificou a criação e fortalecimento de mecanismos e redes de coerção e incorporação das populações indígenas, negras e mestiças na Amazônia pós-Cabanagem. Esse processo foi basilar para o avanço da exploração gomífera, que resultou num maior dinamismo econômico e circulação de pessoas na região amazônica. Nos limitamos a década de 1920, não somente pela decadência da economia da borracha, apesar de ser um elemento fundamental. Na primeira década do século XX, novas forças passaram a atuar no rio Madeira, com o início da construção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré, em 1907, e sua conclusão em 1912.

Além disso, a instalação oficial do município de Porto Velho, em 1914, no ponto inicial da ferrovia, tornou essa localidade centro econômico e político do rio Madeira. Em contrapartida, Humaitá e Manicoré foram perdendo gradativamente a influência no cenário

³⁰ HUGO, Victor. **Desbravadores: a história eclesiástica, no panorama social, político, e geográfico do grande Rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia**. Missão Salesiana. Volume I, 1959, p. 136.

³¹ Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 25 de outubro de 1888, Anno XXI, Número 241, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/222402/12977>

³² Arquivo Paroquial de Humaitá (APH). Livro do Tombo. Volume I. 1893, Fl. 8v.

regional, o que afetou diretamente as elites mercantis e proprietárias dessas localidades. Por isso, nossa análise se dá até fins da década de 1920, de modo que nos interessa ver as estratégias adotadas pelas famílias de elite para adquirir, manter e se perpetuar no poder.

Também procuramos romper com uma visão anacrônica que circunscreve as análises aos limites nacionais do Império do Brasil. Nesse sentido, a abordagem micro-histórica é uma tentativa de compreender a constituição desse espaço de fronteira, em toda a sua complexidade, por meio das relações criadas e recriadas pelos agentes sociais que atuaram na região.

Essa opção teórico-metodológica nos permite uma melhor compreensão da realidade social da região que buscamos analisar. Nossas fontes são compostas especialmente por registros paroquiais de casamento e batismo de Borba, Manicoré e Humaitá, que até então permaneciam totalmente inexplorados. Buscamos também uma documentação cartorial (inventários, testamentos, processos cíveis e criminais), fontes seriadas e passíveis de uma análise demográfica. Essas fontes foram encontradas no Centro de Memória da Amazônia (CMA), em Belém; Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas (AGTJAM), em Manaus; e, no Fórum Coriolano Lindoso, em Manicoré.

No decorrer da investigação ainda foi incorporada uma ampla documentação oficial (relatórios de presidente de província, correspondências diplomáticas, livros da Câmara e Intendência municipal das localidades de Borba, Manicoré e Humaitá) que torna possível conhecer e encontrar dados, leis, decisões, estruturas, acontecimentos e narrativas que nos ajudam a reconstituir as estratégias da elite local, por meio de suas alianças familiares e políticas, estabelecendo uma relação entre família e poder.

A documentação, espalhada por diferentes cidades, abrange as localidades de Borba, Manicoré e Humaitá, bem como todo o período trabalhado na tese. Todas essas fontes nos permitem compor o emaranhado do tecido social sobre o qual agiam os indivíduos que compunham os grupos de elites que se formavam e, ao mesmo tempo, constituíam uma região de fronteira. A partir desse conjunto documental, procuramos perceber as estratégias familiares, econômicas, políticas e sociais que permitiram a determinados indivíduos e grupos ascenderem na hierarquia da sociedade local, de modo que possamos visualizar, simultaneamente, as trajetórias de sucesso e fracasso.

CAPÍTULO I

MOVIMENTOS NA FRONTEIRA E FRONTEIRAS EM MOVIMENTO

Este capítulo analisa o duplo processo de ocupação e avanço sobre a fronteira do rio Madeira a partir de meados do século XIX, período marcado pela intensificação das disputas territoriais e pela inserção da Amazônia ocidental nos circuitos econômicos do comércio da borracha. Ao considerar a fronteira não como linha rígida de delimitação estatal, mas como zona de mobilidade e contato, o texto busca compreender como diferentes agentes – nacionais e estrangeiros, públicos e privados – atuaram na construção e transformação do espaço fronteiriço.

A ocupação da região implicou ações formais por parte do Estado imperial e, posteriormente, republicano, interessadas em garantir a soberania sobre áreas ainda pouco controladas, especialmente diante das discussões sobre as fronteiras com a Bolívia. Simultaneamente, demonstra-se um avanço efetivo e contínuo de comerciantes, migrantes, seringalistas e autoridades locais, cujas práticas cotidianas de circulação, trabalho e sociabilidade moldaram os contornos concretos da fronteira. Esse processo se deu de forma desigual e frequentemente à revelia dos interesses de agentes externos a realidade da fronteira, mas foi fundamental para a incorporação da região aos mercados nacional e internacional.

Ao explorar esse entrelaçamento entre política e economia, presença estatal e iniciativa privada, o capítulo enfatiza que a ocupação da fronteira amazônica não se deu apenas pela via das instituições oficiais, mas também – e sobretudo – pelo protagonismo de sujeitos que transitaram entre diferentes lógicas de poder, interesse e pertencimento. A região do rio Madeira, com seus caminhos fluviais e densas redes de interação, revelou-se espaço estratégico tanto para projetos de dominação territorial quanto para práticas de negociação e resistência locais. Por meio da análise de trajetórias individuais, documentos administrativos e práticas sociais, buscamos visualizar as dinâmicas históricas que definiram o avanço sobre a fronteira amazônica, revelando um processo simultaneamente planejado e improvisado, tensionado por interesses diversos e por formas contrastantes de ocupação do território.

1.1. Nos limites do Império: da foz ao alto rio Madeira

No alvorecer do século XIX, a Amazônia luso-brasileira era uma região periférica, em relação ao centro de poder, instalado no Rio de Janeiro. Desde o período colonial, esse território despertou o interesse de várias nações, de modo que o controle dessa região se tornou prioritário

para a consolidação da unidade nacional, a manutenção e ampliação das fronteiras com os países vizinhos recém-independentes.

Contudo, mesmo com as inúmeras viagens exploratórias realizadas nos séculos anteriores, a Amazônia ainda era pouco conhecida pelas autoridades do novo Império. A vastidão do território, a incerteza dos limites fronteiriços e a pouca presença de agentes estatais fizeram com que essa região fosse vista pelo poder central como território de enorme vazio demográfico e sem vestígios de civilização. Apesar do interesse imperial em consolidar a soberania brasileira sobre o território amazônico, a primeira metade do século XIX foi um período conturbado de agitações políticas em diversas províncias, o que dificultou o controle do poder central sobre os territórios das antigas colônias do Brasil e Grão-Pará.

Na Amazônia, a eclosão da Cabanagem (1835-1840), uma revolta do campesinato multiétnico contra a exploração das elites coloniais e portuguesas, mostrou não só o frágil controle do governo imperial sobre as regiões mais afastadas do centro de poder, mas também tornou visível até o onde o processo civilizatório português havia chegado, ou seja, os limites do Império.³³

Com a supressão da revolta e o aumento das tensões na Bacia do Prata, na década de 1840, a região amazônica despertou o interesse das nações capitalistas pelo potencial que seus rios tinham de integrar os mercados das antigas colônias espanholas às rotas comerciais atlânticas, que vinham sendo controladas pela Inglaterra, França e Estados Unidos. Até então, o rio da Prata era utilizado como porta de entrada pelas nações estrangeiras para comercializar com as repúblicas hispânicas recém-independentes. No entanto, os processos de independência ocasionaram uma série de conflitos pela soberania política e territorial entre essas nações, o que afetou as relações comerciais dos países andinos, sobretudo do Peru e da Bolívia que ficaram dependentes da Argentina para ter acesso ao Atlântico.³⁴

Como resultado, as repúblicas andinas começaram a ver na imensa malha fluvial amazônica uma solução alternativa para o problema de comunicação com o Atlântico. Impulsionados pelas nações estrangeiras que controlavam as rotas comerciais atlânticas, principalmente os Estados Unidos e a Inglaterra, os governos da Bolívia e do Peru começaram a pressionar o Império brasileiro para a abertura do rio Amazonas ao livre comércio.

³³ RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império (1808-1840). In: DEL PRIORI, Mary & GOMES Flávio. **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

³⁴ PALM, Paulo Roberto. **A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 37.

Esse movimento de expansão do capitalismo sobre novas áreas de exploração, fez com que o governo imperial desse maiores atenções para a consolidação de seu território e o controle dos rios amazônicos. De acordo com Josali do Amaral, o anfiteatro dessas ações foi a Província do Amazonas, instalada em 1852, que trouxe consigo todo o aparelho burocrático do Estado brasileiro, composto por instâncias jurídicas, policiais e militares que mostrariam para os estrangeiros a presença do Império no oeste amazônico.³⁵

O Ministério dos Negócios Estrangeiros foi responsável por atuar junto aos governos vizinhos na política de negociação das fronteiras. Em decorrência, o governo brasileiro implantou um projeto de ocupação, por meio do estabelecimento de um aparato burocrático que colocava representantes do Estado imperial em posições estratégicas que seriam importantes para manter a integridade do território e a defesa de sua soberania. Essa política visava a nacionalização da Amazônia por meio do controle sobre os indivíduos que viviam e circulavam por essa região.

Tendo em vista que o território amazônico é constituído por um enorme corredor fluvial – o rio Amazonas – composto por uma imbricada malha de afluentes que se espraiem até o interior do continente sul-americano, as ações do governo brasileiro se concentraram em controlar a circulação de pessoas e mercadorias nos principais afluentes. São eles: o rio Solimões, que nasce no Peru; o rio Negro que desce da Colômbia (antiga Nova Granada) e integra a Bacia do Orinoco, na Venezuela; os rios Purus e Juruá, cujas nascentes estão no Peru; e o rio Madeira, que nasce na Bolívia da confluência dos rios Beni e Mamoré.

O último afluente nos interessa, pois buscamos analisar às ações do governo brasileiro voltadas para a integração do território fronteiriço do rio Madeira, que se tornou área de interesse estratégico com aumento das pressões internacionais para a livre navegação dos rios amazônicos. Entretanto, não estamos nos referindo a condição de fronteira apenas no aspecto político, de território limítrofe com a Bolívia, mas a uma dimensão socioeconômica. O rio Madeira era uma região periférica, ocupada principalmente por populações indígenas não submetidas e onde a presença do Estado era escassa ou nula.

Nesse sentido, apesar da historiografia ter enfatizado as intervenções ocorridas na Província do Amazonas nas décadas finais do século XIX, durante a chamada *belle époque*, existe uma anterioridade desses processos de mudanças. No caso da capital do Amazonas, Patrícia Melo aponta que embora Manaus fosse uma cidade de números modestos quando

³⁵ AMARAL, Josali do. **Nos confins do Império: ocupação da Amazônia Ocidental, fronteiras, navegação e comércio (1822-1870)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2018, p. 22.

comparada com outras que ocupavam posição similar, ao ser elevada à categoria de cidade em 1848, experimentou “várias intervenções no espaço urbano, como a construção de prédios e a abertura de muitas frentes de trabalho, de modo particular, nas obras públicas: aterros de igarapés, construção e reforma de pontes, calçamentos, abertura de ruas, entre outros”.³⁶ No caso do rio Madeira, as intervenções, muitas vezes militares, continuaram intensas durante toda a década de 1840. O principal motivo é que a região fez parte do chamado “quadrilátero cabano”, território de indígenas das etnias Mura, Munduruku e Mawé que protagonizaram ações de combate e conduziram o último e mais radicalizado reduto rebelde no interior amazônico durante e após a Cabanagem.³⁷

A criação e implantação da Província do Amazonas, entre os anos de 1850 e 1852, ampliou esse processo de intervenção não apenas na malha urbana da capital, mas também no interior da província com a expansão da estrutura burocrática, administrativa e política nos territórios fronteiriços. Ao mesmo tempo, o governo imperial considerava que a ocupação do rio Madeira era fundamental para garantir uma decisão favorável no processo de negociação das fronteiras, pois o governo boliviano se baseava nas disposições dos antigos Tratados para reclamar o direito sobre a margem esquerda do rio até seu ponto médio.³⁸ Devido às indefinições fronteiriças herdadas dos tratados internacionais entre Portugal e Espanha, em meados do século XIX, grande parte desse território era uma zona de soberania indecisa, disputada pelo Brasil e a Bolívia.

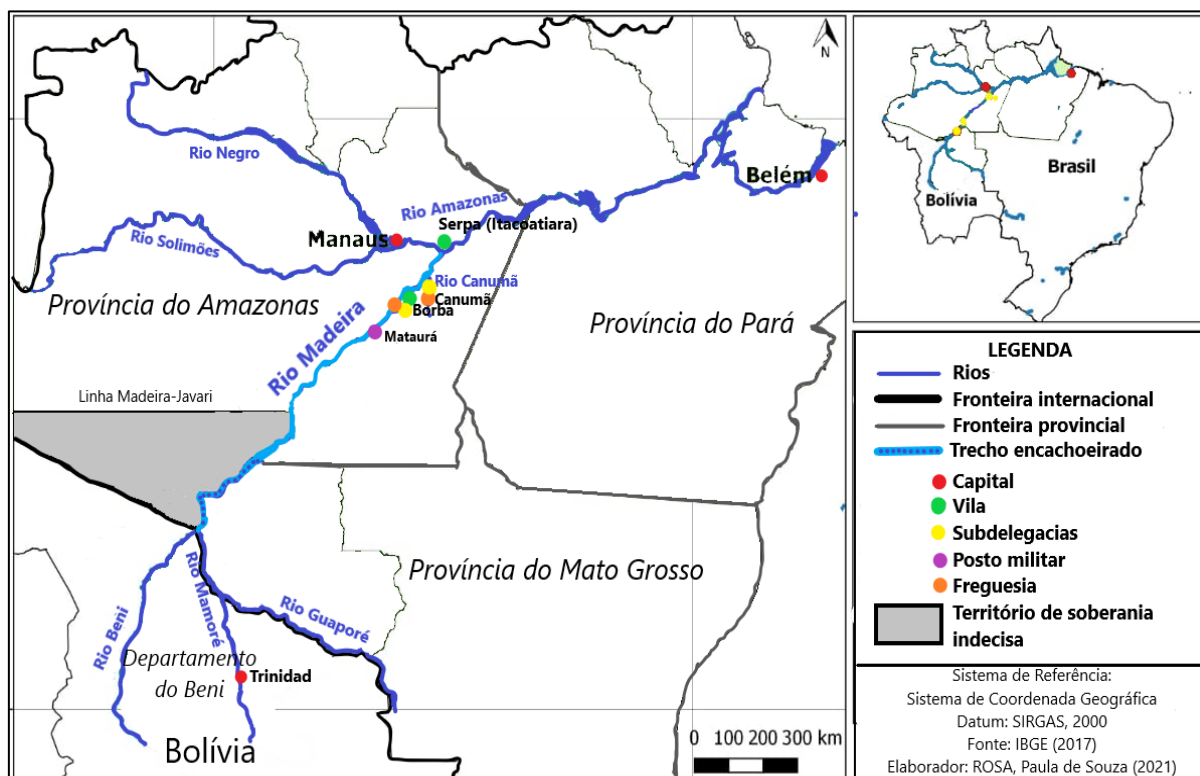
No momento da instalação da Província do Amazonas, em 1852, a estrutura burocrática do Império presente no extenso território do rio Madeira era formada por um posto militar (no Maturá), duas freguesias e subdelegacias (Borba e Canumã). Como podemos observar no mapa abaixo, todas essas instâncias estavam concentradas na região do baixo rio.

³⁶ MELO, Patricia Maria Alves de. Índios e africanos livres nas obras públicas, Manaus, Século XIX. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 13, 2021, p. 3.

³⁷ BARRIGA, Letícia Pereira. **O quadrilátero cabano e as cabanagens nos Sertões da Amazônia: guerra, índios, rios e matas (1790-1841)**. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

³⁸ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório da repartição dos negócios estrangeiros apresentado a Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima-segunda legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado João Pedro Dias Vieira**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1864, p. 214.

Mapa 2: O Rio Madeira em 1852



A vila de Borba, antiga missão religiosa, fundada em 1756, tinha sob jurisdição a missão de Canumã e a aldeia de Abacaxis.³⁹ Essa localidade era o único povoado existente, em todo o curso do rio Madeira, com um centro burocrático minimamente organizado, responsável por manter a ordem e controle sobre esse vasto território. Já no alto rio era inexistente a presença do Estado imperial, tanto que as autoridades viam como urgente e necessário estabelecer um posto militar de fronteira em Santo Antônio, primeira cachoeira no alto rio.⁴⁰ Contudo, a instalação só foi realizada em 1865, em meio as negociações do Tratado de limites com a Bolívia.

Tal como sucedeu no período colonial, as missões religiosas se constituíram na frente civilizadora. Elas seriam responsáveis pelo primeiro contato e socialização das populações indígenas, tarefa que não excluía o uso de armas, no caso de a resistência indígena impedir o avanço do projeto de conquista e ocupação imperial do território amazônico. Porém, no primeiro momento, as autoridades provinciais optaram por investir no reestabelecimento das missões e aldeias já existentes na província, sendo disponibilizado maiores recursos para a catequese e ‘civilização’ das populações indígenas.

³⁹ RPPAM, Volume I, 1852, p. 90-99.

⁴⁰ RPPAM, Volume I, 1852, p. 39.

Para o rio Madeira foram destinados 604\$000 (seiscentos e quatro mil) réis para cada uma das povoações de Canumã e Abacaxis, localizadas no baixo rio. Já as aldeias das populações indígenas Mura e Munduruku, instaladas depois da vila de Borba, mas localizadas em suas proximidades e sob sua jurisdição, como Sapucaia-oroca e Maturá, receberam 1:308\$000 (um conto trezentos e oito mil) reis.⁴¹

O passo seguinte foi instalar novas missões em regiões nas quais o processo civilizatório português não havia chegado. Em 1853, foram criadas duas missões, uma no Purus, e outra no alto Madeira, sendo encarregado interinamente desta o vigário da vila de Borba, Francisco Benedito da Fonseca Coutinho.⁴² O religioso pertencia a uma importante família de militares e comerciantes locais que conheciam essa importante rota fluvial. Em 1855, foi criada a missão de São Pedro de Alcantara, também no alto rio, sendo encarregado o frei Joaquim do Espírito Santo Dias e Silva.⁴³

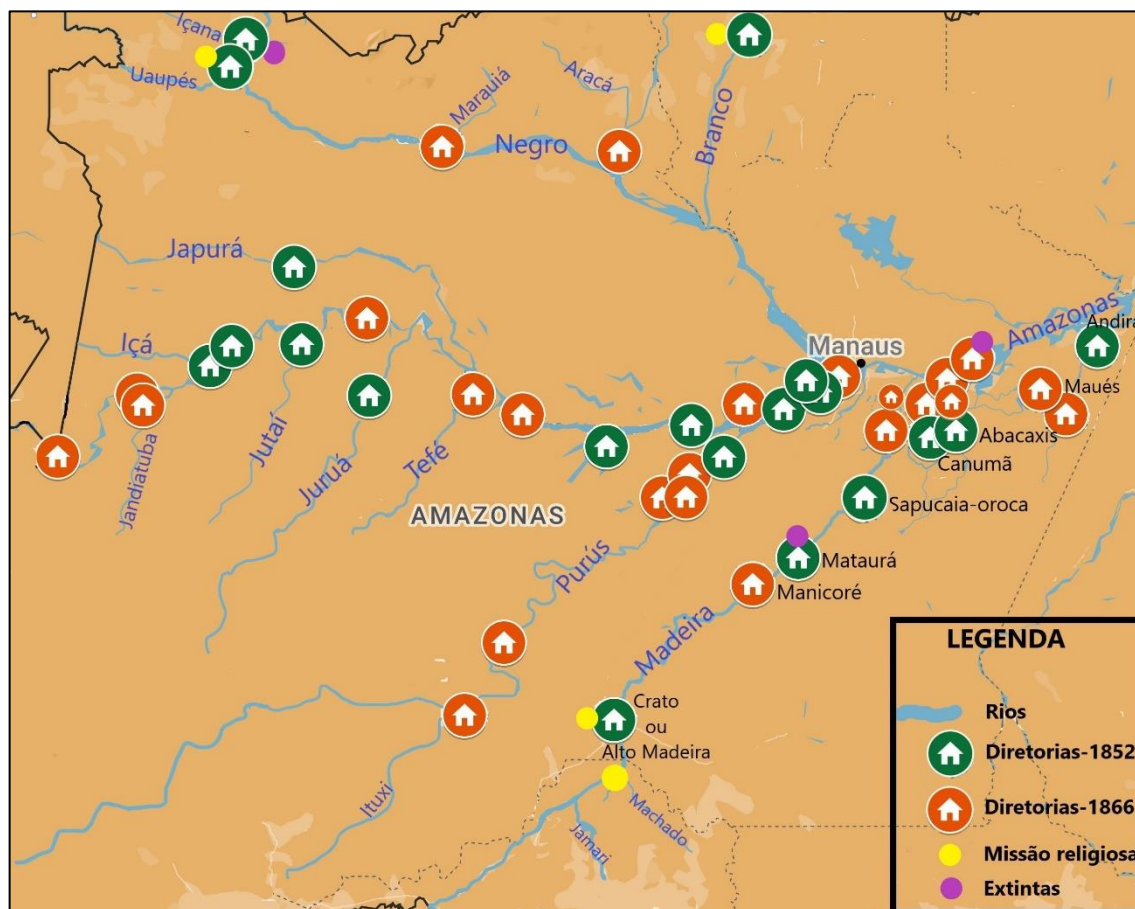
A implementação da política indigenista imperial na Amazônia contou ainda com a participação dos diretores e encarregados das aldeias, que se relacionavam diretamente com os indígenas já incorporados ao sistema produtivo. O crescimento e distribuição dos aldeamentos acompanhou o deslocamento das fronteiras, visando corresponder ao aumento da demanda por força de trabalho nos empreendimentos públicos e privados, potencializado com a expansão da economia da borracha para os altos rios. Esse processo pode ser visualizado espacialmente no mapa abaixo:

⁴¹ RPPAM, Volume I, 1852, p. 97.

⁴² RPPAM, Volume I, 1853, p. 150.

⁴³ RPPAM, Volume I, 1855, p. 362.

Mapa 3: Diretorias de índios do Amazonas (1852 - 1866)



Em 1852, a Província do Amazonas continha um total de 19 aldeamentos e uma missão religiosa no rio Branco; porém, em 1866, esse número aumentou para 38 diretorias e duas missões religiosas em atividade (Porto Alegre, no rio Branco e São Pedro, no rio Madeira).⁴⁴ A missão do rio Uaupés, criada em 1852, entrou em decadência com a saída do Frei Gregório Maria de Bene, em 1854. A saída do missionário foi motivada pelos conflitos com o Diretor de Índios Jesuíno Cordeiro (militar e comerciante), em disputa estava o controle da força de trabalho indígena, que ficou sob o domínio de particulares até a década de 1870, com a chegada dos franciscanos.⁴⁵

Ressalta-se que o relatório de 1852 não apresenta a descrição dos aldeamentos da província, de modo que o mapa foi construído a partir das informações contidas nos relatórios de 1848, 1856, 1864 e 1866.⁴⁶ Além disso, entre 1852 e 1866 algumas diretorias foram extintas,

⁴⁴ RPPAM, Volume I, 1853, p. 150; RPPAM, Volume III, 1866, p. 332.

⁴⁵ BECERRA, Gabriel Cabrera. *La Iglesia en la frontera: misiones católicas en el Vaupés 1850-1950*. Universidad Nacional de Colombia, Letícia, Bogotá, 2002, p. 95-105.

⁴⁶ PARÁ, Governo. *Falla dirigida pelo exm.o sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram Pará á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da*

tais como: Abiú, no Amazonas; Mataurá, incorporada a de Manicoré no rio Madeira; e Içana, anexada a diretoria de Uaupés. Portanto, manteve-se no mapa os aldeamentos existentes na instalação da província e acresceu somente os que foram criados a partir de então.

Das 38 diretorias mencionadas no relatório de 1866, onze aparecem como localizadas no rio Madeira, mas somente oito realmente pertencem a esse território, incluindo as dos rios Canumã e Abacaxis. As diretorias de Maués, Andirá e Mamurú foram excluídas, pois mesmo conectadas a região pelos inúmeros furos e igarapés, centralizaram suas dinâmicas socioeconômicas na povoação de Maués.

O decênio de 1850 foi marcado por sucessivas tentativas do governo provincial de efetivar o controle sobre a região do alto Madeira e suas populações. Em 1853, foi criada uma missão religiosa com sede no Crato; em 1855, foi estabelecida a missão de São Pedro de Alcântara, próximo a foz do rio Machado; e, por fim, em 1856, foi criada a Diretoria do Alto Madeira, com sede no Crato.⁴⁷

Nota-se ainda que a instalação de novos aldeamentos se concentrou na região da foz do rio Madeira. Ali, estavam estabelecidos indígenas Mura e Munduruku que foram sendo deslocados rio acima para o serviço de remo das canoas e coleta de produtos naturais, principalmente, a borracha. Essa movimentação era controlada pelos diretores e encarregados de índios, geralmente comerciantes e proprietários que buscavam controlar a força de trabalho indígena através da ocupação de cargos no serviço administrativo e burocrático da província.⁴⁸ Embora as Diretorias Parciais tenham sido extintas oficialmente em 1866, na prática elas continuaram a funcionar e, junto com as missões religiosas, desempenhavam a função de mediadores entre o governo provincial e os povos indígenas.

Parafraseando Pilar García Jordán, em sua análise da conquista e ocupação dos Orientes boliviano e peruano no século XIX, na Amazônia imperial os missionários, diretores e encarregados das aldeias foram responsáveis por uma tríplice função: econômica, através da incorporação das populações nativas ao sistema produtivo local; ideológica, mediante a transformação do indígena em cidadão; e geoestratégica, com a ocupação e integração dos territórios amazônicos de fronteira ao Império brasileiro.⁴⁹

sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849. Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1849, mapa 19; RPPAM, Volume I, 1854, p. 362; RPPAM, Volume I, 1856, Mapa 11, p. 514; RPPAM, Volume III, 1864, p. 180; RPPAM, Volume III, 1866, p. 332.

⁴⁷ RPPAM, Volume I, 1853, p. 150; RPPAM, Volume I, 1854, p. 362; RPPAM, Volume I, 1857, p. 535-536.

⁴⁸ LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932).** Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p. 129.

⁴⁹ JORDÁN, Pilar García. **Cruz y arado, fusiles y discursos: La construcción de los Orientes en Perú y Bolivia, 1820-1940.** Nouvelle édition [en ligne]. Lima Institut français d'études andines, 2001.

Concomitante ao avanço missionário seguiu-se a reorganização administrativa e ampliação do aparelho burocrático estatal. Lembrando que as províncias acompanhavam a estrutura organizacional do Império, com uma divisão civil, judiciária e eclesiástica, submetidas às assembleias legislativas.

De acordo com Vitor Gregório, a gerência dessas diferentes instâncias era fundamental na organização do poder e dos recursos provinciais. A criação de comarcas, termos, municípios e distritos, implicava em novos cargos públicos, em geral, ocupados por indivíduos de importância local, como comerciantes, proprietários e militares. Ao mesmo tempo, o controle sobre a divisão eclesiástica “colocava nas mãos da assembleia legislativa o poder de influir diretamente nas eleições realizadas na província, já que os colégios eleitorais eram determinados tendo em vista a divisão dos territórios em paróquias, freguesias e capelas”.⁵⁰

As freguesias não eram só uma divisão eclesiástica, mas uma unidade administrativa. A província organizava as outras instâncias (civil, militar e judiciária) a partir das divisões religiosas, seguindo seus limites na criação dos distritos, delegacias e subdelegacias, subordinadas aos Termos judiciários e estes, as Comarcas.

Dentro dessa dinâmica de organização e divisão do território, uma das primeiras ações da Província do Amazonas para o controle do rio Madeira foi a mudança jurisdicional das freguesias de Borba e Canumã. Até o ano de 1856, as freguesias eram submetidas ao Termo de Maués, passando a ser jurisdicionadas ao Termo de Manaus.⁵¹ Para Josali do Amaral, essa decisão pode ter sido tomada pelas autoridades provinciais em função da necessidade de subordinar o controle do rio Madeira, território em litígio com a Bolívia, ao poder estabelecido na capital.⁵²

Entre 1850 e 1860, apesar da intensa movimentação populacional, no sentido da foz para o alto rio, não havia núcleos de ocupação organizados para além da vila de Borba. Essa localidade era o único ponto de apoio e partida para os milhares de pessoas que vinham se fixando às margens do Madeira, deixando de praticar o comércio e extrativismo sazonal e ambulante.

No entanto, ainda em 1856, o governo provincial propôs a criação de uma colônia no ponto médio do rio, onde seria a linha Madeira-Javari, fronteira com a Bolívia. O incentivo ao

⁵⁰ GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Dividindo as províncias do império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 197.

⁵¹ RPPAM, Volume I, 1857, p. 538.

⁵² AMARAL, 2018, p. 285.

estabelecimento dessa colônia ocorreu em função do crescente aumento da circulação de pessoas e mercadorias nessa região de soberania indecisa, sobretudo negociantes bolivianos que desciam o rio Madeira em direção à cidade de Belém.

Devido a prática e conhecimento do território de fronteira, foi designado pelo governo provincial para ocupar a função de diretor de índios do alto Madeira, o capitão Diogo de Barros Cardoso, negociante português e proprietário residente na vila Borba desde a década de 1830. A garantia de acesso e controle “irrestrito” sobre a mão de obra indígena, tão cara para os negociantes, portugueses ou não, foi um dos condicionantes para que esse indivíduo aceitasse se estabelecer no antigo lugar do Crato, fundado em 1798.

O capitão Diogo foi para o Crato acompanhado de sua numerosa família. Sua comitiva era composta de mais de setenta pessoas, com “o nobre designio de fundar ali uma povoação, que pela proximidade das caxoeiras do mencionado rio, muita vantagem prometia a navegação e commercio entre esta e a Provincia do Matto-Grosso, e a Republica Boliviana”.⁵³

A área escolhida pelas autoridades para a instalação do povoado não foi aleatória. Em primeiro lugar, a despeito da incerteza jurídica sobre os limites exatos da fronteira, o Crato permanecia dentro das possessões herdadas pelo Império brasileiro, mas desse ponto em diante a margem esquerda do rio Madeira era pretendida pelo governo boliviano. Em segundo lugar, havia anos que a família Barros Cardoso mantinha uma estação de comércio com as populações indígenas estabelecidas no lugar do Crato.⁵⁴ Ali estavam reunidos homens e mulheres das etnias Mura, Baeta e Torá, sendo o comerciante Antônio de Barros Cardoso, filho mais velho do capitão Diogo, encarregado do aldeamento.⁵⁵

As relações estabelecidas com as populações indígenas locais tornava a família Barros Cardoso a escolha mais estratégica para representar o “braço” do Império na região de fronteira. Ressalta-se ainda que a localidade do Crato servia também como ponto de apoio às viagens comerciais em direção a Província do Mato Grosso e o interior da Bolívia.

Muito antes de se tornar Diretor de Índios do Alto Madeira e ser designado para estabelecer uma colônia de povoamento no Crato, o capitão Diogo de Barros já havia constituído, através do comércio de regatão e cabotagem, uma imbricada rede comercial que conectava o rio Madeira, a Província do Mato Grosso, o oriente boliviano e a cidade de Belém

⁵³ RPPAM, Volume I, 1857, p. 535-536.

⁵⁴ HERNDON, William Lewis; GIBBON, Lardner. **Exploration of the Valley of the Amazon**. Made Under Direction of the Navy Department. R. Armstrong [etc.] public printer, PART II, 1854, p. 307.

⁵⁵ PARÁ, Governo da Província do. **Falla dirigida pelo exm.o sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram Pará á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849**. Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1849, mapa 17.

do Pará. No entanto, a ocupação do cargo de Diretor de Índios de toda a região do alto Madeira permitiu à família fortalecer, ampliar e adquirir uma posição de poder local. Tudo isso facilitado pelo acesso e controle sobre a mão de obra indígena, intensamente disputada na região amazônica, especialmente no território de fronteira.

Em 1852, quando os tenentes americanos William Herndon e Lardner Gibbon exploravam os rios amazônicos, encontraram em Trinidad, capital do Departamento do Beni na Bolívia, o comerciante Antônio de Barros Cardoso, que havia assumido o lugar de seu pai nas viagens comerciais que partiam da vila de Borba.⁵⁶ Geralmente, os comerciantes levavam ferro, ornamentos de ouro, vidros, licores, vinhos, conhaque, gim e ferramentas diversas que adquiriam na praça comercial de Belém para trocar na Bolívia e Mato Grosso por cacau, quina, couro, carne seca, sebo, açúcar e outros produtos de origem extrativista, agrícola e pecuária, mas também prata contrabandeada das minas bolivianas. Desses diferentes lugares, os produtos obtidos eram embarcados em canoas para a vila de Borba e, dali, seguiam até a praça mercantil de Belém.

A ausência de postos de controle na fronteira e a escassa presença de agentes estatais, tornaram os comerciantes diretamente responsáveis pela circulação e fornecimento de informações sobre o movimento na região fronteira para as autoridades nacionais e locais, tanto do Brasil quanto da Bolívia.

Após o encontro com a expedição norte-americana, Antônio de Barros enviou uma missiva notificando seu pai, então residente na vila de Borba, sobre o real propósito da viagem de Herndon e Gibbon. O conteúdo da missiva chegou até as mãos de Ignácio de Carvalho Moreira, diplomata brasileiro nos Estados Unidos, responsável por descobrir e acompanhar os planos e tentativas do governo americano em relação à navegação amazônica.

De acordo com a carta, os exploradores americanos “pretendiam descer o Amazonas e o Madeira até a villa de Borba e ahi examinarem as possibilidades do estabelecimento da navegação a vapor ‘por mais que seja contra a vontade do Governo Imperial’ essa navegação”.⁵⁷ Nessa conjuntura, a escolha da família Barros Cardoso como responsável por estabelecer uma colônia na região de fronteira foi estratégica devido o conhecimento prático da região e as imbricadas redes de relações constituídas tanto em território brasileiro quanto boliviano.

Apesar dessa tentativa de ocupação ter sido frustrada em poucos meses, por causa do assassinato do septuagenário patriarca Diogo de Barros Cardoso, a família continuou

⁵⁶ HERNDON; GIBBON, 1854, p. 231-232.

⁵⁷ MEDEIROS, Fernando Saboia de. **A Liberdade de Navegação do Amazonas: relações entre o Império e os Estados Unidos da América**. Brasileira, 1938, p. 89.

representando não apenas interesses privados frente ao processo de expansão da economia da borracha, mas o “braço” do poder imperial no território de fronteira.⁵⁸

Em meados de 1870, o comerciante Antônio de Barros Cardoso foi nomeado vice-cônsul brasileiro na Bolívia. Atuando no departamento do Beni, uma das suas responsabilidades era fiscalizar as mercadorias que transitavam da Bolívia para o Amazonas e Pará.⁵⁹ Descrito como “brasileiro laborioso”, esse indivíduo havia se estabelecido no interior daquele país e era proprietário de uma fazenda denominada *Estancias de Santiago*, localizada no rio Mamoré, com cerca de 8 mil cabeças de gado.⁶⁰ Também foi o primeiro que fez passar da Bolívia para o território brasileiro gado para fornecer à Província do Amazonas, principalmente para os estabelecimentos do alto Madeira. A localidade do Crato, que após o falecimento de seu pai, passou para o comando do coronel Leonardo Ferreira Marques, que recebeu de Antônio de Barros Cardoso “en varias ocasiones mas de cuatrocientas vaquitas”.⁶¹

Enquanto o rio Madeira passava a ser palco dos interesses nacionais, por sua condição de fronteira, ao mesmo tempo, ocorria um movimento regional de expansão da economia da borracha na Amazônia e, por conseguinte, uma maior circulação de pessoas e mercadorias. Todavia, a alta mobilidade da prática do extrativismo e a escassa presença de agentes estatais dificultou o controle da população que convergia de maneira autônoma para esse território. Apesar disso, mesmo com suas imprecisões, os recenseamentos realizados pela Província do Amazonas permitem observar que o número de pessoas estabelecidas nas margens do rio Madeira praticamente triplicou no transcorrer da década de 1850.

Quadro 1: População recenseada no rio Madeira (1848-1859)

Anos	Freguesias do rio Madeira						Total geral de habitantes do rio Madeira
	Borba			Canumã			
	Livres	Escravos	Total	Livres	Escravos	Total	
1848	1.740	68	1.808	1.414	5	1.419	3.227
1856	1.535	60	1.604	2.240	6	2.246	3.850
1859	9.111	108	9.219	833	8	841	10.060

Fonte: Relatórios da Presidência da Província do Pará e Amazonas.

⁵⁸ RPPAM, Volume I, 1857, p. 536.

⁵⁹ BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da décima-quinta legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Caravelas**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1875, p. 38.

⁶⁰ MATHEWS, Edward. **Up the Amazon and Madeira Rivers, through Bolivian and Peru**. London Sampson Low Marston, Searle & Rivington, 1879, p. 117.

⁶¹ MACHETI, 1886, p. 57.

De acordo com o recenseamento realizado pela Província do Pará, em 1848, quando a Província do Amazonas ainda era Comarca, as freguesias do rio Madeira possuíam, juntas, 3.227 habitantes, entre brancos, mestiços e indígenas submetidos ao sistema de aldeamento.⁶² Havia um equilíbrio quantitativo entre os que residiam em Borba e Canumã, povoações muito próximas, cujos moradores estavam intimamente ligados por laços de parentesco e negócios.

Segundo o censo de 1856, a população da freguesia de Borba era formada por 1.604 habitantes, sendo 1.535 livres e 60 escravos.⁶³ Entre a contagem de 1848 e a de 1856, Borba sofreu um decréscimo populacional, enquanto a população de Canumã cresceu exponencialmente. Uma possível explicação para esse fenômeno talvez seja o fato de que a freguesia de Canumã mantinha um maior número de aldeamentos, o que poderia facilitar o acesso a mão de obra indígena, alicerce da economia regional amazônica. Além disso, como veremos no capítulo seguinte, até meados do século XIX, o comércio era uma atividade ambulante e sazonal que se concentrava na região do baixo rio Madeira e dependia da manutenção de uma rede de relações com as famílias indígenas locais.

Em uma contagem sobre o número de indígenas pertencentes às Diretorias de Índios existentes na Província do Amazonas, referente ao ano de 1857, a freguesia de Canumã abarcava duas sedes de diretorias. Juntas, as sedes de Canumã e Abacaxis possuíam 1.402 indígenas Munduruku, distribuídos em 43 aldeamentos. Desses, 19 aldeias estavam localizadas no rio Abacaxis e 24 no rio Canumã. Em contrapartida, a sede da Diretoria de Índios de Sapucaia-oroca, com apenas três aldeamentos a ela submetidos (Murumurutuba, Aripuanã e Maturá), sob a jurisdição administrativa e religiosa da vila de Borba, possuía somente 457 indígenas.⁶⁴

Quando começou o movimento populacional do baixo Amazonas em direção as zonas de expansão da fronteira extrativista, a localidade de Canumã tornou-se ponto de apoio para aqueles que pretendiam subir o rio Madeira. O local abrigava numerosa mão de obra indígena Munduruku submetida, organizada, disciplinada e recrutada para o trabalho compulsório, particular e público, desde as primeiras décadas do século XIX. Ao descrever o cotidiano da missão de Canumã, Spix e Martius contam que a notícia de que haviam chegado fez com que

⁶² PARÁ, Governo da Província do. **Falla dirigida pelo exm.o sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram Pará á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849.** Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1849, mapa 19.

⁶³ RPPAM, Volume I, 1856, p. 509.

⁶⁴ RPPAM, Volume I, 1857, p. 616; PINHEIRO, Geraldo. A aldeia indígena de Sapucaia-oroca, Amazonas. *Revista de Antropologia*, 1969, pp. 49-58.

se espalhasse o boato de que indígenas seriam levados para trabalhos forçados. Isso porque o governo provincial paraense realizava trimestralmente o recrutamento nas aldeias Munduruku.⁶⁵ Por sua vez, os mecanismos de controle sobre a força laboral nativa foram fortalecidas durante e após o movimento cabano. Inclusive, o governo da recém-criada Província do Amazonas (1850) intensificou os investimentos no trabalho missionário e nas diretorias parciais, com vista a incorporação das populações indígenas não aldeadas.

Observa-se que durante o primeiro quinquênio da década de 1850, a população do rio Madeira permaneceu relativamente estável, porém, nos anos seguintes praticamente triplicou. De um total de 3.850 pessoas recenseadas, em 1856, a região contava, em 1859, com 10.060 habitantes. A maior parte da população estava residindo no já então município de Borba, jurisdicionado à Comarca de Manaus. Estamos falando de impressionantes 9.219 habitantes, dos quais 9.111 eram livres e 108 escravos.⁶⁶

É importante destacar que, na década de 1850, a freguesia de Borba estendia seus domínios administrativos por toda a extensão do rio Madeira. Sendo assim, apesar de imprecisos devido a precariedade de informações, os números referem-se ao aumento populacional de todo esse território de fronteira e não apenas do núcleo urbano da vila, que foi sendo gradualmente esvaziada em função do movimento em direção às novas áreas de exploração no alto rio.

Os dados referentes a freguesia de Canumã permitem visualizar esse processo de mobilidade populacional do baixo para o alto rio. Em 1856, a população de Canumã era de 2.240 pessoas, em sua maioria, indígenas Munduruku e mestiços, mas, em 1859, a freguesia contava com apenas 841 habitantes. A ‘despovoação’ de Canumã esteve diretamente relacionada com a expansão da fronteira extrativista e do comércio fluvial na segunda metade do decênio de 1850, sendo a força laboral indígena largamente explorada no avanço da economia da borracha rio acima.

Ressalta-se ainda que a região do baixo rio Madeira, onde se localiza Borba e Canumã, era pobre em borracha natural e suas terras já estavam parcialmente ocupadas. Com o aumento da demanda por látex, sua população convergiu para o alto rio, cujas margens possuíam áreas ainda “inexploradas” com extensos seringais e castanhais. Segundo informações do subdelegado de Borba, em 1857, se achavam no alto rio cerca de cinco mil pessoas empregadas

⁶⁵ SPIX, John, MARTIUS, Carl. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: USP, 1981, p. 273-275.

⁶⁶ RPPAM, Volume II, 1860, p. 391.

na coleta de produtos naturais, principalmente a borracha.⁶⁷ Muitos desses indivíduos eram provenientes das vilas paraenses e, com eles, concorriam negociantes, sobretudo portugueses.⁶⁸

Apesar do movimento populacional, somente a partir de 1860 a estrutura burocrática do Estado brasileiro se tornou presente com mais intensidade na região. Entre os motivos está a mudança na prática de ocupação do território. Em um primeiro momento, convergiu para o alto rio a população assentada nas localidades de Borba, Canumã e suas proximidades (Serpa, Silves, Manaus, Maués), mas que mantinham uma exploração nômade e sazonal. Já em fins da década de 1850, afluíram e se fixaram na região milhares de trabalhadores provenientes das vilas e povoados do Baixo Amazonas, isto é, da Província do Pará, em busca das possibilidades econômicas que a extração da borracha apresentava. Barbara Weinstein afirma que o movimento rumo ao oeste foi tão intenso que a população paraense decresceu ligeiramente, ao passo que o número de habitantes na Província do Amazonas aumentou.⁶⁹

João Martins da Silva Coutinho destaca que nos primeiros anos da economia da borracha, a exploração da seringa nas ilhas e igapós do Baixo Amazonas foi extremamente predatória, enfraquecendo as árvores, diminuindo a produção e destruindo os seringais, motivo esse que ocasionou o deslocamento da população dessas áreas para os altos rios. Essa frente de expansão da fronteira extrativista abarcou, em especial, o rio Madeira. Para essa região concorreu “mais de 20 mil pessoas, e lá se acha esta grande população trabalhando na extracção da seringa, do óleo de copahiba, da salsa, do breu e na salga do Pirarucú, produção que em 1861 deu a quarta parte das rendas da Província”.⁷⁰

Apesar de ser difícil dimensionar a extensão do fluxo migratório interprovincial, devido a indefinição dos limites territoriais internos e a falta de postos de controle da movimentação de pessoas entre as duas províncias, inferimos que antes da década de 1870, com a migração nordestina em grande escala, o crescimento populacional nas regiões de fronteira deveu-se a uma intensa mobilidade regional e transfronteiriça.

Enquanto ocorria essa movimentação rumo ao oeste, da foz para o alto rio, no sentido contrário desciam pelo rio Madeira dezenas de comerciantes bolivianos. Somente no ano de 1864, desceram da Bolívia “70 ubás carregadas com a importancia de cerca de 120:000\$ em

⁶⁷ RPPAM, Volume I, 1857, p. 627.

⁶⁸ RPPAM, Volume I, 1854, p. 317.

⁶⁹ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1993, p. 72.

⁷⁰ COUTINHO, João Martins da Silva. *Relatório apresentado ao Illm. EExm. Snr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província do Amazonas, por João Martins da Silva Coutinho, encarregado de examinar alguns logares da província, especialmente o rio Madeira debaixo do ponto de vista da colonisação e navegação*. Manaos: Typographia de F. J. da Silva Ramos. 1861, p. 13.

generos de lavoura e criação, como fossem, couros, graxa, cacáo, charutos, assucar, charque, gado, etc”.⁷¹

O crescimento do tráfego comercial no rio Madeira ocorreu em virtude da intensificação dos conflitos na Bacia do Prata. A navegação dessa via fluvial passou a ser prioritária para o governo boliviano que procurava estabelecer uma nova rota de acesso ao Atlântico. Não é à toa que a Bolívia acabou decretando várias leis de estímulo e proteção à navegação do rio Madeira, como o decreto de 1865, que garantia isenção de impostos, durante 10 anos, dos gêneros importados do Brasil.⁷²

Em busca de informações sobre a movimentação na fronteira, o governo provincial ordenou a realização de uma viagem exploratória no alto Madeira. Embora o engenheiro João Martins da Silva Coutinho tenha realizado uma expedição de reconhecimento, em 1861, a exploração havia sido concentrada no território do baixo rio.⁷³ Já na expedição de 1864, Coutinho destacou a forte presença de negociantes bolivianos na margem esquerda do alto rio, território de soberania indecisa. Segundo relatório produzido, “têm descido acompanhados de índios domesticados, e achão-se trabalhando na extracção da seringa em nosso território, tendo um deles empreendido uma extensa plantação de algodão em Serpa, bello exemplo neste paiz [...]”.⁷⁴

Alarmados com a movimentação comercial na fronteira e a ocupação do alto rio por cidadãos bolivianos, o governo da Província do Amazonas buscou controlar a circulação de pessoas e mercadorias, manter a ordem e marcar a presença do Império na região de fronteira, por meio da expansão e ampliação das unidades administrativas e burocráticas do Estado Imperial.

O mapa abaixo permite visualizar o processo de ocupação do rio Madeira, controlado pelo Império, com a criação de freguesias, postos militares e subdelegacias, principalmente no alto rio, território em litígio com a Bolívia. Ao mesmo tempo podemos observar o movimento de ocupação autônomo e regional possibilitado pela expansão da economia da borracha sobre novas áreas de exploração.

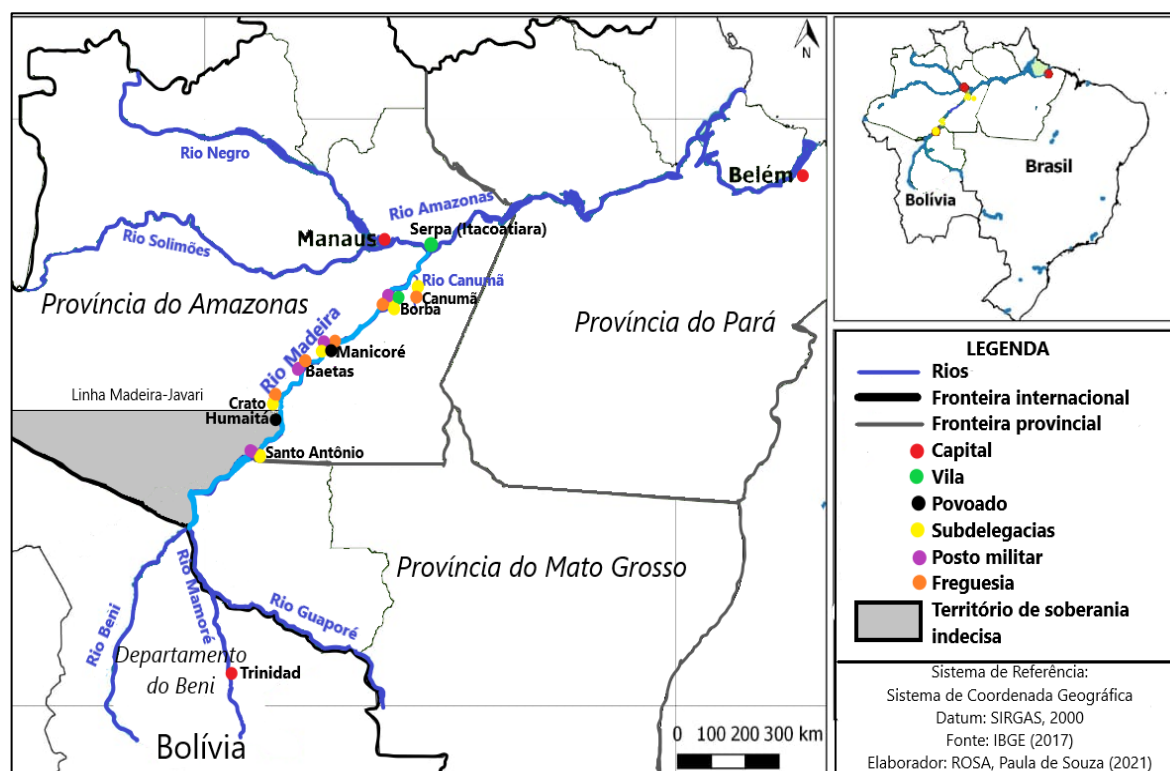
⁷¹ RPPAM, Volume III, 1865, p. 238.

⁷² RPPAM, Volume III, 1865, p. 228.

⁷³ COUTINHO, João Martins da Silva. **Relatório apresentado ao Illm. EExm. Snr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província do Amazonas, por João Martins da Silva Coutinho, encarregado de examinar alguns logares da província, especialmente o rio Madeira debaixo do ponto de vista da colonisação e navegação.** Manaus: Typographia de F. J. da Silva Ramos. 1861.

⁷⁴ COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório da Exploração do Rio Madeira pelo Doutor João Martins da Silva Coutinho. In: Oliveira e Sá, Jesuíno Marcondes de. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Commercio e Obras Públicas.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. p.A-Q-54-A-Q-63. 1864, p. 62.

Mapa 4: Unidades administrativas e burocráticas do rio Madeira (1850-1870)



Em 1852, o rio Madeira abrigava 2 subdelegacias, a de Borba e Canumã, que também se constituíam nas únicas freguesias da região. Esses núcleos eram responsáveis por manter o controle e a ordem sobre as gentes que viviam e circulavam por toda essa via fluvial. Não obstante, em 1859, Borba foi elevada à categoria de município e seu território foi desmembrado para a criação da subdelegacia e freguesia do Crato, no alto Madeira.⁷⁵

Mais tarde, em 1860, a sede da freguesia do Crato foi transferida para o lugar denominado Baetas, onde havia sido instalado um destacamento militar, entretanto, a sede da subdelegacia se manteve no Crato. Em 1865, com o crescimento da população nessa região e, por conseguinte, o surgimento de novos núcleos de ocupação, a sede da freguesia do lugar Baetas foi transferida para a nascente povoação de Manicoré, agora, sob a invocação de Nossa Senhora da Dores de Manicoré.⁷⁶ Nesse mesmo ano foi instalada a subdelegacia de Santo Antônio, desmembrada da unidade administrativa do Crato, localizada na primeira cachoeira do rio Madeira, ponto estratégico para o controle do tráfego fluvial.⁷⁷

⁷⁵ RPPAM, Volume II, 1860, p. 303, 332.

⁷⁶ Amazonas (AM), 12 de dezembro de 1868, ano III, nº 135, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/399>

⁷⁷ RPPAM, Volume III, 1865, p. 206.

Essas subdivisões da região em unidades administrativas menores facilitou o controle do território e da população que vivia e circulava pela fronteira. Nota-se ainda que a criação de uma unidade administrativa era, em geral, acompanhada com o estabelecimento de outras instâncias civil, eclesiástica, militar, policial e vice-versa.

Em Manicoré, por exemplo, logo após ser elevada à categoria de freguesia, foram instalados um batalhão de infantaria da Guarda Nacional e uma subdelegacia.⁷⁸ Além dessa localidade, em 1866, havia outros três postos da Guarda Nacional no rio Madeira: Borba, com 7 praças; Baetas, com 1 oficial e 9 praças; e Santo Antônio, com 2 oficiais e 44 praças.⁷⁹ O maior número de guardas nacionais em Santo Antônio reflete o interesse das autoridades, tanto nacionais quanto provinciais, em monitorar a movimentação de pessoas e assegurar o domínio sobre o território fronteiriço, em disputa com a Bolívia.

De acordo com Giovani José da Silva, as discussões diplomáticas de limites entre o Brasil e a Bolívia se baseavam no princípio do “*uti possidetis*”, quem de fato ocupa um território possui direito sobre este.⁸⁰ Logo, a ocupação policial e militar do rio Madeira deve ser entendida como parte de uma série de políticas estratégicas das autoridades nacionais para o controle do movimento fronteiriço, com o objetivo de garantir a soberania sobre o território em litígio.

Esse processo de reorganização e ampliação do aparato burocrático do Estado imperial também foi realizado em outras províncias de fronteira, como o Mato Grosso e Paraná.⁸¹ Contudo, os limites da Província do Amazonas abarcam um número maior de países vizinhos, de modo que sua ocupação administrativa se fez mais urgente e necessária no Oitocentos. Somente em subdelegacias no rio Madeira, o número passou de 11, em 1852, para 25, em 1866.⁸² O crescimento representa não só a ampliação da estrutura administrativa e burocrática do Império na Amazônia, mas a expansão do povoamento e a distribuição da população sobre o território.

Conforme destacou Josali do Amaral, enquanto a criação de comarcas, termos, municípios, freguesias e postos militares correspondia a uma estratégia de ocupação administrativa, a instalação de subdelegacias estava condicionada ao crescimento da incidência de crimes e conflitos em determinados territórios, em especial nas regiões de expansão da

⁷⁸ RPPAM, Volume III, 1869, p. 591; Amazonas (AM), 5 de setembro de 1869, ano IV, nº 182, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/561>

⁷⁹ RPPAM, Volume III, 1866, p. 391.

⁸⁰ SILVA, Giovani José da. **Entre Fronteiras Brasil-Bolívia: Relações Internacionais, Diplomacia e Política**. Paco Editorial, 2018.

⁸¹ GREGORIO, 2012.

⁸² RPPAM, Volume I, 1852, p. 28; RPPAM, Volume III, 1866, p. 383

fronteira extrativista, nas quais se davam as disputas pelas áreas ricas em seringais, o que significa um aumento da circulação de pessoas e mercadorias.⁸³

Apesar da prática do extrativismo dificultar o estabelecimento de vilas e povoados com um centro burocrático organizado, em fins da década de 1860, o intenso deslocamento autônomo de trabalhadores e comerciantes do Pará para o Amazonas possibilitou o surgimento de duas povoações no rio Madeira que merecem destaque, Manicoré e Humaitá (ver Mapa 2). Esta última fundada, em 1869, pelo negociante português José Francisco Monteiro, tendo sido elevada a condição de freguesia em 1888, desmembrada de Manicoré. Ambas as localidades nasceram como estabelecimentos comerciais e, ao longo da década de 1870, adquiriram importância local por serem ponto de apoio para os indivíduos que atuavam no comércio e extração da borracha na região do médio e alto rio.

Quadro 2: Habitantes recenseados no rio Madeira em 1872

Freguesias	Habitantes			Total geral de habitantes do rio Madeira
	Brasileiros	Estrangeiros	Total	
Canumã	1.545	4	1.549	8.717
Borba	1.309	16	1.825	
Manicoré	4.403	940	5.343	

Fonte: Recenseamento do Brasil – Província do Amazonas, 1872.

De acordo com recenseamento de 1872, a maior parte da população do rio Madeira residia na freguesia de Manicoré, desmembrada de Borba, que abarcava toda a região do alto rio, próximo à fronteira com a Bolívia.⁸⁴ De todos os 8.717 habitantes recenseados na região, 5.343 residiam no território pertencente à freguesia de Nossa Senhora das Dores de Manicoré, que incluía a povoação de Humaitá.

A freguesia de Manicoré abrigava um expressivo número de estrangeiros, a maioria formada por bolivianos (753 habitantes) e portugueses (119 habitantes). Quanto a província de origem, a população era formada maiormente por amazonenses (3.602), paraenses (656) e cerca de 120 habitantes das mais diferentes províncias do Nordeste, sendo a maior parte do Ceará (52) e Maranhão (40).

No que tange a movimentação de paraenses no rio Madeira, inferimos que a maior parte dos indivíduos recenseados estavam ligados a atividade comercial e extrativista, seja na

⁸³ AMARAL, 2018, p. 281-282

⁸⁴ DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil – Amazonas**. Vol.2. Rio de Janeiro, DGE, 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>

condição de patrão ou subalterno. O grupo de paraenses era composto por 102 brancos, 130 pardos, 62 pretos e 362 caboclos. Essa última categoria merece atenção, pois o quantitativo é insignificante perto dos milhares de pessoas mencionadas nos relatórios provinciais que migraram para os rios Madeira e Purus provenientes das comarcas de Gurupá e Santarém, na Província do Pará.⁸⁵

Uma possibilidade para esse desencontro nas narrativas documentais é que a maior parte dos migrantes paraenses pobres, chamados de caboclos, desenvolviam suas atividades extrativistas fora das vilas e povoados, longe dos barracões, em regiões pouco conhecidas e não visitadas pelos recenseadores que ficaram restritos as áreas próximas das povoações. Desse modo, a maior parte dos trabalhadores paraenses que vieram na condição de remeiros e extratores não foi sequer contabilizada.

Os amazonenses, que totalizavam a maior parte da população do censo, 3.602 indivíduos, era composta expressivamente por brancos (1.249 pessoas) e caboclos (1.627), além de pardos (507) e pretos (219). Destes, 120 pessoas eram escravizadas, sendo 63 homens e 57 mulheres.

A partir do censo podemos observar que a freguesia de Borba perdeu grande parte de seus rendimentos e de sua população, que foi incorporada à florescente localidade de Manicoré, cujo território também englobava a nascente povoação de Humaitá. O alto Madeira era uma região rica em seringais e castanhais, para onde concorreu, anteriormente, parte da população que residia nas proximidades de Canumã e Borba.

Em contrapartida, a população de Canumã praticamente dobrou na década de 1860. De 841 habitantes recenseados, em 1859, passou para 1.549, em 1872. Uma possível explicação para esse fenômeno é que, na década de 1860, o governo provincial realizou maiores investimentos para incorporação das populações indígenas do alto rio Madeira, sobretudo os Mura. O uso dessa etnia como força laboral provocou uma redução expressiva no deslocamento da população indígena Munduruku do baixo para o alto rio.

Além disso, com o aumento do comércio fluvial boliviano, estabeleceu-se na região uma rede de fornecimento de mão de obra indígena dos antigos aldeamentos jesuíticos do oriente boliviano. Destinados ao trabalho de remo nas canoas que desciam até o Pará, esses

⁸⁵ RPPAM, Volume III, 1870, p. 771.

trabalhadores indígenas foram incorporados no serviço de extração de borracha nos seringais pertencentes a patrões bolivianos e brasileiros no alto rio Madeira.⁸⁶

Ao final da década de 1860, a malha burocrática do Estado imperial já se encontrava estruturada na região, evidenciando o avanço das estratégias de territorialização. As jurisdições de Borba, Manicoré, Crato e Santo Antônio haviam sido oficialmente constituídas, marcando a presença formal das instituições imperiais em uma região até então marcada por relativa autonomia local e pela fluidez das fronteiras sociais e étnicas. Esses núcleos jurisdicionais, embora ainda frágeis em termos institucionais, representavam tentativas do governo central e regional de ampliar sua autoridade sobre áreas distantes e de difícil acesso, com vistas à integração econômica e política da região.

Nos anos seguintes, observa-se uma reconfiguração dessa geografia administrativa: Humaitá, inicialmente subordinada às jurisdições do Crato e de Santo Antônio, passou a ganhar destaque como novo polo de articulação regional. Esse processo esteve ligado tanto à sua posição estratégica no entroncamento de rotas fluviais quanto à atuação de agentes locais – especialmente comerciantes portugueses e bolivianos – que impulsionaram o desenvolvimento econômico do lugar. A fundação de novos núcleos populacionais, a expansão dos barracões comerciais e a instalação de instituições civis contribuíram para que Humaitá assumisse progressivamente funções administrativas e judiciais antes atribuídas a outras localidades.

Desse modo, ao longo das duas últimas décadas do século XIX, Humaitá consolidou-se como centro administrativo do Império no alto rio Madeira, passando a rivalizar com as jurisdições de Borba e Manicoré. A centralização de serviços públicos, a instalação de termos judiciários e a presença de representantes da Guarda Nacional confirmam essa ascensão. A transformação de Humaitá em centro regional não apenas refletia a reorganização territorial do Estado imperial, mas também traduzia os interesses e a força política das elites locais e dos comerciantes que atuavam como intermediários entre o interior e os portos de Belém, Manaus e da Bolívia.

Podemos dizer então que o processo de ocupação e consolidação do domínio imperial na Amazônia se deu a partir da convergência dos interesses nacionais e locais. Primeiro, a situação de fronteira motivou os investimentos públicos na região e aumentou com a crescente demanda pelo látex, o que se refletiu na criação da unidade administrativa provincial e da

⁸⁶ MOMBIOLA, Anna Guiteras. **Para una historia del Beni. Un estudio socioeconómico, político e ideológico de la Amazonía boliviana, siglos XIX-XX**. Barcelona, TDX-Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2011, p. 146; BLOCK, David. **La cultura reduccional de los llanos de Mojos**. Sucre: Historia Boliviana, 1997, p. 226.

Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. De acordo com Vitor Marcos Gregório e André Luiz dos Santos Freitas, a criação da Província do Amazonas e o controle da navegação estiveram diretamente relacionados às articulações e disputas dos atores locais.⁸⁷ Esses indivíduos tiveram papel crucial, pois buscavam atrair investimentos nacionais para o desenvolvimento econômico da região, que vinha crescendo gradativamente em função do aumento da demanda por produtos extrativistas no mercado internacional.

A reorganização e ampliação do aparelho burocrático estatal no rio Madeira, controlada pelo Império, atendia a uma política mais ampla de ocupação administrativa da fronteira oeste, implementada à medida que os rios e territórios eram reconhecidos. Enquanto isso, a ocupação do território se desenvolveu de forma autônoma em dois sentidos. Da foz para o alto rio afluíram trabalhadores e comerciantes oriundos da Província do Pará, em busca das possibilidades econômicas que o comércio e a extração de borracha apresentavam. Ao mesmo tempo, do alto Madeira desciam negociantes bolivianos, acompanhados de tripulantes indígenas submetidos ao trabalho compulsório, com o objetivo de estabelecer uma nova rota de comunicação com o Atlântico e, posteriormente, explorar goma elástica.

1.2. *Cruceños* e indígenas ‘benianos’ no rio Madeira

Em 1884, à proporção que o engenheiro austríaco Júlio Pinkas, responsável pela construção da ferrovia Madeira-Mamoré, avançava sobre o rio Madeira, foi surpreendido com “a fortíssima colônia boliviana” presente naquelas paragens. Segundo suas observações, “depois de deixada a villa de Manicoré, perde-se pouco a pouco o elemento brasileiro, representado por empregados públicos ou cidadãos qualificados [...]; o idioma hespanhol predomina e a não ser a bandeira auriverde que tremula na pôpa do navio, poder-se-hia julgar em território boliviano”.⁸⁸

A presença de imigrantes bolivianos na Província do Amazonas está diretamente relacionada à busca dos países andinos por novas rotas de comércio com a Europa e Estados Unidos, visto que após os processos de independência surgiram diversos conflitos pela delimitação, controle e domínio de seus respectivos territórios.

⁸⁷ GREGÓRIO, Vitor Marcos. **Dividindo as províncias do império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012; FREITAS, André Luiz dos Santos. **O gigante abatido: o longo processo de constituição da Província do Amazonas (1821-1850)**. (Dissertação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

⁸⁸ PINKAS, Julio. O Alto Madeira. In: **Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**. Tomo III, n. 4, 1887, p. 272.

No caso da Bolívia, os conflitos na Bacia do Prata dificultaram o acesso do país ao oceano Atlântico, de modo que os portos do Pacífico ofereciam, na primeira metade do século XIX, a única forma de comunicação com os países estrangeiros. Contudo, o transporte de produtos das antigas regiões de Mojos e Chiquitos – Amazônia e Chaco boliviano – através dos Andes tornava a viagem dispendiosa. Ademais, em meados do Oitocentos, disputas territoriais com o Chile e Peru tornou cada vez mais difícil para a Bolívia manter suas atividades no Pacífico. Assim, o rio Madeira se converteu em área de interesse estratégico para o governo boliviano, pois essa via fluvial garantia acesso ao rio Amazonas e, por conseguinte, às rotas comerciais atlânticas, além de ser uma saída mais lucrativa.⁸⁹

boliviano alegava soberania sobre a margem esquerda do rio Madeira até seu ponto médio, fato que era aceito pelas autoridades brasileiras.

Em 1864, em meio a intensificação do comércio boliviano pelo rio Madeira, o presidente da Província do Amazonas destacou a importância de ocupar o território de fronteira, “visto que pertencem ao Império toda a margem direita e grande parte da esquerda, sendo-nos garantida a navegação pelo antigos e modernos tratados”.⁹⁰

Ocupar era garantir o domínio brasileiro sobre território em litígio. Para tanto, o governo provincial estabeleceu um posto militar em Santo Antônio, com dois oficiais e 44 praças.⁹¹ Situado na primeira cachoeira, esse era um ponto de transbordo obrigatório para comerciantes bolivianos que desciam ou subiam o rio Madeira.

Desse modo, para entendermos a complexidade das dinâmicas do processo de ocupação do território fronteiriço do rio Madeira torna-se fundamental analisar não apenas o deslocamento de brasileiros para essa região, mas também o movimento boliviano.

Como o Brasil, no alvorecer do século XIX, a Bolívia vivenciou um período conturbado de agitações políticas que levou a Independência do país, em 1825. Pilar García Jordán afirma que desse processo independentista surgiu uma República arrasada pela guerra, com uma economia mineira descapitalizada, com pouca ou nenhuma relação com o mercado internacional, uma população majoritariamente indígena, que através dos tributos proporcionava ao novo Estado um de seus principais rendimentos, mas que manteve os grupos dirigentes tradicionais à frente das instituições políticas, econômicas e sociais do novo país.⁹²

A população da Bolívia estava concentrada no altiplano e região central, mas seu território contava com extensas regiões ao norte/noroeste (Amazônia) e sul/sudeste (Chaco), denominadas de *Orientes bolivianos*. Esse termo tem como equivalência na historiografia brasileira a ideia de *sertão amazônico*, porquanto eram áreas em grande parte inexploradas pelo colonizador, mas povoadas por populações originárias, percorridas parcialmente pelos missionários, com pouca ou nenhuma comunicação com o resto do país, e uma população de indígenas nômades e seminômades não submetidos, que até então haviam resistido à penetração colonial.

Segundo Pilar Jordán, desde os primeiros anos da Bolívia independente as autoridades nacionais implementaram medidas destinadas a ocupação das fronteiras orientais, sobretudo

⁹⁰ RPPAM, Volume III, 1864, p. 127.

⁹¹ RPPAM, Volume III, 1866, p. 391.

⁹² JORDÁN, Pilar García. **Cruz y arado, fusiles y discursos: La construcción de los Orientes en Perú y Bolivia, 1820-1940**. Nouvelle édition [en ligne]. Lima Institut français d'études andines, 2001, p. 180.

entre 1825 e 1880. Podemos destacar a exploração dos territórios e rios praticamente desconhecidos pelo poder central, a aprovação de inúmeras medidas relativas à colonização – lei de terras e imigração –, a demarcação político-administrativa do território e a criação de fortes e missões, instrumentos utilizados pelas elites para o controle, submissão e redução, quando não extermínio, dos grupos indígenas habitantes das regiões orientais.⁹³

Apesar dessa mobilização do governo boliviano para integração dos territórios orientais (Amazônia e Chaco), nos primeiros vinte anos após a Independência, as populações presentes nessas regiões seguiam suas vidas praticamente à margem da sociedade republicana e viviam em povoações da época dos jesuítas. A cultura reducional – ordenamento urbano, culto e práxis católica, atividades agropecuárias, escritura, artes e ofícios – era uma característica fundamental dessa sociedade e a vida econômica conservava a prática do uso comunal da terra e da propriedade pecuária.⁹⁴

Cabe ressaltar que estamos nos referindo às populações indígenas consideradas pelo governo boliviano como civilizadas, denominadas de forma genérica como mojenhos e chiquitanos. Desses, podemos mencionar os Bauré, os Itonama, os Movima, os Canichana, os Cayubaba, os Guarayo, os Cavina e outros. Essas populações se compunham de distintas filiações étnicas que ao serem incorporadas ao sistema colonial foram sendo homogeneizadas.⁹⁵ Logo, não faz parte de nossa análise as populações indígenas não submetidas, dispersas pelo território subandino e norte amazônico, percebidas pelas autoridades bolivianas como bárbaras e selvagens, isto é, incivilizadas.

A realidade da cultura reducional no oriente boliviano só foi alterada a partir dos anos de 1840, quando as populações indígenas dos territórios de fronteira foram mobilizadas para o trabalho de corte da *Chinchona*, espécie de árvore da qual se extraía a quina (ou *cascarilla*), produto utilizado no tratamento da malária, com alta demanda no mercado internacional para atender a nascente indústria farmacêutica.⁹⁶

Nos primeiros anos, a extração da quina esteve concentrada na região dos Andes, próximo a cidade de La Paz, contudo, aos poucos, sua exploração se estendeu para as planícies amazônicas.⁹⁷ Esse processo de expansão da fronteira extrativista ocorreu devido ao constante

⁹³ JORDÁN, 2001, p. 183.

⁹⁴ BLOCK, David. **La cultura reduccional de los llanos de Mojos**. Sucre Historia Boliviana, 1997, p. 211.

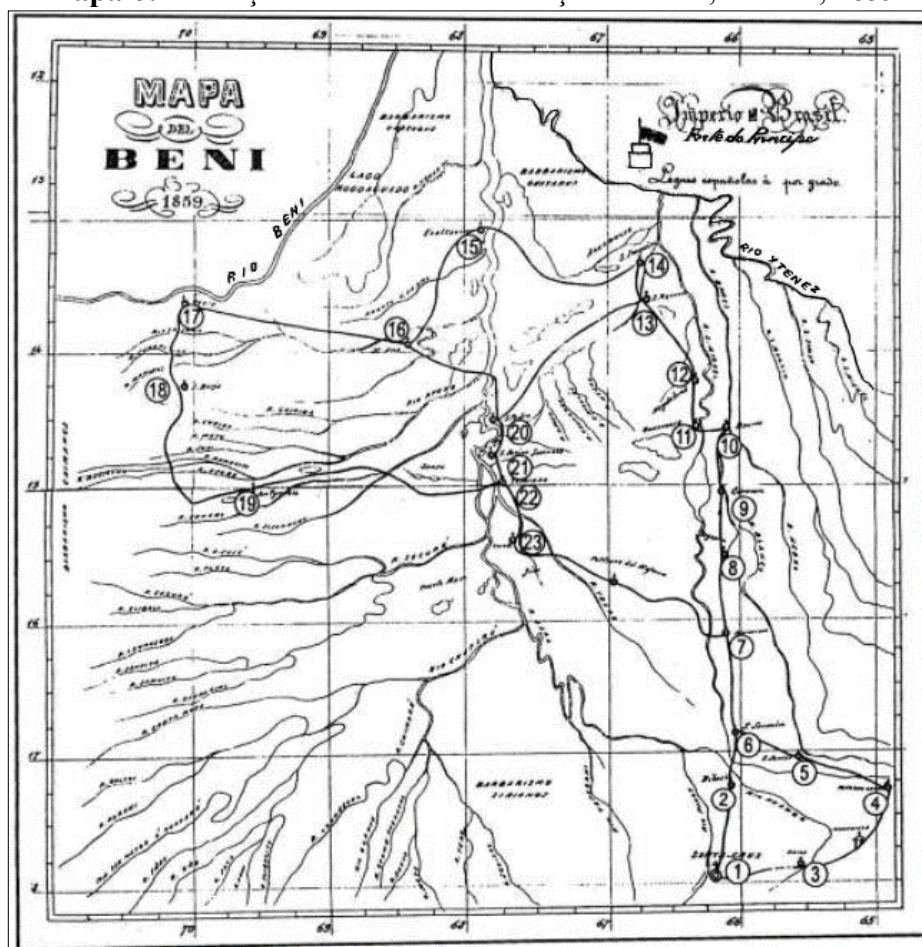
⁹⁵ Para uma história dos grupos étnicos e povoações de Mojos e Chiquitos durante a Colônia e República ver: MOMBIOLA, Anna Guiteras. **Para una historia del Beni. Un estudio socioeconómico, político e ideológico de la Amazonía boliviana, siglos XIX-XX**. Barcelona, TDX-Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2011; BLOCK, David. **La cultura reduccional de los llanos de Mojos**. Sucre Historia Boliviana, 1997.

⁹⁶ BLOCK, 1997, p. 212.

⁹⁷ STOIAN, Dietmar. **La Economía Extractivista de la Amazonía Norte Boliviana**. Yakarta CIFOR. Storni Pablo, 2005, p. 56-57

deslocamento de negociantes oriundos de Santa Cruz de La Sierra, conhecidos como *cruceños*. Motivados pelas possibilidades econômicas que o produto apresentava, esses negociantes estabeleceram-se nas antigas missões jesuíticas e centros de apoio para a exploração da região do Beni. Destaque para as povoações de Baures, Magdalena, San Ramón, San Joaquín, Exaltación, Santa Ana, Reyes, San Borja, San Ignacio, San Pedro, San Javier e, sobretudo Trinidad.

Mapa 6: Povoações e vias de comunicação no Beni, Bolívia, 1859



1. Santa Cruz; 2. Bibosi; 3. Paila; 4. Potrero Largo; 5. San Javier; 6. San Fermín; 7. Asunción de Guarayos; 8. Yaguarú; 9. Carmen; 10. Baures; 11. Guacaroje; 12. Magdalena; 13. San Román; 14. San Joaquín; 15. Exaltación; 16. Santa Ana; 17. Reyes; 18. Sab Borja; 19. San Ignacio; 20. San Pedro; 21. San Javier; 22. Trinidad; 23. Loreto.

Fonte: Jordán, 2001, p. 188

A partir do mapa é possível observar que as vias mais importantes eram as que partiam de Santa Cruz de La Sierra, combinando rotas terrestres com a navegação fluvial. Essas vias de comunicação permitiam que os negociantes *cruceños* chegassem até os rincões do território beniano, em especial Trinidad, que se tornou capital do Departamento do Beni. Nessa região, as vias fluviais se constituíram nas principais rotas de comunicação e ligaram as povoações do

Oriente boliviano à praça comercial de Belém do Pará e, por conseguinte, às rotas comerciais atlânticas, através dos rios Guaporé (Iténez), Mamoré, Madeira e Amazonas.

A extração da quina assentou as bases para a emergente indústria gomífera, que mudou a realidade social das populações que viviam na região de fronteira com pouco ou nenhum contato com o centro de poder. Segundo David Block e Dietmar Stoian, em primeiro lugar, o comércio desse produto abriu o norte boliviano à outras pessoas, que não a população nativa; por sua vez, o contato crescente desta última com a economia de mercado desestruturou a cultura reducional, pois além do incentivo à imigração branca para as áreas de fronteira, a legislação republicana oferecia a esses indivíduos oportunidades de explorar as populações nativas, formando a base organizacional para o recrutamento dos seringueiros. Em segundo lugar, a rede de transporte fluvial criada para o comércio da quina mostrou a importância da navegação dos rios amazônicos para o vínculo da região com o mercado externo, tornando-se a única rota de comércio utilizada no auge da economia da borracha na Bolívia.⁹⁸

Não é à toa que, em fins dos anos de 1840, o governo boliviano financiou diversas viagens de reconhecimento do território e suas vias fluviais. Entre 1844 e 1847, José Agustín Palacios, governador do recém-criado Departamento do Beni, percorreu os territórios orientais e a região do alto rio Madeira, tendo levantado informações detalhadas sobre a população, o território, os recursos naturais e a navegação.

De acordo com o viajante, apesar das dificuldades que as cachoeiras acarretavam para a navegação, a importância da rota fluvial do Madeira “es incontestable, porque además de que por su médio se abre las puertas de Bolivia ao comercio extranjero por el atlântico, y com él á todos los elementos de civilización, poder, riqueza y engradecimiento”.⁹⁹

A viagem exploratória de Palacios ficou concentrada na região das cachoeiras, porém, em 1851, o governo boliviano subvencionou a expedição dos tenentes norte-americanos Herndon e Gibbon. Estes indivíduos deveriam explorar toda a extensão do rio Madeira, com o propósito de levantar informações sobre a navegabilidade e o uso dessa via fluvial para o comércio entre os Estados Unidos e a Bolívia.¹⁰⁰

O relato da expedição demonstra que décadas antes do auge da economia gomífera e da definição de limites já havia uma movimentação nos territórios de fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Por um lado, comerciantes brasileiros/portugueses – como o capitão Diego Barros

⁹⁸ BLOCK, 1997, p. 212; STOIAN, 2005, p. 60.

⁹⁹ PALACIOS, José Agustín. **Exploraciones de don José Agustín Palacios realizadas en los ríos Beni. Mamoré y Madera y en el Lago Rogo-aguado, durante los años 1844 al 47: descripción de la provincia de Mojos.** Imp. El Comercio. La Paz, Bolívia 1893, p. 44.

¹⁰⁰ HERNDON, GIBBON, 1854.

Cardoso (português) e seu filho Antônio de Barros Cardoso, mencionados no item anterior – iam negociar nas povoações bolivianas e, por outro lado, negociantes bolivianos desciam o rio Madeira em direção à praça comercial do Pará.

Em 1845, aparecem no livro de batismo da vila de Borba, na categoria de padrinhos, dois indivíduos procedentes da Bolívia.¹⁰¹ Com base na distinção de tratamento que antecede o nome desses sujeitos, “dom”¹⁰² e “espanhol boliviano”, podemos inferir que eram negociantes em passagem para Belém.

Cabe destacar que não possuímos informações expressivas sobre a movimentação boliviana pelo rio Madeira nas décadas de 1840 e 1850, pois a estrutura burocrática e administrativa, do Estado imperial e da República da Bolívia, presente na região de fronteira era precária, dificultando o controle da circulação de pessoas e mercadorias. Apesar disso, as fontes nos permitem afirmar que o comércio boliviano por essa via fluvial aumentou de forma gradual, até alcançar maior expressividade na década de 1860.

Em 1861, no mesmo ano que a Província do Amazonas enviou o engenheiro João Martins da Silva Coutinho para explorar o rio Madeira, da Bolívia desceu o Coronel Quintin Quevedo em uma viagem de exploração comercial até a cidade de Belém. Após chegar à capital paraense, Quevedo publicou um opúsculo, patrocinado pelo presidente da Província do Pará, Ângelo Thomaz do Amaral, sobre a navegabilidade e importância da via do Madeira para o desenvolvimento econômico das regiões de fronteira e o fortalecimento das relações comerciais entre a Bolívia e o Brasil.¹⁰³

A viagem desse militar boliviano ganha sentido quando se revela a sociedade que mantinha com o negociante Ignácio Arauz, natural de Santa Cruz de La Sierra, mas residente na povoação de Santa Ana, no rio Yacuma, Departamento do Beni (ver Mapa 4, povoação nº 16). Arauz atuava no comércio de produtos naturais e pecuários entre o Oriente boliviano e a praça mercantil de Belém, possuindo conhecimento prático da navegação pelo rio Madeira.

Tamanho era o interesse dos negociantes bolivianos na navegação do rio Madeira que Ignácio Arauz e Quintin Quevedo publicaram nos periódicos da capital paraense um convite

¹⁰¹ Arquivo Paroquial de Borba. Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878), fl. 31-32.

¹⁰² Dom” é uma forma de tratamento distintivo, em língua espanhola, geralmente utilizado para se referir a pessoas com posses ou algum poder econômico e social (comerciantes, proprietários, seringalistas, militares e autoridades em geral).

¹⁰³ QUEVEDO, Quintin; ARAUZ, Ignacio. **El Madera y sus cabeceras Belen del Pará**, 25 de abril de 1861. Cochabamba Tip. de Quevedo, 1861.

aos homens de negócios daquela praça comercial para juntos criarem uma companhia de navegação a vapor naquela via fluvial, com equivalência de sócios brasileiros e bolivianos.¹⁰⁴

Apesar de não terem obtido sucesso nesse empreendimento, as informações coletadas durante a viagem, principalmente sobre a travessia das cachoeiras, foram divulgadas entre os comerciantes bolivianos que buscavam escoar sua produção, em especial de *cascarilla* (quina), para os mercados estrangeiros.

Em viagem de reconhecimento sobre a indústria gomífera na Bolívia, na última década do século XIX, Manuel Vicente Ballivián destacou que foi devido as viagens pelos rios Mamoré e Madeira, em busca de uma nova rota de comunicação com a Europa, que os patrões e administradores bolivianos envolvidos no comércio da quina tomaram conhecimento da indústria da borracha e suas possibilidades econômicas.¹⁰⁵ Entre as razões está o longo tempo que esses negociantes permaneciam em território brasileiro.

Em meados do Oitocentos, a única linha de navegação a vapor existente na região amazônica era a que ligava Belém à Manaus. Os negociantes bolivianos tinham que descer todo o rio Madeira em canoas, igarités e batelões, conduzidos por centenas de remeiros indígenas, para embarcar seus produtos na vila de Serpa, situada na margem esquerda do Amazonas, defronte a foz do Madeira.

Geralmente, levava-se três meses para descer o rio até Serpa, e cinco meses para subir desta vila até o interior da Bolívia. Em outras ocasiões, devido a irregularidade da navegação a vapor, os comerciantes bolivianos optavam por seguir à remo até o Pará. Se computarmos o tempo que os patrões permaneciam na praça comercial de Belém, ou mesmo quando se dirigiam à Europa, estamos falando de viagens com, no mínimo, um ano de duração.

Tão longa era a viagem que as trabalhadoras mulheres indígenas davam à luz filhos que viviam seus primeiros anos em território brasileiro. Em 1869, ao passar por um povoado boliviano, localizado no rio Mamoré, o frei Jesualdo Macheti realizou inúmeros batismos, em especial de “muchos niños de dos á tres años, y aún de cuatro que habían nacido en el Brasil, en el rio Madera”.¹⁰⁶

A longa duração da viagem comercial fez com que os negociantes bolivianos buscassem novas formas de adquirir capital para permanência em território brasileiro e, posterior, retorno

¹⁰⁴ QUEVEDO; ARAUZ, 1861, p. 17.

¹⁰⁵ BALLIVIÁN, Manuel Vicente. **Apuntes sobre la Industria de la Goma Elástica en los Territorios Dependientes de la Delegación Nacional en el Noroeste y el Departamento del Beni.** Ministerio de Instrucción Pública y Colonización. El Comercio, La Paz, 1896, p. 3-5.

¹⁰⁶ MACHETI, Jesualdo. **Diario del viaje fluvial del padre fray Jesualdo Maccheti, misionero del Colegio de la Paz, desde San Buenaventura y Reyes hasta el Atlántico en 1869.** La Paz: Impr. de El Siglo Industrial, 1886, p. 2.

ao seu país. No tempo que permaneciam nas Províncias do Amazonas e Pará, esses indivíduos passaram a coletar borracha e/ou “ceder”, mediante pagamento, seus trabalhadores indígenas para os serviços públicos e particulares.

Na década de 1860, Tavares Bastos menciona a presença de “números e robustos índios bolivianos do departamento do Beni, dos que tripulam as canôas do Madeira” trabalhando nas obras públicas de Manaus.¹⁰⁷ Nos intervalos das viagens, esses trabalhadores eram disponibilizados por um salário modico, pago aos seus patrões.

Os relatórios de Presidente de Província do Amazonas informavam que os trabalhadores indígenas que desciam da Bolívia até a vila de Serpa, “muitas vezes se empregam aqui, durante algum tempo, nas obras publicas, e nas particulares”.¹⁰⁸ Enquanto isso, os viajantes franceses Jean e Elizabeth Agassiz, que percorreram o Amazonas, em 1866, também mencionaram a presença de dezenas de indígenas bolivianos trabalhando como canoeiros nas localidades de Maués e Vila Bela da Imperatriz, atual Parintins, enquanto aguardavam seus patrões retornarem de Belém.¹⁰⁹

Todas essas informações evidenciam o aumento sistemático do comércio boliviano pelo rio Madeira. Sem embargo, enquanto nos anos de 1850, o número de canoas que desciam da Bolívia não ultrapassava três ou quatro anualmente, na década de 1860, eram dezenas, sendo que “cada uma d’ellas costuma ser tripolada por 11 até 20 indios”.¹¹⁰

Em 1861, o montante de produtos exportados da Bolívia havia sido inferior a 20 contos de reis, por sua vez, em 1864, descera o Madeira cerca de 70 canoas, com mercadorias avaliadas em 120 contos.¹¹¹ Essas embarcações eram as que pagavam os impostos nas agências coletoras do Amazonas, outras iam diretamente para Belém sem pagar as devidas taxas, por causa da precariedade no controle da circulação entre uma e outra província.

No ano seguinte, houve um aumento ainda mais significativo no número de canoas. Segundo relatório da Companhia do Amazonas, em 1865, foram 98 embarcações bolivianas, tripuladas por 1.276 indígenas, carregadas com 32.000 arrobas de mercadorias, oriundas de Cuatro Ojos, no rio Piray, e de Exaltación, no rio Mamoré.¹¹²

Dietmar Stoian e David Block afirmam que, na década de 1860, os empresários de Santa Cruz de La Sierra praticamente monopolizaram o comércio pelo rio Madeira e passaram a

¹⁰⁷ BASTOS, Tavares. **O Valle do Amazonas**. Garnier: Rio de Janeiro. 1 ed. 1866, p. 251.

¹⁰⁸ RPPAM, Volume III, 1864, p. 150.

¹⁰⁹ AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 187; 294-296.

¹¹⁰ RPPAM, Volume III, 1864, p. 150.

¹¹¹ RPPAM, Volume III, 1865, p. 225, 238.

¹¹² BASTOS. Tavares. **O Valle do Amazonas**. 1ª Ed. Garnier: Rio de Janeiro, 1866, p. 253.

utilizar os trabalhadores indígenas das antigas missões religiosas do Beni não somente para o tráfego fluvial, mas converteram esses indivíduos na massa laboral da região.¹¹³

Esses homens e mulheres foram sendo incorporados, compulsoriamente, na extração de borracha, sob as ordens de patrões bolivianos e brasileiros estabelecidos no rio Madeira e afluentes. A intensidade do deslocamento compulsório de trabalhadores desestruturou a organização social das populações indígenas do Departamento do Beni, na Bolívia.

Ao percorrer o rio Madeira nos idos de 1864, o engenheiro João Martins da Silva Coutinho destacou a presença de feitorias bolivianas no alto rio, mas salientou que alguns comerciantes “têm descido acompanhados de índios domesticados, e achão-se trabalhando na extracção da seringa em nosso território, tendo um deles emprehendido uma extensa plantação de algodão em Serpa”, na foz do Madeira.¹¹⁴

O responsável pela tentativa de cultivo de algodão foi ‘dom’ Ignácio Arauz, antigo sócio do coronel Quintin Quevedo e um dos primeiros negociantes bolivianos que migrou para a Província do Amazonas.¹¹⁵ Após essa empreitada infrutífera, Arauz se retirou das proximidades de Serpa e passou a residir numa propriedade localizada entre as vilas de Borba e Manicoré, nas margens do rio Madeira. O lugar se chamava Exaltação ou *Exaltación*, nome da última povoação boliviana no rio Mamoré, de onde embarcavam regularmente a maioria dos bolivianos que navegavam até o Pará.¹¹⁶

Na localidade de Exaltação, nas margens do rio Madeira, Dom Ignácio possuía uma plantação considerável de canas, um engenho de aguardente e se dedicava à extração e comercialização de borracha. Em 1869, ao passar pela propriedade de Arauz no rio Madeira, o frei Jesualdo Macheti realizou uma descrição detalhada do lugar.

En Exaltacion [...] Hoi hemos visto el gran cañaveral, que le produce 12 contos al año: hemos visto varias plantaciones, las oficinas del trapiche, de los alambiques, los Hornos de ladrillos y de tejas sobre todo la casa propia en que vive, que es mui grande, nueva y bien trabajada con muchos corredores y cubierta de tejas, con Buenos y cómodos almacenes y tienda, tiene muchos sirringales y dependientes, y muchas son las freguecias que dependen de el; este año despachará para el Pará mil doscientas arrobas de seringa, habiendo empleado exclusivamente en este negocio 32 contos de reis.¹¹⁷

¹¹³ BLOCK, 2001, p. 228-229; STOIAN, 2005, p. 61

¹¹⁴ COUTINHO, 1864, p. 62.

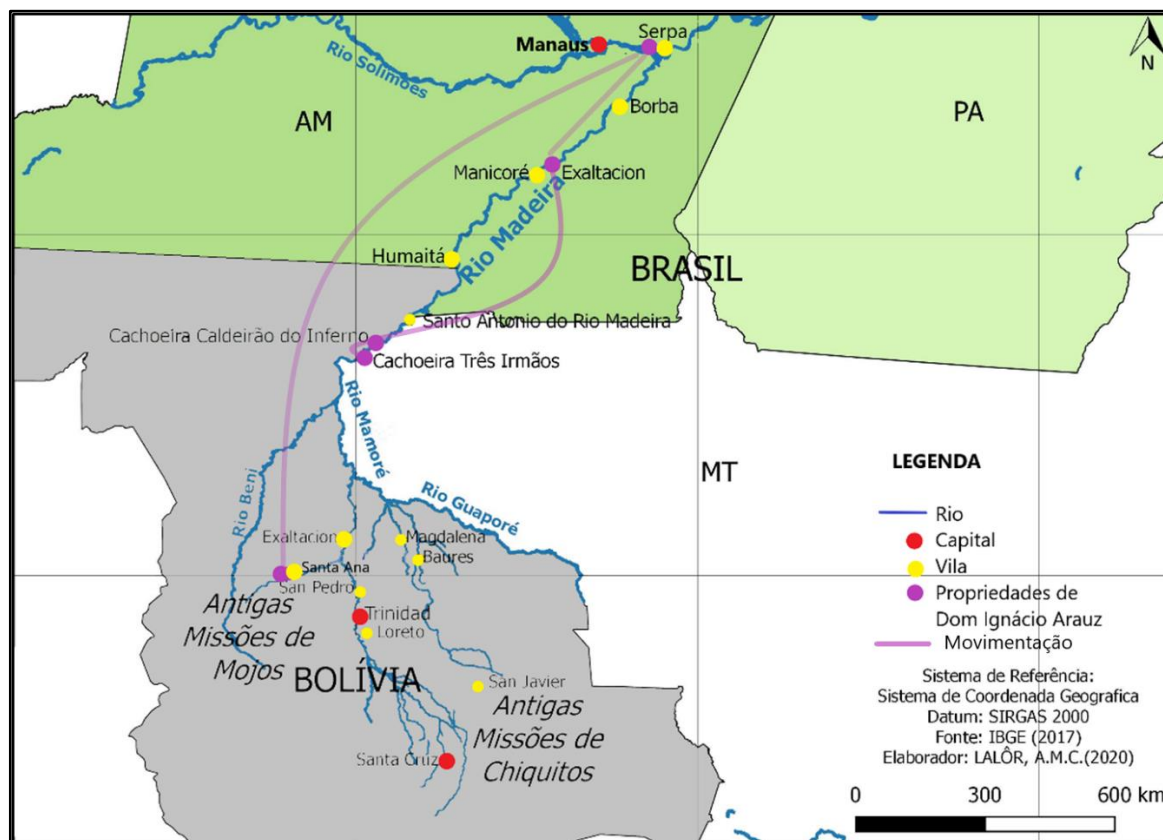
¹¹⁵ Amazonas (AM), 3 de outubro de 1867, ano II, número 74, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/231>

¹¹⁶ LISBOA, Joaquim Miguel Ribeiro. Exploração do furo de Tupinambaranas, do Ramos e rios Sacará e Atrennnam. In: ALBUQUERQUE, Diego Velho Cavalcanti de. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Commercio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, Appenso O, 1869, p. 30.

¹¹⁷ MACHETI, 1886, p. 64.

A descrição mostra a ampla estrutura de comércio estabelecida por Ignácio Arauz, com diversos armazéns para o depósito das cargas que transitavam pelo rio Madeira, se tornando ponto de apoio para os negociantes bolivianos na Província do Amazonas.¹¹⁸ No mapa abaixo podemos observar as propriedades que o negociante boliviano adquiriu e os diferentes deslocamentos que esse sujeito vivenciou ao longo de sua trajetória.

Mapa 7: Propriedades de Dom Ignácio Arauz ao longo de sua trajetória (± 1830 - 1878)



Fonte: Elaboração própria feita a partir dos seguintes relatos: Quevedo e Arauz, 1861; Macheti, 1886; Craig, 1947

De Santa Ana, no rio Yacuma, ainda na Bolívia, Ignácio Arauz visitava regularmente as Províncias do Amazonas e Pará, em viagens comerciais. Posteriormente, se estabeleceu nas imediações de Serpa, pois tinha melhor acesso aos vapores que conectavam Manaus à praça comercial de Belém. Com a expansão da economia da borracha rio acima, foi ocupando gradualmente áreas ricas em seringais no rio Madeira, primeiro no médio rio e depois na região das cachoeiras.

¹¹⁸ LISBOA, 1869, p. 14.

Na década de 1870, Ignácio Arauz havia se convertido em um dos mais relevantes e influentes proprietários/comerciantes do rio Madeira, possuindo diversos seringais, sendo os mais importantes localizados na região das cachoeiras.

Durante sua trajetória, participou de vários empreendimentos com vista à melhoria do transporte fluvial pelo rio Madeira. Prestou auxílio a diversos viajantes que percorreram essa região de fronteira, por meio do fornecimento de canoas e trabalhadores indígenas. Uma maior facilidade no transporte fluvial garantiria a esse negociante maior rentabilidade no comércio que praticava entre o território boliviano e as Províncias do Amazonas e Pará.

Em 1868, Ignácio Arauz, então vice-cônsul da Bolívia no Amazonas, cedeu canoas tripuladas com índios mojenhos para o serviço da expedição comandada pelos engenheiros austríacos Joseph e Franz Keller. Estes indivíduos foram incumbidos pelo governo imperial de explorar o rio Madeira na parte encachoeirada, desde Santo Antônio até a barra do rio Mamoré, limites da fronteira estabelecida com a Bolívia pelo Tratado de 1867.

Os indígenas bolivianos eram preferíveis como remeiros por aqueles que desejavam subir o rio Madeira, pois eram profundos conhecedores dessa via fluvial e dos percalços que a travessia das cachoeiras impunha. Quando a comitiva de Joseph e Franz Keller partiu de Manaus compunha-se “por tudo em 70 índios bolivianos das missões do Mamoré como remeiros e pilotos de 7 canoas e de 8 brancos”.¹¹⁹ Essa expedição ainda destacou a presença de dezenas de negociantes bolivianos na região do Crato/Humaitá, alto rio, cada um com vinte ou trinta índios mojenhos submetidos ao trabalho de extração da borracha.¹²⁰ Estamos falando de aproximadamente duzentos trabalhadores indígenas compulsoriamente deslocados.

Ignácio Arauz auxiliou na primeira tentativa de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, em 1872. O engenheiro encarregado dessa empreitada, Edward Mathews, contratou o vice-cônsul boliviano para abertura da picada entre o ponto inicial e o ponto final da ferrovia, além de ter sido responsável por arregimentar trabalhadores indígenas para o serviço de construção da estrada de ferro. Quando Mathews deixou Santo Antônio, em 1874, encarregou Ignácio Arauz da conservação e proteção dos bens da empreiteira inglesa Public Works Construction.¹²¹

¹¹⁹ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da Exploração do Rio Madeira na parte compreendida entre a cachoeira de Santo Antônio e a barra do Mamoré. In: BRASIL. **Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, Anexo X, 1869, p. 4.

¹²⁰ KELLER, Franz. **The Amazon and Madeira river: sketches and descriptions from the note-book of an explorer**. New edition with sixty-eight illustrations on wood. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co., 1874, p. 40.

¹²¹ PEIXOTO, Domingos Monteiro. **Falla dirigida á Assembléa Provincial do Amasonas na primeira sessão da 12.a legislatura em 25 de março de 1874**. Manáos: Typographia do Commercio do Amasonas, 1874, p. 58.

Em 1878, quando foi reiniciado o projeto de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, sob a direção da empreiteira estadunidense P&T Collins, a participação de Ignácio Arauz, sobretudo através da exploração da mão de obra indígena, foi crucial para a navegação do rio Madeira e suas cachoeiras pelos membros da expedição. De acordo com o engenheiro Neville Craig, todo o “serviço de transporte vinha sendo até então executado pelo Sr. Arauz, em suas canoas e pelos índios a seu serviço”.¹²²

Ao passar pelas propriedades de Ignácio Arauz, localizadas nas cachoeiras de Três Irmãos e Caldeirão do Inferno, Craig fez a seguinte descrição:

Arauz tinha cerca de trinta pessoas em Três Irmãos, entre seringueiros bolivianos e criados domésticos, quatro dos quais eram índios Caripunas. [...] Arauz tinha vários alqueires de terras de cultura em Três Irmão, alguns plantados com milho – que já estava secando no é, outros com arroz e os demais com iucas, bananas, etc. O trabalho principal, porém, consistia na coleta e preparação da borracha.¹²³

O relato de Neville Craig mostra que, apesar de manter uma agricultura de subsistência, a principal atividade de Ignácio Arauz era a exploração e comercialização da borracha produzida na região do Madeira e nos rios do Oriente boliviano. Além disso, fica claro que Arauz e sua família residia na região das cachoeiras deste princípios da década de 1870 e que esse indivíduo prestava auxílio aos comerciantes que desciam do Beni com destino à cidade de Belém. Esse deslocamento da família Arauz rio acima está diretamente relacionado aos conflitos pela posse da terra na região de Manicoré. Ali, o comerciante boliviano havia estabelecido uma cadeia de compra e venda de seringais, sem que possuisse títulos legítimos, o que resultou em disputas recorrentes entre diferentes proprietários, assunto que será tratado no capítulo seguinte.

Parte da influência exercida por esse indivíduo, no cenário local e regional, se deveu a sua atuação como vice-cônsul da Bolívia no Amazonas, tendo auxiliado constantemente outros negociantes que navegavam ou se estabeleciam no rio Madeira. Envolveu-se diretamente em questões relativas à captura de trabalhadores indígenas fugidos, cobrança de impostos nas coletorias e até na mediação de conflitos entre compatriotas, autoridades e súditos brasileiros.¹²⁴

Descrito como “boliviano enérgico e empreendedor”, a trajetória de Ignácio Arauz terminou durante os trabalhos para a empreiteira P&T Collins na região das cachoeiras. Em 31

¹²² CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição**. São Paulo: Nacional, 1947, p. 137-138.

¹²³ CRAIG, 1947, p. 229-230.

¹²⁴ Amazonas (AM), 28 de agosto de 1869, ano IV, número 181, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/558>

de agosto de 1878, ao atingir as quedas do Girau, o negociante foi acometido por febres e transferido para a povoação de Santo Antônio, onde veio a falecer. Somente trinta e quatro anos após a sua morte, em 1912, a ferrovia Madeira-Mamoré foi inaugurada e pela primeira vez centenas de comerciantes e indígenas oriundos da Bolívia ouviram o apito do trem, desde Santo Antônio até Guajará-Mirim.

Após a morte de Ignácio Arauz, seu sobrinho, Raphael Santos Mercado, também comerciante e proprietário de seringais no rio Madeira, assumiu a função de vice-cônsul da Bolívia no Amazonas.¹²⁵ A ocupação desses cargos de representação e a influência de seringalistas bolivianos na província estava condicionada as relações de parentesco, amizade e negócios estabelecidas em território brasileiro e boliviano.

Com a intensificação do comércio fronteiriço e a expansão da economia da borracha na Amazônia, a presença boliviana no rio Madeira, seja de patrões ou trabalhadores indígenas, cresceu gradualmente e se manteve estável até fins do século XIX. Os primeiros negociantes que se estabeleciam na região se tornavam parte de uma rede que conectava o interior da Bolívia ao rio Madeira e a praça comercial de Belém. Ao mesmo tempo, ajudavam a manter um fluxo migratório contínuo de comerciantes e indígenas compulsoriamente deslocados para o trabalho nas embarcações e seringais da Província do Amazonas.

De acordo com uma estimativa feita pelo engenheiro da ferrovia Madeira-Mamoré, entre 1862 e 1872, o deslocamento da mão de obra indígena do Beni para o Amazonas pode ser calculado em cerca de mil indivíduos por ano. Avalia-se que a região do rio Madeira recebeu cerca de dez mil trabalhadores provenientes da Bolívia, dos quais a maior parte permaneceu em território brasileiro.¹²⁶

Quadro 3: Bolivianos recenseados no rio Madeira – 1872

Freguesias do rio Madeira	Número de Habitantes	Bolivianos	Portugueses	Paraenses
Santo Antônio de Borba	1.266	6	10	142
Nossa Senhora das Dores de Manicoré	5.180	753	119	656

Fonte: Recenseamento do Brasil – Província do Amazonas, 1872.

¹²⁵ CRAIG, 1947, p. 128; Amazonas (AM), 14 de janeiro de 1881, ano XV, número 519.

¹²⁶ MATHEWS, 1879, p. 132.

Conforme dados do recenseamento de 1872, o rio Madeira possuía cerca de 759 habitantes bolivianos, sendo 6 residentes na vila de Borba e 753 em Manicoré. Se considerarmos o número de 5.180 habitantes recenseados em Manicoré, a quantidade de imigrantes bolivianos pode parecer irrisória, mas é superior ao número de portugueses (119), paraenses (656), maranhenses (40 habitantes) e cearenses (52 habitantes).¹²⁷

Mesmo com a precariedade das informações, podemos supor que os habitantes bolivianos recenseados eram negociantes e proprietários que residiam nas vilas e proximidades, de modo que os milhares de trabalhadores indígenas não foram inseridos na contagem. Logo, o número de bolivianos livres e/ou compulsoriamente deslocados para o rio Madeira foi consideravelmente maior do que os dados do recenseamento nos permite observar.

Ao percorrer essas paragens em 1869, o frei Jesualdo Macheti descreveu que as margens do rio Madeira, entre a cachoeira de Santo Antônio e a vila de Manicoré, estavam ocupadas por inúmeras barracas de seringueiros, dos quais “la mayor parte son de bolivianos”.¹²⁸ A primeira barraca “não-boliviana” descrita pelo religioso foi a do comerciante português José Francisco Monteiro, que se tornou a localidade de Humaitá. No mais, a população boliviana presente nesse território poderia se sobrepor aos chamados ‘brasileiros’.

Em fins da década de 1870, o governo imperial patrocinou uma viagem expedicionária pelas Províncias do Mato Grosso e Amazonas, que culminou no relatório/diário de viagem do militar João Severiano da Fonseca.¹²⁹ O diário de viagem produzido permite visualizar a amplitude do deslocamento compulsório de indígenas do território boliviano para o rio Madeira.

Após sair do Forte Príncipe da Beira, no rio Guaporé, em direção às Províncias do Amazonas e Pará, João Severiano mencionou ter encontrado diversas embarcações bolivianas que vinham subindo o Madeira, vindos da praça comercial de Belém. A partir de sua descrição podemos afirmar que o trecho encachoeirado¹³⁰ era ocupado predominantemente por proprietários bolivianos. Dos quais destacamos os seringais pertencentes à Ignácio Arauz, Antônio Chavez, Pastor Oyola e Santos Mercado.

Antes de passar pela propriedade de Antônio Chavez, o militar brasileiro já havia encontrado esse mesmo comerciante boliviano, acompanhado de sua esposa, na cachoeira do

¹²⁷ DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil – Amazonas**. Vol.2. Rio de Janeiro, DGE, 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>

¹²⁸ MACHETI, 1886, p. 53.

¹²⁹ FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878**. 2 vols. Rio de Janeiro Typographia de Pinheiro 1880.

¹³⁰ O rio Madeira possuía em sua nascente cerca de 18 cachoeiras e corredeiras, que foram submersas após a construção das Usinas de Santo Antônio e Jirau. A ordem dessas cachoeiras, a partir da nascente do rio, era: Guajará-Mirim, Bananeiras, Pau Grande, Lages, Madeira, Misericórdia, Ribeirão, Periquitos, Araras, Pederneira, Paredão, Três Irmãos, Girau, Caldeirão do Inferno, Morrinhos, Teotônio, Macacos e Santo Antônio.

Girau. A família Chavez vinha da Bolívia em três embarcações com cinquenta homens e trinta mulheres para o trabalho de extração da borracha, todos indígenas provenientes da povoação de Trinidad. De acordo com João Severiano da Fonseca, o comerciante e proprietário boliviano colhia de “quatro á cinco mil arrobas de borracha, tendo empregado no serviço uns cento e cinquenta trabalhadores”.¹³¹

Na cachoeira de Morrinhos, João Severiano encontrou a barraca de Pastor Oyola, que “dizem colher de trez á quatro mil arrobas de gomma; empregando sessenta á setenta trabalhadores”.¹³² Nessa mesma região, havia outras três barracas pertencentes a outros patrões bolivianos, a primeira com quinze trabalhadores, a segunda com vinte e cinco e a última com vinte extratores indígenas.

Após deixar a região das cachoeiras, o expedicionário destacou que entre os proprietários do rio Madeira, as barracas de ‘dom’ Santos Mercado eram as mais notáveis, sendo que este negociante mantinha a seus serviços mais de uma centena de trabalhadores indígenas. O militar brasileiro ainda menciona os seguintes proprietários e negociantes: o português José Francisco Monteiro e o boliviano Juan Trana, cada um com cinquenta trabalhadores.¹³³

No mesmo ano, 1878, o engenheiro Neville Craig subiu o rio Madeira e se surpreendeu com o lugar Jumas. Descrita como “a povoação mais adiantada e operosa” que havia visto nessa região, a propriedade pertencia ao boliviano ‘dom’ Antônio Chavez. O lugar contava com “270 habitantes, dos quais 180 homens, ao que parece, falavam um dialeto que não era espanhol nem português”.¹³⁴ O viajante refere-se aos trabalhadores indígenas oriundos da Bolívia.

Destacou-se ainda o lugar Paraíso, propriedade de Santos Mercado, com uma população composta por portugueses, judeus espanhóis e centenas de indígenas do Beni. De acordo com Neville Craig, Ignácio Arauz, Pastor Oyola e Santos Mercado eram um “triunvirato que monopolizava o comércio da goma elástica por dezenas de quilômetros a montante do Madeira”, desde o interior da Bolívia até a praça comercial de Belém.¹³⁵

A partir dos números mencionados por João Severiano da Fonseca e Neville Craig, chegamos ao total de 730 indígenas vindos da Bolívia para o trabalho nos seringais do Madeira. Essa quantidade, por si só, já é quase a totalidade do número dos habitantes bolivianos (756) recenseados, em 1872.

¹³¹ FONSECA, 1880, p. 301-302.

¹³² FONSECA, 1880, p. 302.

¹³³ FONSECA, 1880, p. 319.

¹³⁴ CRAIG, 1947, p. 127.

¹³⁵ CRAIG, 1947, p. 234.

Tamanho foi o deslocamento de trabalhadores indígenas da Bolívia para o rio Madeira que as autoridades daquele país procuraram regulamentar o trabalho indígena no serviço de remo, especialmente dos que vinham para o Brasil. Em 1858, foi aprovado o primeiro regulamento relativo à navegação e comércio fluvial do Beni, que entrou em vigor na década de 1860.¹³⁶

De acordo com esse regulamento, os patrões eram obrigados a contratar os remeiros somente na presença das autoridades departamentais e o número de remeiros deveria ser segundo a capacidade de carga de cada embarcação. Ainda foi estipulado um valor para o pagamento dos trabalhadores e a obrigatoriedade de fornecer alimentação à tripulação “contratada”.

No entanto, até fins do século XIX, as autoridades bolivianas continuaram preocupadas com o intenso deslocamento de trabalhadores indígenas para o rio Madeira. Em 1882, diferentes chefes locais enviaram ao Ministerio de Hacienda da Bolívia informes sobre a situação econômica, política e social da região do Beni.

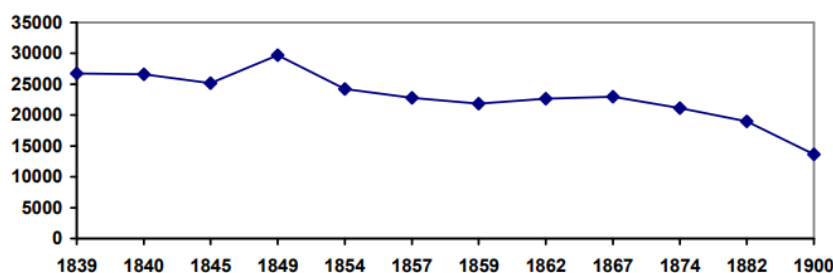
Tomás Villavicencio destacou que “asusta la emigracion que hai de los naturales ó índios de este Departamento al Brasil”. Segundo a autoridade boliviana, na década de 1860, esse fenômeno migratório alcançou proporções preocupantes, pois resultou na falta de mão de obra para as atividades laborais do Departamento do Beni. Villavicencio afirma que esse deslocamento de trabalhadores “principió la decadencia y ruina de estos pueblos, en los que ya no existen las fabricas de los tejidos de algodón ni la abundancia de víveres, que era el resultado de los trabajos agrícolas”.¹³⁷

Os trabalhadores indígenas dificilmente retornavam aos *pueblos* do Beni, permaneciam nos seringais de patrões brasileiros e bolivianos estabelecidos no rio Madeira. Tomás Villavicencio detalhou ainda o interesse e participação das autoridades departamentais e dos cônsules bolivianos na Província do Amazonas, como Santos Mercado, na manutenção do fluxo migratório de trabalhadores indígenas, “pues que la mayoría de ellos está interesada em los negocios y gomales del Madeira”.¹³⁸

¹³⁶ MOMBIOLA, Anna Guiteras. La mano de obra indígena en el comercio fluvial del Beni (Bolivia) en la segunda mitad del siglo XIX. **Bulletin de l'Institut français d'études andines** [En línea], 40 (3), 2011, p. 520.

¹³⁷ BOLÍVIA, Ministerio de Hacienda. **Informes y documentos referentes al Departamento del Beni**. La Paz Imp. de La Libertad por J. Aramayo, 1882, p. 11.

¹³⁸ BOLÍVIA, Ministerio de Hacienda, 1882, p. 13.

Gráfico 1: Demografia indígena do Beni (1839-1900)

Fonte: Mombiola, 2011, p. 140.

O gráfico elaborado por Ana Guiteras Mombiola evidencia o declínio da população indígena do Departamento do Beni no século XIX. Entre 1840 e 1860 a população mojenha girava em torno dos 23.000 indivíduos, tendo mantido certa estabilidade no decorrer desse período. Pouco depois de 1867 a população começou a decair significativamente. Segundo David Block, a redução foi de 18%, em 1874, tendo alcançado impressionantes 29%, em 1882.¹³⁹

Ambos os autores afirmam que entre as décadas de 1860 a 1880, o principal motivo para o decréscimo populacional do Beni foi o deslocamento da mão de obra indígena local para o serviço de remo nas canoas e coleta de goma elástica nos seringais do rio Madeira. Nas últimas duas décadas do Oitocentos, o avanço da economia da borracha sobre o território boliviano seria o fator decisivo na redução da população indígena.

Portanto, é somente a partir de fins da década de 1880 que ocorre uma diminuição gradativa no deslocamento de trabalhadores indígenas do território boliviano para o Brasil. Entre as muitas razões podemos destacar uma série de leis cada vez mais rigorosas, como a lei de 24 de novembro de 1883, que assinalou uma sucessão de medidas para proteção dos indígenas, com o objetivo de evitar a perda de mão de obra para o seringais do Madeira.¹⁴⁰

No entanto, a medida legal mais importante foi a lei de 16 de novembro de 1896, conhecida como Lei de Enganches, que proibiu, desde que forçado ou por engano, o recrutamento dos indígenas do território boliviano para atividades ou empresas de qualquer natureza situadas fora da República.¹⁴¹ Meses depois, o decreto de 25 de fevereiro de 1897,

¹³⁹ BLOCK, 1997, p. 231-232.

¹⁴⁰ MOMBIOLO, 2011, p. 166-167.

¹⁴¹ BOLÍVIA. **Ley de 16 de noviembre de 1896.** Ley de Enganches. Disponível em: <http://www.lexivox.org/norms/BO-L-18961116-5.xhtml#normText>.

regulamentou a Lei de Enganches e proibiu definitivamente o recrutamento de trabalhadores para quaisquer atividades fora do país.¹⁴²

Cabe destacar que, na Bolívia, a economia da borracha atingiu seu ápice ao final da década de 1880, o que ajuda a compreender o esforço de patrões e autoridades em manter os trabalhadores indígenas dentro do território nacional. Essa preocupação não era apenas econômica, mas também estratégica, pois a disponibilidade e o controle da força de trabalho indígena tornaram-se elementos centrais para sustentar a produção boliviana.

Os indivíduos que compunham o fluxo migratório boliviano não conformavam um grupo homogêneo, eram divididos entre patrões (comerciantes e proprietários) e trabalhadores indígenas (homens, mulheres e crianças). Os primeiros, em sua maioria, eram de ascendência espanhola e oriundos de Santa Cruz de La Sierra, conhecidos como *cruceños* e, por vezes chamados de ‘dom’. Essa distinção no tratamento demonstrava o status e lugar ocupado por esses indivíduos na hierarquia da sociedade local no rio Madeira e na Bolívia. Em contrapartida, os trabalhadores indígenas eram de diferentes grupos étnicos, procedentes dos *pueblos* surgidos dos antigos aldeamentos de Mojos e Chiquitos. Eram comprados, vendidos e explorados como remeiros, pilotos e extratores de goma elástica ao longo das margens do rio Madeira e afluentes, no qual o espanhol misturado com as línguas indígenas era mais utilizada que o português.

Nessa conjuntura, em escala global, de expansão do capitalismo sobre novas áreas de exploração, e, em nível local, de avanço da economia da borracha na Amazônia, a intensificação do comércio e da migração boliviana na região de fronteira do rio Madeira fez com que as autoridades nacionais e locais, do Brasil e da Bolívia, se mobilizassem para definição dos limites territoriais entre os dois países.

1.3. Fronteira Brasil-Bolívia e o Tratado de Ayacucho (1867)

Segundo Ana María Lema, o tratamento dos problemas e a busca de soluções diante da falta de definição das fronteiras nacionais do Brasil e da Bolívia, no século XIX, são comumente analisadas pela historiografia de ambos os países na perspectiva dos governos centrais, isto é, do Rio de Janeiro e Sucre/La Paz¹⁴³. Como resultado temos uma história tradicional –

¹⁴² BOLÍVIA. **Decreto de 25 de febrero de 1897.** Reglamento da Ley de Enganches. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CDIQFjADahUKEwifxZaq6oLIAhWDEpAKHskFACc&url=http%3A%2F%2Fwww.gacetaooficialdebolivia.gob.bo%2Fnormas%2Fdescargar%2F38934&usq=AFOjCNHng4o-GSpZHeTI9tQ-9Rcpjk-reg>.

¹⁴³ Desde a guerra civil, que levou a Independência, em 1825, a Bolívia possui duas capitais: Sucre, considerada a oficial, sede do Judiciário, e La Paz, sede do Executivo e Legislativo.

diplomática, militar e política – que não leva em consideração a vida cotidiana da e na fronteira.¹⁴⁴

Apesar disso, nos últimos anos têm surgido diversas pesquisas voltadas para análise da conjuntura socioeconômica e das relações transfronteiriças entre o Brasil e a Bolívia no Oitocentos. Entre as principais temáticas abordadas estão as questões de limites, a navegação, o comércio, a fuga de escravos e uma incipiente etnografia indígena.¹⁴⁵ Contudo, a maioria dos estudos tem um recorte geográfico específico, a região do rio Guaporé, que conforma o território de Chiquitos (Bolívia) e a antiga Província do Mato Grosso (Brasil). Enquanto isso, a prioridade dos governos nacionais, em meados do século XIX, era a fixação dos limites territoriais na região do rio Madeira, zona de soberania indecisa, devido a (in)definição das fronteiras herdadas pelos tratados entre Portugal e Espanha – Madrid, El Pardo, Santo Ildefonso e Badajoz. Afinal, conforme as disposições desses tratados, a margem esquerda do rio Madeira, até seu ponto médio, pertencia à Bolívia, de modo que o Brasil dividia a soberania sobre esse vasto e rico território.

Pouco tempo após a independência das antigas colônias ibéricas, os Estados nacionais buscaram estabelecer as bases para um diálogo acerca da definição das fronteiras. A primeira missão diplomática do Brasil na Bolívia ocorreu de 1832 a 1845, com o objetivo de resolver as questões de limites, navegação, comércio e extradição.¹⁴⁶ No entanto, os primeiros anos dos países recém-independentes foram marcados por um período conturbado de agitações políticas que tornou morosa a negociação dos limites, sendo definido apenas com a assinatura do Tratado de Ayacucho, firmado em 1867.

Em primeiro lugar, no caso do Brasil, a independência, isto é, o processo de separação política da metrópole (1822), não coincidiu com o processo de consolidação da unidade

¹⁴⁴ GARRETT, Ana María Lema. ¿Una frontera en movimiento o movimientos en la frontera Bolivia-Brasil en la época del Tratado de Ayacucho. **Anuario de Estudios Bolivianos, Archivísticos y Bibliográficos**, volume 19. Sucre ABNB, 2013, p. 256.

¹⁴⁵ CALDEIRA, Newman di Carlo. **Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do Império do Brasil com a República da Bolívia (1825-1867)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.; SENA, Ernesto Cerveira de. Evadidos em região de fronteira o império do Brasil e Bolívia (1825-1850). **Anuario de Estudios Bolivianos, Archivísticos y Bibliográficos**, 18. Sucre: ABNB, pp. 79-95, 2012; MANSILLA, Stephanie Carola Vargas. Por el Pacífico o por el Atlántico. (Apuntes para la historia fronteriza Bolivia-Brasil en el siglo XIX). **Revista Transporte y Territorio**, n. 10, p. 145-157, 2014. VANGELISTA, Chiara. Los indios como recurso económico. El caso de Mato Grosso (Brasil), siglos XIX-XX. **El estado en América Latina: recursos e imaginarios, siglos XIX-XXI**, Barcelona: Universidad de Barcelona, p. 41-58, 2011.

¹⁴⁶ CHDD – Centro de História e Documentação Diplomática. **Cadernos do CHDD**. Ano 14, n. 27. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015, p. 11-15.

nacional (1840-1850), que só foi efetivado após a supressão dos conflitos internos nas províncias.¹⁴⁷

Na Amazônia, por exemplo, o domínio imperial só foi consolidado após a supressão da Cabanagem (1835-1840).¹⁴⁸ Somente após a dissolução desse conflito o governo brasileiro pode dedicar maiores esforços na ocupação do território e delimitação das fronteiras com as chamadas “Repúblicas do Pacífico” – Chile, Nova Granada/Colômbia, Peru, Bolívia – e com a Venezuela.

Por outro lado, a Bolívia vivenciou um maior período de conflitos internos e instabilidade política, de 1825 a 1880, que culminou na perda dos poderes públicos. Consequentemente, não foi possível estabelecer um efetivo controle estatal do território, tanto no que se refere à expansão das fronteiras interna e externa – com exceção dos territórios do oeste e sudeste –, como na defesa da soberania boliviana nos territórios limítrofes, especialmente o norte/noroeste (Amazônia).¹⁴⁹

Ao mesmo tempo, com a intensificação dos conflitos na Bacia do Prata, a partir de 1840, o governo imperial passou a sofrer maior pressão para a abertura dos rios amazônicos à navegação internacional. Esses rios tinham o potencial de integrar os mercados das antigas colônias espanholas às rotas mercantis atlânticas, sobretudo do Peru e da Bolívia.¹⁵⁰ Consequentemente, o rio Madeira se tornou área de interesse das nações estrangeiras por sua capacidade de manter o comércio entre os Estados Unidos, a Europa e o oriente boliviano.

Segundo os relatórios do Ministério das Relações Exteriores, os governos da Bolívia e do Peru estabeleceram contratos de navegação e comércio com os Estados Unidos, França e Inglaterra, que permitiam a entrada de navios estrangeiros em rios do interior de seus respectivos territórios, mas cujo acesso dependia da navegação dos rios que correm em território brasileiro.¹⁵¹

Essas investidas eram vistas como uma ameaça à soberania imperial sobre os rios Madeira, Solimões e Amazonas. Desse modo, o governo brasileiro adotou uma política centralizadora, por meio de um conjunto de estratégias jurídicas e atos administrativos, como

¹⁴⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005, p. 7.

¹⁴⁸ HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798-1840*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2017.

¹⁴⁹ JORDÁN, 2001, p. 182.

¹⁵⁰ PALM, Paulo Roberto. *A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro*. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 37.

¹⁵¹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da repartição dos negócios estrangeiros do anno de 1853 apresentado a Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da nona legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Antônio Paulino Limpo de Abreu*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1853, Anexo G, p. 1-9.

forma de se interpor às pressões internacionais para a livre navegação e garantir a soberania sobre os rios amazônicos.

Através do decreto nº 1.037, de 30 de agosto de 1852, o governo imperial concedeu à Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, o privilégio exclusivo por trinta anos para operar a navegação a vapor no rio Amazonas em duas linhas: de Belém a Manaus e de Manaus a Nauta.¹⁵²

Em retaliação à política brasileira de navegação fluvial, o governo boliviano decretou, em 27 de janeiro de 1853, a liberdade de navegação e comércio estrangeiro nos rios do país que desaguassem no Paraguai e Amazonas, sobretudo o alto rio Madeira, até então, território boliviano.¹⁵³ Apesar da pressão, o governo imperial só abriu o rio Amazonas à navegação internacional, em 1866.

Nessa conjuntura, a região amazônica vivenciava um período de maior dinamismo econômico e social, devido ao aumento da demanda internacional por produtos naturais. Regiões consideradas “inexploradas”, mas ricas em borracha natural, como os rios Madeira, Purus e Juruá, passaram a receber um intenso fluxo migratório. Significa dizer que essas regiões experimentavam não somente o lugar de fronteira externa, mas também de “fronteira interna”. No século XIX, esse termo era utilizado para mostrar até onde o processo civilizatório havia chegado ou não, dentro do território de um mesmo país.

No rio Madeira, por exemplo, o avanço da fronteira comercial e extrativista ocorreu em dois sentidos, da foz para o alto rio e vice-versa. Por um lado, seringueiros e comerciantes luso-brasileiros avançavam rio acima, enquanto negociantes bolivianos desciam pelo Mamoré até o Madeira, acompanhados de indígenas mojenhos e chiquitanos.

Lembremos que o fluxo migratório nordestino alcançou expressividade nessa região somente a partir da década de 1880. Contudo, não eram apenas os comerciantes e pessoas pobres livres que circulavam por essa zona de fronteira, mas também escravizados, criminosos comuns e fugidos políticos, do Brasil e da Bolívia, que buscavam asilo no país vizinho.¹⁵⁴ Em outras palavras, os atores locais frequentemente transpassavam os limites fronteiriços (in)definidos pelos tratados internacionais.

¹⁵² BRASIL. *Collecção de Leis do Império do Brasil de 1852*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, Tomo XV, parte 11, 1853, p. 359.

¹⁵³ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório da repartição dos negócios estrangeiros do anno de 1853 apresentado a Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da nona legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Antônio Paulino Limpo de Abreu*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1853, Anexo G, p. 6.

¹⁵⁴ CALDEIRA, 2009; SENA, 2012.

Essa frenética movimentação populacional, aliada ao aumento dos interesses internacionais na região, converteu o rio Madeira em área de interesse estratégico para os governos centrais do Brasil e da Bolívia, de modo que recomeçaram as negociações para delimitação da fronteira. Ambos os países buscaram estabelecer estratégias de ocupação e consolidação do domínio sobre as regiões em litígio, com o objetivo de incorporar os respectivos territórios – dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira – em seus projetos de construção nacional.

Para tanto, os governos centrais se articularam junto às autoridades locais no financiamento de viagens exploratórias, auxílio aos missionários no aldeamento das populações indígenas e incentivo a ocupação de seus territórios fronteiriços. Contudo, as estratégias de consolidação da unidade nacional e a ininterrupta movimentação na fronteira geraram mal-estar entre as autoridades nacionais e locais de ambos os países.

Em 28 de junho de 1864, o governo imperial enviou ao governo boliviano uma nota pedindo esclarecimento acerca de denúncias recebidas sobre a existência de duas colônias, denominadas Achá e Loras, fundadas por um missionário na margem direita do rio Mamoré, território brasileiro, com a anuência das autoridades locais da Bolívia. Em resposta, o governo central da Bolívia informou não ter conhecimento do assunto, mas que iria exigir explicações das autoridades locais e na existência dos assentamentos os ocupantes seriam retirados do território brasileiro.¹⁵⁵

Ao que parece, o prefeito do departamento do Beni, general Quintin Quevedo, incentivou e prestou auxílio ao padre Daniel V. Loras na fundação de colônias e missões entre os Chacobos. O objetivo era “civilizar” e incorporar essa população indígena ao mundo do trabalho e, por conseguinte, garantir a soberania boliviana sobre o território em disputa.¹⁵⁶

Não sabemos dizer se essas colônias foram realmente fundadas na margem direita do rio Mamoré, porém, em pouco menos de seis meses o missionário Loras “desistiu” de submeter os “selvagens” Chacobos. Supõe-se que o abandono dessa tentativa missional ocorreu por ordem das autoridades nacionais da Bolívia, que buscavam evitar conflitos em meio às negociações de limites com o Brasil.

Além da comunicação diplomática, o governo imperial ordenou que a Província do Amazonas averiguasse a questão das colônias missionais no Mamoré, bem como investigasse

¹⁵⁵ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório da repartição dos negócios estrangeiros apresentado a Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima-segunda legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado João Pedro Dias Vieira**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1864, p. 210-211.

¹⁵⁶ SAUCEDO, Manuel Limpias. **Los gobernadores de Mojos**. Escuela Tipográfica Salesiana, 1942, p. 173.

denúncias anteriores sobre a ocupação do território brasileiro pelos bolivianos, no alto rio Madeira.¹⁵⁷

O presidente da Província do Amazonas encarregou o engenheiro João Martins da Silva Coutinho de realizar essa viagem de exploração até a região de fronteira.¹⁵⁸ Em seu relatório, Coutinho destacou a existência de diversas feitorias de bolivianos no alto rio Madeira, contudo, estabelecidas na margem esquerda, ou seja, em território pertencente à Bolívia, pois até 1867, apenas a margem direita do rio pertencia integralmente ao Império.

Em reação à frenética mobilização na fronteira, de atores e autoridades locais da Bolívia, o governo da Província do Amazonas ordenou a instalação de um destacamento militar brasileiro na margem esquerda da cachoeira de Santo Antônio, no rio Madeira, território boliviano. A finalidade era controlar o comércio, a navegação e o movimento populacional na região. Imediatamente, os comerciantes que transitavam entre o Departamento do Beni, as Províncias do Amazonas e Pará, informaram as autoridades bolivianas sobre a instalação militar brasileira.

Após o recebimento das notícias, o prefeito do Departamento do Beni, general Quintin Quevedo, enviou à presidência da Província um ofício em protesto à instalação do destacamento militar. Cabe lembrar que, além de autoridade local, Quevedo era um importante negociante e conhecedor das rotas fluviais da Amazônia. Em 1861, havia realizado uma viagem exploratória por toda a extensão do rio Madeira até a praça comercial de Belém.

De acordo com o ofício enviado por Quevedo,

Conhecida e incontestável é a linha divisória de ambos os Estados nesse lugar, onde, depois de seguir o curso do Guaporé ou Itenez e o do Madeira termina para a Bolívia depois da cachoeira Santo Antonio, e ainda que se discuta sobre o ponto preciso da demarcação, este em todo o caso vai além da cachoeira, e chega até á praia do Tamanduá, e talvez com mais acerto até um igarapé, chamado Yabary situado entre Tamanduá e o Crato, dizem assim as tradições de ambos os Estados, e assim o confirma, no que toca á cachoeira, a scientifica obra brasileira, intitulada *Diccionario Topographico, Historico e Descriptivo da Comarca do Alto Amazonas*, [...] de 1852.¹⁵⁹

Recorrer aos antigos tratados coloniais e as obras científicas brasileiras era uma tentativa de legitimar a soberania da Bolívia sobre o território em disputa. Segundo Quevedo, havia ordens diretas do governo da Província do Amazonas para que o comandante do posto militar ocupasse toda a margem esquerda do rio Madeira, lado boliviano, sob as vistas da política imperial.

¹⁵⁷ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, 1864, p. 212.

¹⁵⁸ COUTINHO, 1864.

¹⁵⁹ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, 1864, p. 214.

Nos relatórios internos, as autoridades provinciais destacam que no rio Madeira, “pertencem ao Império toda a margem direita e grande parte da esquerda”, mas não toda ela.¹⁶⁰ Em contrapartida, na diplomacia externa, em 26 de fevereiro de 1865, em resposta ao protesto boliviano, o presidente da Província do Amazonas, Adolpho de Barros Cavalcante, deixa claro as intenções do governo imperial em consolidar o domínio sobre toda a extensão do rio Madeira. De acordo com essa autoridade local,

a linha divisória dessa Republica com o Imperio, no ponto em questão, longe de ser conhecida e incontestável, como V. Ex. dá por averiguado, é incerta e indecisa, mesmo debaixo do ponto de vista dos antigos tratados entre Portugal e Hespanha, pois que dependeu sempre e ainda depende do conhecimento exacto de distancias que nunca até hoje forão convenientemente determinadas. [...] Assim, pois, quer n’um, que n’outro tractado, ficou indeterminado o ponto limítrofe dos dous territórios. [...] Mais tarde verificada a independência do Brasil e das colônias hespanholas, as cousas continuarão como até então, e o principio *uti possidetis* tem sido admitido como base para a descriminação das respectivas fronteiras.¹⁶¹

Adolpho Barros afirmou que a fixação do destacamento militar foi realizada em um local considerado pertencente ao Império brasileiro, cujas autoridades sempre exerceram jurisdição e que jamais foi contestada pelos representantes da República boliviana. O presidente da província alegava que a Bolívia nunca realizou atos de posse e “suas autoridades jamais contestarão ou de qualquer modo procurarão impedir o livre e não interrompido exercício da jurisdição e soberania do Brasil no terreno da presente controvérsia, terreno este que até faz parte de um districto de subdelegacia policial”.¹⁶²

Segundo o governo provincial, a instalação do destacamento militar tinha o objetivo de proteger os comerciantes bolivianos que desciam pelo Madeira até o Pará, bem como garantir a segurança dos habitantes brasileiros/portugueses contra as correrias dos indígenas. Entretanto, a criação da subdelegacia de Santo Antônio, desmembrada do Crato, e, em seguida, do posto militar, tinha como finalidade não apenas controlar o movimento de pessoas e mercadorias, mas garantir o domínio imperial sobre o território de fronteira.

Os relatórios de presidente de província permitem vislumbrar as estratégias adotadas pelo Império brasileiro na expansão dos limites fronteiriços, através da ampliação da estrutura administrativa e burocrática estatal, ao mesmo tempo que as autoridades locais destacavam “a conveniência da presença de um agente da autoridade naquella limite da província”.¹⁶³

No destacamento de Santo Antônio havia um total de 46 guardas nacionais, sendo 44 praças e 2 oficiais. Enquanto isso, os outros dois pontos militares do rio Madeira, Borba e

¹⁶⁰ RPPAM, Volume III, 1864, p. 127.

¹⁶¹ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, 1864, p. 215.

¹⁶² BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, 1864, p. 216.

¹⁶³ RPPAM, Volume III, 1865, p. 206.

Baetas, somados possuíam 17 guardas, ou seja, só em Santo Antônio foram estabelecidos mais que o dobro da força militar presente naquelas paragens.¹⁶⁴ A criação dessa malha de instituições jurídicas e policiais, representado por atores locais em posições estratégicas, fez parte de um projeto mais amplo de conquista e ocupação da Amazônia pelo governo brasileiro.¹⁶⁵

Para o Império, garantir o domínio sobre o território do rio Madeira era fundamental não somente pela consolidação da unidade nacional, mas para a defesa da soberania do Brasil. Nesse período, o país estava envolvido na guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) contra o Paraguai, numa região muito próxima à fronteira em questão.

De acordo com Giovani José da Silva, a guerra acirrou as preocupações do Brasil com os ajustes da fronteira, pois os diplomatas imperiais tinham temor de que fosse formada uma aliança antibrasileira. Tudo isso “apressou a necessidade sentida pelos governantes de ajustar as fronteiras com a Bolívia a fim de que se evitasse a possibilidade de abertura de mais uma frente de conflito armado”.¹⁶⁶

Em 1866, o Ministério dos Negócios Estrangeiros enviou à Bolívia uma nova missão especial, com instruções ao negociador Lopes Neto, para resolver com urgência a definição das linhas de fronteira e regular a questão da navegação. Como forma de diminuir a animosidade e assegurar relações amigáveis com o país vizinho, o governo imperial ordenou a retirada do “destacamento militar brasileiro que ocupaba la margen izquierda de la ultima cachuela de San Antônio, propiedad exclusiva de Bolívia”, para a localidade do Crato.¹⁶⁷

O governo brasileiro admitiu a soberania boliviana sobre a margem esquerda do alto rio Madeira, mas deixou evidente o interesse de anexar esse território ao Império. As negociações não foram amenas, mas resultou no Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, conhecido como Tratado de Ayacucho. Assinado, em 27 de março de 1867, pelo plenipotenciário Felipe Lopes Netto e pelo titular da chancelaria boliviana, Mariano Donato Muñoz.¹⁶⁸

¹⁶⁴ RPPAM, Volume III, 1866, p. 391.

¹⁶⁵ AMARAL, Josali do. **Nos confins do Império: ocupação da Amazônia Ocidental, fronteiras, navegação e comércio (1822-1870)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

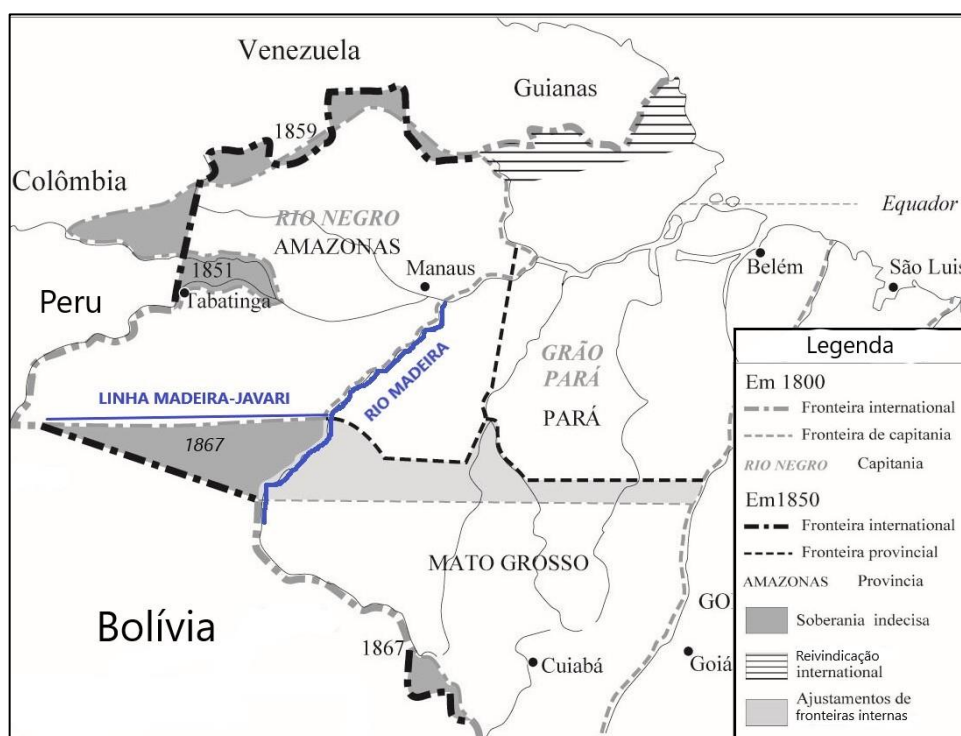
¹⁶⁶ SILVA, Giovani José da. **Entre Fronteiras Brasil-Bolívia: Relações Internacionais, Diplomacia e Política**. Paco Editorial, 2018.

¹⁶⁷ SAUCEDO, 1942, p. 181.

¹⁶⁸ BRASIL. Decreto nº 4.280, de 28 de novembro de 1868. Promulga o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, celebrado em 27 de Março de 1867, entre o Brasil e a Republica de Bolívia. **Coleção de Leis do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, Vol. 1, parte II, 1868.

Por meio desse acordo, o Estado brasileiro consolidou parte de suas fronteiras externas e anexou um imenso território garantindo o domínio sobre toda a extensão do rio Madeira, que, nesse período, era o maior produtor de borracha da Província do Amazonas. Podemos visualizar no mapa abaixo esse processo de expansão e consolidação das fronteiras internas e externas do Império brasileiro, em meados do Oitocentos, bem como os territórios anexados pelo Brasil em decorrência do acordo de 1867.

Mapa 8: As fronteiras amazônicas no século XIX



As datas indicam os diferentes tratados negociados pelo Barão de Ponte Ribeiro ao longo do século XIX. Em azul, o rio Madeira e a linha Madeira-Javari [grifo nosso].

Fonte: Droulers, 2001.¹⁶⁹

Através do Tratado de Ayacucho regularizou-se também a navegação e comércio pelo rio Madeira, importante via de comunicação com o oriente boliviano, região produtora de gêneros agrícolas e pecuários, com uma incipiente indústria extrativista de quina e goma elástica.¹⁷⁰ As autoridades provinciais viam na produção beniana uma possibilidade de abastecimento para a Província do Amazonas, altamente dependente dos gêneros importados do Pará.

¹⁶⁹ Reproduzido por: BIAGGI, Enali de. Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira. Os mapas como um meio de delimitar o território. **Terra Brasilis** (Nova Série). Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 4, 2015.

¹⁷⁰ RPPAM, Volume III, 1865, p. 221-238.

Em contrapartida, a Bolívia perdeu 250.000 km² de seu território amazônico, a linha Madeira-Javari. Apesar dessa perda territorial, para as autoridades nacionais bolivianas, o Tratado respondeu a um sonho de vinculação fluvial e, indiretamente, marítima. Até então, sucessivos governos haviam buscado, sem sucesso, alternativas ao uso dos portos do Pacífico, território disputado com o Chile. Encontrar e garantir acesso para as saídas navegáveis até o Atlântico era crucial para desenvolver o comércio exterior do país.¹⁷¹

A concessão da livre navegação dos rios que correm em território brasileiro foi utilizada como principal instrumento de barganha pelos diplomáticos imperiais para obtenção de maiores vantagens na demarcação dos limites. Sem embargo, dos trinta artigos presentes no Tratado, apenas um aborda a questão de limites, os demais se referem, majoritariamente, ao comércio e navegação do rio Madeira.

O processo de negociação que levou ao Tratado de Ayacucho tornou visível o frágil controle que ambos os países tinham da região e a insignificante presença de agentes efetivos do poder estatal. Esse acordo ainda colocou em evidência a intensa circulação de pessoas e mercadorias entre o Departamento do Beni e as Províncias do Mato Grosso e Amazonas. Destacou-se também os desencontros entre os interesses das autoridades nacionais e locais, estabelecidas na fronteira ou em sua proximidade.

No caso do Brasil, o governo central tinha maior interesse na definição dos limites, enquanto as autoridades locais das Províncias do Mato Grosso e Amazonas priorizavam, respectivamente, a resolução de questões relativas à extradição de escravos fugidos e o controle do tráfego de pessoas e mercadorias pela via fluvial do Madeira.

Na Bolívia, indivíduos vinculados ao governo central, como José Rosendo Gutiérrez e Mariano Donato Muñoz, defendiam veementemente o acordo de 1867, pois consideravam que havia sido resolvido com recíprocas vantagens as antigas questões de limites e navegação.¹⁷² Em contraposição, autoridades locais, como Mariano Reyes Cardona, prefeito de Santa Cruz de la Sierra, e Quintin Quevedo, prefeito do Departamento do Beni, se opuseram ao Tratado.¹⁷³ Esses atores conheciam a dinâmica cotidiana da fronteira e entendiam que, se, por um lado, a Bolívia obteve livre acesso ao rio Amazonas, por outro, perdeu uma grande parte de seu território, a região inexplorada da linha Madeira-Javari. Incluindo nessa perda o território do

¹⁷¹ GARRETT, 2013, p. 256.

¹⁷² GUTIÉRREZ, Rosendo. *Cuestión de límites entre Bolivia y Brasil o sea el artículo 2 del tratado del 27 de Marzo 1867*, La Paz, Imprenta Paceña, 1868; MUÑOZ, Mariano D. *Memoria que el Ex-Secretario Jeneral de Estado y actual Ministro de Gobierno, Justicia y Relaciones Exteriores de la República de Bolivia presenta a la Asamblea Nacional Constituyente reunida en 1868*. La Paz de Ayacucho, Imp. Paceña, 1868.

¹⁷³ CARDONA, Mariano Reyes. *Memorandum sobre límites entre Bolivia y el Brasil*. Imprenta Paceña, 1867.

alto rio Madeira, área rica em borracha natural, mas pouco conhecida pelas autoridades nacionais.

A tentativa de criação de um consenso entre autoridades nacionais e locais, do Brasil e da Bolívia, culminou em um Tratado ambíguo, pois todas as estipulações do acordo, que não se referiam a limites, tinham o prazo de seis anos. Após esse período a Bolívia deveria renegociar o direito a navegação e comércio pelos rios brasileiros. No que tange a extradição não foi especificado a repatriação de escravos fugidos, o que dava margem a livre decisão das autoridades bolivianas assentadas na fronteira, de atender ou não os pedidos das autoridades e atores locais do Mato Grosso.¹⁷⁴

De modo efetivo, apesar da importância que o Tratado de Ayacucho teve para os governos centrais de ambos os países, com exceção dos desenhos cartográficos, em curto e médio prazo, não houve uma mudança significativa no que diz respeito aos deslocamentos e a intensa circulação de pessoas e mercadorias na fronteira. Os negociantes bolivianos e brasileiros continuaram se movimentando, sem maiores impedimentos, entre um e outro território.

Conforme destacou Ana Maria Garrett, as populações locais não se restringiam às linhas imaginárias estabelecidas por atores externos à realidade da fronteira, mas circulavam, ocupavam e exploravam a região de acordo com suas necessidades econômicas e sociais.¹⁷⁵ Podemos dizer que as autoridades nacionais, que negociaram a questão de limites, não levaram em consideração o cotidiano da e na fronteira, por se tratar de uma região periférica, pouco acessível e conhecida pelos governos centrais.

Isto não significa que as autoridades imperiais não buscaram estabelecer seu domínio no território anexado e controlar a movimentação ininterrupta na fronteira. Muito pelo contrário, houve uma rápida mobilização do governo brasileiro para garantir a sua soberania, por meio do financiamento de viagens exploratórias, instalação de um aparato burocrático local e, principalmente o estabelecimento de uma política de regularização fundiária.

Em 1867, os engenheiros alemães Joseph e Franz Keller foram encarregados, pelo governo imperial, de uma viagem de reconhecimento e exploração de toda extensão do rio Madeira. Entre os objetivos estava avaliar o melhor traçado para construção de uma ferrovia no trecho encachoeirado e informar as potencialidades econômicas e colonizadoras do território anexado.¹⁷⁶

¹⁷⁴ SILVA, 2018.

¹⁷⁵ GARRETT, 2013.

¹⁷⁶ KELLER, José; KELLER, Francisco. **Exploracion del Rio Madera en la parte comprendida entre la Cachuela de San Antonio y la embocadura del Mamorè, por los ingenieros Brasileños**. La Paz: Imprenta de la Union Americana, 1870.

Podemos dizer então que nesses primeiros anos de economia da borracha no rio Madeira – e, de modo geral, na Amazônia – a exploração era realizada, predominantemente, por atores locais e pequenos negociantes, brasileiros/portugueses e, em nosso caso, bolivianos que afluíram para os rios fronteiros acompanhados de mão de obra indígena.

Davi Avelino Leal afirma que essa dinâmica de ocupação se modificou, a partir de 1870, quando a Província do Amazonas começou uma intensa atividade de regularização fundiária. Até então o uso da terra se dava pela posse, e visto que a terra era abundante, não provocava maior interesse.¹⁷⁷

Como o desejo não estava na terra em si, mas nos recursos naturais disponíveis, e estes estavam dispersos por grandes extensões, sobretudo as árvores de seringa, não havia nos proprietários interesse em demarcar e legalizar as posses de terras, pois significaria a imposição de limites ao apetite expansionista desses indivíduos. No entanto, a natureza prática dessa atividade econômica, aliada a uma política de alargamento dos limites das propriedades, levou a inúmeros conflitos.

Visando sanar a instabilidade social que se apresentava, a Província do Amazonas implementou uma política de ampliação do aparato burocrático estatal e, por conseguinte, de regularização fundiária, principalmente nas áreas de expansão da fronteira extrativista dos rios Madeira, Purus e Juruá, zonas de maior conflito. Segundo Davi Leal, esse movimento de avanço sobre a terra, antes de uso comum, deve ser entendido como parte de um novo processo de territorialização que a Amazônia vivenciou na segunda metade do século XIX.¹⁷⁸ Isso implicou em uma reorganização social, por meio da “constituição de mecanismos políticos especializados e a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais”.¹⁷⁹

Na prática, todo esse processo indica um “grande fechamento do rio”, já que as pessoas comuns (indígenas, negros e mestiços), que antes tinham acesso a áreas de extração vegetal e animal, e os pequenos comerciantes (brasileiros/portugueses e bolivianos) que podiam trabalhar recolhendo castanhas e extraindo borracha, foram sendo sistematicamente expropriados e

¹⁷⁷ LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)**. Dissertação de Mestrado. Programas de Pós-graduação, UFAM/Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus, 2007, p. 70.

¹⁷⁸ LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

¹⁷⁹ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. **Mana: Revista de Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, 4 (1):47-77, abril. 1998, p. 55.

proibidos de realizar tais atividades, por vezes, sendo incorporados como mão de obra e fregueses dos que viriam a se tornar grandes proprietários de terras.¹⁸⁰

Em 1878, uma década após a expedição Keller, os bolivianos que permaneceram no rio Madeira já não eram pequenos comerciantes, mas faziam parte de um seleto grupo de grandes produtores e possuíam centenas de indivíduos empregados na coleta de goma elástica. Destacam-se as figuras de Santos Mercado, Ignácio Arauz, Pastor Oyola e Antônio Chavez, este último tinha sob seu comando cerca de 270 trabalhadores indígenas, dos quais 180 eram homens.¹⁸¹

Nem todos os negociantes bolivianos poderiam ser considerados de grande capital, alguns desses indivíduos eram tidos como comerciantes de pequeno porte, frente aos brasileiros/portugueses já estabelecidos em Borba e com uma ampla rede de comércio que os conectava à praça mercantil de Belém. No entanto, comparados a uma população de trabalhadores majoritariamente indígenas, esses comerciantes ocupavam o topo da hierarquia social. Alguns dos quais ascenderam dentro de seu próprio grupo, em detrimento de outros.

Essa dinâmica de fechamento dos rios adquiriu novos contornos no rio Madeira. A fixação dos limites fronteiriços com a Bolívia era algo recente e o fluxo migratório boliviano continuava ininterrupto. Nesse sentido, a demarcação de terras se configurou também como uma estratégia do governo provincial para garantir a soberania brasileira sobre o território, através do controle dos recursos naturais e, consequentemente, das pessoas que ali viviam.

Das 141 concessões de terras emitidas, no ano de 1869, pela Província do Amazonas, 63 foram para o rio Madeira.¹⁸² Tamanho era o interesse das autoridades na regularização da propriedade territorial na região que, em 1874, foi criada uma comissão específica para tratar da questão de terras. O engenheiro responsável pela comissão, Feliciano Antônio Benjamin, destacou o intenso processo de “ocupação” das terras ainda “inexploradas”, por nacionais e cidadãos bolivianos, dedicados à exploração dos seringais.

O governo provincial não tinha interesse em frear o fluxo migratório boliviano, mas incorporar esses indivíduos e sua mão de obra indígena na “sociedade brasileira”, isto é, sujeitar os atores locais ao aparato burocrático do Estado imperial. Segundo o relatório, o objetivo era que os bolivianos já estabelecidos no Madeira e aqueles que vinham chegando, “pelos seus próprios interesses, bem como pelos do Estado, se colloquem sob a salva-guarda da lei,

¹⁸⁰ LEAL, 2013, p. 75.

¹⁸¹ CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição**. São Paulo: Nacional, 1947, p. 127.

¹⁸² RPPAM, Volume III, 1870, p. 789,

adquirindo por título legítimo os terrenos que ocuparem, e habilitando-se assim a gozar das vantagens que ali lhes concede”.¹⁸³

Esse controle jurídico e burocrático, implementado pelo governo imperial, cumpriu a função de produzir, no imaginário das pessoas que se movimentavam e habitavam essa região, uma noção mais apurada do domínio material e simbólico, bem como da soberania do Estado brasileiro sobre o território de fronteira.

Ao mesmo tempo, muitos dos pequenos produtores bolivianos instalados no rio Madeira tiveram de abandonar suas possessões e irem se estabelecer na região do baixo Mamoré e Beni, de soberania boliviana. Na Bolívia, a explicação para esse fenômeno consolidou uma narrativa equivocada sobre as repercussões imediatas do acordo de 1867 para a população boliviana que vivia no território cedido ao Brasil.

A literatura especializada recorrentemente afirma que, após a assinatura do Tratado de Ayacucho, a população boliviana foi expulsa do alto rio Madeira pelas autoridades imperiais. Ao que parece, o primeiro a fazer essa colocação foi Hernando Sanabria Fernández, em 1958, posteriormente, sendo utilizado pelo pesquisador norte-americano J. Valerie Fifer, na década de 1970, cuja obra se tornou referência para diversos pesquisadores, tais como: Antônio Carvalho Urey, Said Zeitum Lopez, Delia Otero e, mais recentemente, Dietmar Stoian e Lorena Córdoba.¹⁸⁴

No entanto, as fontes mostram que o fluxo migratório boliviano se intensificou após o acordo de 1867. Desse modo, o recuo de alguns padrões bolivianos para o Mamoré e Beni é melhor explicado tendo em perspectiva que a aquisição dos títulos de concessão de terras era onerosa. Segundo a legislação, os interessados deviam comprar as chamadas terras devolutas pertencentes ao governo brasileiro, o que exigia capital financeiro para o pagamento das altas

¹⁸³ BENJAMIN, Feliciano Antonio. **Relatorio apresentado ao exm. sr. Dr. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto, pelo Engenheiro bacharel Feliciano Antonio Benjamin, membro da Comissão de fiscalisação da estrada de ferro do Madeira e Mamoré e de medição e demarcação de terras no Rio Madeira, actualmente encarregado da mesma comissão.** Manaus: Typographia do Commercio do Amasonas, 1874, p. 164-165.

¹⁸⁴ FERNÁNDEZ, Hernando Sanabria. **En busca de Eldorado: La colonización del Oriente Boliviano por los cruceños.** Santa Cruz de la Sierra, Bolívia: Gabriel René Moreno, 1958, p. 44.; FIFER, J. Valerie. The empire builders: a history of the Bolivian rubber boom and the rise of the house of Suarez. **Journal of Latin American Studies**, v. 2, n. 2, 1970, p. 119; UREY, Antonio Carvalho. **Síntesis Monografica del Beni.** Vol I, Trinidad-Bolívia, 1975, p. 57; LOPEZ, Said Zeitum. **Amazonia boliviana: introducción al estudio de la temática norteamazonica.** Producciones Gráficas Visión. La Paz-Bolívia, 1991, p. 244; OTERO, Delia del Pilar. El Acre: Un nuevo caso de fragmentación del espacio amazónico. **DATA-Revista del Instituto de Estudios Andinos e Amazónicos.** La Paz, n. 4, 1993, p. 86; STOIAN, Dietmar. **La Economía Extractivista de la Amazonía Norte Boliviana.** Yakarta CIFOR. Storni Pablo, 2005, p. 61; CÓRDOBA, Lorena. El boom cauchero en la Amazonía boliviana encuentros y desencuentros con una sociedad indígena (1869-1912). In: VILLAR, Diego; COMBÈS, Isabella (eds.) **Las tierras bajas de Bolivia: miradas históricas y antropológicas.** Santa Cruz de la Sierra: El País, 2012, p. 129-130.

taxas e impostos. Logo, muitos preferiram ou não tiveram condições de arcar com os devidos valores monetários e optaram por retornar ao território boliviano, onde não precisavam, ainda, adquirir as terras através de compra.

Conforme elucidado por Davi Avelino Leal, esse processo de regularização fundiária culminou (1) no esbulho dos seringais e castanhais, antes de uso comum; (2) na expulsão dos pequenos comerciantes, posseiros e produtores de goma elástica, nacionais e estrangeiros; e, por fim, (3) na expropriação dos territórios das populações indígenas, incorporados como força de trabalho ou alvos de uma política de extermínio.¹⁸⁵ Processo similar ao que ocorreu em toda a área oriental da Província do Pará com o fim dos seringais “caboclos” destacados por João Pacheco de Oliveira e Barbara Weinstein.¹⁸⁶

Assim, apenas os indivíduos com capital financeiro que, independentemente da nacionalidade, estabeleceram estratégias familiares, econômicas, políticas e sociais nos núcleos urbanos, que surgiam as margens do Madeira, puderam se manter explorando as áreas ricas em produtos naturais e, até mesmo, conseguiram expandir ou adquirir novas propriedades na região de fronteira.

Dessa complexa dinâmica de ocupação – transpassada por interesses públicos e privados, nacionais e locais – surgiu um pequeno grupo de indivíduos ocupando uma nova posição na hierarquia social das localidades que floresciam as margens do rio Madeira em meados do século XIX, uma elite emergente formada por comerciantes bolivianos, portugueses e brasileiros. Nesse sentido, a fronteira não é apenas um lugar de incertezas e imprecisões – geográficas, territoriais, administrativas –, mas um espaço permeável e em ebulição, cheio de atores diversos e de inúmeras possibilidades econômicas e sociais.

¹⁸⁵ LEAL, 2013.

¹⁸⁶ OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: Editora Civilização Brasileira. **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro, no. 11, v. 11, maio/79; WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

CAPÍTULO II

HOMENS DE NEGÓCIOS: COMÉRCIO, TRABALHO E PROPRIEDADES

Neste capítulo buscamos analisar a estruturação e expansão das redes de comércio e trabalho no rio Madeira, sobretudo durante a segunda metade do século XIX. O ponto de partida é a dinâmica de circulação fluvial protagonizada por comerciantes portugueses e brasileiros, cuja atuação inicial era predominantemente ambulante e sazonal. Subindo o rio em canoas e batelões, esses agentes estabeleciam rotas comerciais móveis, oferecendo produtos e crédito de forma intermitente às populações indígenas locais. Aos poucos, a atividade comercial gerou um processo de ocupação territorial contínua com estrutura produtiva fixa, o seringal.

Em outro momento, reconstituímos as redes de comércio e trabalho boliviano, que apresentavam maior grau de estabilidade e enraizamento. Os patrões, geralmente oriundos de Santa Cruz de La Sierra, estruturaram circuitos duradouros de abastecimento, recrutamento de mão de obra indígena e ocupação dos seringais localizados no território fronteiriço. Com o apoio tácito de autoridades locais e da administração boliviana, consolidaram práticas sociais, econômicas e jurídicas que transformaram o rio Madeira em uma área de forte presença boliviana – a ponto de viajantes afirmarem que pareciam estar em território boliviano. O predomínio do idioma espanhol no alto rio, as formas de trabalho e a organização dos seringais reforçavam essa dualidade fronteiriça.

Por sua vez, o avanço dessas redes econômicas não se limitou à circulação de pessoas e mercadorias, mas implicou também no avanço sobre a terra. Os patrões bolivianos e luso-brasileiros não apenas exploravam os recursos da região, mas reivindicavam juridicamente sua posse, firmando contratos, adquirindo propriedades e entrando em disputas. As tensões em torno da terra revelam os limites do controle estatal sobre a fronteira e a sobreposição de regimes jurídicos e políticos em disputa. Assim, este capítulo propõe compreender o rio Madeira como uma fronteira em construção – não apenas no sentido geográfico, mas como campo de disputa entre diferentes formas de presença, autoridade e apropriação territorial. A Amazônia oitocentista, longe de ser um vazio a ser colonizado, revelava-se um espaço denso de interesses, marcado por dinâmicas de poder que ultrapassavam os limites formais do Estado nacional.

2.1. Redes de comércio e trabalho: do baixo ao alto rio Madeira

O comércio, juntamente com a exploração da borracha, foi a principal atividade exercida por muitos dos indivíduos e grupos familiares que se tornaram membros da elite local que se

formou na região fronteira do rio Madeira. Esses sujeitos tinham a praça mercantil de Belém não apenas como local de compra e venda de mercadorias, mas também como porta de entrada para diferentes circuitos comerciais, especialmente as redes atlânticas.

Desde o período colonial, a cidade de Belém se tornou o centro articulador do comércio com o interior do Pará e das capitanias do Rio Negro e Mato Grosso, nesta última tendo o rio Madeira como via de comunicação. Na primeira metade do século XIX, com exceção do ano de eclosão da Cabanagem (1835), o comércio interno mantinha grande dinamismo, pois se sustentava em diversas redes de relações sociais para a troca de mercadorias.¹⁸⁷

As famílias proeminentes nas vilas do interior do Alto Amazonas eram aquelas cuja riqueza e prestígio estavam pautados preferencialmente na ocupação de funções militares e no comércio, duas atividades profundamente entrelaçadas e, geralmente, exercidas pelos mesmos indivíduos ou famílias que ocupavam cargos na administração local. Essas famílias teciam formas de dependência e reciprocidade, além de tensões e conflitos com as populações locais (indígenas, quilombolas e caboclos). Dessa forma, os negociantes iam ajuntando os produtos que seriam comercializados na praça mercantil de Belém através das trocas realizadas por diversos rios, furos e paranás nos mais diferentes pontos e portos.

Devido a essa dinâmica, até meados do século XIX, o comércio no rio Madeira era uma atividade ambulante e sazonal que se concentrava na parte baixa do rio, cerca de 150 quilômetros depois da vila de Borba até a foz do rio Aripuanã. Podemos observar este território no mapa a seguir:

¹⁸⁷ MOURA, Daniele. Economia e ideias de civilização no contexto da Cabanagem, 1836-1839. In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; ALVES, Moema de Barcelar (Orgs.). **Tesouros da Memória: História e Patrimônio do Grão-Pará**. Belém: Ministério da Fazenda, 2009.; LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista: atos sujeitos sociais e controle entre 1840-1855**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: Universidade Federal do Pará, 2002. LOPES, Siméia Nazaré. **As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c.1790-c.1830)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.; MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2022.

Mapa 9: A região do baixo Madeira em meados do Oitocentos



De acordo com Henry Bates, essa área era visitada regularmente por mercadores das povoações vizinhas, como Maués, Serpa, Silves, Vila Nova (Parintins) e Manaus, que iam buscar “salsaparrilha, bálsamo de copaíba e óleo de tartaruga, e comerciar com os índios, com os quais geralmente mantinham relações cordiais”.¹⁸⁸ Nas aldeias de Sapucaia-oroca, Canumã e Abacaxis, as populações indígenas eram utilizadas na coleta de produtos naturais e como remeiros das canoas no serviço público e particular.

A trajetória da família Fonseca Coutinho permite visualizar um pouco dessas dinâmicas locais. Desde o alvorecer do século XIX, essa família mantinha uma imbricada rede de comércio que perpassava pelos aldeamentos localizados nas proximidades da vila de Borba.

Futuro Comandante Superior da Guarda Nacional das Comarcas de Itacoatiara e rio Madeira, considerado herói no combate aos cabanos, Vitor da Fonseca Coutinho nasceu na vila de Borba, em 1812. Filho legítimo do capitão da guarda miliciania Francisco Benedito da

¹⁸⁸ BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte Itatiaia; São Paulo EDUSP, 1979, p. 124-125.

Fonseca Coutinho e de Ana Teresa de Jesus Goés, cujas famílias estavam estabelecidas na região desde fins do século XVIII.¹⁸⁹

Pertencente a uma família de origem portuguesa, Vitor Coutinho estava inserido diretamente na dinâmica comercial que conectava o interior amazônico ao porto de Belém. Estabelecidos na vila de Borba – habitada majoritariamente por indígenas e “mestiços”, com um pequeno número de moradores brancos –, a família Fonseca Coutinho atuava diretamente no comércio de regatão com as populações indígenas locais, cuja mão de obra também era utilizada no cultivo de seus tabacais e cacauais. De acordo com Patrícia Melo, esses produtos eram comercializados e enviados em canoas até a praça mercantil do Pará, juntamente com as produções das feitorias de fabricação de manteiga de tartaruga, que servia de alimento e óleo para iluminação, de azeite e mixira de peixe-boi e das salgas de peixes.¹⁹⁰

Apesar de pouco abastada, em comparação com os comerciantes estabelecidos na capital, a família Fonseca Coutinho possuía alguns recursos e enviou o jovem Vitor para receber instrução das primeiras letras na cidade de Belém. Após curto período na capital paraense, em 1826, com 14 anos de idade, Vitor Coutinho entrou para o serviço da guarda miliciana como cabo de esquadra, alcançando quatro anos depois o posto de alferes. Em pouco tempo abandonou a carreira militar e passou a dedicar-se ao comércio, pois provia maiores rendimentos. Foi no exercício do comércio de regatão pelas estradas líquidas que Victor da Fonseca Coutinho conheceu em Cametá a família Zuzarte. A trajetória dessa família na região amazônica pode ser remontada as décadas finais do século XVIII, sendo que seus membros estavam ramificados por diferentes localidades do Pará e Amazonas (Belém, Mazagão, Gurupá, Cametá, Serpa e Silves).

Para além dos acordos comerciais, Vitor da Fonseca Coutinho contraiu matrimônio, em 10 de junho de 1832, com Isabel Maria da Fonseca Zuzarte, filha do comerciante Luiz da Fonseca Zuzarte. Dessa união nasceram onze filhos, dos quais sete chegaram à vida adulta, se tornaram comerciantes e proprietários e ocuparam diversas funções públicas e militares no rio Madeira.

O enlace matrimonial também serviu como estratégia de preservação do patrimônio familiar. Em 1843, Luiz Fonseca Zuzarte faleceu deixando para suas três filhas e herdeiras pouco mais de dois contos e setecentos mil reis (2:758\$660). Desse montante, a maior parte dos

¹⁸⁹ GONÇALVES, Manoel Pereira. *Victor da Fonseca Coutinho: Coronel Comandante Superior*. In: **Almanach Madeirense para o ano de 1889**. Publicado por Manoel Pereira Gonçalves. Pasto Grande, Rio Madeira, 1889, pp. 13-23.

¹⁹⁰ SAMPAIO, Patrícia de Melo. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX**. 2 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014, p. 11.

bens eram mulheres escravizadas e dívidas ativas. Entretanto, o inventário também menciona a existência de alguns cacauais na localidade de Silves, mas que não foram inseridos no processo. Isabel Zuzarte, esposa de Vitor Coutinho, recebeu na partilha três escravas, que já estavam em seu poder antes do falecimento de seu pai. Duas delas possuíam o mais alto valor, quatrocentos mil reis cada (400\$000).¹⁹¹

Na avaliação de bens as mulheres escravizadas foram descritas como de “menor idade”, aproximadamente 14 anos, e “gozavam de boa saúde”. Essas características eram apreciadas pelos senhores, pois tornava mais fácil a reprodução endógena da mão de obra negra escravizada, visto a pouca quantidade ofertada e o alto custo da compra de escravos no interior da Amazônia.¹⁹² Em 1844, Maria Antônia – mesmo nome de uma das mulheres escravizadas herdadas por Isabel Zuzarte – deu à luz a inocente Bárbara, uma nova escrava para o pequeno plantel da família Fonseca Coutinho.¹⁹³

Apesar de certa “pobreza”, a fortuna de Luiz da Fonseca Zuzarte não possuía alto grau de endividamento, apenas 10%. Francisco Benedito da Fonseca Coutinho era credor de mais da metade das dívidas deixadas pelo sogro de seu filho. Dessa forma, entre valores a receber e escravizados, metade do patrimônio de Luiz Zuzarte passou para as mãos da família Fonseca Coutinho.

Os membros dessa família foram adquirindo maior proeminência no cenário local e regional com o reflorescimento do comércio e a estruturação do aparato administrativo e burocrático do Império na Província do Amazonas. Parte desse sucesso estava ligado ao controle que exerciam sobre dezenas de trabalhadores indígenas, cujas relações estabelecidas ultrapassavam os mundos do trabalho e adentravam os vínculos familiares.

Os registros paroquiais da freguesia de Borba mostram que, no século XIX, a família Fonseca Coutinho lançou mão do parentesco espiritual – testemunhando casamento e, principalmente, estabelecendo laços de compadrio –, constituindo alianças com dezenas de famílias indígenas. Alguns desses vínculos foram reiteradamente reforçados, como podemos verificar no caso da indígena Mura Brígida Maria, cujos filhos João, José e Leocádio, batizados na igreja matriz de Santo Antônio da freguesia de Borba, foram apadrinhados por Vitor da

¹⁹¹ AGTJAM. Inventário de Luiz da Fonseca Zuzarte. Juízo Municipal de Manaus (Borba), 1843, caixa nº 2.

¹⁹² Sobre a reprodução endógena de escravizados na Amazônia, ver: BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

¹⁹³ Arquivo Paroquial de Borba. Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878), data do registro: 16/10/1844, fl. 27.

Fonseca Coutinho e dona Isabel Zuzarte.¹⁹⁴ Essa prática de constituição de vínculos familiares através do compadrio entre comerciantes/militares e as famílias indígenas será analisada no capítulo seguinte.

Nomeado tenente por sua ‘bravura’ no combate aos cabanos, durante toda a década de 1840, Vitor Coutinho atuou como subdelegado de polícia na vila de Borba. Em 1852, com a instalação da Província do Amazonas e a estruturação da guarda nacional, recebeu a patente de capitão da 2ª companhia da 2ª seção do batalhão de Maués.¹⁹⁵

As patentes refletem o poder de uso da força que esse indivíduo possuía na região, que foi legitimado com a ascensão dentro da Guarda Nacional. Os oficiais eram escolhidos dentre as famílias de comerciantes e proprietários com proeminência local. De acordo com Rosa Acevedo Marin, a influência e “riqueza dos militares e outros funcionários públicos não repousava no soldo que recebiam [...] e que muitas vezes nem chegava ou chegava atrasado; repousava sobre o poder decorrente de sua função. Esse poder não somente lhe permitia dispor a bel prazer da mão de obra indígena, como também incluir nas suas posses os bens apreendidos em ações militares”.¹⁹⁶

Cabe lembrar ainda que as freguesias de Borba e Canumã eram jurisdicionadas ao Termo de Maués, passando para o Termo de Manaus, em 1856, quando Vitor da Fonseca Coutinho ocupou a cadeira de deputado da Assembleia provincial nas primeiras legislaturas (1854-1855 e 1856-1857).¹⁹⁷ Durante sua atuação política, articulou a elevação de Borba a categoria de vila, status que havia perdido durante a anexação da região a Província do Pará.¹⁹⁸

Tanto a mudança jurisdicional de Borba, quanto sua elevação à condição de vila, reflete o interesse dos locais e a necessidade das autoridades provinciais de subordinar o controle do rio Madeira e de suas gentes ao poder estabelecido na capital. Essa região fornecia os maiores rendimentos do Amazonas, mas a maior parte dos negociantes evitavam as coletorias provinciais e deixavam para pagar os impostos somente na Província do Pará. Controlar o movimento na região era garantir também a arrecadação de impostos para os cofres da Província do Amazonas.

¹⁹⁴ Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). **João** – data do registro: 02/04/1840, fl. 6.; **José** – data do registro: 07/04/1845, fl. 31.; **Leocádio** – data do registro: 01/01/1847, fl. 51.

¹⁹⁵ GONÇALVES, 1889, p. 18-19.

¹⁹⁶ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 15, n. Especial, 1985, p. 160.

¹⁹⁷ Treze de Maio (PA), 19 de agosto de 1854, número 372, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/700002/1640>; GONÇALVES, 1889, p. 19.

¹⁹⁸ RPPAM, Volume II, 1858, p. 14.

Ao mesmo tempo, o aumento do fluxo de trabalhadores autônomos, oriundos das vilas e povoados do Baixo Amazonas, com destino ao rio Madeira, na década de 1850, tornou cada vez mais urgente a reorganização da estrutura burocrática na região. No rastro desses trabalhadores autônomos foram concorrendo novos negociantes em busca do capital proveniente da extração e comercialização da borracha.¹⁹⁹

Lembrando que os comerciantes já estabelecidos em Borba, como os Fonseca Coutinho e os Barros Cardoso, mantinham relações familiares e de negócios em diferentes vilas e povoados do Pará e Amazonas, tais como: Cametá, Santarém, Óbidos, Vila Bela da Imperatriz, Serpa e Silves. Essas redes de relações foram sendo estruturadas na primeira metade do século XIX, possibilitando a formação de redes de apoio que condicionaram a mobilidade de trabalhadores e comerciantes para a região fronteira do rio Madeira.

Na década de 1850, os comerciantes e trabalhadores que se deslocaram para essa região foram abandonando gradativamente a prática do extrativismo sazonal e ambulante. Aos poucos, passaram a fixar-se em pontos estratégicos, com alta concentração de árvores produtoras de seringa e próximo as malocas de grupos indígenas com os quais mantinham trocas comerciais e vínculos de parentesco. Esse fenômeno consolidou-se na década de 1860, mas o pontapé inicial pode ser visualizado em meados da década de 1850.

¹⁹⁹ RPPAM, Volume I, 1854, p. 317.

Quadro 4: Embarcações que se empregam no comércio com o Pará e no interior da Província do Amazonas (1856-1857)

Estação dos Despachos	Comércio com o Pará				Comércio Interior			
	Nº de embarcações		Equipagens (tripulantes)		Nº de embarcações		Equipagens (tripulantes)	
	Ano		Ano		Ano		Ano	
	1856	1857	1856	1857	1856	1857	1856	1857
Administração da Fazenda	34	31	318	213	21	13	101	50
Coletoria da cidade de Tefé	18	11	138	82	7	3	31	10
Dita da Vila de Maués	16	3	90	18	28	9	80	43
Dita da Vila Bela da Imperatriz	6	4	29	14	28	9	79	32
Dita da Vila de Silves	4	3	18	-	19	9	45	11
Dita da Vila de Serpa	4	4	26	15	34	9	110	21
Dita da Vila de Borba	4	31	18	155	5	11	10	39
Dita da Freguesia de Canumã	-	-	-	-	8	5	26	16

Fontes: RPPAM, volume I, 1857, p. 626; RPPAM, Volume II, 1858, p. 198.

O quadro apresenta informações sobre o número de embarcações e a tripulação empregada no comércio interior da Província do Amazonas e com o Pará, nos anos de 1856 e 1857. Nesse período, somente a vila de Borba teve aumento exponencial no número de embarcações que comerciavam tanto com o Pará, quanto no interior, isto é, no alto rio Madeira. De apenas quatro embarcações destinadas ao comércio com a Província do Pará, em 1856, o número subiu para impressionantes 31 embarcações, em 1857. Já no comércio interior, o aumento foi menos significativo, mas ainda assim dobrou. De cinco embarcações, em 1856, o número subiu para onze, em 1857.

Os números representam uma intensa movimentação comercial, mas também populacional. O aumento de comerciantes e embarcações circulando pelo rio Madeira evidencia o crescimento da população local empregada na extração de borracha para além da vila de Borba, único centro administrativo da região nesse período.

Por sua vez, a vila de Serpa se manteve com número de embarcações estáveis no comércio com o Pará, mas no comércio interior ocorreu uma diminuição considerável. De 31 embarcações, em 1856, o número chegou a somente 9, em 1857. Outras localidades, como Manaus, Tefé, Maués, Vila Bela da Imperatriz e Silves também vivenciaram uma diminuição no número de embarcações.

Essa mudança na dinâmica do comércio explica-se por diversos fatores. Em 1853, a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas estreou a navegação a vapor comercial de linha entre Belém e Manaus. Antes, qualquer pessoa que quisesse chegar à essas praças mercantis, partindo dos rios fronteiriços, como o Madeira, Mamoré e Guaporé, tinham que conduzir a remo pesadas canoas, ubás e igarités carregadas com toneladas de mercadorias.

A estruturação da navegação a vapor comercial de linha provocou uma diminuição gradativa na circulação de embarcações de pequeno porte (canoas, ubás e igarités). Proprietários e comerciantes que anteriormente faziam o transporte de mercadorias e pessoas entre Belém-Manaus e as demais vilas do interior (Santarém, Óbidos, Vila Bela da Imperatriz, Silves e Serpa) foram abandonando essa prática.

No caso de Serpa, outro fator ajuda a explicar a diminuição no número de embarcações no comércio com o Pará e interior. Negociantes portugueses, bolivianos e nacionais que num primeiro momento se estabeleceram nessa localidade, mas que se dedicavam ao comércio de produtos naturais no rio Madeira, deixaram Serpa e foram se fixar acima da vila de Borba ou na mesma.

Apesar disso, Serpa manteve importância estratégica na dinâmica comercial da Província do Amazonas. Até a introdução da navegação regular à vapor no rio Madeira, na década de 1870, a vila era ponto de apoio para o comércio e extração de borracha na região que fornecia os maiores rendimentos do Amazonas. A vila de Serpa era parada obrigatória para as pessoas e mercadorias que seguiriam rio acima ou que iriam para a praça mercantil de Belém.²⁰⁰

Chegadas ao porto de Serpa, as mercadorias eram transportadas dos vapores para as canoas e igarités que seguiam para o rio Madeira ou vice-versa. Ali, existiam diversos armazéns destinados especificamente para as cargas que os comerciantes do Madeira, da Bolívia ou do Mato Grosso depositavam, enquanto aguardavam os vapores com destino à Belém ou a formação de tripulação adequada para subir o rio, a depender do destino.

A trajetória do português Alexandre José de Figueiredo nos permite acompanhar essas movimentações territoriais, populacionais e comerciais. Tendo chegado ao Pará em 1854, provavelmente, começou como caixeiro em alguma casa comercial, já que as principais casas de aviação pertenciam a portugueses que buscavam investir no negócio da borracha. Dessa forma, migrantes recém-chegados eram enviados para o interior amazônico como agentes comerciais.²⁰¹ Assim, quando se habilitou no Consulado Português em Belém, no ano de 1860,

²⁰⁰ RPPAM, Volume I, 1854, p. 317.

²⁰¹ WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec Edusp, 1993, p. 78.

Alexandre José declarou atuar no comércio e residir na vila de Serpa.²⁰² Como outros agentes comerciais (portugueses, nacionais e bolivianos) estabelecidos nessa localidade, dedicava-se prioritariamente ao comércio e exploração de produtos naturais no rio Madeira.

Nesse período, a exploração de seringa já avançava com intensidade na Província do Amazonas. Essa indústria começou no rio Madeira, cuja vila de Borba provia rendimentos mais altos que o da própria capital.²⁰³ Em 1862, o comércio provincial havia exportado quase setecentos contos de reis (693:515\$647) em produtos, principalmente a borracha. Desse total, o valor dos produtos exportados da vila de Borba, no rio Madeira, ultrapassou 215 contos de réis. Enquanto isso, Manaus arrecadou pouco mais de 162 contos e Serpa, a segunda coletoria de maior rendimento no interior, exportou cerca de 136 contos.²⁰⁴

À medida que toda a borracha produzida era enviada ao Pará, antigas redes de comércio com o interior foram fortalecidas, ao mesmo tempo, criavam-se outras redes de negócios, migração e trabalho. Inserido no fluxo dessas novas dinâmicas, em 1859, chegou na cidade de Belém o jovem português Manoel Pereira Gonçalves, com 12 anos de idade.²⁰⁵ Após curto período na capital paraense foi enviado para Serpa na condição de caixeiro de um compatriota, o negociante Alexandre José de Figueiredo.

Podemos inferir que este jovem português não foi o primeiro a ser recebido pelo negociante. Dezenas de outros migrantes portugueses provenientes de Aveiro, região de origem de Alexandre J. de Figueiredo, foram registrados nas habilitações consulares como residentes na vila de Serpa. Apesar de não sabermos se estavam na localidade sob o serviço e proteção do negociante supracitado, esses indivíduos acabavam por alimentar uma rede de informações que tornou possível a migração de outros conterrâneos, provocando um efeito em cadeia. Isso significa que as redes migratórias se tornaram autossustentáveis, em alguns casos promovendo o estabelecimento de firmas que agenciavam novos migrantes para atuação comercial no interior da Amazônia.²⁰⁶

²⁰² Habilitação consular Alexandre José de Figueiredo. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 272. Habilitação 871. Imagem P1430372. Data da habilitação: 30/04/1860.

²⁰³ RPPAM, Volume II, 1862, p. 775.

²⁰⁴ RPPAM, Volume III, 1863, p. 34.

²⁰⁵ Habilitação consular Manoel Pereira Gonçalves. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 477. Habilitação 1113. Imagem p1470768. Data da habilitação: 31/10/1861.

²⁰⁶ Para maiores informações sobre as redes migratórias de portugueses para o rio Madeira, ver: ROSA, Paula de Souza. **Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840 – 1920)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2019.

Em dezembro de 1860, chegou ao porto da capital paraense Joaquim Pereira Gonçalves Junior, com 11 anos de idade.²⁰⁷ Irmão de Manoel Pereira Gonçalves, aquele que havia chegado um ano antes, o pequeno Joaquim habilitou-se como caixeiro, o que na região amazônica significava tornar-se regatão. Algum tempo depois, Joaquim P. Gonçalves foi enviado para o rio Madeira, mas ao contrário de seu irmão foi destinado ao serviço do negociante Manoel Dias Vieira. Entretanto, uma década após sua chegada, em 1870, o jovem caixeiro português faleceu no lugar Paysandu, no alto rio. Segundo denúncia de seu irmão, Joaquim P. Gonçalves havia sido “espancado na freguesia de Manicoré pelo sr. Manoel Dias Vieira”, o que resultou na sua morte dias depois.²⁰⁸

A família Dias Vieira estava estabelecida na região desde princípios da década de 1850, quando Herculano D. Vieira de Gusmão instalou-se na cercania da aldeia de Murumurutuba, habitada por indígenas Munduruku, localizada na foz do rio Aripuanã, da qual tornou-se encarregado.²⁰⁹ Responsável pelo controle das terras e da mão de obra indígena, os membros da família Dias Vieira possuíam canoas de regatão e tornaram-se proprietários de terras na vizinhança da sede da diretoria de índios de Sapucaia-oroca e no rio Aripuanã.²¹⁰

Mesmo após extinção das diretorias parciais, em 1866, Herculano D. Vieira e sua família continuou exercendo domínio sobre a força laboral indígena da região. Em 1872, os jornais noticiaram que Sapucaia-Oroca, uma maloca Mura, “graças aos esforços empregados pelo sr. Herculano Dias Vieira de Gusmão, acha-se uma bonita povoação”, com 29 casas habitadas, sendo 11 de famílias indígenas ‘civilizadas’.²¹¹

A abertura de seringais próximos aos aldeamentos fez parte de uma estratégia utilizada recorrentemente pelos comerciantes para ter acesso a mão de obra indígena. No que diz respeito a família Dias Vieira Gusmão, a atuação como encarregado de aldeia possibilitava controle e acesso, quase irrestrito, aos trabalhadores indígenas, seja para o trabalho de coleta dos produtos da floresta ou para o serviço de remo nas canoas.

²⁰⁷ Habilitação consular Joaquim Pereira Gonçalves Junior. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 100. Habilitação 1006. Imagem p1470659. Data da habilitação: 17/12/1860.

²⁰⁸ Commercio do Amazonas (AM), 25 de dezembro de 1870, ano II, número 109, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/301337/86>; RPPAM, Volume IV, 1871, p. 68.

²⁰⁹ Arquivo Público do Estado do Amazonas (APEAM). Livro de correspondências da Diretoria de Índios (1854-1855). *Carta de Herculano Dias Vieira (encarregado da aldeia do Aripuanã) enviado a José Maria da Conceição (diretor de índios do rio Madeira)*. Aripuanã, 9 de fevereiro de 1855; APEAM. Livro de correspondência da Diretoria de Índios (1854-1855). *Ofício de José Maria da Conceição enviado ao presidente da Província do Amazonas, Herculano Ferreira Penna*. Diretoria de Sapucaia-Oroca, 15 de fevereiro de 1855.

²¹⁰ Jornal do Amazonas (AM), 11 de agosto de 1875, ano I, número 26, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/260940/56>

²¹¹ Amazonas (AM), 20 de abril de 1872, ano VI, número 426, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/164992/1124>

No caso de Joaquim Pereira Gonçalves, possivelmente, sua vinda para a região fronteira foi articulada pelo patrão de seu irmão, o português Alexandre José de Figueiredo. Com a estruturação de seu negócio e um maior número de jovens caixeiros recém-chegados para a atividade comercial das canoas, o negociante optou por deixar a vila de Serpa e se estabelecer no alto rio Madeira, onde instalou uma loja fora do povoado (barracão) destinada ao fabrico de borracha, denominada *Jumas*.²¹² Desse lugar, o negociante português coordenava seus diversos negócios e as atividades de seus diferentes trabalhadores, tais como: caixeiros portugueses, negros escravizados, indígenas coletores e remeiros, cuja mão de obra era constantemente disputada entre os patrões, independente da nacionalidade.

Em 1865, Alexandre José de Figueiredo aparece em um abaixo assinado de “commerciantes e fabricantes de gomma elástica do rio Madeira”. O objetivo da publicação era agradecer a moderação do capitão Manoel Pereira de Sá no recrutamento de trabalhadores indígenas para o serviço público em Manaus.²¹³ Além de portugueses e nacionais, aparecem os nomes de comerciantes bolivianos, destaque para Ignácio Arauz, vice-cônsul da Bolívia na Província do Amazonas e proprietário de seringais na região.

Na mesma notícia, foi divulgado outro abaixo assinado, publicado originalmente no ano de 1867, de “súbditos portugueses no rio Madeira”, que inclui o nome de Alexandre José de Figueiredo. A intenção do abaixo assinado era a defesa do capitão Manoel Pereira de Sá que, desde princípios da década de 1860, esteve envolvido em uma série de conflitos com outros negociantes portugueses, especialmente Antônio Joaquim Pereira Socorro Valente.

O motivo do imbróglio era o recrutamento de trabalhadores indígenas, remeiros das canoas de Antônio Joaquim P. S. Valente, para o serviço de destacamento em Manaus. O conflito se dava também pela “captura” ou “resgate” – a depender da defesa apresentada pelos envolvidos – de uma mulher indígena, por nome Maria Bebiana Brazil, e de um rapazinho chamado Manoel.

Segundo o capitão Manoel Pereira de Sá, a “índia” havia sido obrigada a trabalhar na feitoria de seringa do português Miguel Bernardino de Oliveira Catramby, amigo de Antônio Joaquim P. S. Valente. Ao que parece, Maria Bebiana era amasia de José Antônio da Cruz, indígena recrutado pelo capitão Pereira de Sá para a guarda nacional. Na condição de patrão, Catramby alegava que o indígena José Cruz lhe devia mais de quatrocentos mil reis, devendo

²¹² Jornal do Amazonas (AM), 25 de junho de 1876, anno II, número 108, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/380>; Amazonas (AM), 28 de outubro de 1881, anno XVI, número 643, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/3249>

²¹³ Amazonas (AM), 30 de junho de 1868, ano II, número 110. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/309>

Maria, amasia que era de Cruz, pagar-lhe metade da dívida com trabalho na extração de borracha.

De acordo com o engenheiro Edward Mathews, que esteve na região na década de 1870, nos rios Amazonas, Madeira e Purus existia uma prática comum de submissão das populações locais ao trabalho compulsório. Patrões brasileiros e bolivianos mantinham os indígenas coercitivamente em seu poder por meio de dívidas e bebidas.²¹⁴ A mão de obra indígena era largamente explorada no serviço de remeios das canoas, coleta de borracha e outros produtos naturais. Isso tornava corriqueiro a disputa por trabalhadores indígenas entre patrões e autoridades interessadas no controle dessa força laboral.

Jessyka S. L. Pereira Costa afirma que na Amazônia oitocentista, no contexto de expansão da economia da borracha, as dívidas funcionavam como um mecanismo central de cooptação e coerção de trabalhadores.²¹⁵ A autora destaca ainda que a necessidade cada vez maior de mão de obra criou uma rede de escravização ilegal que abastecia de trabalhadores as elites locais no interior amazônico. Uma dessas redes funcionava através do sequestro de crianças, principalmente indígenas, o chamado “negócios de órfãos”.²¹⁶

O conflito entre o capitão Manoel Pereira de Sá, subdelegado do distrito do Crato, e os negociantes portugueses Antônio Joaquim P. S. Valente e Miguel Catramby, envolveu ainda o caso do pequeno Manoel. O menino se achava em companhia do comerciante Paulo Gomes de Oliveira, segundo o qual a criança lhe havia sido entregue por Severino Pacheco, intitulado pai, para “aprender”. Severino ocupava o posto de guarda nacional, mas era freguês/trabalhador do negociante português Antônio Joaquim P. S. Valente. Contudo, de acordo com o subdelegado, pessoas vindas do Pará denunciaram que o pequeno menino tinha sido “apanhado” por Severino em Ponta de Pedras, no Marajó.

O conflito resultou na demissão do capitão Manoel Pereira de Sá do cargo de subdelegado do distrito do Crato, devido o envolvimento do vice-cônsul português em favor de Antônio Valente e Miguel Catramby. Ao contrário desses indivíduos, outros comerciantes portugueses, tais como Alexandre José de Figueiredo, Joaquim Pereira Barroncas, José Francisco Baptista, Henrique Borges de Souza – todos habilitados no Consulado Português no Pará e tendo residido primeiro em Serpa –, mantinham boas relações com o capitão Manoel Pereira de Sá, quando este atuou como recrutador e subdelegado de polícia.

²¹⁴ MATHEWS, 1879, p. 156.

²¹⁵ COSTA, Jessyka Samya Ladislau Pereira. **Liberdade fraturada: as redes de coerção e o cotidiano da exploração na Província do Amazonas (Brasil, século XIX)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2022, p. 216.

²¹⁶ COSTA, 2022, p. 174.

Os negociantes afirmavam que o capitão Pereira de Sá atuou de “maneira equitativa e moderada” durante o processo de recrutamento, “sabendo conciliar as terminantes ordens de seus superiores, com a protecção que o governo deve dar ao commercio e industria”.²¹⁷ Em outras palavras, no cumprimento das ordens, o capitão e subdelegado optou por recrutar trabalhadores indígenas de alguns patrões em detrimento de outros.

A despeito dos lados da disputa, cabe entender que o posicionamento adotado por dezenas de comerciantes e seringalistas, em favor do capitão Manoel Pereira de Sá, reflete redes de relações econômicas e sociais estabelecidas por esses indivíduos e que implicava em reciprocidade nos momentos de conflito. A defesa do capitão e subdelegado era também a defesa pela manutenção de uma rede de fornecimento de trabalhadores indígenas e de sua permanência com os respectivos patrões, principalmente aqueles que mantinham boas relações com a autoridade policial constituída nessa região fronteiriça.

A influência dos militares e outros funcionários públicos na Amazônia oitocentista se fundamenta no poder inerente às suas funções, uma vez que esse poder permitia não apenas o uso legítimo da força e a utilização da mão de obra indígena local, mas, especificamente, os subdelegados também tinham domínio sobre as terras indígenas.²¹⁸ Segundo o artigo 87 do regulamento de 30 de janeiro de 1854, “os subdelegados de polícia devem exercer também as funções dos conservadores de terras devolutas e alheias em seus districtos”. Geralmente, essas autoridades policiais se apropriavam e vendiam as terras devolutas – ou melhor, terras indígenas – aos negociantes recém-chegados nas áreas de expansão da fronteira extrativista no alto rio Madeira.²¹⁹

Segundo Carlos de Araújo Moreira Neto, após o movimento cabano, os brancos foram organizados em milícias policiais responsáveis pelo recrutamento dos indígenas, negros, tapuios e mestiços, sobretudo os “sem-terra, compulsoriamente deslocados ou que não trabalhem para patrão conhecido”. Esses eram a maioria, após anos de tensões, fuga e luta armada.²²⁰ Dessa forma, diferentes grupos indígenas foram inseridos nas redes de coerção do trabalho (corpos de trabalhadores, recrutamento militar, aldeamentos) e estavam ligados a algum patrão comerciante e/ou militar em meados do século XIX. No caso do rio Madeira, a

²¹⁷ Amazonas (AM), 30 de junho de 1868, ano II, número 110, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/309>

²¹⁸ MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 15, n. Especial, 1985, p. 160.

²¹⁹ Amazonas (AM), 12 de março de 1870, ano IV, número 217, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/164992/687>

²²⁰ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: De maioria a minoria. 1750-1850**. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 72.

extração dos produtos da floresta e o transporte fluvial (particular e público) rio acima foi impulsionado por trabalhadores indígenas deslocados do baixo rio, sobretudo a etnia Mura e os Munduruku da região de Canumã.

Em setembro de 1856, o paraense Francisco Portilho Bentes (comerciante e militar), que havia sido nomeado delegado da vila de Maués em 1848, foi escolhido para o cargo de diretor de índios em Canumã, que abrigava a etnia Munduruku, onde acumulou a função de subdelegado de polícia.²²¹ Contudo, as correspondências dos diretores de índios revelam que, muito antes, Francisco Portilho Bentes atuou nas aldeias do Maturá e Aripuanã, localizadas acima da vila de Borba no rio Madeira, tendo sido nomeado encarregado em 1853.²²² Entretanto, as duas aldeias foram subordinadas à sede da diretoria de Sapucaia-oroca, que era administrada por José Maria da Conceição, com quem Francisco Portilho Bentes teve diversos atritos.²²³

O primeiro recenseamento realizado em 1852 por José Maria da Conceição mostra que havia aproximadamente 237 indígenas em Sapucaia-oroca, sendo 102 adultos, 63 crianças do sexo masculino e 72 do feminino, todos da etnia Mura.²²⁴ Quatro anos depois, o número havia crescido para 457 indígenas devido a incorporação dos Munduruku provenientes do rio Canumã.²²⁵ Nesse período, Francisco Portilho Bentes havia assumido o cargo de diretor de índios em Canumã, que contava com 795 indígenas Munduruku.²²⁶ Entretanto, no início da década de 1860, ele deixou a administração do lugar e requereu demissão do cargo de subdelegado para assumir a mesma função no distrito do Crato no alto rio Madeira, região de expansão da fronteira extrativista.²²⁷ Com isso, Antônio Francisco Parente Júnior assumiu a diretoria de Canumã e passou a administrar uma aldeia relativamente abandonada, com apenas 148 pessoas da etnia Munduruku, que também deixam de aparecer nos censos da diretoria de Sapucaia-oroca.²²⁸

²²¹ Treze de Maio (PA), 10 de junho de 1848, Ano IX, número 809, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/700002/789>; A Voz do Amazonas (AM), 5 de dezembro de 1866, ano I, número 15, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/851035/66>; RPPAM, Volume II, 1858, p. 62; 152.

²²² ESTADO DO AMAZONAS, *Revista do Arquivo do Amazonas*, ano II, v. II, no. 7, Manaus: Imprensa Oficial, 23 de outubro de 1907, p. 92.

²²³ PINHEIRO, Geraldo. A aldeia indígena de Sapucaia-oroca, Amazonas. **Revista de Antropologia**, 1969, p. 52.

²²⁴ PINHEIRO, 1969, p. 53.

²²⁵ RPPAM, Volume I, 1856, p. 514; RPPAM, Volume II, 1858, p. 148.

²²⁶ RPPAM, Volume I, 1857, p. 616.

²²⁷ Estrella do Amazonas (AM), 5 de outubro de 1859, número 401, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/213420/1957>; Estrella do Amazonas (AM), 14 de novembro de 1860, número 497, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/213420/256>

²²⁸ RPPAM, Volume III, 1864, p. 180.

É interessante notar que a redução de indígenas aldeados em Canumã se dá no mesmo período em que Francisco Portilho Bentes desempenhou as funções de diretor de índios e subdelegado. Muito provavelmente, esse indivíduo mobilizou os Munduruku sob sua administração e controle para o alto Madeira, onde estabeleceu negócios de exploração e comercialização de borracha, como revela o abaixo assinado em defesa de Manoel Pereira de Sá, em 1865.²²⁹

Empregados na extração de goma elástica e outros produtos da floresta nas feitorias dos rios Aripuanã, Maturá e adjacências, as aldeias dos Mura e Munduruku eram frequentemente alvo dos hostis Arara, vistos como inimigos do desenvolvimento econômico da província.²³⁰ Devido aos sucessivos ataques a segurança individual e a propriedade na região, o governo provincial procurou atender as demandas dos chefes indígenas por “víveres e brindes” e incentivar o estabelecimento de novas aldeias na região, sobretudo dos Munduruku.²³¹

A intensa movimentação comercial e populacional no rio Madeira chamou a atenção do governo provincial, que procurava ampliar o aparato burocrático e administrativo do Império, com vista o controle do território e de suas gentes. Não é à toa que a ocupação dos cargos administrativos, burocráticos, militares e policiais era decidido pelo poder estabelecido na capital da província, não somente pela importância da região na definição das fronteiras nacionais, mas pelo alto rendimento que fornecia aos cofres públicos.

Quadro 5: Arrecadação das Coletorias da Província do Amazonas (1856-1860)

Estações coletoras	Anos				
	1856	1857	1858	1859	1860
Tefé	5:855\$146	8:060\$997	9:778\$500	4:579\$084	-
Vila Bela da Imperatriz	3:491\$635	3:819\$081	5:601\$636	6:322\$175	-
Maués	5:296\$240	4:680\$226	5:872\$724	4:384\$224	-
Silves	1:599\$846	2:001\$569	1:985\$974	2:231\$644	-
Serpa	7:829\$818	5:401\$924	9:304\$208	6:983\$596	12:105\$363
Borba	3:904\$700	6:357\$215	9:049\$617	12:244\$797	20:677\$325

Fontes: RPPAM, Volume II, 1858, p. 158; RPPAM, Volume II, 1860, p. 406; RPPAM, Volume II, 1861, p. 526

²²⁹ Amazonas (AM), 30 de junho de 1868, ano II, número 110, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/164992/311>

²³⁰ RPPAM, Volume I, 1856, p. 179-180; RPPAM, Volume I, 1857, p. 600; RPPAM, volume II, 1858, p. 49.

²³¹ RPPAM, Volume I, 1857, p. 615.

O quadro nos mostra que a coletoria de Borba foi a única que se manteve com aumentos sucessivos na arrecadação de impostos entre os anos de 1856 e 1860. As demais estações coletoras sofreram com diminuições e oscilações na sua arrecadação. Em 1858, a coletoria de Borba teve a terceira maior renda da província, abaixo apenas de Tefé e Serpa. Já no ano de 1859, Borba proveu a maior parte das rendas provinciais. Cabe lembrar ainda que muitos dos que pagavam impostos na vila de Serpa procediam do rio Madeira e não passavam pela vila de Borba, pois sua localização, defronte a uma ilha, dificultava o controle do movimento de embarcações.

Somando as receitas da Província do Amazonas, entre 1852 a 1868, a coletoria de Borba foi a que mais contribuiu para as finanças provinciais, com trezentos e quarenta e quatro contos de reis (344.948\$269). Estamos falando de mais que o dobro da arrecadação de Serpa, a segunda coletoria de maior rendimento, que contribuiu com pouco mais de cento e vinte e sete contos (127.232\$711).²³²

Até 1868, a única agência coletora provincial no rio Madeira estava estabelecida na vila de Borba. Portanto, os impostos sobre casas de comércio, tabernas, lojas fora do povoado, canoas de regatão e produtos da floresta arrecadados nessa coletoria dizem respeito sobre a atividade comercial e extrativista que se desenvolvia por toda extensão dessa via fluvial.

Por muitas décadas, o comércio da borracha nessa região de fronteira arrecadou a maior parte das rendas da Província do Amazonas. De acordo com os relatórios provinciais, o aumento progressivo na arrecadação da coletoria de Borba devia-se ao desenvolvimento “que vão tendo no Rio Madeira o commercio, e a indústria da extracção dos produtos naturaes”.²³³ Considerava-se que o rio Madeira fosse “o ponto mais importante da Província pelo seo commercio, e indústria”, cuja única coletoria, Borba, proveu sozinha, em 1860, quase a quarta parte de toda a renda provincial.²³⁴

O rio Madeira se convertia então em lugar de inúmeras possibilidades econômicas, mas também políticas e sociais para os negociantes que, durante toda a década de 1860, avançaram com maior intensidade para suas margens, mas agora com o objetivo de se estabelecer na região. São esses sujeitos – nacionais, portugueses naturalizados e seus filhos, estes já brasileiros – que passaram a ocupar os cargos criados com a ampliação da estrutura burocrática do Império,

²³² AMAZONAS. Relatório com que o exm.o sr. presidente da Província do Amazonas, tenente coronel João Wilkens de Mattos, abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 4 de abril de 1869, p. 60. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/169331/1976>

²³³ RPPAM, Volume II, 1861, p. 526.

²³⁴ RPPAM, Volume II, 1861, p. 541-542.

tornando-se subdelegados, diretores de índios, oficiais da guarda nacional, agentes coletores da fazenda provincial e outros.

Esse foi o caso de Hermenegildo Lopes Braga, filho de comerciantes portugueses que se estabeleceram em Belém do Pará na primeira metade do século XIX.²³⁵ Ainda nesse período, seu tio paterno, Antônio José Lopes Braga, foi se instalar em vila da Barra, futura Manaus, para onde concorreu os irmãos Hermenegildo, Antônio, Luiz Antônio e João Antônio Lopes Braga.

Em Manaus, os irmãos Lopes Braga se envolveram no comércio como caixeiros sob a tutela de seu tio, mas logo depois passaram a atuar de forma independente e manter suas próprias atividades comerciais. Assim, surgiu a casa comercial Lopes Braga & Irmão, instalada na Praça da Imperatriz, na capital do Amazonas, dos quais eram sócios Hermenegildo Lopes Braga e Antônio Lopes Braga.²³⁶ O negócio foi instalado próximo a casa de comércio pertencente a sociedade que havia entre o pai e o tio dos irmãos Hermenegildo e Antônio.²³⁷

Após a criação e instalação da Província do Amazonas, diferentes membros da família Lopes Braga ocuparam, recorrentemente, diversos cargos na administração burocrática e mesmo política da cidade de Manaus e arredores. Em 1857, o jovem Hermenegildo foi nomeado para o cargo de diretor de índios no rio Autás, uma das muitas veias fluviais na foz do rio Madeira.²³⁸

O acesso e controle exercido sobre a mão de obra indígena foi fundamental para a movimentação dos irmãos Lopes Braga rio acima, pois o Madeira vinha chamando a atenção dos negociantes pelos altos rendimentos que o comércio e exploração de borracha apresentava em suas margens, o que podia ser visto pelo intenso fluxo populacional para a região.

Em 1864, os irmãos Antônio e Hermenegildo Lopes Braga requereram ao governo imperial títulos de concessão para dois lotes de terras devolutas no médio rio Madeira, cada uma com meia légua de extensão.²³⁹ Essas propriedades não poderiam ser consideradas, ainda, grandes seringais, pois seus limites seriam expandidos gradativamente. Além disso, aos poucos, esses indivíduos foram responsáveis pela mobilidade de outros membros da família. Em 1867, os jornais noticiavam que João Antônio Lopes Braga deixava de atuar como caixeiro de seu tio

²³⁵ Treze de Maio (PA), 4 de fevereiro de 1846, número 577, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/700002/342>

²³⁶ Estrella do Amazonas (AM), 4 de março de 1854, número 81, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/213420/1050>

²³⁷ Estrella do Amazonas (AM), 20 de julho de 1856, número 159, p. 3-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/213420/1344>

²³⁸ RPPAM, Volume II, 1858, p. 152.

²³⁹ Amazonas (AM), 14 de março de 1864, ano III, número 104, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/226556/77>

em Manaus, “por ter de seguir viagem com seu irmão o sr. Hermenegildo Lopes Braga, para o rio Madeira”.²⁴⁰

Em seus respectivos lotes de terra, os irmãos Lopes Braga instalaram suas lojas “fora do povoado”. Esses locais eram seringais e barracões (casas de comércio), cujo objetivo era comercializar como as populações indígenas local e suprir de mercadorias aqueles que convergiam rio acima. Estamos nos referindo aos pequenos comerciantes e seringalistas até os trabalhadores autônomos que aos poucos se tornaram, através das dívidas, seus aviados na coleta de borracha.

De acordo com os inventários de Hermenegildo Lopes Braga, aberto em 1871, e de Maria Amalia Passos Braga, esposa de Antônio Lopes Braga, aberto em 1870, podemos afirmar que Hermenegildo foi o mais proeminente dos irmãos.²⁴¹ Apesar de ser proprietário de meia légua de terras no lago Uruapiara, com algumas estradas de seringa no valor de 1:250\$000 (um conto duzentos e cinquenta mil) réis, a maior parte da riqueza de Hermenegildo era proveniente da atividade comercial que abastecia e se alimentava da indústria gomífera. Dos quase setenta contos de réis (69:185\$311) de seu patrimônio, pouco mais de cinquenta e cinco contos (55:571\$701) eram dívidas ativas.

Os maiores devedores do negociante eram a casa comercial de Elias José Nunes Silva & Cia, no Pará, e o agente/caixeiro desta, o português José Mariano Botelho, responsável pelos interesses econômicos da grande firma paraense no rio Madeira. Além destes, aparecem ainda pequenos comerciantes e proprietários que chegaram na década de 1860 e investiram na exploração de borracha, como o capitão Amaro Mauricio Marques.

Na descrição dos bens pertencentes a Hermenegildo Lopes Braga aparecem ainda três escravizados, alguns terrenos em Manaus, um barquinho e centenas de mercadorias, algumas em Manaus e outras no rio Madeira. Parece incrível, mas não foi inventariado nenhuma dívida pertencente a esse negociante, de modo que seu patrimônio não possuía endividamento, característica comum nos inventários dos homens de negócios da Amazônia oitocentista. Uma possível explicação para esse fenômeno talvez seja a forte rede comercial familiar estabelecida pelos irmãos Lopes Braga, tanto a primeira quanto a segunda geração, que conectou as praças mercantis de Belém e Manaus ao rio Madeira.

²⁴⁰ Amazonas (AM), 13 de junho de 1867, ano I, número 54, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/148>

²⁴¹ AGTJAM. Inventário de Dona Maria Amalia Passos Braga. Juízo Municipal de Manaus (Manicoré), 1870, caixa nº 13; AGTJAM. Inventário de Hermenegildo Lopes Braga. Juízo Municipal de Manaus (Manicoré), 1871, caixa nº 14.

Parte do patrimônio adquirido e das relações de comércio e trabalho estabelecidas por Hermenegildo deveu-se a ocupação do cargo de agente da coletoria do Alto Madeira, responsável pela cobrança e arrecadação de impostos sobre as casas comerciais, as canoas e as mercadorias.²⁴² Devido a ocupação desse cargo o negociante tinha sob seu comando alguns homens, praças da guarda nacional, que lhes eram remetidos para o serviço público policial. Isso significa mais que o recebimento dos impostos e multas, pois através do uso legítimo da força o comerciante exercia controle sobre as gentes que viviam e circulavam por esse território de fronteira.²⁴³

O poder decorrente desses cargos, ocupados prioritariamente por comerciantes e proprietários locais, era recorrentemente utilizado para benefício particular. De acordo com denúncia publicada no jornal *O Cathechista*, em 1870, o negociante Hermenegildo Lopes Braga “com as praças que d’essa cidade [Manaus] lhe forão remetidas para serviço publico policial, foi com ellas de barraca em barraca receber borracha dos seos devedores ameaçando com ellas os pobres homens e fazendo os praças carregar essa borracha as costas! [inserção da autora]”.²⁴⁴

Os chamados devedores eram trabalhadores indígenas e pequenos posseiros que exploravam borracha em terras consideradas de uso comum. Esses locais foram gradativamente demarcados ou requeridos pelos negociantes que avançaram com maior intensidade sobre o rio Madeira, na década de 1870.

Interessante notar que esses indivíduos não aparecem na descrição das dívidas ativas presente no inventário de Hermenegildo Lopes Braga, provavelmente, pela dificuldade em comprovar os débitos ou mesmo por omissão. De qualquer modo, essa população indígena, tapuia e cabocla vivenciou o que Davi Avelino Leal chamou de “fechamento do rio”, resultando na incorporação de sua força de trabalho ao sistema de aviamento.²⁴⁵

Por sua vez, a ocupação de cargos da administração provincial tornou possível para os negociantes a ampliação de suas redes de comércio e trabalho. Suas funções lhes garantiam acesso a mão de obra indígena para o serviço de remo nas canoas e coleta de borracha, mas também capital humano mobilizado em defesa dos seus interesses, especialmente nos momentos de conflitos e disputas por trabalhadores e áreas ricas em seringais.

²⁴² RPPAM, Volume IV, 1871, p. 131.

²⁴³ NUNES, Herlon Ricardo Seixas. **A Guarda Nacional na província paraense: representações de uma milícia paramilitar (1831-1840)**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade de São Paulo, 2005.

²⁴⁴ *O Cathechista* (AM), 26 de fevereiro de 1870, ano VIII, número 429, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226556/363>

²⁴⁵ LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

O poder decorrente dessas funções, principalmente o monopólio do uso legítimo da força conferido a cargos como os de subdelegado e oficiais da guarda nacional, foi fundamental para o processo de submissão e incorporação da mão de obra indígena local, mas também dos trabalhadores autônomos (caboclos, tapuios, pretos livres) do baixo Amazonas que haviam convergido para o rio Madeira entre as décadas de 1840 e 1860.

2.2. “*Poder-se-hia julgar em território boliviano*”: comércio e trabalho

Enquanto portugueses e nacionais estruturavam redes de comércio e trabalho que subiam os rios da Amazônia, simultaneamente comerciantes peruanos, venezuelanos, colombianos e bolivianos organizavam circuitos mercantis que desciam pelas numerosas veias fluviais da região rumo à capital. Se, na Europa, todos os caminhos convergiam a Roma, na Amazônia oitocentista todos os caminhos, isto é, os rios levavam a Belém do Pará!

Jessyka S. L. Pereira Costa analisou as redes de coerção e exploração dos trabalhadores na região amazônica no século XIX. A autora afirma que as redes de cooptação ultrapassavam os limites fronteiriços e que a movimentação nessas áreas era tão intensa que, em 1856, a Província do Amazonas decretou o “Regulamento especial sobre passaporte”, com o objetivo de controlar o fluxo de pessoas e produtos, especialmente na fronteira com o Peru.²⁴⁶ A intensa circulação de trabalhadores indígenas, provenientes desse país, fez com que fosse incluído no regulamento disposições específicas sobre esse território. O artigo 17 determinava que “o comandante de Tabatinga, não consentirá que os índios pertencentes a República do Peru passem para o território do Império sem passaporte ou guia da competente autoridade peruana, ainda que venhao em companhia de pessoa conhecida”.²⁴⁷ As chamadas “pessoas conhecidas” eram, em sua maioria, comerciantes que se movimentavam nessa região de fronteira e cooptavam indígenas para o serviço de remo nas canoas e coleta de produtos naturais. Dito isso, propomos analisar as redes de comércio e trabalho articuladas por aqueles que, partindo do oriente boliviano, confluíram para o rio Madeira em busca de acesso às rotas comerciais atlânticas. Foi esse movimento que transformou a região em um caldeirão social em constante ebulição.

No decorrer da década de 1860, o comércio boliviano pelo rio Madeira aumentou gradualmente, mas de maneira significativa. Em 1861, a exportação da Bolívia por essa via

²⁴⁶ COSTA, 2022, p. 51.

²⁴⁷ Estrella do Amazonas (AM), 16 de abril de 1856, nº 140, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/213420/1271>

fluvial foi inferior a vinte contos de reis, por sua vez, em 1864, o comércio de produtos oriundos do departamento do Beni, excedeu os 120 contos reis. Nesse ano, os comerciantes desceram em 70 embarcações carregadas de gêneros da lavoura e pecuária, como couro, graxa, cacau, quina, charutos, açúcar, charque, gado etc.²⁴⁸

Segundo relatório da Companhia do Amazonas, as relações comerciais com a Bolívia “apezar da perigosa travessia das cachoeiras do Madeira, vão-se desenvolvendo”, tendo alcançado mais de 64 contos de reis, em 1865.²⁴⁹ Em 1866, o valor de importação de produtos bolivianos e da exportação de mercadorias estrangeiras para o departamento de Moxos foi de pouco mais de oitenta e quatro contos (84:750\$000). Em 1867, os valores chegaram a mais de oitenta e cinco contos (85:734\$000) de réis.²⁵⁰

Não obstante, o comércio fluvial boliviano pelo Madeira superava consideravelmente os dados apresentados nos registros oficiais. As autoridades da província reconheciam não possuir “notícia exacta dos gêneros permutados [...] visto terem girado livremente n’um e n’outro paiz”.²⁵¹ Em outras palavras, os números sobre a movimentação na fronteira não eram exatas, uma vez que a presença insignificante de agentes representantes do aparato burocrático e administrativo estatal dificultava o controle sobre tão vasto território.

Devido ao intenso comércio fluvial, muitos negociantes bolivianos conheciam bem o rio Madeira e vários deles se estabeleceram na região. Outros, animados com a exploração da borracha optaram por se fixar acima das cachoeiras no alto rio, área rica em seringais. Entre os primeiros negociantes bolivianos que passaram a se dedicar prioritariamente a extração de borracha se destaca a figura de Santos Mercado, sobrinho de Ignacio Arauz.²⁵²

Em 1864, Santos Mercado estabeleceu uma feitoria na margem esquerda do rio Madeira, na região das cachoeiras, próximo a barra do rio Yata. Ali, dedicou-se a extração de goma elástica, sendo logo seguido por outros comerciantes. No mesmo ano, em viagem exploratória a serviço do governo provincial, o engenheiro João Martins da Silva Coutinho encontrou as feitorias dos bolivianos Santos Mercado, José Maria Coelho (possivelmente, Cuellar) e Antônio Franco. Nesses locais, conseguiu se abastecer víveres (dois alqueires de farinha), alugar uma nova embarcação e onze tripulantes indígenas para prosseguir a exploração das cachoeiras no alto rio.²⁵³ No entanto, segundo o relatório de Joseph e Franz Keller, “bolivianos que descerão

²⁴⁸ RPPAM, Volume III, 1865, p. 238.

²⁴⁹ BASTOS, Tavares. **O Valle do Amazonas**. 1ª Ed. Garnier: Rio de Janeiro, 1866, p. 253.

²⁵⁰ RPPAM, Volume III, 1869, p. 641.

²⁵¹ RPPAM, Volume III, 1865, p. 225.

²⁵² CRAIG, 1947, p. 128.

²⁵³ COUTINHO, 1864, p. 57.

com índios do departamento do Beni para trabalharem nos extensos seringais que se achão perto da barra do rio Yata, foi inteiramente frustrada e os mesmos vierão depois fixar-se abaixo de Santo-Antônio”.²⁵⁴

O deslocamento dos negócios pode ter sido motivado pela dificuldade e o risco que o transporte pelas cachoeiras impunha, nesse momento. Além disso, o fato de já haver contrerrâneos estabelecidos no Amazonas deve ser considerado como elemento condicionante para a mobilidade. Aos poucos, os primeiros a chegar estruturaram uma rede de apoio para aqueles que buscavam se estabelecer na região ou que estavam em viagens de negócios. Santos Mercado está entre os atores sociais cujo movimento de suas operações comerciais foi facilitada pelo fato de seu tio já estar fixado no rio Madeira e ocupar o posto de vice-cônsul da Bolívia na Província do Amazonas.

Diversos viajantes fornecem uma descrição detalhada sobre o intenso comércio e exploração de borracha promovida por patrões bolivianos acompanhados de ‘indígenas benianos’ no alto Madeira.²⁵⁵ Desses, podemos mencionar o engenheiro alemão Franz Keller (1868), o missionário italiano Frei Jesualdo Macheti (1869), o engenheiro inglês Edward Mathews (1874), o viajante brasileiro João Severiano da Fonseca (1877), o engenheiro americano Neville Craig (1878) e o engenheiro austríaco Júlio Pinkas (1883).

Ao passar pelo Crato, no alto rio Madeira, Franz Keller menciona a presença de dezenas de patrões bolivianos, cada um com vinte ou trinta indígenas mojenhos dedicados a exploração de borracha. O relato evidencia que havia anos que esses indivíduos vinham descendo do Beni para a região fronteiriça. Além disso, os indígenas bolivianos eram o principal grupo que Keller viu trabalhando na cidade de Manaus, carregando tartarugas, buscando lenha e servindo nas construções.²⁵⁶

Em sua passagem pela região, o frei Jesualdo Macheti destacou que no alto rio a maior parte das barracas de seringa “são de bolivianos que se ocupam de este precioso vegetal”.²⁵⁷ Além disso, Macheti revela detalhes importantes sobre o funcionamento das redes comerciais estabelecidas pelos bolivianos no território fronteiriço. De acordo com o missionário, os

²⁵⁴ KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da Exploração do Rio Madeira na parte compreendida entre a cachoeira de Santo Antônio e a barra do Mamoré. In: BRASIL. **Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas**. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, Anexo X, 1869, p. 42.

²⁵⁵ Nesse grupo estão incluídos indivíduos de diferentes etnias, como Baure, Canichana, Movima, Itonama, Cayubaba e outros que vivenciaram o processo de colonização espanhola no oriente boliviano.

²⁵⁶ KELLER, Franz. **The Amazon and Madeira river: sketches and descriptions from the note-book of an explorer**. New edition with sixty-eight illustrations on wood. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co., 1874, p. 36; 40.

²⁵⁷ MACHETI, Jesualdo. **Diario del viaje fluvial del padre fray Jesualdo Maccheti, misionero del Colegio de la Paz, desde San Buenaventura y Reyes hasta el Atlántico en 1869**. La Paz: Impr. de El Siglo Industrial, 1886, p. 53.

negociantes desciam ou subiam o rio em comitivas, já que uma grande tripulação facilitava o transporte para a variação das canoas no trecho encachoeirado. Havia ainda a questão da segurança, pois quanto maior a comitiva, menor a chance de ataque de indígenas não submetidos, como os Karipuna.

Durante a viagem, o frei italiano encontrou a comitiva de Santos Mercado, que ia acompanhado pelo explorador inglês Willian Chandless e o brasileiro Antônio Pereira. Este último ia para Trinidad, capital do departamento do Beni, com a tarefa de ocupar o posto de cônsul do Brasil. Contudo, após se separar da comitiva, Antônio Pereira morreu em um ataque de indígenas não submetidos.²⁵⁸ Enquanto isso, a comitiva de Santos Mercado seguiu para *San Joaquin*, pequeno povoado boliviano no rio Mamoré. Muito provavelmente, o negociante levava mercadorias adquiridas na praça mercantil de Belém para trocar por produtos da lavoura e pecuária, mas também arregimentar trabalhadores indígenas para os seringais que mantinha no rio Madeira.

Jesualdo Macheti ainda destacou a presença de barracas dos seguintes patrões bolivianos: Nemesio Hurtado e seu irmão Fidel Hurtado; Bautista Albrego e sua esposa dona Matilde Vasquez; Pastor Oyola e Ignacio Arauz. Segundo o frei italiano, todos esses comerciantes eram antigos conhecidos que utilizavam “índios bolivianos” na extração de goma elástica.

Os patrões já estabelecidos na região se tornavam pontos de apoio para aqueles que trafegavam por essa via fluvial. Os negociantes deixavam suas cargas de sebo, couro, charque e quina em armazéns espalhados por vários lugares do rio Madeira. Enquanto isso, esperavam os pequenos vapores particulares que, geralmente, iam até Serpa, onde aguardavam os vapores de linha que seguiriam até a praça mercantil de Belém. Nesse ínterim, a tripulação indígena que havia descido da Bolívia tinha sua força de trabalho disponibilizada na Província do Amazonas, por um pequeno salário pago aos seus patrões.²⁵⁹

Ana Guiterras Mombiola menciona o caso de alguns tripulantes indígenas contratados no Beni que denunciaram o comerciante David Cronenbold por uma série de maus tratos. Segundo a autora, um indígena afirmou que o comerciante havia vendido para outros patrões na Província do Amazonas o trabalho dos tripulantes como se fossem ‘escravos’.²⁶⁰ De acordo com Manuel Vicente Ballivián, o aluguel temporário dos trabalhadores indígenas tripulantes

²⁵⁸ MACHETI, 1886, p. 5.

²⁵⁹ BASTOS, Tavares. **O Valle do Amazonas**. Garnier: Rio de Janeiro, 1866, p. 251; RPPAM, Volume III, 1864, p. 150.

²⁶⁰ MOMBIOLO, 2011, p. 523-524

das canoas poderia durar alguns meses ou até mesmo um ano em território brasileiro, sobretudo, nos seringais do rio Madeira.²⁶¹

Figura 1: Família de barqueiros bolivianos do rio Madeira, 1867.



Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles. Fotografia de Albert Frisch, 1867.

A imagem acima faz parte de um álbum publicado pela Casa Leuzinger, em 1869, no conjunto *Resultado de uma expedição fotográfica pelo baixo Solimões ou Alto Amazonas e pelo rio Negro*.²⁶² A fotografia mostra uma família de indígenas benianos tripulantes de canoas, cujo patrão, provavelmente, era um negociante estabelecido no alto Madeira que estava em viagem comercial na cidade de Manaus, em 1867. Observa-se que era comum entre os tripulantes a presença de mulheres e crianças, devido a longa duração das viagens comerciais. Era mais fácil

²⁶¹ BALLIVIÁN, Manuel Vicente. **Apuntes sobre la Industria de la Goma Elástica en los Territorios Dependientes de la Delegación Nacional en el Noroeste y el Departamento del Beni**. Ministerio de Instrucción Pública y Colonización. El Comercio, La Paz, 1896, p. 4-5.

²⁶² FRISH, Albert. *Resultados de una expedição fotográfica pelo Baixo Solimões ou Alto Amazonas e pelo rio Negro*. Casa Leuzinger, 1869. Coleção do Instituto Moreira Salles. Disponível em: https://issuu.com/ims_instituto_moreira_salles/docs/lbum_frisch_r_sultat_expedition

para os patrões controlarem os trabalhadores que estavam acompanhados de suas famílias, pois dificultava tentativas de fuga.

Apesar do recrutamento de tripulantes no oriente boliviano ter sido fundamentalmente de homens, outras fontes revelam que o deslocamento da mão de obra indígena para o comércio fluvial abarcou mulheres e crianças que não aparecem nos contratos oficiais de trabalho.²⁶³ Em 1869, Manoel Mostajo desembarcou no porto de Serpa com uma grande quantidade de mercadorias que trazia da capital paraense. Na localidade estavam os remeiros indígenas que conduziriam as canoas pelo rio Madeira. Entretanto, 37 homens fugiram assustados, o que tornou a viagem demorada e resultou no esgotamento de víveres. A situação agravou-se, pois os 83 tripulantes restantes estavam acompanhados de suas famílias.²⁶⁴

O relato comprova que as mulheres também eram utilizadas no serviço de remo das canoas, mas, preferencialmente, como cozinheiras nas comitivas de comércio fluvial. Chegadas às margens do rio Madeira, poderiam ser destinadas para trabalho doméstico nos barracões e coleta de borracha nos seringais. As pesquisas de Cristina Wolff e Mônica Lage, para a Província do Amazonas, e Lorena Córdoba, para o oriente boliviano, mostram que apesar das mulheres terem sido figuras invisibilizadas no processo de avanço da exploração gomífera, elas foram sujeitos ativos e fundamentais na constituição dos seringais.²⁶⁵

Em 1883, Júlio Pinkas destacou que eram exclusivamente patrões bolivianos que se ocupavam da produção de borracha no alto Madeira, onde “o idioma espanhol predomina e a não ser a bandeira auriverde que tremula na pôpa do navio, poder-se-hia julgar em território boliviano”.²⁶⁶ Relatou-se ainda que os comerciantes e proprietários locais “acham-se acompanhados por índios bolivianos domesticados procedentes das províncias de Mojos, Trinidad ou Exaltacion em geral, e que a baixo preço contractados ou melhor recrutados na

²⁶³ Sobre a navegação enquanto atividade masculina, ver: MOMBIOLO, Anna Guiteras Mombiola; CORDOBA, Lorena. “Sin indios no hay industria del caucho: los indígenas amazónicos frente a la colonización gomera”. In: CAJÍAS, Lupe; VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Iván (coord.). **Un amor desenfrenado por la libertad. Antología de la historia política de Bolivia (1825-2020)**. Plural Editores, 2021, p. 483; MOMBIOLO, Anna Guiteras. La mano de obra indígena en el comercio fluvial del Beni (Bolivia) en la segunda mitad del siglo XIX. **Bulletin de l'Institut français d'études andines** [En línea], 40 (3), 2011.

²⁶⁴ MOSTAJO, Manuel. **Denuncia y protesta del ciudadano Manuel Mostajo contra D. Albino de Silva Machado**. Cochabamba: Impr. del Siglo, 1875, p. 6.

²⁶⁵ WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre (1870-1945)**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História Social)-FFLCH-USP, São Paulo, 1998; LAGE, Mônica Maria Lopes. **Mulher e seringal: um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010; CORDOBA, Lorena. Hipermasculinização, extrativismo e mulheres invisíveis na indústria gomera boliviana (1880-1920). In: COMBÈS, Isabelle; CORDOBA, Lorena (eds.). **Mulheres do Oriente: Amazônia, Chiquitânia e Chaco, séculos XVIII-XX**. Coleção “Scripta Autochtona”, 2024, pp. 153-192.

²⁶⁶ Julio. O Alto Madeira. **Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**. Tomo III, n. 4, 1887, p. 272.

republica vizinha, formam o seu corpo de operários”. Segundo o engenheiro austríaco, “por 15\$000 mensaes no máximo para homens e 10\$000 para as mulheres adquire o seringueiro direito de propriedade sobre esses infelizes a pretexto de serem como menores entregues á sua tutela”. As autoridades da Bolívia confirmavam esse direito mediante “uma taxa, chamada caução, que se eleva a 100\$000 no máximo”.²⁶⁷ Relatou-se ainda que, apesar de “menos fortes do que os homens”, as mulheres indígenas bolivianas “trabalham mais e são muito apreciadas para a colheita da borracha”. Entretanto, muitas, primeiro eram exploradas sexualmente e se “constituem em serrallo dos patrões, sendo mais tarde, quando substituídas por outras, enviadas para o seringal”.²⁶⁸

Os autos de um crime, ocorrido em 1886, revela a importância do trabalho feminino nos seringais do rio Madeira. Dentre as testemunhas arroladas, cabe destacar “Maria Eugênia Campos, de vinte e cinco annos de idade, de profissão seringueira, solteira, moradora em Padua, de nacionalidade boliviana”; “Maria Piedade Petronilha de Jesus, de vinte annos de idade, profissão seringueira, casada, natural da villa de Manicoré”; e, por fim, “Honorina Maria Pereira, de trinta annos de idade, de profissão seringueira, solteira, natural de Maués”. Todas eram residentes e empregadas como extratoras de borracha no seringal Pádua pertencente ao negociante Olímpio José Vieira.²⁶⁹

Esses relatos permitem compreender que a produção da borracha no alto Madeira se organizava por meio de relações de trabalho profundamente hierarquizadas, marcadas pela exploração intensiva da mão de obra indígena, especialmente boliviana, e por uma estrutura de dominação racializada. O predomínio de patrões bolivianos, a legitimação da “tutela” sobre trabalhadores recrutados com anuência de autoridades bolivianas e a naturalização da presença de mulheres como trabalhadoras formais nos seringais desafia as imagens tradicionais de um espaço exclusivamente masculino e evidencia o papel ativo das mulheres na engrenagem que sustentou a expansão da economia da borracha. Nesse contexto, o seringal se constitui como microcosmo de uma fronteira socialmente complexa, onde práticas de trabalho compulsório, negociações identitárias e múltiplas formas de violência convergem.

Percebe-se ainda que homens e mulheres de diferentes origens e condições sociais atuavam na extração e comercialização da goma elástica, o que reflete o caleidoscópio cultural da fronteira. Nesse cenário, as relações de amizade foram cruciais para o desenvolvimento do

²⁶⁷ PINKAS, 1887, p. 294.

²⁶⁸ PINKAS, 1887, p. 296.

²⁶⁹ AGTJAM. Autos Crime: homicídio. Justiça Pública (autor). Mirandolino José Caetano Lopes (réu). 1893 [1886]. Juízo Municipal do Termo de Manicoré. Localização: caixa - Criminal Humaitá (1891-1894). Fls. 18; 19v; 20v.

comércio fluvial e expansão da economia da borracha na região. Jesualdo Macheti destacou que, em 1869, três comerciantes bolivianos de sua comitiva fluvial deixaram a tripulação e as cargas armazenadas na localidade do Crato, sob os cuidados do capitão Tenório.²⁷⁰

O capitão Miguel Ignácio Tenório era oficial da guarda nacional e subdelegado do recém-criado distrito policial de Santo Antônio.²⁷¹ Entretanto, por causa da insalubridade e inexistente estrutura presente nas proximidades da cachoeira de Santo Antônio, o capitão Tenório residia no Crato. Dali, coordenava seus negócios de comercialização e exploração de borracha, mas também representava o ‘braço’ do Império na região de fronteira.

O cargo de subdelegado lhe garantia o monopólio do uso legítimo da força, acesso a mão de obra indígena e controle das terras devolutas, o que lhe conferia status e poder. Sua residência era local de sociabilidade não somente dos comerciantes e proprietários (portugueses, nacionais e bolivianos) que atuavam nessa região, mas também de encontro dos trabalhadores de origens, condições sociais e jurídicas diversas.

No mesmo ano, um jornal da capital noticiou um fato curioso: “escrevem-no do Crato, que no dia 21 de novembro as 3 horas da tarde em casa do nosso amigo Miguel Ignacio Tenorio, reunidas para mais de 50 pessoas, jogavão em um meza na varanda José Francisco Monteiro, Antônio José de Mattos, d. Ignácia, d. Angêla e Olimpio Corrêa de Miranda,” quando um raio causou um grande estouro ao cair sobre um varão de ferro que sustentava a cobertura de zinco da casa.²⁷² Uma parte das pessoas eram trabalhadores e acompanhavam seus respectivos patrões, que residiam nas proximidades e mantinham relações de amizade com o subdelegado. Entre eles, destaca-se o negociante português José Francisco Monteiro, fundador da cidade de Humaitá, que se tornou uma das figuras mais importantes da elite local.

Além disso, a localidade do Crato era ponto de parada obrigatória dos pequenos vapores particulares que navegavam pelo rio Madeira nesse período. Durante a viagem de Macheti, o pequeno vapor *Madeira* era esperado pelos comerciantes e proprietários da região. A embarcação pertencia ao norte-americano Mr. Storn que residia nas imediações de Serpa.²⁷³

Quando o vapor *Madeira* retornou para a capital da província, os jornais noticiaram que vinha “trazendo 13:388 arrobas de borracha, 502 ditas de sebo, 971 ditas de quina, 40 ditas de

²⁷⁰ MACHETI, 1886, p. 59.

²⁷¹ Amazonas (AM), 27 de fevereiro de 1867, ano I, número 58, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/89>

²⁷² Correio de Manáos (AM), 24 de dezembro de 1869, ano I, número 25, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851043/98>

²⁷³ MACHETI, 1886, p. 61.

peixe, 124 couros de boi, 7 ¼ canadas de óleo e 21 alqueires de castanha”.²⁷⁴ Dos produtos mencionados, o sebo, a quina e o couro de boi eram produzidos nas vilas e povoados do oriente boliviano e transportadas para o rio Madeira, onde ficavam em armazéns aguardando os pequenos vapores particulares que seguiriam para as praças mercantis de Manaus e Belém.

Em outros momentos, devido a irregularidade das viagens feitas por embarcações a vapor pelo rio Madeira, os negociantes bolivianos desciam com suas cargas até o porto de Serpa e dali embarcavam nos vapores de linha da Companhia do Amazonas. Outras vezes, os comerciantes seguiam com seus remeiros nas canoas e igarités até Manaus, como pode-se ver na imagem abaixo:

Figura 2: Remadores bolivianos embarcam no porto de Manaus, 1867



Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles. Fotografia de Albert Frisch, 1867. In: *Resultado de uma expedição fotográfica pelo baixo Solimões ou Alto Amazonas e pelo rio Negro*. Casa Leuzinger, 1869.

Em Manaus, os patrões comercializavam produtos naturais (borracha, quina, óleo de copaíba, carne seca, peixe seco, tabaco, couro, cacau) em troca de objetos de metal (panelas,

²⁷⁴Correio de Manáos (AM), 24 de dezembro de 1869, ano I, número 25, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/851043/98>

tachos, fornos, ferro, machado, terçados), bebidas alcoólicas (cachaça, vinho, cerveja, moscatel) e outros produtos (querosene, vinagre, pólvora, armas, trigo, máquina de costura, tecidos). Caso o comerciante dispusesse de maior expressividade econômica ou capital, embarcava nos vapores com destino a Belém e, em alguns casos, até mesmo a Portugal e à Inglaterra, conforme a estrutura e o alcance de suas redes de negócios. Nesse ínterim, a tripulação indígena das canoas era alugada para o serviço público e particular, em alguns casos, ficando acampada no porto de Manaus até o retorno de seu patrão.

Figura 3: Acampamento de barqueiros bolivianos no porto de Manaus (1867)



Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles. Fotografia de Albert Frisch, 1867. In: *Resultado de uma expedição fotográfica pelo baixo Solimões ou Alto Amazonas e pelo rio Negro*. Casa Leuzinger, 1869.

Resultado de uma expedição fotográfica pelos rios amazônicos, a imagem acima mostra um acampamento de indígenas benianos no porto de Manaus, em 1867, que aguardavam o retorno do patrão com as mercadorias que seguiriam para o rio Madeira e Bolívia. Destaca-se que os indígenas da região do Beni já estavam inseridos nas redes de coerção para o serviço compulsório desde a instalação das missões jesuíticas no período colonial, mas o crescimento

do comércio fluvial provocou a ampliação e solidificação das redes de trabalho no século XIX.²⁷⁵

Na Província do Amazonas, os indígenas ‘benianos’ foram descritos como habilidosos, aptos, obedientes, dotados de boa índole e muito dedicados ao trabalho. Uma publicação anônima, de 1875, sugeriu ao presidente da província, Antônio de Passos Miranda, a criação de um projeto para conceder terras e ferramentas com o objetivo de incentivar a imigração boliviana. De acordo com o relato, já havia mais de três mil indivíduos dessa nacionalidade trabalhando no comércio e exploração de borracha no rio Madeira. Os trabalhadores bolivianos eram considerados “uma excelente aquisição, não só por ser gente morigerada e de bons costumes, como também laboriosa e dedicada ao trabalho”.²⁷⁶ Outros sugerem que a população boliviana na região chegava a quatro mil pessoas em 1878, sendo “divididos em duas classes distintas: a dos patrões e a dos peões ou agregados”.²⁷⁷

Segundo os viajantes Jean e Elizabeth Agassiz, “os índios bolivianos parecem ser mais trabalhadores do que os do Brasil, ou então são mantidos sob mais rigorosa disciplina”.²⁷⁸ Essa afirmação, apesar de atravessada por um olhar racializado e eurocêntrico, ecoa uma percepção amplamente compartilhada entre viajantes, comerciantes, missionários e autoridades: a clara preferência pela mão de obra indígena proveniente do Beni. Tal predileção não se dava apenas pela proximidade geográfica, mas pelo resultado de um processo histórico de sujeição que moldou a força de trabalho indígena ao longo dos séculos através das missões jesuíticas.

Os povos indígenas missionados foram submetidos a uma rígida disciplina cotidiana — baseada em tempo regulado, hierarquia e trabalho forçado — que antecipou, em muitos aspectos, os mecanismos de controle empregados posteriormente no sistema extrativista. O trabalho de David Block sobre a cultura reducional da região beniana no período colonial, conhecida como *Llanos de Mojos*, nos permite algumas inferências.²⁷⁹ Ao que parece, o ambiente missional funcionava como um espaço de domesticação e disciplinamento dos corpos indígenas, produzindo sujeitos submetidos à autoridade clerical e estatal, acostumados ao trabalho regular e à obediência institucional. Após a expulsão dos jesuítas e a secularização das

²⁷⁵ MOMBIOLA, Anna Guiteras Mombiola; CORDOBA, Lorena. “Sin indios no hay industria del caucho: los indígenas amazónicos frente a la colonización gomera”. In: CAJÍAS, Lupe; VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Iván (coord.). **Un amor desenfrenado por la libertad. Antología de la historia política de Bolivia (1825-2020)**. Plural Editores, 2021. pp. 471-515.

²⁷⁶ Jornal do Amazonas (AM), 4 de outubro de 1875, ano I, número 40, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/110>

²⁷⁷ Bernardo da Costa e Silva, 1891, p. 91

²⁷⁸ AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p. 296.

²⁷⁹ BLOCK, David. **La cultura reduccional de los llanos de Mojos**. Sucre: Historia Boliviana, 1997.

reduções, muitos desses povos permaneceram atrelados a formas indiretas de coerção — seja por meio da servidão por dívida, da tutela religiosa ou das obrigações impostas pelas autoridades estatais. Enquanto isso, os mecanismos de coerção do trabalho indígena das etnias locais — sobretudo Mura e Munduruku, como veremos adiante — ainda estavam em processo de expansão e fortalecimento.

Nesse sentido, a valorização do indígena beniano não decorre de uma suposta “natureza laboriosa”, mas do resultado histórico de práticas de disciplinamento e coerção contínuas que os tornaram, aos olhos dos patrões, mais “manejáveis” e integráveis ao regime de trabalho dos barracões e dos seringais. Essa transição — das missões para o seringal — não se deu de forma abrupta, mas sim como um processo de continuidade institucional e reconfiguração das formas de dominação, em que antigas estruturas cederam lugar a redes comerciais e patronais.

Cabe ressaltar que a presença crescente de mão de obra indígena oriunda da Bolívia na Província do Amazonas está relacionado ao aumento do comércio boliviano pelo rio Madeira, cuja rede de transporte fluvial foi praticamente monopolizada pelos negociantes de Santa Cruz de La Sierra nas décadas de 1860 e 1870.²⁸⁰ Nesse período, as canoas e o serviço dos remeiros indígenas do Beni eram disponibilizados não somente na capital da província, Manaus, mas também nas povoações de Serpa, Maués e Vila Bela da Imperatriz, atual Parintins.²⁸¹

Ignácio Arauz e Santos Mercado, por exemplo, atuavam na estruturação e manutenção das redes de trabalho compulsório e no comércio fluvial. Também forneciam canoas e homens para substituir a tripulação cansada que descia da Bolívia nos comboios mercantis que trafegavam pelo rio Madeira.

Frei Jesualdo Macheti menciona que um dos comerciantes de sua comitiva seguiu a viagem em um pequeno vapor particular, mas deixou com o vice-cônsul Ignácio Arauz parte da tripulação para o trabalho de conduzir até Serpa o carregamento de canoas que levavam quina e duzentas arrobas de seringa.²⁸² Sem embargo, pouco depois, em 25 de setembro de 1869, a casa comercial de Ignacio Arauz & Mercado pagou a Câmara Municipal de Serpa o valor de cento e vinte cinco mil e trinta e três reis (125:033) de “imposto de 202 @ 16 libras de borracha fina, 16 @ 2 lb de sernamby que exporta ao Pará”.²⁸³

²⁸⁰ David Block, 1997, p. 228-229

²⁸¹ BASTOS, Tavares. **O Valle do Amazonas**. Garnier: Rio de Janeiro, 1866, p. 251; RPPAM, Volume III, 1864, p. 150; AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. 2000, p. 187; 294-296.

²⁸² MACHETI, 1886, p. 65.

²⁸³ Arquivo Público do Estado do Amazonas. **Livro de Exportação e Despachos nº 01 – 1869**, fl. 399. [Esse material já se encontra digitalizado pelo Arquivo, mas a consulta só é possível presencialmente]

Essa dinâmica de transporte das mercadorias até Serpa em canoas, igarités e batelões modificou-se a partir da década de 1870, quando houve uma maior regularidade nas viagens realizadas pelos vapores da recém-criada Companhia Fluvial do Alto Amazonas (1866). Os navios viajavam em épocas fixadas e feitas de acordo com os contratos celebrados pela Companhia com o governo Imperial e as Províncias do Pará e Amazonas. Eram realizadas três viagens por mês de Belém a Manaus; uma por mês de Manaus ao Madeira (até Santo Antônio, na primeira cachoeira), de Manaus ao Purus e de Manaus a Tabatinga; uma de dois em dois meses de Manaus ao Juruá e de Manaus ao rio Negro.²⁸⁴

Além dos navios da Companhia, a navegação na província era feita por um número bastante elevado de barcos de pequenas dimensões. Em menor quantidade circulavam embarcações particulares movidas a vapor, cujo número aumentou progressivamente com o crescimento do comércio na década de 1870. Um relatório provincial desse período cita alguns desses vapores e seus proprietários, são eles: o *Curuzú* dos negociantes Lobo & Siqueira; o *Arapiranga*, de Thury & Irmão; e *Madeira* (pequeno) de Stone & Hermida, que circulava pelo rio de mesmo nome. Destacou-se ainda que os “srs. Elias José Nunes da Silva & C. fizeram vir um vapor para mil arrobas de carga, o qual acha-se já no rio Madeira. Chama-se *Manicoré*”.²⁸⁵

Percebe-se que o rio Madeira foi uma das regiões mais beneficiada com crescimento do transporte fluvial a vapor, de modo que os patrões bolivianos não precisavam descer todo o rio em canoas até a vila de Serpa ou Manaus. Consequentemente, a presença de tripulantes indígenas benianos diminuiu gradativamente em outros locais da província, mas cresceu no território fronteiriço.

Em 1874, o engenheiro inglês Edward Mathews estimava que milhares de trabalhadores indígenas procedentes da Bolívia encontravam-se nas margens do rio Madeira sob as ordens de patrões brasileiros, portugueses e bolivianos. A descrição da viagem mostra ainda que os comerciantes eram brancos de origem espanhola, geralmente, provenientes de Santa Cruz de La Sierra, enquanto a classe laboral era formada por indígenas mojenhos ou trinitários – que abarcava diversas etnias reunidas nas povoações de Trinidad, Magdalena e Exaltación, antigas missões jesuíticas.²⁸⁶

Ao passar pela região das cachoeiras, próximo ao rio Yata, o engenheiro inglês encontrou uma canoa vinda da Bolívia com cerca de trinta homens e quatro ou cinco mulheres

²⁸⁴ RPPAM, Volume V, 1877, p. 741.

²⁸⁵ RPPAM, Volume III, 1870, p. 786.

²⁸⁶ MATHEWS, Edward. **Up the Amazon and Madeira Rivers, though Bolivian and Peru**. London Sampson Low Marston, Searle & Rivington, 1879, p. 152-154.

que seguiam para a localidade do Baetas. Os homens eram todos *cruceños*, isto é, de Santa Cruz de La Sierra, e estavam sob o comando de um capataz, de quem o viajante comprou doze quilos de farinha boliviana fresca por seis dólares. Em outro momento, Edward Mathews também encontrou uma canoa com trinta homens da etnia Baure que descia para a coleta de borracha nos seringais do rio Madeira.²⁸⁷

Os *cruceños* recém-chegados ocupavam funções ligadas a atividade comercial ou administração, como caixeiros ou gerentes dos seringais. Outros atuavam como *mayordomo*, isto é, o capataz, um agente intermediário responsável por supervisionar e controlar os trabalhadores indígenas.²⁸⁸ Esse indivíduo era executor da autoridade do patrão, garantindo a disciplina e a produtividade. Seu papel se baseava, frequentemente, no uso sistemático da força física e psicológica.

O relato de Bernardo da Costa e Silva permite visualizar como se davam essas relações de trabalho no alto rio Madeira, em 1891.

É muita a quantidade de gente, n'esta ocasião, em Santo Antonio, na maioria índios bolivianos, tripulantes e seringueiros, moços dos patrões que aqui se achavam também recebendo suas cargas. Estes índios são todos fanáticos, e pertencem a diversos povos da província ou departamento do Beni, subjugados á educação dos missionários. São mui submissos. Aqui mesmo tivemos ocasião de vêr castigar um por haver roubado um garrafão de cachaça ao patrão, que o fez amarrar a um poste, mandando por um seu *mayordomo* (capataz), dar-lhe cinquenta *guascadas* [chicotadas] com umas corrêas de couro que trazem para este fim. [...] No entanto ha aqui auctoridade brasileira, militar e civil que não só fecha os olhos a estes depravados crimes de senhor contra escravo, mas apoia até para não desgostarem os patrões com quem negoceiam.

Outro pobre índio vimos castigar por haver fugido ao patrão que lhe dava maus tractos, não o poupando ao trabalho mesmo quando doente. O patrão reclamou a busca dele ao subdelegado [brasileiro], e este mandou tripular uma canoa do senhor onde metteu soldados que foram já a grande distancia, agarrar o criminoso que trouxeram preso, e depois de bem surrado foi mettido n'um quadrado de trilho da estrada de ferro, que serve de cadeia, sem resguardo da chuva nem do sol, onde ficou passando noites e dias! [inserções da autora].²⁸⁹

De fato, conforme destacou o viajante, havia uma estreita relação comercial e de favores entre a autoridade brasileira e os comerciantes e proprietários bolivianos na região de fronteira, principalmente, no que diz respeito ao controle coercitivo da mão de obra nativa. Nesse período,

²⁸⁷ MATHEWS, 1879, p. 85, 93.

²⁸⁸ PINKAS, Julio. O Alto Madeira. *Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*. Tomo III, n. 4, 1887, p. 294.

²⁸⁹ SILVA, Bernardo da Costa e. *Viagens no sertao do Amazonas do Para a costa do mar Pacifico pelo Amazonas Bolivia e Peru*. Porto: Typ. de A. J. de Sousa e Irmão, 1891, p. 198-199.

o negociante João Batista Alvares atuava como subdelegado do distrito de Santo Antônio, função que exerceu durante toda a década de 1880.²⁹⁰

Ressalta-se que Santo Antônio era o último ponto de parada dos vapores e das canoas mercantis que desciam e subiam pelo trecho encachoeirado.²⁹¹ Consequentemente, em determinados períodos, a localidade recebia toneladas de mercadorias e milhares de pessoas, sobretudo, remeiros indígenas bolivianos e seus patrões. No local, João Batista Alvares instalou uma casa comercial com diversos armazéns, sendo considerado o único morador fixo.²⁹² Em 1892, o negociante precisou anexar ao inventário de sua esposa um balanço de sua casa comercial.²⁹³ O documento mostra que as dívidas passivas eram todas com casas aviadoras do Pará, como B.A. Antunes & Cia. Por sua vez, foram registradas dezoito dívidas ativas, das quais treze pertenciam a comerciantes e proprietários bolivianos residentes na região ou em viagem mercantil. Além disso, Nicolás Armentia afirmou que “Don Juan Bautista Alvarez era agente comissionado de una de las companhias de vapores, y de todos los comerciantes bolivianos del rio Beni que tienen negócios en el Brasil”.²⁹⁴ O negociante paraense era uma figura importante no abastecimento das canoas de comércio fluvial e das frentes de exploração de borracha no trecho encachoeirado.

Ernesto M. Maia Forte relatou a atuação de João Batista Alvares como subdelegado na ‘recuperação’ de indígenas bolivianos fugidos da exploração de seus patrões. Segundo a descrição “apresentou-se no acampamento da comissão uma infeliz mulher, índia Mojo, de 45 a 50 annos de idade com um bócio enorme (papeira) pedindo trabalho”. A indígena mojenha foi admitida para auxiliar as mulheres dos soldados ocupadas na limpeza do acampamento. Entretanto, pouco tempo depois, um seringalista exigiu que o chefe da comissão entregasse a “índia, a quem queria o intitulado senhor castigar pelo crime de fuga”. Em resposta, o engenheiro austríaco Júlio Pinkas “declarou que, sendo ella livre, nada tinha que entregar; que a ella assistia o direito de fazer o que lhe aprofesse: voltar para o seringal ou continuar a servir no acampamento”. Todavia, quando os membros da comissão retornaram a Manaus, dispensou todos os trabalhadores, mas “a infeliz índia seguia os soldados, pagando ella mesma a sua

²⁹⁰ FORTE, Ernesto Mattoso Maia. **Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira itinerario e trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré, impressões de viagem por um dos membros da mesma comissão**. Rio de Janeiro: Typ. a Vapor de Soares & Niemeyer, 1885, p. 184; GONÇALVES, Manoel Pereira. **Almanach Madeirense para o anno de 1889**. Publicado por Manoel Pereira Gonçalves. Pasto Grande, Rio Madeira, 1889, p. 45.

²⁹¹ PINKAS, 1887, p. 271-272.

²⁹² FORTE, 1885, p. 85; GONÇALVES, 1889, p. 36;

²⁹³ O balanço está anexados ao inventário de sua esposa, ver: AGTJAM. Inventário de Dona Rosa Coutinho Alvares. Juízo Municipal do Termo de Humaitá, 1892, p. 7-13.

²⁹⁴ ARMENTIA, Nicolás. **Navegación del Madre de Dios: viaje del padre Nicolás Armentia**. La Paz: Impr. de "La Paz", 1887, p. 171.

passagem. Sabendo d'isso o seringueiro, veio a Santo Antonio buscar a índia escravizada". Como ela já estava embarcada, o patrão buscou a ajuda do subdelegado que intimou o comandante do vapor para que entregasse a referida mulher, ordem que foi cumprida.²⁹⁵

Percebe-se que os indígenas deslocados eram destinados ao trabalho compulsório de remeiros e extratores de borracha. Uma das poucas exceções são os comerciantes bolivianos Rómulo Ojopi e Benigno Vaca, filhos mestiços do cacique Hipólito Ojopi, da etnia Baure, e da *cruceña* Manuela Vaca (branca, de origem espanhola, natural de Santa Cruz de La Sierra).²⁹⁶

Em 1875, Rómulo Ojopi e Benigno Vaca aparecem em uma relação de comerciantes do rio Madeira que fizeram doações para a construção da Casa de Caridade, em Manaus.²⁹⁷ Isso já nos mostra a importância e posição social dessa família frente ao restante da população indígena beniana presente nessas paragens. Anna Guiteras Mombiola afirma que os membros da família Ojopi nunca se identificaram como indígenas, nem tão pouco a população indígena Baure os designava como tal.²⁹⁸ Eles são considerados membros de um reduzido grupo da elite nativa branco-mestiça, proprietária de terras e gado, que detinha através de funções administrativas o controle sobre a mão de obra indígena comum.

Os "caciques do Beni" eram figuras importantes na rede de fornecimento de trabalhadores indígenas para os seringais do rio Madeira, sendo também responsáveis pelo *enganche*, sistema que permitia o trabalho forçado ou servidão por dívidas sob a tutela da administração pública. Segundo Anna Guiteras Mombiola e Lorena Cordoba, alguns ainda se converteram em patrões de seus congêneres e adotaram práticas de dominação de origem colonial perpetuadas pela sociedade *criolla* (brancos de origem espanhola) que avançou sobre o oriente boliviano em meados do século XIX.²⁹⁹ Os líderes indígenas auxiliavam as autoridades na hora de resolver questões diversas no âmbito econômico, político e judicial local. Isso significa que interferiam diretamente em todos os negócios locais, provendo de mão de

²⁹⁵ FORTE, 1885, p. 143.

²⁹⁶ COIMBRA, Juan B. **Siringa: memorias de un colonizador del Beni**. Editorial Cruz del Sur. La Paz: Bolívia, 1946, p. 65-66.

²⁹⁷ MESQUITA, Francisco de Souza. Thesouraria da comissão encarregada de agenciar donativos para as obras do Hospital de Caridade em Manáos, 2 de março de 1875. In: PEIXOTO, Domingos Monteiro. **Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto entregou a Administração da Provincia ao Ex. Sr. 1º vice-presidente capitão de mar e guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardosos em 16 de março de 1875**. Manaus: Typ. do Commercio do Amasonas, 1875, p. 68.

²⁹⁸ MOMBIOLA, Anna Guiteras. **Para una historia del Beni. Un estudio socioeconómico, político e ideológico de la Amazonía boliviana, siglos XIX-XX**. Barcelona, TDX-Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2011, p. 352.

²⁹⁹ MOMBIOLA, Anna Guiteras Mombiola; CORDOBA, Lorena. "Sin indios no hay industria del caucho: los indígenas amazónicos frente a la colonización gomera". In: CAJÍAS, Lupe; VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Iván (coord.). **Un amor desenfrenado por la libertad. Antología de la historia política de Bolivia (1825-2020)**. Plural Editores, 2021, p. 491-493.

obra as propriedades agropecuárias, mas, principalmente, fornecendo tripulantes para as canoas e batelões mercantis que singravam pelo rio Madeira. Outros “índios principais” teceram estreitas relações familiares com indivíduos de origem *criolla*, sobretudo, através do casamento entre mulheres da elite nativa e os comerciantes *cruceños* recém-chegados. Nesse contexto, destacam-se as uniões matrimoniais das filhas da família Ojopi com importantes agentes políticos e econômicos atuantes na região fronteiriça.

Rosalía, filha do cacique Hipólito Ojopi, foi casada com o *cruceño* Pastor Oyola, importante comerciante e proprietário de terras com negócios em Baures e Trinidad, povoados do oriente boliviano, e no rio Madeira.³⁰⁰ Ainda que os registros não permitam estabelecer com precisão a data da união, é possível situá-la em meados da década de 1860, pois o casal aparece em uma lista de passageiros do vapor Inca, vindo do rio Madeira, que aportou em Belém na noite de 4 de janeiro de 1869.³⁰¹

Nesse período, Pastor Oyola já havia instalado uma barraca para a exploração de borracha no trecho encachoeirado do rio Madeira.³⁰² A propriedade familiar ficou conhecida como ‘La Concepción’ ou ‘Concepción de Morrinhos’, localizada na cachoeira de mesmo nome, provavelmente, em homenagem ao homônimo povoado boliviano Concepción de Baures, região de origem da família Ojopi e da etnia baure.³⁰³

Segundo Neville Craig, o negociante vivia como um abastado e influente patriarca, que dispunha de cinquenta ou sessenta indígenas apenas como criados domésticos.³⁰⁴ No entorno da propriedade “moravam várias centenas de índios bolivianos com suas famílias, sob a administração de empregados bolivianos de descendência espanhola”. Todos esses indivíduos estavam a serviço de Pastor Oyola e sua família, que ocupava a melhor casa e “reinava de maneira absoluta, mas bondosa, não só sobre esta propriedade, mas, ainda, sobre outras menores, situadas nas adjacências e abrangendo vários quilômetros quadrados dentre os mais ricos seringais do Brasil”.³⁰⁵ Interessante notar que cada barraca representa o epicentro de pequenas frentes de avanço da exploração de borracha sob os afluentes do rio Madeira.

O viajante também ressaltou que uma imensa área rica em seringais no rio Jaci-Paraná “constituía propriedade de Dom Pastor Oyola, que era dividida em distritos, tendo cada um sua

³⁰⁰ Sobre as propriedades agropecuárias de Pastor Oyola em território boliviano, ver listagem dos títulos de terras nas mãos da população branco-mestiça (MOMBIOLA, 2011, p. 437, 478).

³⁰¹ Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 6 de janeiro de 1869, ano II, número 4, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/222402/490>

³⁰² MACHETI, 1886 [1869], p. 54-55.

³⁰³ FONSECA, 1880, p. 302; VALEN, Gary Van. **Indigenous agency in the Amazon: The Mojos in liberal and Rubber-Boom Bolivia**. Tucson: The University of Arizona Press, 2013, p. 85.

³⁰⁴ CRAIG, 1947, p. 220-221.

³⁰⁵ CRAIG, 1947, p. 261-262.

barraca e o competente número de índios de ambos os sexos, sob as ordens de um administrador”.³⁰⁶ Fica evidente que a união matrimonial com Rosalia Ojopi facilitou o recrutamento e transferência da mão de obra indígena de Concepción de Baures, no oriente boliviano, para sua homônima no rio Madeira. Em 1878, quando Neville Craig visitou Concepción de Morrinhos, no trecho encachoeirado, observou que “a mulher de Oyola fazia, por essa ocasião, longa e tediosa viagem à Bolívia à cata de peões e em visita a pessoas de sua amizade”.³⁰⁷ Sem embargo, o nome de Pastor Oyola aparece em vários contratos de tripulantes indígenas no departamento do Beni na década de 1880.³⁰⁸

Entretanto, muitas vezes, os indígenas benianos contratados como remeiros não retornavam para suas localidades de origem, sendo obrigados ao trabalho forçado nos seringais do rio Madeira.³⁰⁹ Um contemporâneo descreveu da seguinte maneira o *enganche* entre os indígenas benianos:

Asusta la emigracion que hai de los naturales ó indios de este Departamento al Brasil [...] Llega algún extractor de goma de esse pais trayendo dinero, collares, pendientes, etc., principia a contratarlos ofreciéndoles a 10 pesos mensuales de salario y la mesa puesta, y a esa cuenta les da zarazas para sus tipos, collares, cintas y otras chucherias, pero todo por un precio subido: el dinero, los indios lo consumen en aguardiente muy pronto y no les queda más que los miserables vestidos que tomaron fiados, y para pagar con su trabajo [...] y como están adeudados em ochenta o cien bolivianos ya no es posible que éstos paguen esas cantidades por ellos y tienen que marchar por la fuerza a las regiones mortíferas de las cachuelas [do Madeira] de donde casi nunca regresan” [inserção da autora].³¹⁰

Segundo Anna Guiteras Mombiola, durante a década de 1870 começou a ser evidente o decréscimo da população indígena beniana que era constantemente requerida para a exploração da borracha, mas que não regressava quando concluído o tempo acordado de trabalho, em consequência do sistema de *enganche* estabelecido com os patrões ou, no caso das grandes sociedades comerciais, com os intermediários.³¹¹

Edward Mathews destacou que, em 1873, haviam saído do oriente boliviano para o rio Madeira 43 embarcações, das quais somente 13 regressaram, o que significou a perda 300 remeiros. De acordo com seus cálculos, entre 1862 e 1872, o Beni perdeu mil trabalhadores indígenas por ano.³¹² Ao passar por Exaltación, lugar dos cayubabas, o viajante Luigi Balzán espantou-se com a pobreza do povoado, pois “muchos de sus habitantes fueron llevados a

³⁰⁶ CRAIG, 1947, p. 319; 331-333.

³⁰⁷ CRAIG, 1947, p. 224.

³⁰⁸ MOMBIOLA; CORDOBA, 2021, p. 493.

³⁰⁹ MOMBIOLA, 2011, p. 165.

³¹⁰ BOLÍVIA, Ministerio de Hacienda. **Informes y documentos referentes al Departamento del Beni**. La Paz Imp. de La Libertad por J. Aramayo, 1882, p. 11.

³¹¹ MOMBIOLA, 2011, p. 165-166.

³¹² MATHEWS, 1879, p. 132.

trabajar a la goma, están casi siempre ausentes del pueblo, ocupados em viajar de Villa Bella al Madera o a Trinidad”.³¹³

Estima-se que entre 25% a 50% dos remeiros das canoas morriam de doenças, acidentes, naufrágios e episódios de violência.³¹⁴ No entanto, as mortes só eram notificadas pelos patrões no regresso da viagem, de modo que a maioria dos tripulantes ‘mortos’, possivelmente, foram incorporados ao trabalho forçado nos seringais do rio Madeira. Ernesto M. Maia Forte relatou que, em 1883, muitos negociantes bolivianos atuavam como “vendedores de carne humana” dos remeiros indígenas contratados no Beni, pois utilizavam “certidão de óbito falsa, e outros meios que só eles sabem” para justificar a ausência dessa mão de obra no retorno das viagens mercantis.³¹⁵

Segundo Júlio Pinkas, os trabalhadores indígenas benianos viviam “uma nova escravidão, tida por perfeitamente legal, nessa região brasileira e que infelizmente, por alguns precedentes estabelecidos, parece até confirmada pelas autoridades policiais brasileiras”.³¹⁶ Entretanto, o intenso deslocamento das famílias indígenas do Beni para o trabalho compulsório nos seringais da Província do Amazonas também foi estruturada com a conivência e participação direta de empregados públicos e políticos da Bolívia na prática do *enganche*. Em 1882, Tomás Villavicencio denunciou que autoridades do departamento do Beni e o cônsul residente no rio Madeira, Santos Mercado, não haviam feito nada em favor dessa população indígena que era transladada a força, “pues que la mayoría de ellos está interesada en los negocios y gomales del Madera”.³¹⁷

Santos Mercado passou a ocupar o cargo de vice-cônsul da Bolívia na Província do Amazonas, em 1878, após o falecimento de seu tio Ignacio Arauz.³¹⁸ No entanto, antes mesmo de estar nessa posição, o negociante já se beneficiava das redes de relações estabelecidas com as autoridades em território boliviano.

Em 1871, após uma série de conflitos que se tornaram comuns no oriente boliviano, o tenente-coronel Ramon Barberi assumiu o posto de prefeito do Departamento do Beni, se

³¹³ BALZAN, Luigi. **A carretón y canoa. La obra del naturalista Luigi Balzan en Bolivia y Paraguay (1885-1893)**. Edición, estudio preliminar, notas y traducción de Clara López Beltrán. La Paz: IFEA/IRD/Embajada de Italia/Plural editores. 2008 [1885-1893], p. 231.

³¹⁴ VILLAR, Diego. **Bolívia a vapor. Antropología histórica del barco cauchero (1880-1920)**. Santa Cruz de la Sierra: El País, 2020, p. 44.

³¹⁵ FORTE, Ernesto Mattoso Maia. **Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira itinerário e trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré, impressões de viagem por um dos membros da mesma comissão**. Rio de Janeiro: Typ. a Vapor de Soares & Niemeyer, 1885, p. 143-144.

³¹⁶ PINKAS, 1885, p. 295.

³¹⁷ BOLÍVIA, 1882, p. 12-13.

³¹⁸ Amazonas (AM), 14 de janeiro de 1880, ano XV, número 519, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2779>

tornando a maior autoridade da região.³¹⁹ Durante sua administração constituiu uma sociedade comercial de grande escala com Miguel María Cuellar, Potineo Almanzor Rojas e Santos Mercado, os dois últimos instalados no rio Madeira.³²⁰

De acordo com o contrato realizado em Trinidad, capital do Beni, o objetivo da sociedade comercial seria estabelecer um trabalho de exploração de borracha no rio Madeira, com duração de três anos.³²¹ Ao que parece, o prefeito Barberi utilizou sua autoridade para viabilizar o deslocamento de mais de duzentos indígenas benianos para a Província do Amazonas sob a tutela de diversos negociantes, entre eles Santos Mercado.

A questão é que, de acordo com legislação vigente na Bolívia, os negociantes deveriam pagar um imposto sobre cada trabalhador indígena, uma espécie de aluguel que se pagava ao Estado. Ao final das viagens comerciais a mão de obra indígena “cedida” deveria ser devolvida a autoridade pública responsável, para que voltasse a tutela governamental. Apesar disso, os comerciantes beneficiados por Ramon Barberi nunca entregaram ou deram conhecimento as autoridades locais sobre o número de passaportes indígenas que haviam sido expedidos para eles. Logo, não havia certeza sobre o número exato de indígenas que, sob a administração Barberi, partiram de seus *pueblos* em direção ao rio Madeira e nunca retornaram.

Ramon Barberi utilizou o poder decorrente de sua função para o benefício de suas atividades econômicas e a de seus colaboradores. Ao mesmo tempo, restringia toda a transação comercial relacionada a exploração de borracha e dificultava o acesso a mão de obra indígena a todo aquele que não formava parte de seu círculo de relações sociais.

Contudo, mesmo com as constantes mudanças no cenário político do Departamento do Beni, que levou a queda do prefeito Ramon Barberi, o negociante Santos Mercado fortaleceu e manteve uma das mais extensas redes de comércio e trabalho que conectou o oriente boliviano à Província do Amazonas. Santos Mercado foi diretamente responsável pelo deslocamento compulsório de milhares de trabalhadores indígenas benianos para as margens do rio Madeira durante as décadas de 1870 e 1880.

Em 1877, a forte presença boliviana na região, sobretudo no trecho encachoeirado, surpreendeu o viajante brasileiro João Severiano da Fonseca.³²² As propriedades bolivianas mencionadas continham grande número de indígenas de ambos os sexos, sendo que os

³¹⁹ SAUCEDO, Manuel Limpas. **Los gobernadores de Mojos**. Escuela Tipográfica Salesiana, 1942, p. 193-194.

³²⁰ SALVATIERRA, Juan de Dios. **Documentos que comprueban la conducta nada honrosa de D. Damon Barberi, prefecto del departamento del Beni**. Latin American Pamphlet Digital Project at Harvard University. Santacruz [i.e. Santa Cruz, Bolívia]: Impr. De Cayetano R. Daza, 1872, p. 11.

³²¹ SALVATIERRA, 1872, p. 12.

³²² FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878**. 2 vols. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro, 1880.

comerciantes e proprietários mais proeminentes mantinham na atividade de extração da goma elástica entre cinquenta e duzentos trabalhadores indígenas.

O acesso a essa mão de obra dependia das redes de relações que cultivavam com as autoridades em território boliviano. Santos Mercado, por exemplo, possuía diversas barracas no rio Madeira, mas era da localidade denominada *Paraíso* que coordenava seus negócios de exploração gomífera. O relato de João Severiano mostra que o negociante tinha sob seu domínio mais de cem trabalhadores, sendo a maioria indígenas benianos que colhiam de seis a oito mil arrobas de borracha.³²³ Contudo, apesar de se dedicar a exploração de borracha, boa parte dos negócios de Santos Mercado era relacionada a manutenção de uma rede de comércio e transporte fluvial que conectava o oriente boliviano, o rio Madeira e a praça mercantil de Belém.

Em 1876, faleceu a bordo do vapor Fortaleza o boliviano Jesus Franco, que regressava de uma viagem comercial feita à capital paraense. Na descrição do espólio consta diversos produtos destinados à Bolívia e ao rio Madeira.³²⁴ As mercadorias totalizavam pouco mais de vinte e seis contos de réis e haviam sido enviadas pelos comerciantes paraenses Elias José Nunes da Silva & Cia. e Geraldo Antônio Alves & Filhos.

O destino desses produtos era a casa comercial de Santos Mercado & Cia, situada no lugar Paraíso, no rio Madeira. Isso significa que Jesus Franco não era um grande comerciante boliviano, mas um dos muitos caixeiros *cruceños* (oriundos de Santa Cruz de La Sierra) que trabalhavam na rota Bolívia-Madeira-Belém e vice-versa, responsáveis pelo transporte de mercadorias de diferentes negociantes.

A trágica viagem de Jesus Franco começou na Bolívia, tendo descido para o rio Madeira com dois batelões com capacidade de 800 arrobas. As embarcações vieram abastecidas de quina, sebo, couro, tecidos de algodão, carne seca, açúcar, arroz, milho e outros cereais. Essas eram as principais indústrias da região beniana, ao menos antes que a produção de borracha se sobressaísse a partir de 1880.³²⁵

A quina era destinada ao comércio internacional, por seu valor na indústria farmacêutica, devido sua eficácia no tratamento de malária. Em contrapartida, produtos como carne seca, arroz, milho e outros cereais eram para abastecimento da população estabelecida no rio Madeira, sobretudo proprietários bolivianos.

Antônio Chavez, estabelecido na região desde princípios da década de 1860, faz parte de um seletto grupo de proprietários e comerciantes inseridos em uma rede de abastecimento

³²³ FONSECA, 1880, p. 319.

³²⁴ AGTJAM. Espólio de Jesus Franco (boliviano). Juízo Municipal de Manaus, 1876.

³²⁵ RPPAM, Volume III, 1865, p. 226.

que não dependia das importações paraenses. Acreditamos que os gêneros alimentícios trazidos por Jesus Franco eram destinados a esse negociante, cujo patrimônio superava os 855 contos de réis, fortuna vultuosa mesmo se comparada as da elite paraense.³²⁶ Afinal, foi no lugar *Jumas*, sede da casa comercial de Antônio Chavez, que Jesus Franco deixou a embarcação e a tripulação indígena que, provavelmente, foi ‘alugada’ temporariamente para o serviço de extração da borracha.

Após alguns meses no rio Madeira, Jesus Franco seguiu viagem para a cidade de Belém em um dos vapores da Companhia do Alto Amazonas. O objetivo era negociar não somente a produção de quina vinda do oriente boliviano, mas também o transporte de produtos (vinho, cachaça, objetos de metal, farinha, tecidos e outros) para o território fronteiriço. Todas as mercadorias descritas no espólio eram destinadas a firma Santos Mercado & Cia, sediada na localidade *Paraíso*.³²⁷ Essa firma era responsável por coordenar o transporte fluvial das mercadorias importadas da capital paraense com destino a Bolívia e estabelecimentos do rio Madeira, não apenas de proprietários bolivianos, mas também portugueses e brasileiros.

A descrição revela que o abastecimento da região fronteiriça não dependia dos gêneros alimentícios importados do Pará. O grosso dos produtos provenientes da capital paraense se constituem, na sua maioria, de produtos manufaturados como tecidos, ferramentas (serras, enxadas, foices, machados, pregos, barras de ferro), bebidas (aguardente, genebra, cerveja, anis, vinho), armas, pólvora e outros produtos (cal, lamparinas, agulhas, facas, tachos etc.). As quantidades de gêneros alimentícios (açúcar, manteiga, bolachas, sal, bala) importados nos permite afirmar que esses produtos eram destinados ao abastecimento dos estratos superiores da sociedade local.

A camada mais pobre da população se alimentava dos gêneros produzidos nos aldeamentos e sítios locais, especialmente na região de Borba e Canumã. A fabricação de farinha e peixe seco; a coleta de cacau, castanha, óleo de copaíba; e o cultivo de milho, mandioca e tabaco se destacavam nessa área.³²⁸ Os grupos familiares Munduruku eram os principais responsáveis por toda essa produção.³²⁹ De acordo com o relatório apresentado por

³²⁶ AGTJAM. Inventário de Antônio Chavez. Acervo judicial de Humaitá, 1893. Caixa: Família 1892-1899.

³²⁷ Jornal do Amazonas (AM), 28 de outubro de 1875, ano I, nº 47, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/139>

³²⁸ BENJAMIN, Feliciano Antonio. **Relatório apresentado ao exm. sr. Dr. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto, pelo Engenheiro bacharel Feliciano Antonio Benjamin, membro da Comissão de fiscalisação da estrada de ferro do Madeira e Mamoré e de medição e demarcação de terras no Rio Madeira, actualmente encarregado da mesma comissão.** Manaus: Typographia do Commercio do Amasonas, 1874, p. 165.

³²⁹ Para mais informações sobre a produção agrícola e extrativista dos indígenas Munduruku, ver: CHANDLESS, William. *Notes on the Rivers Maué-assú, Abacaxis and Canumã – Amazons.* **Journal of Royal Geographical Society of London.** Vol. 40. 1870. pp. 419-431.

João Wilkens de Mattos, em 1858, apenas quatro malocas de indígenas Munduruku do rio Pracony, território pertencente a aldeia de Abacaxis e jurisdicionado a missão de Canumã, produziam “todos os annos para cima de mil paneiros de farinha”.³³⁰ Os números ganham maior relevância se levarmos em consideração que o aldeamento Abacaxis contava com dezesseis malocas que abrigavam 134 famílias. Enquanto isso, as famílias Munduruku estabelecidas no rio Canumã dedicavam-se, principalmente, a extração de copaíba e ao cultivo de mandioca e tabaco, produtos comercializados com as canoas de regatão.³³¹

As diferentes redes internas de abastecimento perduraram até fins da década de 1880, quando o avanço da exploração de borracha no oriente boliviano fez com que a produção local fosse destinada a provisão da indústria gomífera em desenvolvimento.³³² Paralelamente, o processo de avanço da ocupação territorial no rio Madeira resultou no esbulho de áreas de uso comum, destinadas a caça, pesca e coleta; na expulsão de pequenos posseiros que mantinham algumas plantações (mandioca, tabaco, banana, café); e na expropriação dos territórios das populações indígenas, incorporados como força de trabalho ou alvos de uma política de extermínio.

Esse fechamento do rio afetou a pequena produção local, o que, combinado com a diminuição do comércio de gêneros pecuários e agrícolas produzidos na Bolívia, resultou no aumento da dependência da importação de gêneros alimentícios da praça mercantil paraense, o que se refletiu no crescente endividamento das fortunas do rio Madeira a partir de fins do século XIX.

Outra questão importante que o espólio de Jesus Franco permite discutir refere-se ao destino da tripulação indígena beniana. É provável que os tripulantes tenham ficado sob o controle do cônsul Santos Mercado, depositário dos bens. O mesmo aconteceu em outra ocasião, quando a autoridade consular levou 45 homens de trabalho e mulheres indígenas que estavam a serviço de Juan Prado, quando este faleceu por febres nos seringais do rio Machado.³³³

Em 1878, quando o navio que conduzia o engenheiro americano Neville Craig atracou no lugar Paraíso, pertencente a Santos Mercado, se surpreendeu com a prosperidade do que

³³⁰ MATTOS, João Wilkens de. **Relatório da Diretoria Geral dos Índios, pelo seu Director Geral em 25 de agosto de 1858**. In: RPPAM, Volume II, Anexo M, 1858, p. 142.

³³¹ MATTOS, João Wilkens de. *Op. Cit.* p. 147.

³³² Sobre a estruturação dessas redes de abastecimento na Amazônia, ver: FONSECA, Dante Ribeiro da. **Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia**. Tese (Doutorado em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém: 2 vols. 2004.

³³³ O Liberal do Pará (PA), 8 de junho de 1879, ano XI, número 129, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/704555/10470>; FORTE, 1885, p. 122.

chamou de “aldeamento boliviano”, cuja “população é composta de portugueses, judeus espanhóis e grande número de indígenas bolivianos”.³³⁴ De acordo com o relato, juntamente com Pastor Oyola e Ignacio Arauz, Santos Mercado monopolizava o comércio na região do alto rio Madeira, por uma extensão de mais de trezentos quilômetros.³³⁵ Contudo, mais do que uma rede comercial, esses sujeitos controlavam uma imbricada rede de recrutamento de trabalhadores indígenas nos povoados do oriente boliviano.

As fontes revelam que Santos Mercado facilitou e articulou a contratação de indígenas benianos para o serviço nos seringais do rio Madeira. Em 1880, a autoridade consular pediu ao governo da Província do Amazonas providências na proteção dos trabalhadores bolivianos na região, pois um conterrâneo agregado do comerciante português Manoel Pereira Gonçalves havia sido assassinado durante um ataque dos Parintintim.³³⁶ Dois anos depois, Santos Mercado enviou “nota ao presidente da província, solicitando providencias em ordem a impedir as torpes e criminosas seducções rodeadas dos mais revoltantes actos de surpresa e vandalismo”.³³⁷ Ao que parece, Ignacio Velasco, de nacionalidade boliviana, “despeitado com o negociante Manuel Maria de Moraes, que o havia despedido do seu serviço, invade-lhe a propriedade para levar d’ella treze índios bolivianos, que o dito Moraes havia legalmente contractado, e que por essa razão lhe foram restituídos”.³³⁸ Na resolução do conflito, o cônsul Santos Mercado atuou na defesa dos interesses do comerciante português e enviou ao governo provincial as cópias dos contratos feitos na região do Beni, junto as autoridades do governo boliviano.

Esses episódios revelam não apenas a complexidade das relações laborais nos seringais do rio Madeira, mas sobretudo a existência de um esforço dos atores locais para conferir certa formalidade aos mecanismos de recrutamento e controle da mão de obra indígena boliviana. Ao acionar o governo provincial do Amazonas para garantir a restituição de trabalhadores bolivianos “legalmente contratados”, Santos Mercado não mobilizou os recursos diplomáticos a serviço de seus conterrâneos, mas atuou na consolidação de uma garantia aos demais patrões que reconhecia os contratos firmados do outro lado da fronteira, reforçando a legitimidade do uso da mão de obra indígena beniana em território brasileiro.

³³⁴ CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição**. São Paulo: Nacional, 1947, p. 128.

³³⁵ CRAIG, 1947, p. 223.

³³⁶ Amazonas (AM), 14 de janeiro de 1880, ano XV, número 519, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2779>

³³⁷ O Despertador (SC), 30 de setembro de 1882, ano XX, número 2035, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/709581/7840>; FORTE, 1885, p. 184.

³³⁸ Amazonas (AM), 6 de abril de 1883, ano XVII, número 855, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/164992/3817>

A disputa em torno dos treze indígenas levados por Ignacio Velasco expõe os conflitos em torno dessa mão de obra, os limites do recrutamento, as relações de trabalho e o papel crescente do Estado – por meio de seus representantes – na regulação desses conflitos. A restituição dos trabalhadores ao contratante original sugere que, ainda que a prática do recrutamento e da coerção informal fosse comum, existia um esforço por parte dos comerciantes e proprietários mais bem articulados, como Manoel Maria de Moraes, de conferir legalidade aos contratos, possivelmente para proteger seus investimentos e evitar perdas decorrentes de disputas com outros patrões.

Além disso, a referência à documentação contratual firmada no Beni, enviada pelo cônsul ao governo provincial, aponta para a consolidação de uma rede de circulação de trabalhadores, onde as autoridades regionais e locais reconheciam, mesmo que tacitamente, a validade dos acordos laborais. Nesse sentido, a presença de documentos formais mostra que os indígenas benianos estavam inseridos em redes de trabalho que se legitimavam por meio de contratos, mesmo que estes estivessem inseridos em contextos de coerção, dependência e violência.

A mediação consular exercida por Santos Mercado, portanto, é sintomática da forma como a economia da borracha avançou no espaço de fronteira: combinando legalidade e informalidade, diplomacia e coerção, comércio e poder político. A fronteira, nesse caso, não era uma barreira, mas uma zona de articulação estratégica onde se negociavam direitos, contratos, pessoas e mercadorias – e onde o indígena, ainda que subalternizado, desempenhava um papel central na engrenagem de expansão da economia da borracha.

Em viagem pela região, Júlio Pinkas destacou que a população boliviana se sobrepunha a brasileira/portuguesa no alto rio Madeira na década de 1880.³³⁹ Homens e mulheres indígenas benianos trabalhavam na coleta de borracha para patrões nacionais, bolivianos e portugueses. Segundo o engenheiro austríaco, os homens eram adquiridos por 15 pesos mensais e as mulheres por 10 pesos. Esses trabalhadores eram entregues sob a tutela dos comerciantes, que pagavam as autoridades bolivianas uma taxa, chamada caução, que permitia o deslocamento dessa mão de obra para o rio Madeira.

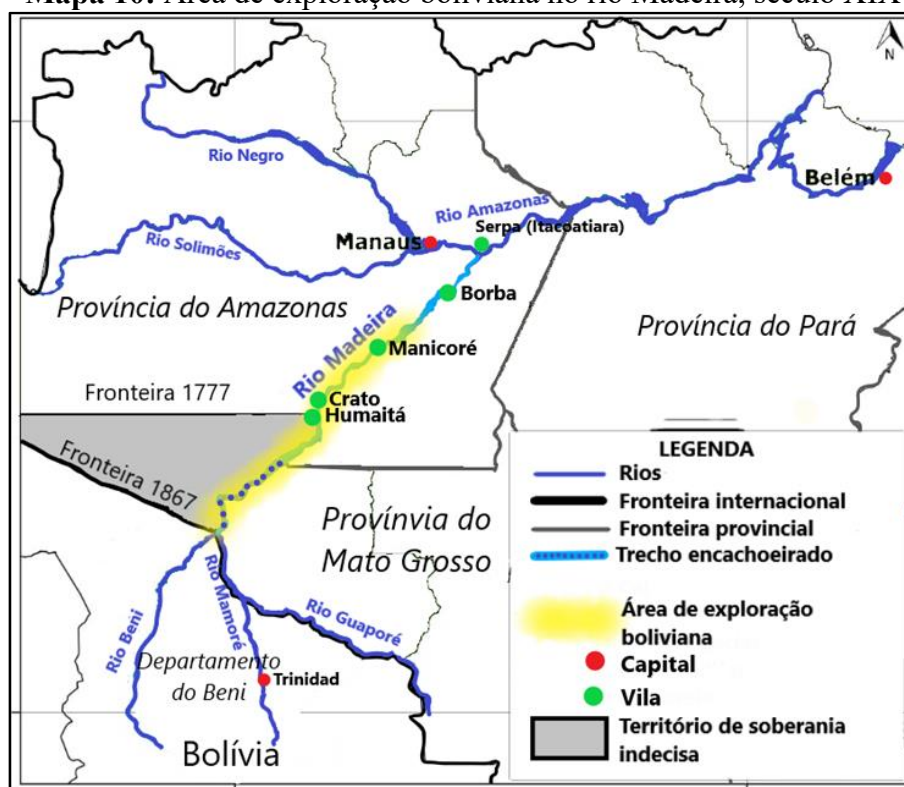
Em 1883, um membro da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré descreveu como se dava o recrutamento dos trabalhadores indígenas na Bolívia. Ernesto Mattoso Maia Forte relatou que em determinadas épocas do ano, os negociantes seguiam para o Beni, onde dezenas de povoações indígenas se erigiam as margens do rio Mamoré e afluentes.

³³⁹ PINKAS, Julio. O Alto Madeira. *Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*. Tomo III, n. 4, 1887, p. 294-295.

Nessas localidades, contratavam “á força, 200 e mais índios, geralmente Mojos e Baures, vestem-os com uma camisola a que chamam typoi e começam a longa e perigosa jornada através das cachoeiras do Madeira”.³⁴⁰ Em território brasileiro, os negociantes iam “cedendo” os indígenas aos proprietários, comerciantes e moradores estabelecidos pelas margens do rio, mediante certo número de pesos, a título de despesas de viagem.

Essa prática provocou uma diminuição da população indígena ‘domesticada’ no Departamento do Beni. Em contrapartida, o número de indígenas benianos trabalhando nos seringais da Província do Amazonas aumentou vertiginosamente. O mapa abaixo permite visualizar a extensão da área de exploração boliviana no rio Madeira, no século XIX.

Mapa 10: Área de exploração boliviana no rio Madeira, século XIX



Cabe lembrar que até 1867 toda a margem esquerda do rio Madeira, até seu ponto médio, nas proximidades do Crato, pertencia a Bolívia. Somente com a assinatura do Tratado de Ayacucho (1867) a fronteira boliviana recuou para a confluência dos rios Beni e Mamoré. Para alguns, após a assinatura do acordo, “o pequeno número” de bolivianos envolvidos com a extração de borracha na região em litígio optaram por abandonar seus assentos e retornar para

³⁴⁰ FORTE, 1885, p. 140.

o Mamoré, onde a soberania boliviana não poderia ser questionada.³⁴¹ Entretanto, as fontes mostram que os patrões bolivianos e os trabalhadores indígenas benianos não apenas permaneceram na região, mas que o movimento populacional alcançou o seu auge nas duas décadas seguintes.

Em 1903, estimava-se que a população ao longo do rio Madeira girava em torno de trinta mil habitantes, número que se manteve relativamente estável nas duas últimas décadas do século XIX. Segundo Heliodoro Jaramillo, essa estabilidade demográfica estava ligada à resistência dos moradores locais à entrada de novos contingentes migratórios, sobretudo de cearenses, preferindo-se trabalhadores bolivianos, paraenses e amazonenses.³⁴² Essa escolha refletia uma lógica que combinava fatores econômicos, sociais e territoriais que se articulavam na região de fronteira.

A mão de obra indígena boliviana tornou-se, portanto, um recurso estratégico para a expansão da exploração de borracha no alto rio Madeira. Mais do que trabalhadores ocasionais, os indígenas benianos integravam as engrenagens produtivas como coletores, remadores, guias e habitantes profundamente enraizados no território, tornando possível a ocupação dos seringais e o funcionamento dos circuitos de transporte e abastecimento. A aparente rejeição a fluxos migratórios externos deve ser compreendida como uma tentativa de preservar essas redes locais e transfronteiriças de trabalho, fundadas em vínculos sociais duradouros e na autoridade dos agentes sociais já estabelecidos na região.

Nesse cenário, a presença de centenas de patrões e milhares de indígenas fixados, temporariamente e permanentemente, ao longo do rio Madeira consolidou uma estrutura social e econômica fortemente marcada pela presença boliviana. Os negociantes não apenas controlavam parte expressiva da força de trabalho local, mas também desempenharam um papel central na organização da produção e na integração regional da economia da borracha. Os bolivianos foram os principais responsáveis pela expansão da indústria gomífera no alto rio Madeira a partir da década de 1860. De acordo com Gary Van Valen, de fato, os negociantes bolivianos exploravam a margem direita, reconhecida como brasileira desde o século XVIII, com a mesma frequência da margem esquerda, formalmente boliviana.³⁴³

³⁴¹ FIFER, J. Valerie. The empire builders: a history of the Bolivian rubber boom and the rise of the house of Suarez. *Journal of Latin American Studies*, v. 2, n. 2, 1970, p. 119.

³⁴² JARAMILLO, Heliodoro. **Breve notícia sobre os vales dos rios Purus e Madeira afluentes do Amazonas**. Manaus: Governo Estado do Amazonas, 2004(1903), p. 14.

³⁴³ VALEN, Gary Van. **Indigenous agency in the Amazon: The Mojos in liberal and Rubber-Boom Bolivia**. Tucson: The University of Arizona Press, 2013, p. 61.

A análise dos diferentes atores sociais que operavam no circuito comercial da região fronteira evidencia a intrincada dinâmica que sustentou o avanço da economia da borracha na Amazônia oitocentista. Atuando como intermediários mercantis — vendendo, comprando e emprestando — esses sujeitos acumularam conhecimento prático sobre os territórios ricos em seringais, as rotas fluviais e os mecanismos de mobilidade social e econômica. Esse saber, forjado na experiência prática do comércio e das relações interétnicas, possibilitou sua posterior conversão em proprietários e seringalistas, reposicionando-os dentro da hierarquia e do espaço social local e regional.

No entanto, o desempenho dessas funções exigia mais do que capital econômico ou experiência comercial, pressupunha o controle sobre formas específicas de mobilização de mão de obra. No “lado brasileiro”, o recrutamento de trabalhadores indígenas era mediado por relações de parentesco, compadrio e alianças políticas com diretores de aldeamentos, chefes indígenas, missionários e autoridades locais. Já no “lado boliviano”, dinâmicas semelhantes envolviam acordos com religiosos, líderes da elite nativa, funcionários departamentais e agentes do Estado. Na fronteira, os vínculos sociais desempenhavam papel central no acesso ao trabalho indígena, especialmente para atividades como a navegação e a coleta de produtos extrativistas.

Percebe-se, assim, uma simbiose entre as diferentes redes de comércio e trabalho que enviavam ao rio Madeira brasileiros/portugueses e bolivianos de ascendência espanhola, acompanhados de trabalhadores indígenas de diferentes etnias. A reconstituição dessas redes, por meio da análise das conexões locais, regionais e transfronteiriças estabelecidas pelos agentes que percorriam essa via fluvial, mostra a existência de um verdadeiro mosaico de articulações econômicas e sociais na fronteira amazônica do século XIX.

Mapear o alcance dessas redes no nível local e, por conseguinte, o gradativo estabelecimento dos barracões (casas comerciais) para além das proximidades dos povoados permite compreender o avanço da economia da borracha a partir de duas frentes simultâneas de ocupação: uma que subia o curso do rio, vinda de Manaus e Belém; e outra que descia das terras baixas da Bolívia. Essas frentes, embora distintas em origem e composição, convergiram na formação de um espaço econômico articulado por redes fluviais, barracões e relações de trabalho — sobretudo baseadas na exploração da mão de obra indígena. O entrelaçamento dessas dinâmicas comerciais e produtivas não apenas estruturou o avanço sobre a terra, os fluxos de mercadorias e o recrutamento de trabalhadores, mas também redesenhou as fronteiras políticas do território amazônico. Ao articular espaços locais com redes transfronteiriças de comércio e trabalho, essas frentes integraram a região a circuitos mais amplos de acumulação, conectando a Amazônia à lógica do mercado global da borracha.

2.3. As terras: posses, propriedades e conflitos

Feita a primeira caracterização do grupo que viria compor a elite local, isto é, os comerciantes, cabe discutir de que forma a expansão do comércio reflete na ocupação de terras por esses indivíduos e suas famílias. Porquanto, a ocupação territorial no rio Madeira está intimamente ligada a ampliação das redes de comércio através do estabelecimento das chamadas “lojas fora do povoado” (barracões e casas comerciais), instaladas em novas áreas de exploração gomífera.

Para tanto, objetivamos mapear os comerciantes/proprietários e a localização das suas propriedades no tempo e no espaço. A partir daí, podemos entrever as estratégias de ocupação territorial e os conflitos advindos com o processo de avanço sobre a terra, antes de uso comum. Observemos alguns casos específicos, de maneira a matizarmos tal reflexão.

Joaquim dos Santos Pinto Beleza, comerciante português, chegou à Amazônia no início do século XIX, tendo passado por Belém e Cametá, onde contraiu matrimônio. Estabelecido em Cametá, por alguns anos, o migrante português se dedicou ao comércio e extrativismo sazonal e ambulante na região do baixo Madeira.

Tendo vivenciado múltiplos deslocamentos, na década de 1840, com o aumento das rendas provenientes da atividade comercial, o negociante português seguiu o fluxo daqueles que se dirigiam para o Alto Amazonas, indo estabelecer-se na povoação de Canumã. A localidade nada mais era que um grande aldeamento de indígenas Munduruku, localizado no baixo rio Madeira.

Em 1846, foi batizado em Canumã o pequeno Henrique, filho de Joaquim dos Santos Pinto Beleza, que havia chegado pela primeira vez na região em 1842. Contudo, uma observação é adicionada no registro de batismo, Joaquim e sua esposa Ana Martinha são “fregueses da villa de Cametá”, no Pará.³⁴⁴ Do mesmo local, era proveniente o padrinho, Lino Pereira Brasil, diretor de índios da missão de Canumã.³⁴⁵

Os rios fronteiriços eram lugares de inúmeras possibilidades econômicas, mas também de ascensão política e social, por meio da ocupação de funções públicas, cujo número de cargos

³⁴⁴ Arquivo Paroquial de Borba. Livro de registros de Batismos da Freguesia de Canumã (1823-1856), data do registro: 15/08/1846, fl. 139.

³⁴⁵ PARÁ, Governo da Província do. **Falla dirigida pelo exm.o sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram Pará á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849.** Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1849, mapa 15 e 19.

havia aumentado exponencialmente com a ampliação da estrutura burocrática e administrativa do Império na região amazônica.

Inferimos que Joaquim dos Santos Pinto Beleza veio para Canumã através de uma rede migratória autônoma de pequenos comerciantes e trabalhadores, que se formou entre as vilas e povoados paraense (Cametá, Óbidos e Santarém) em direção ao Alto Amazonas. Apesar dos impactos causados pelo movimento cabano, a partir de 1840, Canumã vivenciou o reflorescimento do comércio e da coleta sazonal de produtos extrativistas, o que atraiu milhares de pessoas para a região.

Além de missão religiosa, a povoação de Canumã era ponto de apoio para aqueles que realizavam esse tipo de atividade comercial, o regateio. Ali, eram disponibilizados aos particulares a maioria dos trabalhadores indígenas Munduruku recrutados para o serviço de remo nas canoas e coleta de produtos naturais nas margens do Madeira e afluentes.³⁴⁶ Contudo, Antônio Alexandre Isídio Cardoso afirma que “mais que simples força de trabalho, os nativos serviam como fonte de saberes sobre a floresta, viabilizando (ou não) a entrada de agentes que acompanhavam as movimentações da frente de expansão”.³⁴⁷

Eram os indígenas os conhecedores dos territórios, seus perigos e oportunidades comerciais, os agentes encarregados de levar os negociantes até as populações indígenas submetidas (ou não) que mantinham relações de troca com os comerciantes. Também eram os trabalhadores indígenas que identificavam e mapeavam as áreas ricas em produtos naturais, sobretudo as estradas de seringa.

No caso de Joaquim dos Santos Pinto Beleza, a relação de amizade e compadrio mantida com o diretor de índios de Canumã lhe garantia fácil acesso aos trabalhadores indígenas, mão de obra imprescindível na Amazônia oitocentista. Não é por acaso que o comerciante português aparece nos registros paroquiais apadrinhando, em batismos e casamentos, dezenas de indígenas Munduruku. A prática do compadrio fortalecia as relações clientelistas estabelecidas com a população indígena local para além do mundo do trabalho.

A localidade de Canumã se tornou ponto de partida para a rede de comércio e exploração de goma elástica que os membros da família Pinto Beleza viriam a desenvolver por toda a extensão do rio Madeira.

³⁴⁶ HENRIQUE, Márcio Couto. **Sem Vieira Nem Pombal: índios na Amazônia do Século XIX**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

³⁴⁷ CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 158.

Em 1867, Joaquim dos Santos Pinto Beleza e seu filho Gonçalo aparecem em uma listagem de devedores da Fazenda Provincial.³⁴⁸ Do patriarca da família foram cobrados impostos e multas referentes a “lojas fora do povoado” e sobre canoa de regatão, ambas as atividades sediadas em Canumã. Por sua vez, o imposto e multa aplicado a Gonçalo dos Santos Pinto Beleza era referente apenas a canoa de regatão.

Até meados da década de 1860, a família Pinto Beleza se dedicou preferencialmente ao comércio de regatão no baixo Madeira. Nessa região estavam concentrados a maior parte da população indígena missionada, aldeada nas diretorias parciais e inserida nas redes coercitivas do trabalho (Corpos de Trabalhadores, Guarda Nacional). Por essa região iam adquirindo produtos naturais diversos (óleo de copaíba, peixe seco, tabaco, couros) extraídos e cultivados nos sítios locais, inclusive na propriedade familiar que possuía tabacais e cafezais. Posteriormente, esses produtos eram transportados em canoas até Serpa, onde eram embarcados nos vapores com destino à Belém.

O comerciante aparece com frequência nos registros de exportações da vila de Serpa para a capital do Pará. Em setembro de 1869, Joaquim dos Santos Pinto Beleza despachou no vapor nacional Arary os seguintes gêneros: 121 latas e 17 potes de óleo de copaíba, 17 pacotes de peixe seco (33 arrobas), uma arroba de tabaco e sete couros de veado.³⁴⁹ Toda a mercadoria estava avaliada em quase quatro contos de réis (3.937\$000).

É nesse tipo de comércio, o regatão, que o negociante português foi adquirindo capital e ampliando suas redes de negócios. Em fins da década de 1860, com o aumento da movimentação comercial e populacional para os altos rios, Joaquim dos Santos Pinto Beleza começou a investir no comércio e exploração de borracha no alto Madeira, tendo mobilizado para a região mão de obra indígena Munduruku de Canumã. Entretanto, para o sucesso desse empreendimento era necessário estabelecer um ponto de apoio na vila de Borba, pois Canumã estava localizada em um afluente de mesmo nome, onde as embarcações a vapor não tinham incentivos, do ponto de vista comercial e extrativista, para adentrar.

Esse processo de expansão da atividade comercial familiar também se deve a outros fatores, pois a segunda geração havia alcançado idade para atuar nos negócios da família. Desse modo, as alianças familiares constituíram uma estratégia eficaz e largamente utilizada pelos Pinto Beleza no processo de avanço para o alto rio Madeira.

³⁴⁸ Amazonas (AM), 19 de outubro de 1867, ano II, nº 72, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/224>

³⁴⁹ Arquivo Público do Estado do Amazonas. **Livro de Exportação e Despachos nº 01 – 1869**, fl. 398. [Esse material já se encontra digitalizado pelo Arquivo, mas a consulta só é possível presencialmente]

Em 1865, na igreja matriz de Santo Antônio da vila de Borba, foi realizado o matrimônio de Henrique dos Santos Pinto Beleza e Rosalia Dionísia, ambos filhos de comerciantes portugueses.³⁵⁰ Além da atividade comercial, o pai da noiva, Antônio dos Santos Velho, ocupava o cargo de diretor parcial dos índios de Murumurutuba, aldeamento localizado nas proximidades de Borba, com um total de 76 indígenas (homens, mulheres e crianças) Munduruku.³⁵¹

Gradativamente, os Pinto Beleza criaram e fortaleceram vínculos comerciais, de parentesco e compadrio, através do matrimônio e do batismo, com trabalhadores indígenas, comerciantes e autoridades locais (membros da guarda nacional, diretores de índios, subdelegados, juízes de paz) de Canumã e Borba.

As alianças familiares facilitaram a ampliação das redes de negócios em direção ao alto Madeira. Em 1869, Joaquim dos Santos Pinto Beleza já despachava do porto de Serpa dezenas de garrafas de bebidas alcoólicas, vindas de Belém, para o rio Madeira.³⁵² As mercadorias se destinavam ao abastecimento dos novos negócios familiares no alto rio.

Naquele mesmo ano, um conflito intrafamiliar nos revela que Gonçalo dos S. P. Beleza, que começou como regatão ao lado de seu pai, já residia no alto Madeira, onde se dedicava ao comércio e exploração de borracha.³⁵³ Além de Gonçalo, seus irmãos Anélio, Henrique, Constantino e Antônio dos Santos Pinto Beleza buscavam estruturar uma rede de negócios nessa região. Não estamos falando apenas da exploração e comercialização de produtos extrativistas, mas da ocupação sistemática de terras e criação de uma cadeia de compra e venda de seringais.

Em 5 de agosto de 1872, “o réo Joaquim dos Santos Pinto Bellesa, seo filho Antonio e seo escravo Jacyntho com cinco índios da nação Mundurukus, armados de espingarda e terçados assaltaram” o lugar denominado Hortência, no rio Jacaré³⁵⁴, afluente do Madeira.³⁵⁵ No

³⁵⁰ Arquivo Paroquial de Borba. Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). Data do registro: 17/05/1865, fl. 58.

³⁵¹ O Cathéchista (AM), 12 de dezembro de 1863, ano II, nº 91, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226556/37>; RPPAM, Volume II, 1866, p. 332.

³⁵² Arquivo Público do Estado do Amazonas. **Livro de Exportação e Despachos nº 01 – 1869**, fl. 362.

³⁵³ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. **Autos Crime: Responsabilidade. Autor: Joaquim dos Santos Pinto Beleza. Réu: José Nicodemos Gonçalves (subdelegado)**. Manaus. 1870. Localização: JD.JD.PJ.ACRP1870:21(03). Caixa: JD (03), fls. 14-15.

³⁵⁴ A partir da análise das fontes, podemos afirmar que o rio Jacaré era conhecido por este nome até fins da década de 1870. Após esse período passa a ser mais comum encontrar na documentação o nome de rio Carapanatuba. Nesse sentido, independente da descrição contida nas fontes, para evitar maiores complicações aos leitores, iremos utilizar apenas a denominação de rio e/ou igarapé de Carapanatuba.

³⁵⁵ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. **Autos Crime. Roubo. Autor: Pedro Luiz Simpson. Réus: Joaquim dos Santos Pinto Beleza, Antônio dos Santos Pinto Beleza, Jacyntho (escravo)**. Manaus. 1873. Localização: JD.JD.PJ.ACRO1873:14(04). Caixa: TJUR (04), fl. 12.

momento do ataque, estavam trabalhando no fabrico de borracha alguns fregueses do comandante da guarda nacional no rio Madeira, major Pedro Luiz Simpson. De acordo com a queixa instaurada pelo major Simpson, os réus expulsaram seus fregueses, roubaram cinquenta arrobas de borracha e incendiaram duas barracas levantadas por seus trabalhadores.

Em sua defesa, Joaquim dos Santos Pinto Beleza apresentou ao juízo contrato de compra e venda, título de concessão e cartas com testemunhos de proprietários vizinhos confirmando sua aquisição e histórico da propriedade em disputa. Segundo as testemunhas, o comerciante português residia no lugar Tapuru, margem direita do Madeira, desde 1870. Já a propriedade em disputa com o major Simpson localizava-se na margem esquerda do rio, sendo o “primeiro possuidor” Jesuíno do Amaral que, em meados da década de 1850, instalou-se numa barraca para a coleta de borracha.

Possivelmente, Jesuíno faz parte daquele primeiro fluxo migratório de trabalhadores autônomos que se dirigiram aos altos rios. Com o avanço da economia da borracha e de um maior controle burocrático do Império sobre o território, áreas antes de uso comum foram sendo expropriadas por comerciantes, militares e autoridades em geral que conheciam os tramites burocráticos legais de acesso à terra. Enquanto isso, os posseiros foram incorporados como mão de obra no sistema de aviamento.

De acordo com as testemunhas do processo, Jesuíno do Amaral teria passado mansa e pacificamente a posse da terra para a casa comercial Sá & Horta, o que pode significar que a propriedade lhe foi tirada devido as dívidas contraídas com a casa comercial. Entretanto, com a dissolução da sociedade, as terras ficaram sob a posse do sócio José Ferreira Horta.

Em 1869, Horta conseguiu junto ao governo provincial título de concessão de “meia légua de terras de frente a margem esquerda do rio Madeira, começando da foz do laguinho para baixo com fundos até a margem direita do furo Jacaré si até ahi chegar a meia legoa não podendo ultrapassar esse limite natural [...]”.³⁵⁶

Deduzimos que José Ferreira Horta solicitou título de concessão junto ao governo provincial para validar a venda da propriedade, pois já estava vivenciando uma série de conflitos com proprietários vizinhos que buscavam alargar suas terras. Em 1871, Horta se retira da região e vende o seringal para Joaquim dos Santos Pinto Beleza. Como as barracas e estradas de seringa ficavam no centro do igarapé Jacaré, ou seja, fora da margem do rio Madeira, o comerciante português deixou no local três agregados trabalhando na extração de borracha.

³⁵⁶ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. **Autos Crime. Roubo. Autor: Pedro Luiz Simpson**..... Manaus. 1873. Localização: JD.JD.PJ.ACRO1873:14(04). Caixa: TJUR (04), fl. 33.

Era do lugar Tapuru (seringal, residência, loja fora do povoado, casa comercial), localizado na margem direita do Madeira, que Joaquim dos Santos Pinto Beleza e seus filhos administravam os negócios de comercialização e extração de borracha. A casa comercial instalada as margens do rio Madeira garantia que o negociante tivesse acesso facilitado aos vapores da Companhia de Navegação do Alto Amazonas, ou mesmo de particulares.

A localização da sede comercial nas margens do rio Madeira facilitava o abastecimento, transporte e comercialização de produtos naturais, mas também o acesso dos proprietários a uma veia fluvial de constante circulação de pessoas – trabalhadores indígenas ou não, caixeiros, comerciantes, autoridades, proprietários – nos dois sentidos do rio. Essa estratégia era comumente adotada pelos comerciantes/proprietários que possuíam capital econômico e força laboral para se estruturar nesses locais, sem precisar começar como agregado de outro negociante.

Tal reflexão se faz necessária, porquanto, a disputa judicial entre Joaquim dos Santos Pinto Beleza e o major Pedro Luiz Simpson começou através de conflitos entre seus agregados. Por ser uma região rica em seringais, o igarapé Jacaré foi alvo de investidas de dezenas de comerciantes. O major Pedro Luiz Simpson já possuía na região diversos seringais sendo explorados por seus fregueses e disputados por outros proprietários/comerciantes, como o boliviano Manoel Telesforo Salvatierra.³⁵⁷

Estabelecido no lugar Baetas, sede do posto militar do qual era comandante, o major Simpson mantinha caixeiros agregados nos seringais localizados fora das margens do rio Madeira. Esses eram os responsáveis por ocupar novas estradas de seringa e administrar o serviço dos trabalhadores indígenas.

Pedro Luiz Simpson enviou para o rio Jacaré o jovem paraense Antônio de Almeida Passos, filho de um pequeno comerciante e proprietário estabelecido no Baetas. Passos já era um freguês do major Simpson na região, de modo que foi autorizado a “tomar conta das terras, barracas e seringas ao numero de dez estradas [...] situadas no centro do furo Jacaré, onde estão o senhor Jose Ferreira Horta [...], sendo ate ahi o limite das minha terras por que o igarape ou furo Jacare divide das de Joaquim dos Santos Pinto Beleza”.³⁵⁸

Elevado na hierarquia do mundo do trabalho, Antônio de Almeida Passos tinha como principal função garantir que Joaquim dos Santos Pinto Beleza, ou quaisquer outros, não

³⁵⁷ Amazonas (AM), 27 de julho de 1872, ano VII, nº 454, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/1238>

³⁵⁸ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. **Autos Crime. Roubo. Autor: Pedro Luiz Simpson**..... Manaus. 1873. Localização: JD.JD.PJ.ACRO1873:14(04). Caixa: TJUR (04), fl. 37v.

invadissem as estradas de seringa que o major Simpson alegava serem suas. Desse modo, acompanhado de outras quatro pessoas, entre eles uma mulher, submetidos ao seu comando, Passos se dirigiu ao seringal “Hortência”.

Ao ser informado da presença dos fregueses do major Simpson, Joaquim dos Santos Pinto Beleza, seu filho Antônio e cinco indígenas Munduruku, armados de espingardas e terçados, foram até as barracas ocupadas pelos fregueses do major Simpson e os expulsaram do local. Além disso, recolheu a borracha produzida, mas garantiu que os trabalhadores receberiam o pagamento pela produção. Contudo, testemunhas afirmam que o major Simpson teria ameaçado os guardas nacionais, seus fregueses, de perseguição e recrutamento caso fossem vender e receber pagamento pela borracha produzida.

O major Simpson era comandante da 2ª seção de infantaria da Guarda Nacional no rio Madeira, sendo o principal responsável pelo recrutamento militar.³⁵⁹ Não é à toa que seus fregueses, envolvidos no conflito, eram todos guardas nacionais do batalhão do qual era comandante.

Ao longo do século XIX, o recrutamento militar foi largamente utilizado como mecanismo de controle da mão de obra e penalização da população pobre e não branca.³⁶⁰ Jessyka S. L. Pereira Costa afirma que na Amazônia oitocentista, no contexto de expansão da economia da borracha, o recrutamento também era acionado como ferramenta para desestabilizar a produção de seringalistas inimigos, através do alistamento dos trabalhadores.³⁶¹ Os indivíduos alistados ficavam sob o serviço dos oficiais da guarda nacional que, em sua maioria, eram comerciantes e seringalistas.

No decorrer do processo judicial, os envolvidos apresentaram documentos (título de concessão, contrato de compra e venda, testemunhas, cartas de autoridades e proprietários vizinhos) para comprovar a posse das terras. A questão é que as estradas de seringa em disputa estavam situadas no centro do igarapé Jacaré, com dimensões pouco conhecidas, mas que era utilizado na documentação como limite natural entre as propriedades de Pedro Luiz Simpson e Joaquim dos Santos Pinto Beleza.

A imprecisão dos limites era algo recorrente nas concessões de terras desse período e, por consequência, gerava diversos conflitos. Geralmente, era o pretenso proprietário que

³⁵⁹ Amazonas (AM), 12 de janeiro de 1871, ano V, nº 317, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/887>

³⁶⁰ NASCIMENTO, Alvaro Pereira. **A ressaca da marujada. Recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

³⁶¹ COSTA, Jessyka Samya Ladislau Pereira. **Liberdade fraturada: as redes de coerção e o cotidiano da exploração na Província do Amazonas (Brasil, século XIX)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2022, p. 157.

declarava os limites das terras para as quais solicitava concessão junto ao governo provincial. Desse modo, cada um procurava alargar os seus territórios utilizando como linha divisória limites naturais (rios, lagos, igarapés e furos) pouco conhecidos ou mesmo desconhecidos.

Além disso, os contratos de compra e venda pouco diziam sobre a legitimidade da posse de uma propriedade. Muitos negociantes vendiam lotes de terras sem possuir nenhum documento que evidenciasse algum direito sobre a propriedade, além do fato de terem sido “os primeiros” a ocupar determinada área.

Dessa forma, a queixa por roubo de estradas e borracha, instaurada pelo major Pedro Luiz Simpson, foi julgada improcedente. Os réus Joaquim dos Santos Pinto Beleza, seu filho Antônio e o escravo Jacinto foram absolvidos. Apesar disso, fica evidente que, no afã de alargar suas propriedades, ambos negociantes enviaram seus fregueses para explorar as estradas de seringa na região limítrofe entre suas propriedades. Era prática comum entre os donos de seringais, ou patrões, reunir seus fregueses, e, usando os termos da época, irem “tomar” as estradas de outro proprietário, o que resultava em muitos mortos e feridos.³⁶²

Palco das disputas, o igarapé Jacaré localizava-se no distrito policial do Baetas, território pertencente a vila de Manicoré, no alto Madeira. Dados da fazenda provincial nos relatórios de presidente de província mostram que a agência coletora de Manicoré foi responsável pela maior arrecadação de impostos (1:728\$000) da Província do Amazonas no exercício do ano de 1871. Se acrescentarmos as rendas da coletoria do Baetas (1:250\$000), jurisdicionada a vila de Manicoré, ambas arrecadaram juntas mais que o dobro das outras 14 coletorias. Por sua vez, as coletorias do rio Madeira (Borba, Baetas, Crato, Manicoré) forneciam a maior parte dos rendimentos da província.³⁶³

No exercício de 1872, a agência coletora de Manicoré continuou fornecendo as maiores rendas, provenientes de impostos sobre lojas fora do povoado (casa comercial/seringal), canoas de regatão e compra e venda de escravos.³⁶⁴ Além disso, Manicoré e Baetas concentravam o maior número de canoas de regatão registradas e empregadas no comércio fluvial no rio Madeira, um total de 14 embarcações, enquanto Borba figurava com apenas 8 canoas registradas.³⁶⁵

A região de Manicoré foi o grande centro de produção gomífera do rio Madeira na década de 1870. Não é à toa que os seringais localizados nessa região foram intensamente

³⁶² LEAL, 2013, p. 73.

³⁶³ RPPAM, Volume IV, 1873, p. 577.

³⁶⁴ RPPAM, Volume IV, 1873, p. 630-631.

³⁶⁵ RPPAM, Volume IV, 1873, p. 659.

disputados e envolveram agentes sociais inseridos em diferentes redes de comércio e trabalho, que se estruturavam nos dois sentidos do rio.

Entre 1872 e 1876, o major Pedro Luiz Simpson e Manoel Telesforo Salvatierra, juntamente com seus fregueses, enfrentaram-se em sucessivos conflitos armados. Em disputa estavam estradas de seringa localizadas no igarapé Jacaré, distrito policial do Baetas, na freguesia de Manicoré.

Natural de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, Manoel Telesforo Salvatierra vivenciou ao longo de sua trajetória múltiplos deslocamentos.³⁶⁶ Pertencente a uma família de condição modesta e de poucos bens, Manoel era o mais novo de três irmãos. O mais velho, Nicanor Salvatierra, foi o primeiro a migrar para o Departamento do Beni, no oriente boliviano, durante o auge da exploração da quina, importante produto farmacêutico.³⁶⁷

No início da década de 1860, Manoel Telesforo seguiu os passos do irmão e dirigiu-se ao Beni. Ali, se inseriu nas atividades de transporte e comercialização de produtos naturais, gêneros agrícolas e pecuários até a praça comercial do Pará.³⁶⁸ Durante as viagens comerciais conheceu as possibilidades econômicas da exploração de borracha que avançava pelo rio Madeira sob a direção de patrões brasileiros, portugueses e bolivianos.

Em 1870, Manoel Telesforo Salvatierra desceu para o rio Madeira acompanhado de dezenas de indígenas benianos ‘domesticados’. Estabeleceu-se no lugar Baetas, onde instalou a casa comercial Salvatierra & Hermanos destinada a exploração e comercialização de goma elástica.³⁶⁹ Eram signatários da firma comercial os irmãos Manoel Telesforo, Nicanor Gonzalo e Antônio Salvatierra, os dois últimos estabelecidos na Bolívia.

A instalação de uma casa comercial no rio Madeira era estratégica para o desenvolvimento dos negócios da família Salvatierra. O local seria ponto de apoio para uma rede de transporte fluvial de mercadorias entre o oriente boliviano, a praça mercantil do Pará e vice-versa. Além disso, a extração e comercialização de borracha se tornava um lucrativo negócio que atraía cada vez mais patrões bolivianos para a região.

³⁶⁶ Para maiores detalhes sobre trajetória de Manoel Telesforo Salvatierra, ver: ROSA, Paula de Souza; COSTA, Jessyka Sâmia Ladislau Pereira. *O célebre Telesforo Salvatierra, o herói da terrível tragédia de Carapanatuba: conflitos pela posse de seringais e o mundo do trabalho no rio madeira (1870-1887)*. **Canoa do Tempo**, 12(2), 199-228, 2021.

³⁶⁷ FERNANDEZ, Hernando Sanabria. **Cruceños Notables**. La Paz: Juventud, 1991, p. 154-155.

³⁶⁸ Apesar da quina e, posteriormente, a borracha ocuparem lugar de destaque nas mercadorias exportadas do Departamento do Beni, os gêneros agrícolas e de criação – figurando entre eles o açúcar, cacau, charutos, charque, couros, graxa etc. – representavam quase a metade dos produtos enviados, até a década de 1870, pela via do Madeira com destino aos portos brasileiros de Manaus e Belém do Pará.

³⁶⁹ Arquivo Público do Estado do Amazonas. *Ofício de Salvatierra & Hermanos al ilustríssimo señor Ministro de Bolívia em el Brasil. Baetas em el rio Madeira, 10 de julio de 1872*. Manuscritos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1873.

No Baetas, Manoel Telesforo Salvatierra contraiu matrimônio com Maria Rosa, filha do comerciante Manoel Dias de Araújo Costa, pertencente a uma extensa família de proprietários e negociantes instalados na região desde a década de 1850.³⁷⁰ Os laços estabelecidos pelo casamento garantiram inserção na sociedade local e acesso a uma rede de compra e venda de seringais.

Em 1871, a firma Salvatierra & Hermanos, sob a administração de Manoel Telesforo, comprou dois lotes de terras no igarapé Jacaré. Uma das propriedades foi adquirida do ex-cônsul boliviano, Ignácio Arauz, por oito contos e quinhentos mil réis.³⁷¹ Isso já demonstra que o comerciante chegou na região com capital financeiro e pessoal (trabalhadores indígenas) para investir na exploração de borracha.

Enquanto residia no Baetas, Manoel Telesforo Salvatierra enviou para os seringais recém-adquiridos o *mayordomo* Manoel José Saldaña, encarregado dos trabalhadores indígenas benianos empregados na extração de goma elástica. Nas proximidades do local onde construíram as primeiras barracas já estavam instalados fregueses do major Pedro Luiz Simpson, que protestou nos jornais da província contra a venda dos seringais ao comerciante boliviano.

“O abaixo assignado, comerciante desde 1867 no rio Madeira, estabelecido com fabrica de gomma elástica no rio Jacaré, em terras de sua propriedade, que lhe forao concedidas pelo governo, protesta contra as vendas d’esses seringaes que, em sua auzencia, lhe consta terem sido feitas – de uma parte por Jacintho Pereira Cavalcante a Joaquim Pedro Ferreira e por este ao súbdito boliviano, Manoel Telesforo Salvatierra, e de outra parte por D. Ignácio Arauz, ex-consul boliviano, ao mesmo Salvatierra [...] Manáos 14 de março de 1872, Pedro Luiz Sympson.”³⁷²

Observa-se que havia uma prática comum de venda indiscriminada de lotes de terras sem que o primeiro dono possuísse título legal, o que resultava em intensos conflitos para garantir a posse. Assim, um mês após ter recorrido aos jornais, o major Pedro Luiz Simpson, acompanhado de trinta guardas nacionais – provavelmente, indígenas recrutados para o serviço militar –, dirigiu-se ao local em que estavam os fregueses de Manoel T. Salvatierra. Os trabalhadores do comerciante boliviano foram expulsos, a barraca principal foi destruída e as demais foram ocupadas pelos guardas nacionais, fregueses do major Simpson.

³⁷⁰ Manoel Dias de Araújo Costa era sobrinho do capitão Reinaldo Dias de Souza (seringalista, militar, comerciante, proprietário de escravos), estabelecido no rio Madeira desde a década de 1850. Para maiores informações, ver: COSTA, Jessyka Sâmia Ladislau Pereira. **A trajetória de Catharina Maria Rosa da Conceição e a escravidão ilegal no Norte Imperial**. SEMINA (UPF), v. 17, p. 81-101, 2018.

³⁷¹ Arquivo Público do Estado do Amazonas. *Ofício de Salvatierra & Hermanos... Op. Cit.*

³⁷² Amazonas (AM), 20 de março de 1872, ano IV, nº 418, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/1098>

Pedro Luiz Simpson ocupava o posto de comandante da guarda nacional no rio Madeira e possuía imbrincadas relações econômicas e sociais com as autoridades locais, em especial, o subdelegado de polícia. Desse modo, Manoel Telesforo Salvatierra precisou recorrer a esferas superiores da administração pública. Não estamos nos referindo apenas a Manaus, mas também ao Rio de Janeiro.

A firma Salvatierra & Hermanos enviou um ofício ao Ministro da Bolívia na Corte, resultando na interferência do poder central nas disputas locais. Cabe lembrar que o Tratado de Ayacucho (1867) ainda era recente e o domínio imperial sobre toda a extensão do rio estava condicionado a garantia do desenvolvimento das relações comerciais com a Bolívia.

As estratégias utilizadas pelo comerciante boliviano geraram mal-estar entre as autoridades nacionais e locais de ambos os países, ficando acordado que o juiz municipal de Manaus embarcaria no primeiro vapor em direção ao rio Madeira para tratar das questões relativas aos seringais em disputa. Destaca-se que apesar de ser espaço de legitimação do poder das elites, o judiciário se configurou como campo de forças onde se digladiam elementos de classes sociais diferentes e antagônicas, mas também de indivíduos de um mesmo grupo social.

Entretanto, “pasaronse dos meses y histo que el Señor Jues no vênia [...] marchó Manuel Tefesfóro Salvatierra com treinta hombres de nuestra jente indígenas bolivianos y un moso nacional Ramon Chaves, todos com mujeres e hijos, en dos canoas cargadas de comestibles”.³⁷³ Armados e municiados, o negociante boliviano e seus homens desembarcaram próximo as barracas que haviam sido destruídas e iniciaram a construção de novas estruturas. Dois dias depois apareceram no local o major Pedro Luiz Simpson, acompanhado de vinte e cinco guardas nacionais, entre eles, o capitão José Lauriano Bentes e o tenente Joaquim Teodoro Bentes, proprietários na região.

Aqueles que estavam no local a serviço do negociante boliviano foram desarmados e conduzidos a casa do subdelegado de polícia Manoel Joaquim Portilho Bentes. Posteriormente, Manoel Telesforo Salvatierra, Ramon Chaves e dois trabalhadores indígenas foram presos, escoltados e remetidos para Manaus. Chegado à capital da província, o comerciante boliviano mobilizou o aparato judicial da província, buscando proteção nas disposições do Ministério dos Negócios Estrangeiros acerca da proteção garantida aos cidadãos bolivianos estabelecidos no território brasileiro.

³⁷³ Arquivo Público do Estado do Amazonas. *Ofício de Salvatierra & Hermanos... Op. Cit.*

Em julho de 1872, Manoel Telesforo Salvatierra retornou ao rio Madeira acompanhado do juiz municipal de Manaus e outros funcionários públicos.³⁷⁴ Consequentemente, o major Pedro Luiz Simpson foi desapossado, seus fregueses despejados e o domínio das terras disputadas transferido ao comerciante boliviano.³⁷⁵ Apesar disso, o militar e negociante brasileiro ainda manteve diversos seringais na região com barracas ocupadas por fregueses, em sua maioria, guardas nacionais sob seu comando.

No contexto de expansão do capitalismo sobre novas áreas de exploração, em escala global, e de avanço da fronteira comercial e extrativista na Amazônia, em nível local, as articulações de Salvatierra junto às autoridades locais e nacionais, do Brasil e da Bolívia, reflete a importância estratégica do rio Madeira na consolidação dos interesses nacionais (comercial ou territorial) de ambos os países.³⁷⁶

A indefinição e a expansão dos limites territoriais promovida pelos padrões, com o objetivo de aumentar e controlar um número maior de estradas de seringa, resultou em diversos conflitos entre proprietários do rio Madeira na década de 1870. A origem dessas disputas está na venda indiscriminada de terras na década de 1860. Segundo relatório apresentado ao governo provincial, os atores locais haviam estruturado uma cadeia de compra e venda de seringais, sem que o primeiro vendedor possuísse título legal, mas que já efetuara a venda a terceiros.³⁷⁷

Euzebio de Mendonça, natural da Bolívia, morador do distrito de Baetas, empregava-se no fabrico de goma elástica em “uma barraca de estradas de seringa pertencentes a Manuel Telesphoro Salvatierra, por compra que fez a Joaquim dos Santos Pinto Beleza”. Em maio de 1876, Mendonça foi informado de que “Fulgencio da Motta Reimão, havendo comprado do major Pedro Luiz Sympson, um seringal mui distante do d’esta barraca, pretendeu tomar conta da barraca em que estava o queixoso por suppor estar ella compreendida na compra que fizera”.³⁷⁸

³⁷⁴ Amazonas (AM), 27 de julho de 1872, ano VII, nº 454, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/1238>

³⁷⁵ Amazonas (AM), 31 de julho de 1872, ano VII, nº 455, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/164992/1242>

³⁷⁶ CORDOBA, Lorena. El boom cauchero en la Amazonía boliviana: encuentros y desencuentros con una sociedad indígena (1869-1912). D. & Villar. *Las tierras bajas de Bolivia: miradas históricas y antropológicas*. Santa Cruz de La Sierra: El País, 2012, p. 129.

³⁷⁷ BENJAMIN, Feliciano Antonio. **Relatorio apresentado ao exm. sr. Dr. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto, pelo Engenheiro bacharel Feliciano Antonio Benjamin, membro da Comissão de fiscalisação da estrada de ferro do Madeira e Mamoré e de medição e demarcação de terras no Rio Madeira, actualmente encarregado da mesma comissão**. Manaus: Typographia do Commercio do Amasonas, 1874.

³⁷⁸ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. **Autos Crime: Ferimentos graves. Autor: Euzebio Mendonza. Réu: Heliodoro Ferreira Bentes**. Manaus. 1876. Localização: JD.TJUR.PJ.ACFG1876:02(05). Caixa: TJUR (05).

Destaca-se que os vendedores mencionados, Joaquim dos Santos Pinto Beleza e o major Pedro Luiz Simpson, já haviam disputado estradas de seringa no mesmo local, centro do igarapé Jacaré, em 1872.³⁷⁹ Não sendo resolvido o imbróglio, ambos revenderam suas terras, com limites ainda indefinidos, para terceiros.

Fulgêncio José da Motta Reimão, comerciante português estabelecido no Pará, arrendou os seringais adquiridos do major Simpson para a firma Prestes & Irmãos, cujos sócios eram seus aviados. Instalados no lugar Jurará, situado às margens do Madeira, os irmãos João e Romão Prestes foram responsáveis pela mobilização dos trabalhadores destinados ao serviço de coleta de goma elástica nas terras adquiridas por Reimão.

Informados da presença de fregueses do comerciante boliviano Manoel Telesforo Salvatierra, os irmãos Prestes acionaram o subdelegado de polícia para que eles fossem retirados do local. Ressalta-se o fato do subdelegado Joaquim Theodoro Bentes, proprietário e comerciante no rio Madeira, também ser aviado da casa comercial de Fulgêncio Reimão. Desse modo, fazendo uso dos homens ao seu comando, o subdelegado dirigiu-se as barracas de seringa em disputa. Ao chegar ao local, o subdelegado encontrou o "proprietário" Salvatierra, acompanhado de vários homens, e, em desvantagem, se retirou.

A estratégia adotada foi esperar que Manoel Telesforo Salvatierra e seus homens retornassem para sua residência no Tapuru, ficando nas barracas de seringa um menor número de pessoas. Dias depois, Euzebio Mendonça foi surpreendido por um grupo de doze pessoas capitaneadas pelo subdelegado Joaquim Theodoro Bentes, João e Olintho Prestes, Anélio e Constantino Beleza.

O grupo armado de terçados e espingarda ordenou que Mendonça, sua amásia e dois trabalhadores indígenas benianos se retirassem das barracas de seringa. Havendo resistência, iniciou-se um conflito armado, no qual saíram feridos por balas Euzebio Mendonça e Anélio dos Santos Pinto Beleza. Além disso, a disputa resultou nas prisões de Euzebio, sua amásia Maria Guadalupe, dois trabalhadores indígenas e João, escravo de Manoel Dias Araújo Costa, sogro de Manoel T. Salvatierra.³⁸⁰

³⁷⁹ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. **Autos Crime: Roubo. Autor: Pedro Luiz Simpson. Réus: Joaquim dos Santos Pinto Beleza, Antônio dos Santos Pinto Beleza, Jacyntho (escravo).** Manaus. 1873. Localização: JD.JD.PJ.ACRO1873:14(04). Caixa: TJUR (04), fl. 12.

³⁸⁰ Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas. Autos Crime: Tentativa de morte. Autora: A justiça pública. Réus: Heliodoro Ferreira Bentes, Euzebio Mendoza e João, escravo. Manaus. 1876. Localização: JM.JM.PC.OFTM1876:01(04). Caixa: JM (04).

O conflito foi amplamente divulgado e debatido nos jornais com acusações disparadas por ambos os lados.³⁸¹ Os envolvidos ainda mobilizaram os instrumentos jurídicos da província contra seus opositores, gerando processos judiciais por roubo, ferimentos graves e tentativa de morte.

Na Amazônia oitocentista, a ocupação ou compra da terra não garantia a posse, era necessário que o proprietário tivesse capacidade de manter o domínio da propriedade, se necessário, mediante o uso da força. De acordo com Arthur Ferreira Reis, os conflitos se originavam nos objetivos antagônicos dos seringalistas, sobretudo quando a facilidade de ocupação começou a diminuir na década de 1870, de modo que as invasões e assassinatos se tornaram frequentes em toda a província.³⁸²

Não é à toa que, a partir desse período, o processo de regularização fundiária se intensificou na Amazônia. No caso do rio Madeira, além de área de expansão do capitalismo devido ao avanço da economia da borracha, o recente Tratado de Ayacucho (1867) ainda não garantia ao Império domínio efetivo sobre o território de fronteira.

Na tentativa de controlar o território em disputa, o governo provincial passa a exigir firmemente a regularização das terras, conforme pressupunha a lei de 1850, que proibiu a aquisição de terras públicas através de qualquer meio que não fosse a compra.³⁸³ Através dos relatórios de presidente de província podemos acompanhar o movimento de regularização das áreas de exploração no rio Madeira.

Em 1869, das 141 concessões de terras feitas na Província do Amazonas, 63 foram para o rio Madeira e 33 para a capital.³⁸⁴ O objetivo dessas concessões era não somente evitar os conflitos entre proprietários, mas levantar recursos com impostos relativos à regularização. Entretanto, os conflitos eram tão recorrentes no rio Madeira e a questão da terra na região adquiriu tal importância para o governo provincial que resultou na formação de uma comissão de terras específica, em 1874.³⁸⁵

³⁸¹ Jornal do Amazonas (AM), 2 de julho de 1876, ano II, nº 110, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/382>; Jornal do Amazonas (AM), 9 de julho de 1876, ano II, nº 112, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/390>.

³⁸² REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1956, p. 141.

³⁸³ NASCIMENTO, Paulo de Oliveira. **Nas terras do “Norte distante” a legislação fundiária, a propriedade rural e a política imperial na Província do Amazonas (c. 1850 – c. 1880)**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Recife, 2023.

³⁸⁴ RPPAM, Volume III, 1870, p. 789.

³⁸⁵ BENJAMIN, Feliciano Antonio. **Relatorio apresentado ao exm. sr. Dr. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto, pelo Engenheiro bacharel Feliciano Antonio Benjamin, membro da Comissão de fiscalisação da estrada de ferro do Madeira e Mamoré e de medição e demarcação de terras no Rio Madeira, actualmente encarregado da mesma comissão**. Manaus: Typographia do Commercio do Amasonas, 1874.

O objetivo da comissão era reconhecer o estado da propriedade territorial, levando em consideração os interesses públicos e privados na região. Tentava-se discriminar as propriedades agrícolas e de fabricação da borracha, nomes dos proprietários, data da ocupação, espécies cultivadas ou exploradas, pessoal empregado nesses trabalhos, situação em relação ao rio Madeira e seus afluentes, posses disputadas com nomes dos patrões que as ocupavam ou contestavam.

Antes da comissão de terras dirigir-se para o rio Madeira realizou-se um exame dos livros e documentos existentes, na secretaria da presidência da província, referente a questões de terras naquele rio. O intuito era colher o máximo de informações possíveis sobre o estado da propriedade territorial na região.

Foram encontrados dois livros de lançamento de terras registradas nas freguesias de Borba e Canumã, em 1856, contendo 201 registros. Desses, 113 pertencentes a Canumã e 88 a Borba. Nesse período, essas eram as únicas povoações existente na região, sendo que a freguesia de Borba abarcava toda a extensão do rio Madeira. Além disso, na década de 1850, a atividade extrativista se dava, principalmente, de maneira sazonal e ambulante. Por conseguinte, os comerciantes e trabalhadores que migraram para a região, animados pelo alto preço que a borracha alcançava no mercado internacional, optaram por se instalar nas proximidades de Borba e Canumã. As localidades serviriam de base para o avanço da indústria extrativista.

O relatório também menciona dois outros livros em que se achavam lançados os termos dos títulos provisórios de concessões feitas pelo governo provincial, quase todos no ano de 1869. Eram 83 títulos de concessões feitas nas margens do Madeira, das quais somente 38 concessionários tiraram os respectivos títulos provisórios, deixando de procurá-los 45 proprietários. Além dos livros, havia 71 petições de concessão de terras por despachar.³⁸⁶ Entre concessões e pedidos temos um total de 154 propriedades demandadas no rio Madeira.

As concessões foram feitas pelo governo provincial em virtude do § 22 do art. 11 da lei n. 1114 de 27 de novembro de 1860 e do aviso circular de 5 de janeiro de 1865. Os decretos dispunham que as terras seriam concedidas para o desenvolvimento da lavoura e pecuária, o concessionário deveria efetuar morada habitual na propriedade, solicitar medição e demarcação das terras, podendo efetuar o pagamento no prazo de 10 anos. Em caso de não cumprimento das condições estipuladas efetuava-se nulidade, perda da concessão e das benfeitorias nela existente.³⁸⁷

³⁸⁶ BENJAMIN, 1874, p. 162.

³⁸⁷ FREITAS JR, Augusto Teixeira de. **Terras e colonização**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1882.

O relatório produzido pela comissão de terras do rio Madeira enfatiza que havia pouco interesse dos donos em regularizar a situação das propriedades, pois não atendiam aos objetivos determinados pela concessão. Dedicavam-se exclusivamente a indústria extrativista, em detrimento da agricultura e pecuária, objetivo principal da concessão. Ademais, demarcar as posses seria impor limites as práticas expansionistas dos proprietários, o que explica os inúmeros conflitos por seringais.

A ocupação sistemática da terra nessa região de fronteira se deu a partir da década de 1860, com instalação de casas comerciais. Denominadas nos jornais de “lojas fora do povoado”, esses estabelecimentos destinavam-se a exploração e comercialização de borracha.

Dessa maneira, para suprir a falta de documentação específica referente aos registros de terras, optamos por mapear nos jornais da província o lançamento dos impostos sobre “lojas fora do povoado” nas agências da fazenda provincial no rio Madeira. Vejamos suas localizações no mapa abaixo:

Mapa 11: Agências coletoras da Fazenda Provincial no rio Madeira (1852-1887)³⁸⁸



³⁸⁸ BUENO, Francisco Antônio Pimenta. *Exposição com que o Exm^oSr. Coronel Dr. Francisco Antônio Pimenta Bueno, passou a administração da Província do Amazonas ao Exm^o Sr. 2^o vice-presidente Tenente-Coronel Antônio Lopes Braga em 12 de junho de 1888*. Manaus, 1888, mapa 7.

As primeiras coletorias estavam localizadas em Borba e Canumã, criadas com a instalação da Província do Amazonas. Na década de 1860, foram instaladas as agências do Crato e Alto Madeira – localizada na cachoeira de Santo Antônio para o controle do comércio com a Bolívia. Na década de 1870, foram criadas as coletorias do Aripuanã, Baetas, Manicoré, Abelhas e Rio Madeira. Esta última não aparece no mapa, pois não tinha um ponto fixo. De acordo com a resolução provincial, o rio Madeira foi dividido em duas agências ambulantes, “a primeira desde a foz do mesmo rio até o lugar denominado Baetas compreendendo o respectivo districto, em o qual ficará servindo o actual agente Theodomiro Portilho Bentes; e a segunda compreenderá o districto do Crato à Santo Antônio, o nomêa para esta o cidadão José da Silveira Dutra”.³⁸⁹ Os dois agentes coletores eram proprietários, comerciantes e militares que deveriam arcar com as despesas das viagens (canoas, tripulação) para a cobrança de impostos, mas em troca receberiam 20% sobre a arrecadação. Por fim, na década de 1880 foram instaladas as agências coletoras de Três Casas e Baixo Madeira, a última provavelmente sediada em Borba.

A ampliação do número de agências coletoras no rio Madeira reflete o avanço do comércio e da ocupação territorial na região durante a segunda metade do século XIX. Em uma relação de devedores da fazenda provincial, referente ao exercício de 1866 a 1867, encontramos os nomes de 29 proprietários de lojas fora do povoado no rio Madeira, todas localizadas acima da vila de Borba.³⁹⁰

Contudo, os números diminuem nos anos seguintes. No exercício de 1867 a 1868 havia em toda a Província do Amazonas 165 casas de comércio, das quais apenas 14 estavam localizadas no rio Madeira. No exercício de 1868 a 1869, esse número elevou-se para 212 casas comerciais, sendo 20 delas situadas no Madeira, a maioria registrada na coletoria do Crato, na região do alto rio.³⁹¹

Essa aparente redução no número de casas comerciais não implica numa diminuição da ocupação territorial na região. Cabe lembrar que, na década de 1860, o governo da Província do Amazonas ainda buscava estruturar o aparato burocrático estatal no rio Madeira. Havia dificuldade de garantir a ocupação dos cargos, as casas comerciais estavam dispersas por um vasto território e a maior parte dos negociantes não se registravam, evitavam os agentes coletores ou mesmo se recusavam ao pagamento dos impostos.

³⁸⁹ Amazonas (AM), 29 de março de 1878, ano XII, nº 109, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/1435>

³⁹⁰ Amazonas (AM), 19 de outubro de 1867, ano II, nº 72, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/224>

³⁹¹ RPPAM, Volume III, 1869, p. 775.

A ampliação do aparato administrativo e burocrático estatal, na década de 1870, nos permite visualizar mais facilmente o avanço da ocupação territorial no alto rio Madeira e seus impactos para o território. Contudo, se, por um lado, a indústria gomífera expandia rio acima, por outro lado, as vilas de Borba e Canumã, no baixo rio, perdiam importância na dinâmica comercial da região.

Em 1875, a coletoria de Borba registrava apenas 5 casas comerciais na povoação, 3 lojas fora do povoado e 2 canoas de regatão.³⁹² Nessa região predominava-se, em pequena escala, a produção de peixe seco; a coleta de cacau, castanha, óleo de copaíba; e o cultivo de milho, mandioca e fumo.³⁹³

É a partir do distrito e coletoria de Aripuanã, sediada no aldeamento de Sapucaia-oroca, que o número de casas comerciais se torna mais expressivo. São 21 proprietários com lojas fora do povoado, dedicadas ao fabrico da borracha, e três canoas de regatão.³⁹⁴

Mapa 12: Lojas fora do povoado no distrito de Aripuanã – 1875



³⁹² Jornal do Amazonas (AM), 11 de agosto de 1875, ano I, nº 26, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940/56>

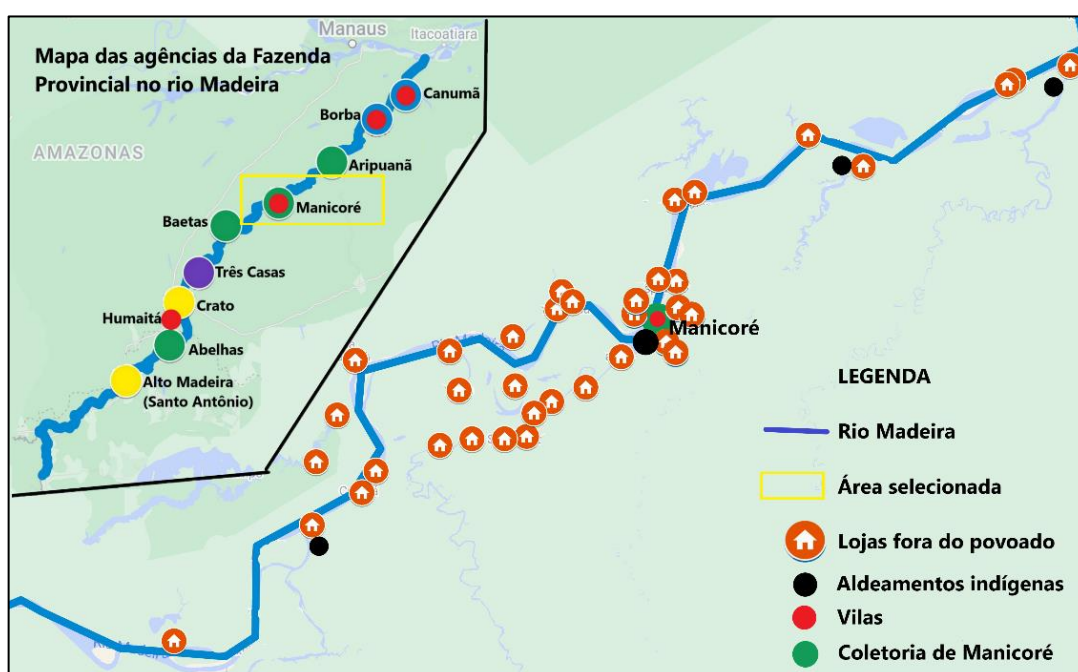
³⁹³ BENJAMIN, 1874, p. 165.

³⁹⁴ Jornal do Amazonas (AM), 11 de agosto de 1875, ano I, nº 26, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940/56>

O mapa acima apresenta a localização aproximada das casas comerciais registradas na agência do Aripuanã. Podemos observar que os locais escolhidos pelos proprietários para o estabelecimento das lojas ou barracões eram nas proximidades de aldeamentos, garantindo acesso a mão de obra indígena, ou na foz dos principais afluentes do rio Madeira, áreas ricas em seringais.

Contudo, era o distrito de Manicoré que concentrava a maioria das casas de comércio registradas no rio Madeira. Em 1875, foram lançadas cobranças de impostos referente a 33 lojas fora do povoado, 6 casas de comércio dentro da povoação e 10 canoas de regatão.³⁹⁵

Mapa 13: Lojas fora do povoado no distrito de Manicoré – 1875



Apesar de expressivo, o número de casas comerciais registradas e mapeadas não reflete a dimensão exata da ocupação territorial na região. Destinadas ao fabrico de borracha, cada uma dessas casas comerciais centralizava múltiplas redes de avanço sobre novas áreas de exploração pelos furos, igarapés e rios afluentes do Madeira. Nesse sentido, cada loja registrada representa o epicentro de pequenas frentes de avanço da ocupação territorial.

As firmas Santos Mercado & Cia, estabelecida no lugar Paraíso, e José Francisco Monteiro & Cia, instalada no lugar Humaitá, destinavam-se a exploração e comercialização de

³⁹⁵ Jornal do Amazonas (AM), 28 de outubro de 1875, ano I, nº 47, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/139>; Jornal do Amazonas (AM), 18 de maio de 1876, ano II, nº 98, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/340>

borracha.³⁹⁶ Neville Craig, que esteve na região, em 1878, descreveu o lugar Paraíso como um “próspero aldeamento”, pois sua população era composta por centenas de indígenas bolivianos. Por sua vez, Humaitá é descrita com uma “florescente e agradável povoação”, pertencente ao negociante português José Francisco Monteiro, que mantinha na região dezenas de trabalhadores empregados na coleta de borracha.³⁹⁷

Proprietários vizinhos, em meados da década de 1870, ‘dom’ Santos Mercado e José Francisco Monteiro investiram na exploração de seringais no rio Machado, afluente do Madeira. Os negociantes instalaram nas margens do rio Machado inúmeros trabalhadores indígenas no serviço de fabrico de borracha, dos quais alguns vieram a falecer por febres, em 1879.³⁹⁸

As casas comerciais desses negociantes estavam registradas na coletoria de Crato (ver localização no mapa 13), que juntamente com a do Baetas somavam 25 lojas fora do povoado, em 1875.³⁹⁹ Apesar disso, a povoação de Manicoré centralizava toda dinâmica comercial na região do alto rio. A localidade era parada obrigatória dos vapores da Companhia do Alto Amazonas e de particulares. Na condição de freguesia, Manicoré sediava o incipiente aparato administrativo e burocrático estatal (subdelegacia, juiz de paz, posto militar, diretoria de índios, coletoria, porto) que se fazia cada vez mais presente nessa região fronteiriça.

A localidade surgiu a partir de um aldeamento de indígenas da nação Munduruku instalada próximo a foz do rio Manicoré.⁴⁰⁰ Ali, na década de 1860, o capitão Manoel Pereira de Sá começou um negócio de exploração e comercialização de borracha, fazendo amplo uso da mão de obra indígena local.

Em 1865, Manoel Pereira de Sá foi nomeado para o cargo de subdelegado do distrito policial do Crato, lugar que, segundo as autoridades públicas, sofria constantes ataques de indígenas não submetidos. Desse modo, na prática, a sede da subdelegacia do Crato ficava no lugar Manicoré, onde o subdelegado residia.⁴⁰¹ No local, o comerciante mandou erigir uma pequena igreja sob a invocação de Nossa Senhora das Dores de Manicoré.

³⁹⁶ Jornal do Amazonas (AM), 28 de outubro de 1875, ano I, nº 47, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/139>

³⁹⁷ CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição**. São Paulo: Nacional, 1947.

³⁹⁸ O Liberal do Pará (AM), 9 de agosto de 1879, ano XI, nº 180, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/704555/10669>

³⁹⁹ Jornal do Amazonas (AM), 28 de outubro de 1875, ano I, nº 47, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/260940x/139>; Jornal do Amazonas (AM), 18 de maio de 1876, ano II, nº 98, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/340>

⁴⁰⁰ MATHEWS, 1879, p. 19.

⁴⁰¹ O Cathéchista (AM), 1 de abril de 1865, ano IV, nº 159, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226556/268>

Com o avanço da exploração de borracha, a localidade passou a centralizar a dinâmica comercial e a movimentação populacional na região do alto Madeira. Não obstante, em 1868, a sede da freguesia do Crato é transferida para Manicoré e, em 1877, a freguesia é elevada à condição de vila, tendo como chefe local o major Manoel Pereira de Sá.⁴⁰²

Fica evidente que a década de 1870 foi o período de *boom* da ocupação territorial na região de Manicoré, com a instalação de dezenas de lojas fora do povoado, dedicadas a exploração gomífera. Por sua vez, na década de 1880, a exploração e comercialização de borracha continuou avançando rio acima.

No exercício de 1882-1883, a recém criada agência provincial de Três Casas, que havia incorporado a sua jurisdição as antigas coletorias do Baetas e Manicoré, lançou o registro de cobranças sobre 92 casas comerciais fora do povoado, algumas avaliadas em mais de dez contos de réis.⁴⁰³ Nesse mesmo período, a agência provincial de Abelhas registrou o lançamento de impostos sobre 17 lojas fora do povoado.⁴⁰⁴ Estamos falando de um total de 109 casas comerciais registradas, cada uma delas representando o epicentro de pequenas frentes de expansão territorial, populacional e comercial.

Em 1890, a Junta da Fazenda aprovou um total de 108 casas comerciais na Agência Fiscal de Manicoré, responsável por toda a região do alto rio Madeira até Santo Antônio.⁴⁰⁵ Em comparação com os dados anteriores das agências de Três Casas e Abelhas, que somam 109 lojas registradas, podemos dizer que o número de casas comerciais instaladas nas margens do rio Madeira se manteve estável durante a década de 1880. Esse fenômeno pode ser explicado por inúmeros fatores.

A ampliação do controle estatal sobre a terra, na década de 1870, provocou uma diminuição na facilidade de ocupação territorial. Por sua vez, a prática expansionista dos padrões resultou no processo de concentração da propriedade territorial as margens do rio Madeira nas mãos de grandes negociantes.

A firma Antônio Chavez & Cia, registrada na agência fiscal de Manicoré, em 1890, controlava mais de 300 estradas de seringa, que estavam distribuídas em cinco propriedades

⁴⁰² HUGO, Victor. **Desbravadores: a história eclesiástica, no panorama social, político, e geográfico do grande Rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia.** Missão Salesiana. Volume I, 1959, p. 136.

⁴⁰³ Amazonas (AM), 28 de outubro de 1881, ano XVI, nº 643, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/3249>; Amazonas (AM), 5 de julho de 1882, ano XVII, nº 741, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/3465>

⁴⁰⁴ Amazonas (AM), 10 de novembro de 1882, ano XVII, nº 794, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/3650>

⁴⁰⁵ Amazonas (AM), 11 de julho de 1890, ano XXVI, nº 2014, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/4212>

vizinhas. Com exceção do lugar Juma, sede comercial, as demais propriedades só foram demarcadas na década de 1880.⁴⁰⁶

Essa prática expansionista fez com que pequenos comerciantes e proprietários, expulsos das margens do rio Madeira, comessem a investir na exploração de estradas de seringa nos afluentes. Nesse sentido, a estabilidade no número de casas comerciais, na década de 1880, evidencia o processo de fechamento do rio, a concentração da propriedade territorial nas mãos das famílias de elite e um novo momento de avanço da ocupação territorial na região.

Em 1920, por exemplo, foram registradas cinquenta e nove propriedades rurais (seringais) em Santo Antônio do rio Madeira.⁴⁰⁷ Dessas, trinta e cinco pertenciam a firma Asensi & Companhia; dez ao boliviano Fidel Claure Bacca e seis estabelecimentos eram de Acácio Ferreira do Valle. Os outros proprietários mencionados foram: José Antônio Rodrigues, com três estabelecimentos; José Soterro Barreto, com dois seringais; José Ignácio Frota, Manoel Corrêa de Mello e Patrício Diniz Dias, um estabelecimento cada. Destaca-se ainda a enorme extensão de duas propriedades de Acácio Ferreira do Valle, que juntas abarcavam vinte e dois ‘pequenos’ seringais espalhados pelas margens dos rios Anari e Machadinho.⁴⁰⁸

Além disso, os dados apresentados referem-se apenas aos estabelecimentos devidamente registrados e, na sua maioria, pertencentes a grandes proprietários. A maior parte dos estabelecimentos de pequeno porte evitavam o registro para não pagar impostos. Os negociantes também não tinham interesse em legalizar todas as suas ocupações destinadas a exploração e comercialização de borracha, pois limitaria seus interesses expansionistas.

A estratégia adotada era manter uma sede comercial às margens do rio Madeira, facilitando o abastecimento e transporte de mercadorias. Desses locais, os proprietários coordenavam a exploração de seringais pelos lagos, furos, igarapés e afluentes. Quando as frentes de exploração de diferentes proprietários se encontravam ocorriam disputas pela posse das estradas de seringa recém-descobertas.

É importante salientar que, assim como a atividade comercial se estruturou em dois sentidos, ocorreu um duplo processo de avanço sobre a terra no rio Madeira. Na segunda metade do século XIX, comerciantes bolivianos desceram o rio e se estabeleceram na região, como

⁴⁰⁶ AGTJAM. Inventário de Antônio Chavez. Acervo judicial de Humaitá, 1893. Caixa: Família 1892-1899.

⁴⁰⁷ BRASIL, Directoria Geral de Estatística. Recenseamento do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. **Relação dos proprietários dos estabelecimentos ruraes recenseados no estado do Matto Grosso**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923, p. 62.

⁴⁰⁸ BARBOSA, Nicolau Bueno Horta. **Exploração e levantamento dos rios Anari e Machadinho. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, Chefe da Comissão, pelo Capitão de Engenharia Nicolau Bueno Horta Barbosa, ajudante da Comissão**. Papelaria Macedo, Rio de Janeiro, 1922, p. 23.

Fidel Claure Bacca mencionado anteriormente. Ao mesmo tempo, subiu por essa via fluvial negociantes paraenses e portugueses, intimamente ligados a praça mercantil do Pará.

Portanto, a ocupação territorial na região amazônica esteve diretamente ligada a expansão do comércio, que se desenvolveu fundamentalmente como uma atividade familiar; o avanço sobre as terras e a mão de obra indígena compulsória. Desde as casas aviadoras nas praças de Belém e Manaus até as sociedades para exploração, transporte e comercialização de borracha no rio Madeira e região do Beni (Bolívia), as firmas comerciais eram compostas por pais, filhos, irmãos e parentes. Por sua vez, a riqueza dos homens de negócios não pode ser medida pelo número de seringais que possuíam, mas pela extensão de suas redes de comércio e trabalho.

CAPÍTULO III

RIQUEZA, FAMÍLIA E PODER

O presente capítulo tem como objetivo analisar a constituição, a composição e as dinâmicas de transformação das fortunas no território fronteiriço do rio Madeira. A partir de um conjunto limitado, porém significativo, de inventários *post-mortem*, busca-se compreender os perfis patrimoniais das elites locais. Nesse contexto, são examinadas as trajetórias de indivíduos e famílias que alcançaram expressiva concentração de riqueza, como os bolivianos Chavez e os portugueses Monteiro, cujos casos revelam redes de articulação econômica transfronteiriças e o papel decisivo das conexões com a praça mercantil de Belém e Manaus, mas também com as povoações do oriente boliviano. Posteriormente, discute-se a dimensão relacional da aquisição de riqueza com as estratégias de fortalecimento do poder familiar através do compadrio, especialmente com chefes indígenas das etnias Mura e Munduruku. O estabelecimento desses vínculos de parentesco se tornaram estratégias eficazes de incorporação da força de trabalho, controle territorial e reprodução do poder local. Assim, este capítulo propõe articula economia, família e política, evidenciando os modos pelos quais as elites locais construíram, ampliaram e buscaram preservar sua posição em um cenário de fronteira, marcado por instabilidade e mudança.

3.1. Fortunas da fronteira

A grosso modo, podemos dizer que o objetivo do presente tópico é analisar a composição das fortunas dos homens e mulheres que viveram no rio Madeira entre os anos de 1840 a 1930. Entretanto, as limitações do nosso principal corpo documental, os inventários *post-mortem*, nos permite apenas frágeis discussões sobre o perfil patrimonial das famílias de elite nessa região fronteiriça.

A amostra básica encontrada foram 52 inventários, porém verificou-se que em grande parte faltava elementos importantes para a análise, tais como descrição de bens e formulário de partilha. Assim, serão utilizados ao longo da discussão os dados referentes a 34 inventários *post-mortem*. Desses, metade viveu e morreu no século XIX e a outra parte são do início do século XX, sendo o primeiro processo de 1842 e o último de 1933.

Embora nosso corpo documental não nos permita fazer uma análise seriada da composição e volume das fortunas, visto a irregularidade do número de inventários por ano e até décadas – alguns períodos concentram a maioria dos processos e outros nenhum –, ainda é possível analisar aspectos gerais e mesmo os casos individuais, comparando com estudos mais amplos sobre as mudanças no perfil das fortunas na Amazônia oitocentista.

Se comparado aos quantitativos utilizados por Patrícia de Melo, Luciana Marinho Batista, Anndrea Tavares e Cristina Donza Cancela, em suas análises da composição patrimonial dos homens de negócios da Amazônia durante a economia da borracha, o número de inventários arrolados parece insignificante.⁴⁰⁹ Entretanto, a documentação utilizada pelas autoras restringe-se a zona urbana dos municípios de Manaus, Belém e áreas rurais vizinhas, territórios de maior presença da estrutura burocrática e administrativa estatal.

Até fins da década de 1870, o território fronteiriço do rio Madeira estava jurisdicionado ao Termo de Manaus, de modo que a solicitação para abertura de inventário e partilha de bens só poderia ser feita na capital da província. Isso dificultava ainda mais o controle estatal sobre as fortunas constituídas nos lugares mais afastados do centro provincial.

Muitos não davam início ao processo de inventário devido ao alto custo envolvido ou mesmo para evitar a divisão patrimonial e o pagamento dos impostos. Esse foi o caso do comerciante português Antônio Lopes Braga, cuja esposa faleceu no rio Madeira, em 1864, mas o inventário somente foi aberto em 1870, seis anos após a morte da inventariada. O processo só foi iniciado quando o juiz de órfãos da capital tomou conhecimento da morte de Maria Amália e ordenou a notificação do viúvo e seu comparecimento na cidade de Manaus para proceder a descrição dos bens e o pagamento dos impostos devidos.⁴¹⁰

Não é à toa que dos 34 inventários selecionados, apenas 10 processos fazem parte do corpo documental relativo ao Termo de Manaus.⁴¹¹ A partir de 1878, a situação jurisdicional da região fronteiriça se modifica com a instalação da comarca do rio Madeira, sediada em Manicoré. Isso diminuiu não somente o custo envolvido no processo de inventário, mas ampliou o controle estatal sobre os indivíduos e suas fortunas.

Além de tudo isso, os negociantes do rio Madeira mantinham fortes vínculos com a praça comercial de Belém, de modo que alguns vieram a falecer nessa cidade. Conforme demonstrou Barbara Weinstein, o controle de Manaus sobre todo o território provincial e suas gentes, sobretudo no âmbito econômico, só se efetivou nos anos finais do século XIX.⁴¹²

⁴⁰⁹ SAMPAIO, Patrícia Melo. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX**. 2ª Edição – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.; BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2004; TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. **Em busca das “patacas” patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2016.; CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém-1870-1920)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2006.

⁴¹⁰ AGTJAM. Inventário de Dona Maria Amalia Passos Braga. Juízo Municipal de Manaus (Manicoré), 1870, caixa nº 13.

⁴¹¹ Listagem nominal dos inventários esta presente no Anexo 1.

⁴¹² WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993, p. 219-240.

Portanto, devido a intensa movimentação dos agentes sociais na região amazônica e a presença insignificante do aparato estatal no território de fronteira, a documentação foi coletada em diferentes localidades e arquivos.⁴¹³ Logo, os inventários utilizados são, possivelmente, todos aqueles que sobreviveram a má administração pública e as intempéries do tempo.

Apesar do quantitativo de processos analisados serem reduzidos, os números ganham um significado ainda mais expressivo quando se lembra que a maior parte das pessoas não recorria aos inventários *post-mortem*, seja porque não tinha bens a legar, seja porque não possuía condições de pagar os custos desse tipo de processo. Somado a isso, temos a diminuta presença estatal na região fronteira até fins do século XIX. Logo, os inventários selecionados podem ser considerados, *strictu sensu*, pertencentes a membros da elite local definida a partir dos critérios de *status*, poder e riqueza. No que diz respeito aos grupos mais pobres, os autos de espólios ou arrolamento de bens são rarefeitos no Oitocentos. É somente a partir da primeira década do século XX que esse tipo de documento se faz presente com maior frequência.

Os inventariados eram comerciantes, seringalistas, militares e algumas mulheres (9 processos), pertencentes a famílias cuja riqueza provinha do extrativismo e comércio. A atividade desempenhada pelo inventariado dificilmente aparece nos autos, mas pode ser deduzida a partir dos bens arrolados. Desse modo, a documentação coletada é representativa dos estratos superiores da sociedade fronteira, cuja composição patrimonial buscamos estudar.

Mesmo que os bens econômicos não sejam o único critério para definir um indivíduo como pertencente aos estratos da elite local, nesse momento eles serão priorizados. Ressalta-se que o nível de riqueza dos sujeitos analisados variava bastante, alguns com fortunas superiores a um mil e setecentos contos de réis e outros com menos de um conto. A variação das fortunas e o corpo documental restrito torna difícil analisar as fortunas com base em faixas de riqueza, mas faremos uma tentativa nesse sentido.

⁴¹³ Foram encontrados 5 inventários no Centro de Memória da Amazônia, em Belém do Pará, dos quais apenas 2 processos foram selecionados, os demais, mesmo sendo de indivíduos que viveram no rio Madeira, não possuem descrição de bens. Falecidos na capital paraense, as solicitações para o juizado responsável proceder o levantamento dos bens na Província do Amazonas, não foram atendidas. No Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas, em Manaus, foram selecionados 27 processos. Desses, 10 inventários são do arquivo da 2ª Vara de Família do Amazonas e 18 processos pertencem ao acervo judicial de Humaitá. Em Manicoré, no precário arquivo do Fórum Coriolano Lindoso foram encontrados 4 inventários. Essa foi uma tentativa de encontrar o maior número possível de processos dos agentes históricos que residiram na região do rio Madeira durante a economia da borracha.

Quadro 6: Riqueza por faixas de fortuna em contos de réis (Rs)

Faixas de fortunas (Rs)	Nº de inventários
Menos de 10 contos	6
10 – 49	13
50 – 99	7
100 – 499	5
+ de 500	3
Total de inventários	34

O quadro evidencia que a maior parte dos inventariados, cerca de 19, possuíam fortuna inferior a 50 contos de réis, podendo ser considerados como pequenos proprietários. Entretanto, devemos considerar que os significados de riqueza variam no tempo e no espaço, não somente em comparação com o Rio de Janeiro, capital mercantil do Império, mas dentro da própria região amazônica.⁴¹⁴

Ser rico em Belém ou Manaus difere do significado que a riqueza ou pobreza apresentava no rio Madeira. Na fronteira, sujeitos com fortuna superior aos dez contos de réis eram reconhecidos como elite e ocuparam posição de destaque na hierarquia da sociedade local. Conforme definiu Pierre Bourdieu, classe social são “conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posições semelhantes”.⁴¹⁵

No entanto, é surpreendente que quase metade (15) dos inventários arrolados tem uma riqueza superior a 50 contos, monte-mor expressivo para a região amazônica nesse período. Cristina Donza Cancela estabelece um mínimo de cinquenta contos de réis (2.000 mil libras esterlinas), já excluídas as dívidas passivas existentes na partilha, para enquadrar os inventariados na categoria de membros das famílias de elite na cidade de Belém durante a economia da borracha.⁴¹⁶

Em nosso caso, não excluimos o passivo correspondente das fortunas e consideramos apenas a totalidade da riqueza, pois havia um alto grau de dependência da elite mercantil do rio Madeira, principalmente, em relação a praça comercial paraense. Apesar disso, se utilizarmos como parâmetro o valor mínimo estabelecido pela autora supracitada, quase a metade dos

⁴¹⁴ SAMPAIO, 2014, p. 101.

⁴¹⁵ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998, p. 136.

⁴¹⁶ CANCELA, 2006, p. 257.

inventariados (15 indivíduos) poderiam ser considerados médios e grandes proprietários na capital paraense. Fica evidente que as famílias de elite no rio Madeira possuíam fortunas expressivas, mesmo se comparada a riqueza das famílias de elite da principal praça mercantil da Amazônia.

Outra constatação clara na análise das fortunas é a alta concentração da riqueza encontrada na região. Pouco mais da metade dos inventários (19) participam com apenas 5,5% da riqueza, são indivíduos com fortunas inferiores aos cinquenta contos de réis. As fortunas na faixa de 50 a 99 contos respondem por 9,1% da riqueza, enquanto os inventários da faixa entre 100 e 499 contos representam 29,9%. Esse processo de concentração é ainda mais visível na faixa com fortunas acima de 500 contos. Os três inventários dessa categoria concentram 64,2% de toda a riqueza arrolada.

Os percentuais variam quando os inventários dos séculos XIX e XX são analisados separadamente. Enquanto os processos do século XX reúnem 77% de toda a riqueza computada, as fortunas do Oitocentos representam apenas 22%.

Destaca-se que um único indivíduo concentra 67% da riqueza computada no século XIX, o negociante e proprietário boliviano Antônio Chavez.⁴¹⁷ Com um patrimônio superior a 855 contos de réis, 77% de sua riqueza provinha da exploração e comercialização de borracha, sendo 33% em bens de raiz (seringais) e 44% em dívidas ativas e mercadorias.

A trajetória da família Chavez se confunde com o processo de expansão e decadência da economia gomífera na Amazônia. Chegados ao rio Madeira ainda na década de 1860, os irmãos Antônio e Ricardo Chavez rapidamente se envolveram na atividade de exploração da borracha.⁴¹⁸ Inseridos em uma ampla rede de fornecimento de mão de obra indígena oriunda da Bolívia, a família Chavez tornou-se uma das mais proeminentes da região.⁴¹⁹ Suas redes de comércio se estendiam do interior da Bolívia, passando pelas províncias do Amazonas e Pará, alcançando o continente europeu.

De acordo com Warren Dean, nos idos de 1875, um boliviano chamado Ricardo Chavez, que estivera envolvido no comércio de borracha como “patrão” no rio Madeira, forneceu ao súdito inglês Markham 220 quilos de sementes da árvore de onde se extraía a borracha. Em 6 de julho de 1875, os barris com as sementes desembarcaram em Londres e, logo depois, foram

⁴¹⁷ AGTJAM. Inventário de Antônio Chavez. Acervo judicial de Humaitá, 1893. Caixa: Família 1892-1899.

⁴¹⁸ FERNANDEZ, Hernando Sanabria. **En busca de Eldorado: La colonización del Oriente Boliviano por los cruceños**. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia: Gabriel René Moreno, 1958, p. 37-38.

⁴¹⁹ FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878**. 2 vols. Rio de Janeiro Typographia de Pinheiro 1880, 301-302.

enviados para a Índia, mas não chegaram viáveis para o cultivo. Apesar disso, o Ministério da Índia foi obrigado a pagar a fatura de 114 libras para ‘dom’ Ricardo Chavez.⁴²⁰

O êxito da família Chavez na aquisição de capital na Província do Amazonas e no interior da Bolívia se deveu ao acesso que tiveram aos mecanismos de controle do trabalho forçado indígena. Ressalta-se que apesar de Antônio Chavez ter permanecido no rio Madeira, o irmão Ricardo retornou a terra natal.⁴²¹ Essa estratégia foi adotada por outros negociantes bolivianos que atuaram na região. Enquanto um membro da família coordenava os negócios na terra natal, o outro atendia as demandas comerciais no Amazonas e Pará.

Não é à toa que o inventário menciona a existência de diversos bens pertencentes a Antônio Chavez em Trinidad, Bolívia. Destacam-se uma embarcação a vapor, que navega pelo rio Beni, e uma propriedade de criação de gado com aproximadamente 7 mil cabeças. O acesso a produtos de origem agrícola e pecuária garantiu que os irmãos Chavez não dependessem exclusivamente da importação de mercadorias da praça comercial de Belém para o abastecimento alimentar de seus trabalhadores nos seringais e propriedades agropastoris. Isso se reflete no menor grau de endividamento dessa fortuna, cerca de 22%, em relação as outras duas maiores riquezas analisadas, cujo comprometimento do patrimônio está acima dos 60%.

Ressalta-se que a abertura do inventário de Antônio Chavez ocorreu em 1894, no final do século XIX, enquanto as outras duas maiores fortunas são do século XX. Essa diferenciação se faz necessária porque existe uma variação no grau de comprometimento das fortunas entre um período e outro, como veremos logo mais. No entanto, os bens no território boliviano não foram incluídos no processo de inventário devido à dificuldade de realizar o levantamento. Apesar disso, as informações nos permitem ter uma dimensão da extensão do patrimônio construído por essa família na região de fronteira, no oriente boliviano e na Província do Amazonas. Conforme destacou Zélia Mello, a história de uma riqueza não se resume somente ao indivíduo que a compôs, a fortuna reflete muitas vezes a formação e acumulação de capital por antepassados, familiares descendentes ou afins.⁴²²

A concentração de riqueza também é evidenciada no século XX, mas não alcança as proporções do período anterior. O balanço da casa comercial do coronel Antônio Francisco Monteiro, presente no inventário de sua esposa, a paraense Cornelina Almeida Monteiro, mostra que esse indivíduo detinha o controle de 41% da riqueza computada no período, sendo

⁴²⁰ DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. Studio Nobel, 1989, p. 40.

⁴²¹ FERNANDEZ, Hernando Sanabria. **Cruceños Notables**. La Paz: Juventud, 1991, p. 49.

⁴²² MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza – São Paulo (1845-1895)**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1990, p. 28.

os 69% restante composto pelos outros 15 inventários arrolados no período.⁴²³ De origem portuguesa, a família Monteiro era uma das mais ricas e influentes da região, cuja fortuna foi construída no negócio de exploração e comercialização de borracha.⁴²⁴

A variação nos percentuais de concentração da riqueza, entre o século XIX e XX, pode ser explicada pelo fato da economia regional, dependente da exportação de borracha, ter ganhado maior vultuosidade entre 1890 e 1910, favorecendo a acumulação de capital pelas famílias de elite que vivenciaram esse período.

Durante todo o Oitocentos a cotação da borracha manteve-se oscilante, alcançando os maiores valores na década de 1890, quando chegou a ser cotada em 10\$560 mil réis por quilo, em 1898. Nos anos seguintes o preço médio se manteve estável, em 1905 a cotação esteve em 6\$390 mil réis/quilo, fechando 1909 com a média de 7\$960 mil réis/quilo. Em 1910, a borracha registra a sua maior e última cotação, 10\$050 mil réis por quilo. Desde então o preço médio da borracha não ultrapassou os 5\$705 mil réis/quilo, valor de 1911, chegando a 2\$400 mil réis por quilo, em 1920.⁴²⁵

Para fins de comparação, a concentração de riqueza encontrada no rio Madeira é bastante parecida com outras da região amazônica. Patrícia de Melo apresenta dados semelhantes sobre a desigual distribuição de riqueza na Manaus oitocentista. Na década de 1850, 47% dos inventários analisados pela autora compreendem pouco mais de 8% da riqueza, enquanto 18% dos registros respondem por 58% da riqueza da época. Já durante os anos de 1860, 28% dos inventariados representam 3% da fortuna declarada, ao passo que 50% dos processos detêm 28% da riqueza. Por sua vez, 21% dos inventários controlam 67% do monte-bruto total. Na década de 1870, 64,5% dos processos representam 16,9% na composição das fortunas, enquanto os 35% restantes controlam 80% da riqueza. De acordo com a autora, “em 1880, o processo de concentração é ainda mais visível: 51,8% dos inventariados registrados possuem menos de 10% da riqueza e 11% dos inventários controlam 53,4% da fortuna deste período.”⁴²⁶

As fortunas da cidade de Belém também apresentam dados semelhantes sobre concentração de riqueza no século XIX. Ao analisar 221 inventários *post-mortem*, Luciana Marinho Batista afirma que, entre os anos de 1850 a 1870, “menos de um quarto dos

⁴²³ AGTJAM. Inventário de Cornelina Almeida Monteiro. Acervo judicial de Humaitá, 1908. Caixa: Família 1907-1910.

⁴²⁴ Para mais informações sobre a trajetória da família Monteiro, cujo patriarca era o Comendador José Francisco Monteiro, ver: ROSA, Paula de Souza. **Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840 – 1920)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2019, p. 46-52.

⁴²⁵ SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980, p. 214.

⁴²⁶ SAMPAIO, 2014, p. 120.

inventariados controlavam entre 60 e 70% da riqueza declarada. Por outro lado, cerca de um terço dos inventários respondiam apenas ao percentual pouco acima de 5% das fortunas, em todo o período”.⁴²⁷ A análise subdividiu-se em dois momentos: no primeiro, entre 1850 a 1859, 18,7% dos inventariados controlavam cerca de 62,1% da riqueza, por sua vez, entre 1860 a 1870, 22,6% dos registros de inventários detêm 68,7% de toda a fortuna do período.

Os dados referentes a Manaus e Belém mostram que a situação descrita acima pouco se altera, mas indica uma pequena tendência para um aumento da concentração de riqueza. Em contrapartida, as fortunas do rio Madeira apresentam uma sutil redução nesse processo de concentração no alvorecer do século XX. Como veremos mais adiante, esse fenômeno está diretamente relacionado ao fortalecimento das elites mercantis das praças de Belém e Manaus, que passaram a investir mais diretamente no controle do comércio e da propriedade territorial nas regiões de avanço da fronteira extrativista.

Os inventários arrolados possibilitam ainda analisar a composição patrimonial e suas mudanças ao longo do tempo. Detalhar a composição dos ativos inventariados permite delinear as características gerais da economia local, de modo que possamos compreender as opções de investimentos existentes e os fatores que permitiram a um dado grupo ocupar o topo da hierarquia econômica na região.

As informações obtidas nos inventários corroboram a precariedade da circulação de moedas na região. Dos 34 inventários computados, cerca de 12 registram a presença de moeda. Desses, 18 inventários foram abertos no século XIX, dos quais oito registram dinheiro, sendo seis com valores inferiores a setecentos mil réis. Somente um inventário registrou valor superior a dois contos de reis, pertencente a José Afonso dos Santos, negociante e proprietário, falecido em 1894.⁴²⁸ Em todo caso, a participação do dinheiro na composição do monte-mor das fortunas não ultrapassa 5%. Esse número equivale à metade da participação encontrada por Patrícia de Melo nas fortunas dos homens de negócios da praça mercantil de Manaus, cerca de 10%.⁴²⁹

Por sua vez, dos 16 inventários do século XX, apenas quatro registram dinheiro em moeda, dos quais um único indivíduo concentra 85% dos valores que representa 11% do seu monte-mor. Estamos falando de Antônio Joaquim Quadros Carvalho, proprietário e negociante

⁴²⁷ BATISTA, 2004, p. 107.

⁴²⁸ AGTJAM. Inventário de José Afonso dos Santos. Acervo judicial de Humaitá, 1904 [1894]. Caixa: Família 1900-1907.

⁴²⁹ SAMPAIO, Patrícia Melo. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX**. 2ª Edição – São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014, p. 74.

português que morreu em Belém, mas fez fortuna na exploração e comercialização de borracha no rio Madeira.⁴³⁰

Como afirmado por Luciana Marinho Batista, nas áreas rurais a circulação monetária era praticamente inexpressiva no século XIX.⁴³¹ Enquanto isso, no alvorecer do século XX, as grandes casas aviadoras exerciam tal controle sobre o crédito, que o uso de moeda se tornou praticamente inexistente nas relações comerciais dos negociantes e proprietários do interior. Por isso, a circulação de dinheiro ficou restrita aos centros urbanos, sobretudo, a capital paraense, onde a economia ganhou maior liquidez nesse período.

Outro elemento que deve ser destacado é o peso das dívidas ativas na composição das fortunas no rio Madeira, indicando sua natureza mercantil. As dívidas ativas representam 35% de toda a riqueza computada, que somadas aos valores relativos as mercadorias chegam a responder por mais de 41% de toda a riqueza inventariada. Esse índice é semelhante aos encontrados para outras regiões amazônicas.

Na Manaus oitocentista, as dívidas ativas, combinadas com os índices de comércio, chegam a responder por 45% das fortunas inventariadas.⁴³² Em Belém, no mesmo período, os percentuais agregados dos itens comércio e dívidas ativas chegam a 46% de todas as fortunas apreendidas.⁴³³

Contudo, se analisarmos separadamente os inventários do século XIX e XX, os dados apontam uma diferença substancial nos percentuais das fortunas do rio Madeira. Enquanto nos processos do Oitocentos a atividade comercial representa pouco mais de 46% da riqueza inventariada no período, esse percentual se aproxima dos 69% no século XX.

Acredita-se que essa variação não possa ser creditada a uma modificação dos padrões de investimentos, mas sim ao processo de concentração do controle sobre o crédito e a propriedade territorial na região. Os dados referentes aos bens de raiz evidenciam esse fenômeno. Enquanto a propriedade territorial representa 34% de toda a riqueza inventariada no século XIX, o percentual sobe para pouco mais de 40% no século XX.

Os números nos permitem afirmar que a mudança no perfil patrimonial das famílias de elite não ocorreu de maneira semelhante em toda a região amazônica durante a expansão da economia gomífera. Os estudos de Patrícia Melo, para Manaus; Luciana Batista, Cristina

⁴³⁰ Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Inventário de Antônio Joaquim Quadros Carvalho, 1901. Arquivo do cartório Santiago (1ª vara cível). Centro de Memória da Amazônia – CMA. Para mais informações sobre a trajetória dos irmãos Quadros Carvalho no rio Madeira, ver: ROSA, 2019, p. 46-52.

⁴³¹ BATISTA, 2004, p. 111.

⁴³² SAMPAIO, 2014, p. 74.

⁴³³ BATISTA, 2004, p. 113.

Cancela e Anndrea Tavares, para Belém, mostram que nessas praças mercantis as elites ampliaram e diversificaram seus investimentos em ações, apólices, imóveis urbanos, cadernetas etc.⁴³⁴ Por sua vez, nas áreas de avanço da fronteira extrativista, como o rio Madeira, ocorreu um processo contrário de concentração dos investimentos no comércio e na propriedade territorial.

A partir de 1870, quando a facilidade de ocupação começou a diminuir e os números de conflitos aumentaram, iniciou-se um movimento para regularizar a posse das áreas de extração de borracha no rio Madeira. Apesar disso, é somente a partir da década de 1890 que esse processo de reconhecimento e demarcação de propriedades nas áreas produtoras de goma elástica torna-se mais visível. Nesse período, cresce o número de engenheiros agrônomos e agrimensores que atuam na demarcação de terras no interior amazônico.

Ana Maria Daou chama a atenção para o fato de que muitos dos filhos da elite econômica ligada ao extrativismo da borracha no Amazonas se dedicaram às atividades de agrimensura. Isso refletiu diretamente na intensificação da ocupação de novas áreas, principalmente no interior, com a exploração de novos rios e a demarcação de novos e antigos seringais, o que anteriormente era evitado pelos proprietários. Segundo a autora, muitos membros das elites, citadina e do interior, eram formadas por profissionais liberais e funcionários públicos que enriqueceram com as demarcações.⁴³⁵

Outros autores destacam que a atuação desses engenheiros agrimensores, responsáveis por medir e demarcar terras públicas e particulares, gerou um aumento do patrimônio individual e familiar em seringais e castanhais. Samuel Benchimol, filho de um seringalista do rio Madeira, assevera que muitos dos seringais do Amazonas estavam nas mãos de coronéis agrimensores. De acordo com o autor, os filhos da elite eram enviados para estudar na Escola Politécnica de Belém, onde se formavam como engenheiros agrimensores que, ao retornarem, atuavam na demarcação das propriedades familiares e, por vezes, se tornavam donos de seringais.⁴³⁶

Ao analisar os processos de territorialização no rio Madeira, Davi Avelino Leal destaca o poder e a influência dos agrimensores no Amazonas em fins do século XIX. A importância desse tipo de formação profissional para as famílias de elite evidencia-se nas figuras de Camilo Lellis Monteiro e José Caripé. A família do agrimensor Camilo Lellis era proprietária do

⁴³⁴ SAMPAIO, 2014; BATISTA, 2004; CANCELA, 2006; TAVARES, 2016.

⁴³⁵ DAOU, Ana Maria Lima. **A Cidade, o Teatro e o “Paiz das Seringueiras”: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XX**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, 1998, p. 120.

⁴³⁶ BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação cultural e social**. Manaus: Valer, 1994, p. 117.

famoso seringal Paraíso, adquirido por compra do negociante boliviano Santos Mercado e imortalizado no romance *A Selva*, de Ferreira de Castro. Por sua vez, “o engenheiro agrônomo José Caripé possuía não apenas um grande número de clientes que solicitavam seus serviços no rio Madeira, como era também conhecido como truculento seringalista, pois usava a violência para punir os seus aviados”.⁴³⁷ Podemos ver que a escolha da formação profissional das novas gerações eram meios utilizados para aquisição, manutenção e fortalecimento da riqueza, status e poder das famílias de elite.

No caso das fortunas do rio Madeira, a concentração dos investimentos, especialmente em seringais e castanhais, faz parte de um processo mais amplo de controle sobre a propriedade territorial na região fronteiriça, com vista os interesses públicos e particulares. Em meados do Oitocentos, demarcar as propriedades seria impor limites aos interesses expansionistas dos patrões. Já na década final do século XIX e anos iniciais do século XX, medir e demarcar significava garantir não somente o reconhecimento estatal da posse da terra, mas o controle sobre o crédito.

Além disso, as grandes casas aviadoras de Manaus aumentaram os investimentos nas regiões produtoras de borracha, ampliando as redes de dependência e o domínio direto sobre a produção. Segundo Davi Leal, desde o final do século XIX, a casa B. Levy & Cia era “detentora da mais poderosa frota de barcos atuando no rio Madeira” e possuía não apenas o controle de toda a rede comercial da região, “mas também atuava diretamente na principal instituição de defesa dos interesses *aviadores* do Estado do Amazonas, que era a Associação Comercial do Amazonas”.⁴³⁸ A firma pertencia a uma família de comerciantes marroquinos – os primos e sócios Isaac Barros e Samuel José Levi – que começaram como regatão e, com o passar dos anos, expandiram os negócios com investimentos em seringais, exportação de borracha e aquisição de vapores.⁴³⁹ Isso quer dizer que a elite mercantil e proprietária local deixou de controlar sozinha a riqueza produzida na região.

Nesse sentido, o comprometimento da riqueza se torna outro aspecto interessante. As fortunas computadas nos 18 inventários do século XIX apresentam uma margem de 20% de endividamento, dos quais apenas três processos possuem dívidas superiores a 80% do monte-

⁴³⁷ LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p. 95-96.

⁴³⁸ LEAL, *Op. Cit.* p. 110.

⁴³⁹ Sobre a atuação da firma B. Levy & Cia e de outros judeus marroquinos na Amazônia, ver: BENCHIMOL, Samuel. **Manaos-do-Amazonas: memória empresarial**. Manaus: Governo do Estado, Universidade do Amazonas, 1994; BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação cultural e social**. Manaus: Valer, 1994; BENCHIMOL, Samuel. **Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia**. Manaus: Valer, 1998.

mor. Em contrapartida, o volume de endividamento nos 16 inventários do século XX chega a superar 30% de toda riqueza. Desses, pouco mais da metade (9) dos processos apresentam endividamento superior a 40%.

Em comparação, as dívidas passivas não parecem ter assumido feições muito críticas na Belém oitocentista, pois os percentuais oscilam entre 2,9 e 12,3% da riqueza inventariada no período.⁴⁴⁰ Já os dados apresentados por Patrícia de Melo mostram que o endividamento atingia níveis mais elevados em Manaus, chegando a alcançar 38,9% dos montes-brutos arrolados.⁴⁴¹

Nota-se que o comprometimento das fortunas do rio Madeira se aproxima mais do ocorrido para Manaus do que para Belém. O menor nível de endividamento que perpassava as fortunas da capital paraense, se comparadas as de Manaus e do rio Madeira, é melhor entendida se compreendermos a centralidade da praça mercantil do Pará para a economia amazônica.

O Pará detinha a supremacia comercial na região até o início dos idos de 1900, quando Manaus ultrapassa Belém, por alguns anos, na exportação de borracha. Durante todo o século XIX, o Amazonas dependeu de Belém para as importações, tanto do exterior como do próprio país. Manaus também recebia a maior parte de seus gêneros alimentícios da agricultura e da pecuária paraense. Além disso, as poucas indústrias da região que atendiam os mercados urbanos estavam, em sua maioria, sediadas na capital paraense.⁴⁴²

Corroborando o afirmado acerca da importância comercial de Belém em relação a Manaus, verifica-se que as cadeias que ligavam o rio Madeira à Belém se sobrepunham as relações comerciais estabelecidas com a capital do Amazonas. Somente nos inventários do século XX aparecem vínculos mais expressivos com casas aviadoras estabelecidas em Manaus.

O fato é que, durante toda a segunda metade do século XIX, as autoridades provinciais estabelecidas em Manaus reclamaram da má arrecadação de impostos, devido à dificuldade de controle sobre o trânsito entre o Amazonas e o Pará. A disputa estava nos rendimentos do rio Madeira, cuja exportação se sobrepunha a da capital da província.⁴⁴³

De acordo com o relatório de 1873, a coletoria responsável por controlar o movimento de embarcações por essa via fluvial se “assenta na margem direita do Amasonas, e não pode fiscalizar o transito que se verifica pelos paraná-miry do Ramos e Espirito Santo; de forma que uma embarcação pode subir ao Madeira, ter relações com a Bolívia e regressar ao Pará, sem sciencia de um ponto fiscal da província”.⁴⁴⁴

⁴⁴⁰ BATISTA, 2004, p. 14.

⁴⁴¹ SAMPAIO, 2014, p. 74-75.

⁴⁴² WEINSTEIN, 1993, p. 224-225.

⁴⁴³ BASTOS, Tavares. **O Valle do Amazonas**. Garnier. Rio de Janeiro. 1ª Ed. 1866, p. 177.

⁴⁴⁴ RPPAM, Volume IV, 1873, p. 682.

A praça mercantil de Manaus conseguiu efetivar seu domínio sobre as transações comerciais no rio Madeira somente no final do século XIX, com a criação de agências coletoras da fazenda provincial por toda a extensão do rio. Em 1900, esse processo de deslocamento dos vínculos comerciais se intensifica, pois o legislativo amazonense “sancionou uma lei que estabelecia que toda a borracha produzida no Amazonas devia ser inspecionada, acondicionada e exportada diretamente por Manaus”.⁴⁴⁵

A mudança impactou diretamente a elite tradicional paraense. Em contrapartida, Manaus vivenciou uma década de rápido crescimento populacional, favorecido pelo aumento dos investimentos e renda, resultando no fortalecimento de sua elite mercantil. Com isso, as famílias de elite do interior se tornaram cada vez mais dependentes do financiamento dos bancos nacionais e do crédito comercial proporcionado não apenas pelas firmas aviadoras do Pará, mas também do Amazonas.

Outro fator que ajuda a explicar o aumento do grau de endividamento das fortunas do Madeira, especialmente no século XX, é o enfraquecimento das cadeias de abastecimento fronteiriça, em paralelo ao franco crescimento das redes de dependência com as praças mercantis de Belém e Manaus.

Até a década de 1880, a população comum do rio Madeira não dependia dos gêneros alimentícios importados da praça comercial paraense. Os produtos (cerveja, vinho, pão, bolachas, sardinha, balas) dessa categoria, que aparecem nos inventários, destinavam-se ao provimento das famílias de funcionários públicos, militares, proprietários e comerciantes, ou seja, os estratos superiores da sociedade. Já o abastecimento da classe laboral, majoritariamente indígena ou de origem nativa, se dava pela produção em pequena escala (peixe seco, manteiga, mixira, farinha) nos sítios e aldeamentos, especialmente na região de Borba e Canumã. Entretanto, conforme demonstrou Davi Leal, o avanço do processo de regularização fundiária implementado por sucessivos governos provinciais, a partir de 1870, levou a um processo de concentração da propriedade territorial nas mãos das famílias da elite.⁴⁴⁶ Em contrapartida, os posseiros e pequenos proprietários, responsáveis pela produção de alimentos, foram gradativamente expulsos de áreas antes de uso comum.

⁴⁴⁵ WEINSTEIN, 1993, p. 228.

⁴⁴⁶ LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

No mesmo período, outra rede de abastecimento conectava o rio Madeira ao oriente boliviano, área produtora de gêneros da lavoura e criação.⁴⁴⁷ Os comerciantes desciam o rio em canoas carregadas principalmente de quina, mas também couros, cacau, charutos, sebo, tecidos de algodão, açúcar, charque, gado, arroz. Enquanto os primeiros produtos tinham como destino a praça mercantil de Belém, os gêneros alimentícios (charque, açúcar, arroz) destinavam-se prioritariamente ao abastecimento das casas comerciais instaladas no alto Madeira, sobretudo aquelas pertencentes a proprietários bolivianos.

Ao mesmo tempo, com o descobrimento de áreas ricas em seringais no rio Beni, as autoridades bolivianas buscaram criar mecanismos de controle para evitar a saída de trabalhadores indígenas e de gêneros agrícolas e pecuários, especialmente o charque, para o rio Madeira.⁴⁴⁸ Por sua vez, a regularização e frequência da navegação a vapor de linha e o aumento das embarcações particulares por essa via fluvial tornou desnecessário que os comerciantes bolivianos descessem toda a extensão do rio Madeira nas canoas impulsionadas pelos remeiros indígenas. Agora, após transpassar as cachoeiras, os negociantes tinham acesso aos vapores que faziam viagens regulares até o povoado de Santo Antônio.

Todos esses fatores ajudaram a diminuir a dependência que os comerciantes bolivianos tinham dos proprietários e negociantes instalados no rio Madeira e, por conseguinte, enfraqueceu as redes de trocas e abastecimento. Desse modo, apenas os negociantes bolivianos, ou aqueles que mantinham fortes vínculos com esse grupo, continuaram tendo acesso as redes de comércio e trabalho do Beni, na Bolívia.

O enfraquecimento das diferentes redes de abastecimento tornou os proprietários e comerciantes do rio Madeira cada vez mais dependentes das mercadorias importadas das praças mercantis de Belém e Manaus. Isso contribuiu para o comprometimento do patrimônio das famílias da elite local, o que culminou na gradativa perda de poder econômico da segunda e terceira geração, processo agravado pela ‘crise’ da borracha. De acordo com Davi Leal, “a firma *aviadora* exigia o pagamento das mercadorias aviadas a seringalistas empobrecidos. Parte da dívida era quitada com a transferência das propriedades para a firma B. Levy & Cia”, conforme ocorreu com os herdeiros do boliviano Antônio Chavez (inventário n. 3, Anexo 1).⁴⁴⁹

⁴⁴⁷ Sobre o comércio boliviano pelo rio Madeira, ver: MOMBIOLA, Anna Guiteras. **Para una historia del Beni. Un estudio socioeconómico, político e ideológico de la Amazonía boliviana, siglos XIX-XX**. Barcelona, TDX-Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2011, p. 146; BLOCK, David. **La cultura reduccional de los llanos de Mojos**. Sucre: Historia Boliviana, 1997, p. 226.

⁴⁴⁸ MOMBIOLA, Anna Guiteras. La mano de obra indígena en el comercio fluvial del Beni (Bolivia) en la segunda mitad del siglo XIX. **Bulletin de l'Institut français d'études andines** [En línea], 40 (3), 2011.

⁴⁴⁹ LEAL, 2013, p. 111-112.

De 1918 até o final da década de 1930, várias gerações da família Chavez acionaram a justiça contra os espólios da casa aviadora B. Levy & Cia. Estes últimos reivindicavam a posse de seringais e castanhais localizados no município de Humaitá. O primeiro embate se deu em 1918, quando Antônio Chaves (segunda geração) entrou com uma apelação comercial contra a firma aviadora. No caso, estava em disputa uma propriedade dividida com a família de Hermínio Cuellar que havia hipotecado doze seringais aos B. Levy & Cia. Todavia, a firma queria incluir os castanhais, a casa de moradia, barracas e outras propriedades pertencentes a Antônio Chaves, que teve seu pedido acatado pela justiça.⁴⁵⁰ Três anos depois, em 1921, a casa aviadora faz uma nova investida num pedido de agravo à justiça de Humaitá.⁴⁵¹ A firma exigia que João Evangelista Chaves, Adélia Lideman Chaves e Antônio Chaves (terceira geração, netos do boliviano Antônio Chavez) entregassem oito lotes de terra, denominados Barraca do Meio, Repartição, Reverso, Bom Retiro, São Joaquim, Mudança, Fortaleza e Sorneira, todos situados em Humaitá. Esses seringais aparecem no inventário da firma B. Levy & Cia, publicado por Samuel Benchimol, como adquiridos nos anos de 1921 e 1922.⁴⁵²

Outro caso, ocorrido em 1926, envolveu Ramon Chavez (segunda geração) e sua mulher Rachel Ortiz Chavez.⁴⁵³ O casal devia à firma B. Levy & Cia, a quantia de 136 contos de réis, e haviam dado para quitação da dívida os seringais Sant'Anna e Suspiro com todas as plantações e benfeitorias. O acordo determinava um prazo para que a família se retirasse da localidade, mas faltando dez dias para terminar o tempo a firma entrou na justiça alegando espoliação. Segundo a casa aviadora, a família Chavez recusava-se a deixar o lugar, de modo que conseguiram um mandado para restituir a posse da empresa. No entanto, Ramon Chavez e sua mulher alegaram que não havia motivo para o uso de força armada, já que não faziam oposição de entregar os bens, apenas reivindicavam o lugar Carapanatuba, que não estava no acordo pré-estabelecido. O embate judicial se arrastou por diferentes instâncias até que o Supremo Tribunal deu parecer favorável à família Chavez, pois a firma B. Levy & Cia não poderia ter dado entrada no pedido de esbulho sem oferecer provas e o prazo cedido para os Chavez residirem em Sant'Anna não havia terminado. De acordo com o juiz, a firma e os oficiais de justiça de Manicoré agiram de má fé e com criminalidade ao usar violência e força armada para forçar a retirada da família do lugar onde residiam. Além disso, o esbulho alegado

⁴⁵⁰ Livros de Decisões e Julgados da Justiça do Amazonas, 1918, p. 306. **Observação:** Essa documentação localiza-se no Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

⁴⁵¹ Livros de Decisões e Julgados da Justiça do Amazonas, 1921, p. 316

⁴⁵² BENCHIMOL, 1994b, p. 24.

⁴⁵³ Livros de Decisões e Julgados da Justiça do Amazonas, 1928, p 510-516.

pela firma aviadora foi entendido como uma farsa para se apropriar do lugar Carapanatuba, que não havia sido dado em pagamento.

A grande dependência das famílias proprietárias para com as grandes casas aviadoras na conjuntura de “crise” resultou num crescente processo de concentração fundiária. Dos 309 seringais arrolados no espólio da firma comercial B. Levy & Cia, aberto em 1943, 270 lotes de terras estavam localizados na região do alto Madeira (Humaitá, Manicoré, rio Jaci-Paraná e Santo Antônio) e haviam sido adquiridos na década de 1920, período de retração da economia da borracha.⁴⁵⁴

Feita a caracterização das fortunas da fronteira, através da expansão mercantil, refletida nas mudanças e permanências do perfil da riqueza e patrimônio dos indivíduos, cabe discutir as estratégias que possibilitaram adquirir, manter e fortalecer a riqueza, status e poder familiar. Embora seja um elemento importante, a riqueza não é o único signo de distinção de uma família de elite, e mesmo a aquisição de patrimônio necessita de estratégias que sobreponham o âmbito econômico.

Diversos estudos já demonstraram que, entre os grupos de elite, a origem e a trajetória familiar eram fundamentais como símbolo de *status*, e que a parentela formava uma rede de influência e poder – elementos importantes para definir a posição do grupo na hierarquia social.⁴⁵⁵ As redes de parentesco também ajudaram a ampliar as fronteiras, pois o avanço das expedições e a ocupação do interior sobreviveu graças a uma economia baseada na ajuda mútua dos clãs familiares.⁴⁵⁶ Conforme demonstrou Richard Graham, uma grande rede parental era sinônimo de favores, proteção, lealdade, crédito, serviços, informações e mão de obra.⁴⁵⁷ Além disso, a família poderia facilitar o acesso a relações comerciais e viabilizar alianças políticas

⁴⁵⁴ BENCHIMOL, 1994b, p. 24-26.

⁴⁵⁵ SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989; MATTOSSO, Kátia. **Família e Sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio/Brasília: CNPQ, 1988; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Centro de memória/UNICAMP, 1997; TERUYA, Marisa. **Trajetória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba**. (Teses) Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2002; BARBOSA, Tânia Maria Brandão. **A elite colonial piauiense: família e poder**. (Tese) Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2003.

⁴⁵⁶ KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1880). **Revista Brasileira de História**, v.9, n.18, 1989; FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Editora Nova Fronteira, 1998; KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII**. Tese de doutorado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006; FARINATTI, L. A. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007; NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria-RS os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830-1891**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

⁴⁵⁷ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

que davam suporte ao processo de expansão da economia da borracha no território fronteiro do rio Madeira.

3.2. Compadrio e redes parentais Mura e Munduruku

Durante o período colonial a região amazônica manteve uma forma fluída de organização social. Segundo Barbara Sommer, a continuidade dos aldeamentos e centros populacionais dependeu dos chefes indígenas (tuxauas ou principais), cujas fortes conexões e redes de parentesco mantiveram a estabilidade ao longo do século XVIII e começo do século XIX. Os tuxauas proporcionaram o núcleo em torno do qual a sociedade colonial se desenvolveu.⁴⁵⁸

A família e a parentela desempenhavam papel importante nas estratégias de organização social das populações indígenas. Lévi-Strauss afirma que entre os povos nativos de origem tupi existia a figura do *atoassanã* (compadre, a grosso modo), um parente não-consanguíneo, cujas relações tinham caráter político e operava de modo a assegurar vínculos recíprocos ao longo do tempo entre as famílias indígenas.⁴⁵⁹ Mark Harris, por sua vez, destacou a existência desse tipo de relação entre os indígenas Tapajós de Santarém.⁴⁶⁰ Ambos sustentam que ao compreenderem a relação, em sua semelhança ao compadrio ibérico estabelecido pelo batismo, os europeus procuraram instrumentalizar esse ritual simbólico de aliança familiar no processo de colonização. Nesse sentido, o compadrio representou uma ponte entre dois parceiros, apesar de desigualmente associados.

De acordo com as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, o batismo é o primeiro e o mais importante de todos os sacramentos, pois representa a entrada de um indivíduo no mundo cristão e sem o qual não poderá receber nenhum outro.⁴⁶¹ Isso significa que onde existiu ocupação/colonização efetuou-se o batismo, de modo que esse sacramento esteve presente de forma indelével na sociedade brasileira.

Martha Hameister afirma que apesar de ‘escapar’ alguns nascimentos, o batismo envolvia a maior parte dos habitantes das paróquias rurais e urbanas. Considerado o sacramento mais “democrático”, seus registros também foram. Neles incluíam todos os setores da sociedade

⁴⁵⁸ SOMMER, Barbara Ann. **Negotiated Settlements: Native Amazonians and Portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798**. University of New Mexico, 2000, p. 317.

⁴⁵⁹ STRAUSS, Claude Lévi. The Social Use of Kinship Terms among Brazilian Indians. *American Anthropologist*, vol. 45, no. 3, 1943, pp. 398-409.

⁴⁶⁰ HARRIS, Mark. A família e seus meios no baixo rio Amazonas. In: **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798-1840**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2017, p. 95.

⁴⁶¹ VIDE, Sebastião Monteiro da. Título X, n. 33. In: **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 [1707], p. 12.

independente de condição jurídica, qualidade social e (i)legitimidade do(a) filho(a) uma vez que, sem esse sacramento, o indivíduo não adentraria ao Reino do Céu.⁴⁶²

O batismo era um ritual que engendrava relações, na medida que exigia a participação de mais envolvidos do que somente o inocente, o pai, a mãe e o ministrante do sacramento. Exigia-se a presença de um padrinho e uma madrinha que seriam fiadores para com Deus pela perseverança do batizado na Fé, e como “pais espirituais”, tem obrigação de lhes ensinar a Doutrina Cristã e os bons costumes.⁴⁶³ Assim se constituía a relação do compadrio, um vínculo de parentesco não apenas entre os padrinhos e o afilhado, mas também entre as famílias (pais e padrinhos).⁴⁶⁴

O compadrio formava redes de solidariedade interpessoal de longa duração e de amplo espectro de obrigações mútuas, espirituais e socioeconômicas. Ao mesmo tempo, estabelecia hierarquias e reciprocidades que cimentavam a natureza das relações sociais e, a partir destas, das próprias relações políticas.⁴⁶⁵ Tais laços também podiam ser usados para solidificar relações com pessoas da mesma classe social, ou estabelecer laços verticais entre indivíduos socialmente desiguais.⁴⁶⁶

Dada a importância desses vínculos e por seu caráter massivo, a partir da década de 1980, os registros de batismo foram cada vez mais utilizados para analisar não somente aspectos da demografia e da estrutura familiar, mas também para recompor as redes de relações, de sociabilidade e de solidariedade nas quais os indivíduos e grupos sociais estavam inseridos.⁴⁶⁷

⁴⁶² HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila do Rio Grande**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006, p. 188.

⁴⁶³ VIDE, Sebastião Monteiro da. Título XVIII, n. 65. *Op. Cit.* p. 26.

⁴⁶⁴ Gudeman diferencia outras relações subjacentes no batismo. Para o autor, o compadrio eram as relações existentes apenas entre os compadres (pais e padrinhos), enquanto o complexo de compadrazgo também abrange as relações entre os fiéis e a Igreja; entre os fiéis e Deus; entre pais e filho; entre os fiéis e o ministro e entre pais espirituais e filho espiritual (padrinhos e afilhados). Ver: GUDEMAN, Stephen. "The Compadrazgo as a Reflection of the Natural and Spiritual Person". In: **Proceedings of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**. n. 1971. pp. 4-71. 1971.

⁴⁶⁵ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (org.). **História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998[1993], p.339-349

⁴⁶⁶ O compadrio também podia ser estabelecido por intermédio do casamento, crisma e em festividades como o Dia de São João, quando se tornavam compadres aqueles que pulavam juntos a fogueira. Apesar disso, o ato do batismo continuou sendo o momento mais importante para estabelecer laços de compadrio. Ver: SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru, Edusc, 2001, p. 266; WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos**. São Paulo: Brasiliense, 1957, p. 216-217.

⁴⁶⁷ GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart B. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. In: REIS, João José (org.). **Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil**. São Paulo: Editora brasiliense; CNPq, 1988[1984], p.33-59.; SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org.). **História da Vida Privada no Brasil 2: Império, a Corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.233-290.; SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor—Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste,**

Entretanto, os trabalhos existentes enfocam nas relações de compadrio e estratégias familiares das elites e dos escravizados, talvez por serem os grupos sociais mais facilmente discerníveis através dos assentos de batismo.

No âmbito regional, os estudos sobre o compadrio também se concentram na análise dos registros de batismo da família escrava e das elites.⁴⁶⁸ Se o compadrio de livres permanece como uma temática pouco visitada, o estudo do compadrio indígena inexistente na historiografia. Esse quadro contrasta com a grande importância do parentesco na tessitura e organização da sociedade brasileira que, na Amazônia colonial e oitocentista, tinha sua população composta majoritariamente por indígenas ou sujeitos de origem nativa.

Ressalta-se que não é objetivo desse trabalho investigar o significado do parentesco para os grupos indígenas, mas analisar os laços de compadrio como um instrumento de exercício do poder por parte das elites. Essas relações se constituíram como elemento basilar para o controle do território e a expansão das fronteiras (econômica, territorial, administrativa e populacional) na região amazônica.

Com uma economia baseada no extrativismo de produtos da floresta, a construção da realidade socioeconômica no rio Madeira foi condicionada pela instabilidade gerada pela Cabanagem e pela situação de fronteira. Estamos falando de um espaço impreciso em termos geográficos, praticamente desconhecido e de soberania incerta; território periférico ocupado por populações não submetidas e onde a presença do Estado era escassa ou nula. Nesse contexto, os grupos de elite precisavam combinar esforços destinados a garantir a atividade comercial e extrativista, o que significava reestabelecer o controle sobre a população nativa. Ao mesmo tempo, buscavam estar próximos ao poder militar e construir alianças sociais favoráveis. Todos esses setores estavam intrinsicamente conectados nessa realidade. Todavia, não era

século XIX. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011[1999]. FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial.** Editora Nova Fronteira, 1998; KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII.** Tese de doutorado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.; VENÂNCIO, Renato Pinto; SOUSA, Maria José Ferro de & PEREIRA, Maria Teresa Gonçalves. O compadre do Governador: redes de compadrio em Vila Rica em fins do século XVIII. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 26(52), 2006, pp. 273-194; HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar Calor à Nova Povoação: estratégias sociais e familiares na formação da Vila do Rio Grande através dos Registros Batismais (c.1738-c.1763).** (Tese de Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006; FARINATTI, Luís Augusto. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865).** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

⁴⁶⁸ BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870.** Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2004; SOARES, Eliane Cristina Lopes. **Família, compadrio e relações de poder no Marajó (séculos XVIII e XIX).** Tese de doutorado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, 2010; BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos.** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 2012.; BARROSO, Daniel Souza. **Múltiplos do cativo: casamento, compadrio e experiência comunitária numa propriedade escrava no Grão-Pará (1840-1870).** **Afro-Ásia**, p. 93-128, 2014.

possível para a elite militar e comercial se fazer presente pessoalmente por toda a extensão do território, mas se podia fazê-lo através de alianças familiares horizontais e verticais.

Diante do exposto, objetivamos analisar as relações de compadrio tecidas entre as elites e as famílias indígenas, sobretudo de tuxauas/principais (líderes indígenas) Mura e Munduruku. Nosso corpo documental é composto, principalmente, por registros de batismo das freguesias de Borba e Canumã, mas também foram incorporados na análise os assentos de Manicoré e Humaitá. Priorizar as duas primeiras freguesias deve-se ao fato de que essas eram as únicas na região até 1868, quando foi criada a freguesia de Manicoré no alto rio, desmembrada de Borba.⁴⁶⁹ Portanto, os registros dizem respeito as gentes que viviam e circulavam por toda a extensão do rio Madeira.

Destaca-se ainda que cada entrada dos registros de batismo contém o nome da criança (apenas o primeiro nome), os nomes dos pais (ou apenas o da mãe, se o pai é desconhecido) e nome dos padrinhos. Sobrenomes não eram escritos uniformemente e nem por extenso, especialmente quando se tratava de mulheres, sejam elas brancas, indígenas ou escravizados. As entradas referem-se à classificação étnica somente no caso de cativo ou indígena; se cativo, o proprietário era mencionado também, mas são poucos registros. Há uma tendência aos homens na escolha dos padrinhos; em diversas ocasiões, uma pessoa batizada teve dois homens como padrinhos ou somente um padrinho e, como madrinha, a santa padroeira da localidade. Geralmente, as entradas contêm apenas o primeiro ou segundo nome das madrinhas, muitos deles homônimos, e raras vezes foram identificadas como indígenas, escravizadas e donas. Somente nas ocasiões em que as madrinhas são descritas como ‘mulher’ ou ‘esposa’ do padrinho podemos precisar o lugar que ocupam na hierarquia social, de modo que os padrinhos são o enfoque do estudo.

A vila de Borba era uma povoação formada, em sua maioria, por indivíduos de origem nativa, e, após a Cabanagem, vivenciou um crescimento populacional expressivo. De acordo com Baena, em 1832, a localidade contava com uma população de 457 pessoas, das quais 66% eram de origem indígena (subdivididos em: 149 índios e 88 mamelucos), 13% brancos (59), 11% escravizados (47), 10% mestiços (49).⁴⁷⁰ Em 1840, eram 967 habitantes (465 indígenas das etnias Arikemes, Baré, Torá e Urupá; 300 mamelucos, 100 brancos, 45 escravos e 57 mestiços) repartidos em 90 fogos. As principais atividades econômicas eram o cultivo de

⁴⁶⁹ HUGO, 1959, p. 136.

⁴⁷⁰ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará** – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004 [1832], p. 307.

tabaco, algodão (de que teciam redes), mandioca, arroz e frutas; pesca e salga do pirarucu; extração da manteiga de tartaruga e coleta de copaíba, salsaparrilha e cravo.⁴⁷¹ No censo de 1848, Borba contava com uma população de 1.808 indivíduos (1.740 livres e 68 cativos).⁴⁷² Isso significa que o número de habitantes da povoação mais que duplicou no decênio de 1840. Esse quantitativo permaneceu estável até meados da década seguinte, quando a localidade somava 1.604 habitantes (1.535 livres e 60 escravizados) no censo provincial de 1856.⁴⁷³

O aumento populacional se deveu a criação e fortalecimento de diferentes mecanismos de incorporação e controle da força laboral indígena no pós-Cabanagem. Vasta historiografia já demonstrou que a criação dos Corpos de Trabalhadores, em 1838, e do Regulamento das Missões, em 1845, desempenharam papel fundamental nesse processo.⁴⁷⁴ O primeiro estabelecia o recrutamento obrigatório da mão de obra indígena para o serviço público e particular, enquanto o último deixava na mão de particulares a administração e controle sobre a população indígena aldeada. Entretanto, ainda que o Estado controlasse, temporariamente, o trabalho de alguns por recrutamento forçado e outros meios, assim não se dava com a maioria dos indivíduos.

As cidades e vilas da Amazônia, não eram agrupamentos aleatórios de indivíduos, mas antes comunidades construídas por vínculos de parentesco profundamente enraizados.⁴⁷⁵ Os registros de batismos das freguesias de Borba e Canumã mostram que o processo de incorporação e controle da população nativa no pós-Cabanagem esteve diretamente relacionada a criação de redes de parentesco entre as elites comercial e militar, que controlavam as redes de coerção, e os grupos indígenas, principalmente famílias de tuxauas.

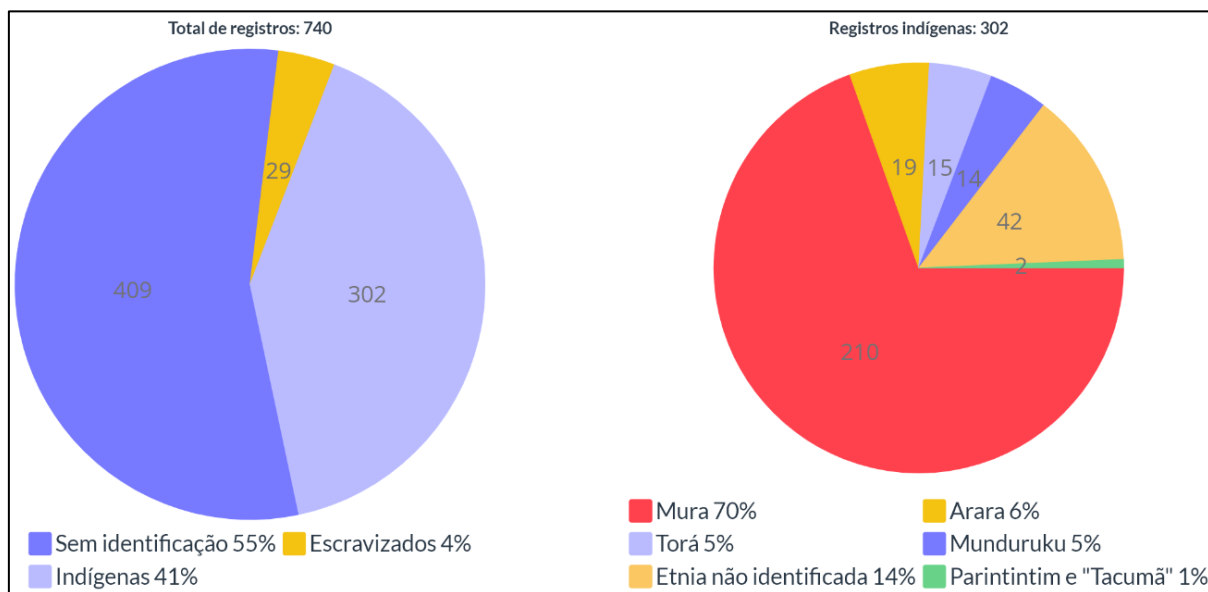
⁴⁷¹ AMAZONAS, Lourenço da Silva Araujo e. **Diccionario topographico, historico, descriptivo da Comarca do Alto-Amazonas**. typo. commercial de Meira Henriques, 1852, p. 63-64

⁴⁷² PARÁ, Governo da Província do. **Falla dirigida pelo exm.o sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram Pará á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849**. Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1849, mapa 19.

⁴⁷³ RPPAM, Volume I, 1856, p. 509.

⁴⁷⁴ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: De maioria a minoria. 1750-1850**. Petrópolis: Vozes, 1988; CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. **O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017; HENRIQUE, Márcio Couto. **Sem Vieira Nem Pombal: índios na Amazônia do Século XIX**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018; COSTA, Jessyka Samya Ladislau Pereira. **Liberdade fraturada: as redes de coerção e o cotidiano da exploração na Província do Amazonas (Brasil, século XIX)**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2022.

⁴⁷⁵ SOMMER, 2000, p. 242.

Gráfico 2: Registros de batismo da freguesia de Borba (1838-1859)

Entre 1838 e 1859, foram realizados 740 assentos de batismo de crianças e adultos na freguesia de Borba, dos quais 41% (302) dos indivíduos foram identificados como indígenas.⁴⁷⁶ Desses, a maioria dos indivíduos pertenciam a etnia Mura, que representa 70% (210) dos registros. Em 14% dos assentos não foi identificada a etnia, porém, os outros 17% incluem registros dos povos Arara (19), Torá (15), Munduruku (14), ‘Tacumã’ e Parintintim (1 registro cada). Entre os 55% (409 registros) sem identificação, ou seja, ‘não-indígenas’, quase a metade contém apenas o nome da criança, pai incógnito e o primeiro nome da mãe, sem sobrenome. Essa prática era comum especialmente quando se tratava de uma mãe indígena já inserida no mundo cristão e nas dinâmicas socioeconômicas locais. Levando em conta essa informação, podemos dizer que mais de 60% dos sacramentos de batismo da freguesia de Borba pertencem a pessoas de origem nativa.

Os registros de cativos são pouco expressivos, cerca de 4% dos assentos, mas surpreende que a escolha dos padrinhos se manteve exógena ao grupo social, o que difere do apresentado em outras regiões da Amazônia oitocentista. As pesquisas de Mark Harris, para Óbidos; e Daniel Barroso, para a área urbana de Belém, o Baixo Tocantins e a Zona Guajarina, mostram que havia a preferência pelo estabelecimento de vínculos horizontais de compadrio entre

⁴⁷⁶ A documentação foi coletada no Arquivo Paroquial de Borba (APB), no Estado do Amazonas, cujos livros não possuem uma numeração específica. Desse modo, utilizou-se o critério de antiguidade dos registros da seguinte forma: Livro 1 – Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878); Livro 2 – Batismos da Freguesia de Borba (1857-1875). Esses livros foram digitalizados e os registros foram organizados em banco de dados modelo Access.

famílias escravizadas.⁴⁷⁷ Todavia, enquanto nesses lugares as escravarias continham dezenas e até mesmo centenas de indivíduos, os senhores do rio Madeira possuíam pouco número de escravizados, o que restringia o estabelecimento de redes de solidariedade endógenas ao grupo social.

Nos 302 assentos classificados como indígenas, os padrinhos ligados a elite local (comerciantes, militares e padres) se fazem presente em 74,5% (225) dos registros. Em 2% (6) dos assentos não foi possível identificar e 23,5% (71 registros) contêm apenas padrinhos indígenas, especialmente tuxauas mura.

A presença dos tuxauas se torna elemento chave para compreender o processo de incorporação da população indígena no pós-Cabanagem. Para ser padrinho era necessário que o líder indígena tivesse recebido o sacramento do batismo, o que persuadia seu povo a ser batizado. Segundo uma Ilustração anônima, os Mura se organizavam em grupos familiares de 45 a 150 pessoas que viviam juntos em malocas (casas grandes, cumpridas e espaçosas cobertas de palha), tendo cada grupo “os seus Principaes, á quem devem respeito, e obediência de pais”.⁴⁷⁸

O texto destaca que a família e a parentela desempenhavam papel importante nas estratégias de organização social dessa etnia. Nesse sentido, o estabelecimento de alianças com os tuxauas garantia acesso as extensas redes parentais indígenas e a incorporação do grupo nas dinâmicas das povoações. Isso não significa que os chefes indígenas residiam nas vilas e povoados, mas se faziam presentes quando necessário.

Os tuxauas aparecem com maior frequência nos sacramentos realizados em desobriga, ou seja, fora da vila de Borba. Dos 112 batismos registrados em viagem de desobriga, os tuxauas aparecem em 54 sacramentos realizados na sede da diretoria de Sapucaia-Oroca e nos lugares Maturá e Aripuanã, localizados nos rios de mesmo nome e submetidos àquela diretoria. Enquanto isso, nos 190 sacramentos realizados na igreja matriz da vila de Borba, apenas 17 registros contêm padrinhos indígenas, sendo a maior parte ligados a elite local.

Os batismos em desobriga eram realizados em grupos, no mesmo dia, pois havia hiatos relativamente longos entre os rituais. As cerimônias evidenciam a presença regular dos

⁴⁷⁷ HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798-1840**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2017, pp. 122-128.; BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 2012, pp. 121-143.

⁴⁷⁸ ILUSTRAÇÃO necessária e interessante relativa ao gentio da nação Mura em 1826... e Observações adicionais à Ilustração necessária e interessante relativa ao gentio da nação Mura. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, s.d. (Manuscrito anônimo). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456656/mss1456656.pdf

comerciantes nas aldeias, a convivência com as famílias dos tuxauas e as alianças familiares estabelecidas entre ambos os grupos sociais.

Os líderes indígenas tiveram papel fundamental na consolidação das estruturas de poder na recém-criada província. O primeiro relatório do governo provincial do Amazonas, de 1852, menciona a presença de quarenta “principais das diversas tribus indígenas, que acompanhados de seus ajudantes”, um total de 200 indivíduos de ambos os sexos, foram até Manaus felicitar e prestar homenagem “ante a Effigie de S. M. o Imperador”.⁴⁷⁹

Dentre os padrinhos pertencentes a elite local, alguns aparecem em mais de uma dezena de batizados indígenas, enquanto outros em apenas um ou dois registros. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 7: Padrinhos da elite na freguesia de Borba (1838-1859)

Nomes	Origem	Nº de registros em que aparecem
Irmãos: Bonifácio Antônio e Bernardo Pedro Rodrigues	-	7
Irmãos: Manoel Alvares e Manoel Francisco Bandeira	-	7
Antônio Francisco Goes e os filhos Francisco Quintiliano, Manoel Isidoro, José Francisco e Felipe Antônio Goes	Borba	9
Capitão Diogo de Barros Cardoso e o filho Antônio de Barros Cardoso	Portugal/Mato-Grosso	10
Joaquim José de Almeida Costa	Portugal	16
Irmãos: Herculano, Francisco e Custódio Dias Vieira	-	3
Benedito Antônio e João Pedro Freitas	-	3
Irmãos: Manoel Joaquim e Gonçalo Jorge Magalhães	Cametá (PA)	3
Capitão Vitor da Fonseca Coutinho e os filhos Padre Francisco Benedito e Henrique Coutinho	Borba	6
João Gonçalves Figueira	Portugal	18
Padre Antônio Ferreira Silva Franco	-	10
Capitão José Maria da Conceição	-	13
Antônio Manoel de Sá	-	6
Antônio Santos Velho	-	5
José Moraes Santana João Bernardo Progênie Tenente Augusto Cesar Bitencourt	Portugal - -	7 cada
Alferes Fernando Xavier Sá Lauriano Marques Rodrigues	- -	

⁴⁷⁹ RPPAM, Volume I, 1852, p. 97.

Rafael José Monteiro de Sá José Rodrigues Xavier Nicolau Francisco Guedes	- Cametá (PA) Cametá (PA)	4 cada
Antônio de Oliveira Carvalho Manoel Teixeira Tavares Amâncio Ferreira Gato Luiz Albuquerque Serrão Comandante e alferes Benigno Pereira Praia Joaquim Nunes Colares José Luiz Alves	- Porto de Moz (PA) Borba - - Portugal Portugal	3 cada
Agostinho José Tenório Candido Caetano Tavares Epifânio José de Sá Francisco Chagas de Abreu Subdelegado João Antônio da Silva Gomes Julião Felix de Souza Lucio Antônio dos Santos Manoel Cardoso Peixoto Manoel Luiz do Nascimento Pacífico Inocência Camargo Capitão Raimundo Antônio de Castro	- Borba Borba - Pará Cametá (PA) Canumã Borba Bahia Borba -	2 cada
Camilo Pires Gonçalves Domingos José Santana Padre Domingos Pires Cardoso Fernando de Sá Azevedo Gabriel Antônio da Cunha Geraldo Antônio Gaio João Pereira dos Santos Padre Joaquim Santa Luzia Manoel Barbosa Juruena Capitão Reinaldo Dias de Souza Padre Torquato Antônio de Souza Hilário Fernandes João Rodrigues Tudella José Oliveira de Carvalho Braz João Raimundo Ambrósio Antônio da Cruz Florêncio Antônio Teixeira Lino Pereira Brasil Antônio Soares Botelho Manoel de Souza Cardoso Belisário Antônio de Souza Antônio Ferreira Nogueira Zeferino Ferreira de Brito João Batista da Silva Escobar Gregório Nunes da Cruz	- - - - - - - - - - - Bolívia Bolívia Borba Cametá (PA) Cametá (PA) Cametá (PA) Cametá (PA) Manaus Manaus - Portel (PA) Portugal Santarém (PA) Silves	1 cada
Total: 78 pessoas		225

Pode parecer insignificante mencionar os indivíduos que apadrinharam um ou dois indígenas, mas cada batismo representa o acesso a uma extensa rede parental. Nota-se que 78 sujeitos se alternam nos assentos de batismo indígena. O número expressivo está diretamente relacionado ao aumento da circulação de pessoas, fenômeno provocado pela expansão da fronteira extrativista no rio Madeira. Após o movimento cabano a região recebeu milhares de trabalhadores e negociantes provenientes de diversos lugares, principalmente, da Província do Pará. Destacam-se as redes migratórias dos comerciantes portugueses e dos indivíduos oriundos da vila de Cametá.

Através do cruzamento nominal nos registros de casamento da freguesia de Borba, os padrinhos foram distinguidos da seguinte forma: 5 líderes religiosos e 73 sujeitos ligados, direta ou indiretamente, ao comércio, dos quais nove acumulam funções policiais e militares. Nesse conjunto, uma família merece destaque não pelo quantitativo apadrinhado, mas pela importância que os vínculos de compadrio estabelecidos tiveram nas dinâmicas políticas e socioeconômicas locais. Estamos nos referindo a família Barros Cardoso, cujos nomes recorrentes nos assentos de batismo são: o capitão Diogo de Barros Cardoso (6 registros) e Antônio de Barros Cardoso (4 registros), respectivamente pai e filho; e o comerciante português Joaquim José de Almeida Costa (16 registros), genro do capitão Diogo.

A família Barros Cardoso atuava nos circuitos mercantis estruturados por negociantes e agentes do comércio que conectavam a praça de Belém com o Mato Grosso, através dos rios Madeira e Tapajós.⁴⁸⁰ Esses sujeitos se envolveram diretamente nos planos governamentais para o controle e exploração da força de trabalho indígena, por meio do estabelecimento de Missões e Diretorias-Gerais.

Entre esses homens de negócios, temos o capitão Diogo de Barros Cardoso, da Cavalaria de Segunda Linha do Mato Grosso. Em 1838, durante a Cabanagem, o comerciante foi nomeado, por Francisco José de Souza Soares d'Andrea, comandante militar de Borba. A justificativa era que o militar mato-grossense “goza de bom crédito como homem de negócio, e igualmente agora como Militar acostumado aos ataques dos Índios, e mesmo dos rebeldes”.⁴⁸¹

⁴⁸⁰ LOPES, Siméia Nazaré. **As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c. 1790 – c. 1830)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013; LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista: atos sujeitos sociais e controle entre 1840-1855**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: Universidade Federal do Pará, 2002.; MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2022.

⁴⁸¹ APEP (Arquivo Público do Estado do Pará). *Ofício de Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante das Armas da província, à Joaquim José Luiz de Souza, Comandante Militar da Expedição ao Amazonas, remetido do Palácio do Governo do Pará, em Belém, no dia 05 de abril de 1838*. Códice 1049. Documento 07.

A escolha do capitão Diogo de Barros Cardoso atendia três necessidades urgentes para a região do Madeira em tempos de guerra, eram elas: garantir a rota comercial; manter o controle sobre os cabanos da região estreitando as relações com os indígenas e agenciar mão de obra indígena para os “trabalhos úteis”.⁴⁸² Conhecedor do território, o negociante mantinha contato com grupos indígenas que poderiam ajudar na perseguição e captura dos revoltosos. Em contrapartida, o capitão Diogo foi autorizado e incumbido, com total liberdade de ação, de reduzir e forçar ao trabalho compulsório indígenas de diversas etnias, especialmente a nação Mura e os ‘rebeldes’ que haviam se refugiado no rio Madeira. Entre eles, o mura Pantaleão, que estava reunindo cabanos “dos Autazes para se estabelecer abaixo de Borba, e o ‘rebelde’ Lira estabelecido no Crato do Alto Madeira”.⁴⁸³

É importante salientar que a terra de origem dos Mura era o baixo rio Madeira, mas por terem combatido os colonizadores europeus foram expulsos de seu território. De acordo com Henry Bates, os portugueses haviam mobilizado a ‘máquina de guerra’ Munduruku contra os Mura, que foram “espalhados em pequenos bandos ou grupos familiares por um vasto território”.⁴⁸⁴

No início do século XIX, os Mura se localizavam em pelo menos nove rios amazônicos, são eles: Madeira, Trombetas, Autazes, Codajás, Purús, Mamiá, Coari, Paruá e Copacá. Segundo Letícia Barriga, “tamanho dimensão territorial advém do avanço colonial, mas também da própria cultura Mura, conhecidos como grupo nômade e com eficiente habilidade de navegação”.⁴⁸⁵

Embora essa dispersão tenha gerado um enfraquecimento do grupo indígena, as imbricadas redes de parentesco tornaram possível a interiorização do movimento cabano. Uma ilustração anônima sobre a Nação Mura, de 1826, relata o estabelecimento de uma relação de ‘amizade’ entre o português Mathias – diretor do lugar de Santo Antônio de Imaripí no rio Japurá e morador na vila de Ega (Tefé) – e um grupo de indígenas Mura. No entanto, causou admiração que “a noticia deste facto acontecido em Imaripí divulgar-se immediatamente por toda a nação Mura: parece que voou nas azas dos ventos atendida a distancia de Imaripí no rio

⁴⁸² BARRIGA, Letícia Pereira. **O quadrilátero cabano e as cabanagens nos sertões da Amazônia: guerra, índios, rios e matas (1790-1841)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2023, p. 269; MELO, Vanice Siqueira de; ARAÚJO, Alik Nascimento de; BARRIGA, Letícia Pereira. Os Mura em movimento: mobilidade e resistência nas águas do Madeira. **Canoa do tempo**. Manaus, v. 13, n. 3, pp. 1-29, jan./jun. 2021, p. 15.

⁴⁸³ APEP. *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Manoel Antônio Freire, Comandante Militar Interino do Alto Amazonas, remetido de Santarém em 23 de outubro de 1838*. Códice 1075. Documento 323.

⁴⁸⁴ BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Tradução de Regina Regis Junqueira. São Paulo: EDUSP, 1979 [1863], p. 130.

⁴⁸⁵ BARRIGA, 2023, p. 44

Jupurá, ao rio Madeira e adjacentes em que vivem estes; [...] Donde se infere que este gentio tem correspondência, e conhecimentos de quantos atalhos de comunicação a pelo interior da Capitania, que nós até agora ignoramos”.⁴⁸⁶

O relato evidencia a existência de uma ampla rede de comunicação entre os diversos grupos familiares mura espalhados pela região amazônica. Portanto, inferimos que o acionamento das redes parentais indígenas garantiu o avanço e refúgio ‘rebelde’ nos altos rios, especialmente no Madeira, entre 1837 e 1840, período de maior repressão. Isso mostrou aos comandantes legalistas a necessidade de conquistar apoio indígena para garantir o sucesso de suas ações.

Em 1838, o capitão Diogo de Barros Cardoso recorreu ao tuxaua mura Dionizio dos Santos em busca de ajuda na perseguição e captura dos rebeldes que se refugiavam no rio Madeira. Havia o temor de que os Mura da região pudessem se aliar as tropas cabanas que avançavam rio acima, o que poderia significar a derrota dos legalistas. Guerreiros habilidosos na dinâmica do deslocamento fluvial, os Mura tinham importância estratégica na contraofensiva para alcançar os redutos ‘rebeldes’. O tuxaua Dionizio certamente compreendia toda essa dinâmica. Conforme destacou Letícia Barriga, o poder de barganha do chefe indígena residia na importância da presença Mura e de seus conhecimentos para o avanço e reveses das tropas rebeldes ou ‘legais’ no território fronteiriço.⁴⁸⁷

Em troca do apoio, o líder mura teve suas demandas prontamente atendidas, mesmo no meio de uma crise de abastecimento alimentar e suprimento bélico que atingia toda a província.⁴⁸⁸ Todavia, os vínculos estabelecidos somente por acordos econômicos poderiam se romper com maior facilidade com a intensificação do conflito, mas os laços constituídos através de alianças familiares possuíam caráter mais durável e os vínculos que uniam as partes eram mais fortes.

O apoio do chefe indígena se consolidou na constituição de um vínculo de parentesco, através do compadrio, com o comandante militar de Borba.

Aos vinte dias do mez de Maio de mil oitocentos e trinta e nove annos na Igreja Parochial do Glorioso Santo Antonio desta Freguezia de Araretama [Borba], baptizei

⁴⁸⁶ ILUSTRAÇÃO necessária e interessante relativa ao gentio da nação Mura em 1826... e Observações adicionais à Ilustração necessária e interessante relativa ao gentio da nação Mura. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, s.d. (Manuscrito anônimo).

⁴⁸⁷ BARRIGA, 2023, p. 274.

⁴⁸⁸ Os gêneros disponibilizados para o tuxaua Dionizio dos Santos foram “um machado, dois alqueires de sal do Império, seis arpões, uma peça de algodão americano, um chapéu de seda, uma jaqueta de chita, um espelho, um corte de saia de chita, um lenço, um maço de contas lavradas, dois dedais, seis novelos de linha, papel de agulha, duas facas e uma foice”. Ver: APEP. *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Diogo de Barros Cardozo, Comandante Militar de Borba, remetido de Santarém em 25 de setembro de 1838*. Códice 1075. Documento 175.

solennemente o innocente Miguel, filho legitimo dos Indios Muras Dionizio Ferreira dos Santos e Nasaria Catharina, forão Padrinhos o Capitão Diogo de Barros Cardozo e sua filha natural Maria de Castro: do que tudo fiz este assento, que por verdade assignei. O Vigrº Intrº. Joze Vicente de Carvº Penna”.⁴⁸⁹

O registro do inocente Miguel nos permite algumas inferências. Apesar de não haver entradas nos livros paroquiais, seus pais, o tuxaua Dionizio Ferreira dos Santos e Nasaria Catarina, já haviam recebido o sacramento do batismo e, possivelmente, também foram apadrinhados pelo capitão Diogo. O compadrio garantia a cooperação de toda rede parental do chefe indígena que era composta por dezenas ou centenas de pessoas, de modo que o vínculo pode ser visto como estratégia eficaz para o controle do território e suas gentes.

Embora a criação dessas redes clientelísticas tivesse como objetivo atender aos interesses das famílias de elite, essas relações funcionavam na base da concessão de proteção e favores, em troca de lealdade política e pessoal.⁴⁹⁰ Ser padrinho, afilhado, compadre ou comadre no Brasil oitocentista significava a formação de laços parentais que envolviam obrigações religiosas e materiais importantes, mas que implicavam reciprocidade.

O ofício de Joaquim José Luiz de Souza mostra que o capitão Diogo de Barros Cardoso articulou a nomeação de Dionizio dos Santos como “Capitão Principal da Nação Mura com Autoridade sobre todos Tuxauas da mesma Nação com ordem de reunir a todos os Mura Legais e com ele fazer a Guerra aos rebeldes no rio Madeira com inteira submissão ao Comando Militar de Borba”.⁴⁹¹ De acordo com as autoridades, o tuxaua havia “se distinguido a prol do Governo Legal [...] e por este serviço e por conveniência do Governo Nacional Imperial e da tranquilidade da Província” havia sido nomeado capitão.⁴⁹²

Prática comum no período colonial, o governo manteve a concessão de patentes militares a líderes indígenas durante o século XIX, como forma de conservar a lealdade e favorecer aqueles que lutaram ao lado das tropas imperiais durante a Cabanagem. Segundo Patrícia Melo, entre os motivos para ocupar esses espaços estão a distinção social, assegurar um lugar na disputa pelo poder e controle dos indígenas alistados, garantir proteção para si e seus familiares.⁴⁹³

⁴⁸⁹ Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). Fl. 4. Data do registro: 20/05/1839.

⁴⁹⁰ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 37.

⁴⁹¹ APEP. *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Diogo de Barros Cardozo, Comandante Militar de Borba, remetido de Santarém em 25 de setembro de 1838*. Códice 1075. Documento 170.

⁴⁹² Idem. Códice 1075. Documento 169.

⁴⁹³ SAMPAIO, Patrícia Melo. **Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. Manaus: Edua, 2012, p. 247-273.

A titulação mostra o protagonismo e a posição ocupada pelo tuxaua Dionizio dos Santos na própria hierarquia da Nação Mura. O líder indígena foi designado como ‘Capitão Principal’ sobre todos os tuxauas por sua capacidade de reunir e mobilizar grande número de guerreiros ‘Muras Legais’ no combate aos cabanos. Ao mesmo tempo, a aliança com o comandante militar de Borba proporcionou ao tuxaua influência entre os que temiam represálias dos brancos e barganhavam benesses em troca de apoio.

Visualizar essas redes parentais nos permite relativizar o binômio indígena Mura-cabano. Realmente, como nos mostra vasta historiografia, indivíduos dessa etnia atuaram ao lado dos revoltosos e vários de seus tuxauas lideraram tropas cabanas.⁴⁹⁴ Todavia, ao mesmo tempo, o controle imperial sobre o território dependeu das alianças familiares estabelecidas com os líderes indígenas.

Com o fim da Cabanagem, os militares e comerciantes utilizaram o compadrio como instrumento para garantir não somente mão de obra, mas acesso à produção extrativista e artesanal de toda a rede parental indígena ligada aos tuxauas. Os negociantes instalavam as casas de comércio próximo as malocas pertencentes aos grupos indígenas com quem mantinham vínculos familiares. Diogo de Barros Cardoso estabeleceu um barracão comercial no lugar do Crato, no alto rio Madeira, onde viviam homens e mulheres das etnias Mura, Baeta e Torá.⁴⁹⁵

A convivência de múltiplas etnias no mesmo aldeamento também pode ser vista em outras regiões da Amazônia, mas esteve relacionada a atividade missional e sempre gerou animosidade e conflitos entre os diferentes grupos étnicos.⁴⁹⁶ Entretanto, observa-se que no rio Madeira oitocentista, o caleidoscópio cultural e étnico era formado através das redes de parentesco criadas pelos negociantes. Além dos Mura, famílias da etnia Torá aparecem nos registros paroquiais vinculadas ao capitão Diogo de Barros Cardoso:

Aos dezoito dias do mês de Novembro do anno de mil oitocentos e quarenta, nesta Igreja Parochial de Santo Antonio da Freguezia de Borba, baptizei e Cazei os Adultos Joaquim e Joanna da Nação Turá: forão testemunhas o Ilustrissimo Commandante

⁴⁹⁴ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: De maioria a minoria. 1750-1850**. Petrópolis, Vozes, 1988.; PEREIRA, Márcia Leila De Castro. **“Rios De História”: Guerra, Tempo e Espaço entre os Mura do Baixo Madeira (AM)**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais - Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2009; BARRIGA, Letícia Pereira. **O quadrilátero cabano e as cabanagens nos sertões da Amazônia: guerra, índios, rios e matas (1790-1841)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2023; HENRIQUE, Márcio Couto. **Sem Vieira Nem Pombal: índios na Amazônia do Século XIX**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

⁴⁹⁵ HERNDON, William Lewis; GIBBON, Lardner. **Exploration of the Valley of the Amazon**. Made Under Direction of the Navy Department. R. Armstrong [etc.] public printer, Parte II, 1854, p. 307.

⁴⁹⁶ HENRIQUE, Márcio Couto. **Sem Vieira Nem Pombal: índios na Amazônia do Século XIX**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, p. 35

Militar d'esta freguezia, o Capitão Diogo de Barros Cardoso, D. Maria de Castro e Barros e Miguel Ricardo [...].⁴⁹⁷

O batismo e, principalmente, o matrimônio demonstra a posição de destaque que os indígenas Joaquim e Joana ocupavam dentro do próprio grupo social. Casamentos indígenas não eram tão comuns quanto os batismos, seja pela falta de interesse desses sujeitos no modelo matrimonial cristão ou pelo alto preço das taxas da Igreja. Entre 1840 e 1859, foram realizados 117 casamentos na freguesia de Borba, dos quais em apenas 16% (19 matrimônios) os nubentes foram classificados como indígenas, que se supõe serem tuxauas ou pertencentes a suas famílias.

Os registros nos permitem inferir que Joaquim era tuxaua dos indígenas Torá estabelecidos nos arredores do Crato, de modo que o pagamento das taxas da igreja era um custo pequeno tendo em vista a importância que o apoio desse grupo indígena teria para os interesses políticos (controle do território) e econômicos (acesso a produção e força laboral indígena) da família Barros Cardoso na região.

Em decorrência das relações constituídas com o grupo indígena, Antônio de Barros Cardoso, filho do capitão Diogo, foi designado 'encarregado' do aldeamento dos Torá.⁴⁹⁸ As atribuições da função eram as mesmas do cargo de 'diretor de índios' e envolvia toda a administração local, mas a grande vantagem que esse cargo trazia era o 'legítimo' acesso e controle sobre a força de trabalho, a produção e as terras indígenas.⁴⁹⁹

Na região amazônica era comum que os cargos nas Diretorias Parciais fossem ocupados por sujeitos pertencentes as famílias da elite política e econômica local. Segundo Jessyka Costa, como resultado, hierarquias existentes de diferenciação social foram reiteradas e o controle da força de trabalho dos povos indígenas foram centralizadas nas mãos dos diretores, geralmente, comerciantes e militares que já mantinham contato com as populações indígenas.⁵⁰⁰

Na década de 1840, Antônio de Barros Cardoso aparece nos registros paroquiais da freguesia de Borba na condição de padrinho de quatro indígenas provenientes do alto rio Madeira. Desses indivíduos, um pertencia a etnia Arara e o outro Mura, ambos receberam no

⁴⁹⁷ Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). Data do registro: 18/11/1840. Fls. 4.

⁴⁹⁸ PARÁ, Governo da Província do. **Falla dirigida pelo exm.o sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram Pará á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849.** Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1849, mapa 15 e 19.

⁴⁹⁹ SAMPAIO, Patrícia de Mello. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial, volume I: 1808-1831.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 175-206, 2009.

⁵⁰⁰ COSTA, Jessyka Samya Ladislau Pereira. **Liberdade fraturada: as redes de coerção e o cotidiano da exploração na Província do Amazonas (Brasil, século XIX).** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2022, p. 110.

sacramento de batismo o nome do padrinho. Os outros dois registros pertencem as adultas Angélica e Merenciana, cuja etnia não foi especificada, mas eram filhas de ‘pais gentílicos’.⁵⁰¹ Isso significa que pertenciam a grupos familiares indígenas não-submetidos ou de recente contato.

Embora sejam numericamente insignificantes, os vínculos familiares criados pelo negociante são indícios de que tinha acesso a mão de obra e a produção extrativista da rede parental indígena. Além disso, os negócios de Antônio de Barros Cardoso estavam concentrados na localidade do Crato, o que dificultava o batismo em larga escala devido a necessidade de deslocamento até a vila de Borba. Outro fator é que o negociante se ausentava frequentemente do rio Madeira, pois havia assumido o lugar do pai no circuito mercantil que conectava a vila de Borba, o Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade e a povoação do Forte Príncipe da Beira) e o oriente boliviano (povoações de Trinidad e Exaltación).

Segundo o relato dos norte-americanos William Herndon e Lardner Gibbon, as viagens comerciais de Antônio de Barros Cardoso duravam mais de um ano e eram impulsionadas pela força de trabalho dos remeiros indígenas, negros e mestiços.⁵⁰² Na ausência do negociante, ficavam no Crato cinco famílias de posseiros, descendentes de portugueses, na condição de fregueses. A propriedade continha um pequeno engenho, plantação de cana-de-açúcar, algumas cabeças de gado e cavalo trazidos da Bolívia. Entretanto, a principal atividade do lugar eram as trocas comerciais realizadas com as famílias indígenas estabelecidas nos arredores, principalmente, Mura e Torá. Parte da produção extrativista dessas famílias, como o guaraná e o cacau, eram levados e comercializados no interior da Bolívia.⁵⁰³

As redes de parentesco da família Barros Cardoso se tornaram mais extensas com a chegada do comerciante português Joaquim José de Almeida Costa, que contraiu matrimônio com Maria Dionísia, filha do capitão Diogo.⁵⁰⁴ Natural de São Pedro do Sul, província de Beira Alta, o comerciante português chegou ao Pará, vindo de Lisboa, no ano de 1838, com 25 anos de idade.⁵⁰⁵ Começou atuando no comércio de regatão ao lado do conterrâneo João Gonçalves

⁵⁰¹ Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). Data dos registros: 09/12/1842. Fls. 14.

⁵⁰² HERNDON, William Lewis; GIBBON, Lardner. 1854, pp. 231-239; 258-260; 263-265.

⁵⁰³ HERNDON, William Lewis; GIBBON, Lardner. *Op. Cit.* p. 307.

⁵⁰⁴ Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). Casamento de Joaquim José de Almeida Costa e Maria Dionísia Barros Cardoso. Data do registro: 08/11/1847. Fl. 18.

⁵⁰⁵ Habilitação consular Joaquim José de Almeida Costa. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 1214. Habilitação 634. Imagem p1430135. Data da habilitação: 30/05/1859.

Figueira⁵⁰⁶ no rio Madeira. Em 1844, ambos aparecem na condição de padrinhos de oito indígenas mura.⁵⁰⁷

Os comerciantes agiam nas proximidades da vila de Borba, especialmente no aldeamento de Sapucaia-oroca e nos rios Maturá e Aripuanã. Eles rapidamente compreenderam que o sucesso dos negócios dependia da constituição não somente de alianças econômicas, mas familiares com os tuxauas.

Em setembro de 1846, foram realizados dois sacramentos de batismo coletivo no lugar Aripuanã, localizado no rio de mesmo nome, onde estavam fixados dezenas de famílias indígenas da etnia Mura.⁵⁰⁸ No total, 32 indivíduos foram batizados, mas Joaquim Jose de Almeida Costa era o único comerciante presente nos registros na condição de padrinho de seis pessoas. Todos os demais eram tuxauas da localidade, dos quais sobressai a figura de Joaquim José Pereira Viana que apadrinhou 24 indivíduos. Interessante notar que o tuxaua recebeu o primeiro e segundo nome do comerciante português, um indício de que ambos mantinham um forte vínculo de parentesco.

As fontes mostram ainda que até seu falecimento, em 1886, o negociante Joaquim José de Almeida Costa atuou na região do rio Aripuanã, território jurisdicionado a povoação de Sapucaia-Oroca (sede de diretoria), uma maloca de indígenas mura que continha 29 casas habitadas, sendo onze casas de famílias indígenas ditas ‘civilizadas’.⁵⁰⁹ Nas adjacências, o negociante instalou sua residência e casa de comércio próximo a foz do igarapé Araraquara, margem esquerda do rio Madeira.⁵¹⁰

Na década de 1870, juntamente com Herculano Dias Vieira que atuava como diretor de índios de Sapucaia-Oroca – mesmo após a extinção das diretorias em 1866 –, o comerciante português investiu e impulsionou a extração de borracha e, por conseguinte, a exploração da mão de obra indígena no rio Aripuanã. Segundo notícia dos jornais, mobilizou-se para a região

⁵⁰⁶ A naturalidade do comerciante foi identificada no registro de matrimônio de sua filha. João Gonçalves Figueira suicidou-se com um tiro de espingarda no distrito de Borba. “Este desespero, diz-se, foi causado pelo uso immoderado de bebidas alcoólicas”. Ver: Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). Casamento de Pedro Alexandrino Baleiro (peruano) e Carolina Maria Conceição. Data do registro: 27/01/1855, fl. 36.; RPPAM, Volume V, 1874, p. 105.

⁵⁰⁷ Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). Data dos registros: 25/05/1844. Fl. 24.

⁵⁰⁸ Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). Data dos registros: 08/09/1846 e 10/09/1846. Fls. 46-48.

⁵⁰⁹ Amazonas (AM), 20 de abril de 1872, ano VI, número 426, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/1124> ; Diário do Gram-Pará (PA), 16 de março de 1886, ano XXXV, número 59, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/819417/400>

⁵¹⁰ Jornal do Amazonas (AM), 23 de julho de 1877, ano III, número 196, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/260940x/696>

uma população de mil almas, provavelmente indígenas mura, que foram empregados no serviço de coleta de borracha, salsaparrilha, copaíba, cravo e castanha.⁵¹¹

Percebe-se que através das redes de parentesco ou de clientelismo se organizou o avanço das fronteiras comercial e extrativista no rio Madeira e afluentes. Da mesma forma, a expansão do aparato administrativo e burocrático do Estado na Província do Amazonas se fez por meio da mobilização das famílias de elite que mantinham vínculos com os grupos indígenas.

Em 1856, o governo provincial criou a Diretoria de Índios do Alto Madeira, com jurisdição sobre todo o território fronteiriço. Por sua prática e conhecimento da região, Diogo de Barros Cardoso foi nomeado para o cargo de diretor, sendo também incumbido de fixar residência e fundar uma povoação no Crato. Em setembro do mesmo ano, o septuagenário patriarca deslocou-se para a região “acompanhado de sua numerosa família e de seu sogro em numero de setenta e tantas pessoas”.⁵¹² Entretanto,

a vinte e oito de Dezembro, em pleno dia, o soldado de primeira linha, Ignacio Francisco, um dos que mandei seguir para o Crato em companhia do Capitão da segunda linha Diogo de Barros Cardoso, rouba li á este a existência, desfechando-lhe um tiro, á pretexto de que o dito Capitão carecia de autoridade para o mandar castigar, por haver deixado de comparecer á revista.

O corajoso e septuagenário official logrou ainda vês capturado o seu assassino, e antes que as sombras da morte lhe cerrassem de todo a vista, contra elle lavrou uma ordem de fuzilamento, que foi por um escravo seu prontamente executada, na falta dos demais soldados do destacamento, que a recusarão cumprir. Toda esta scena de sangue e de terror se passou dentro de quatro a cinco horas, que forão as que sobreviveu o Capitão Diogo ao ferimento.⁵¹³

O relato mostra que a família da fronteira era formada por um emaranhado de redes que cruzavam diferentes classes sociais e grupos étnicos. Comerciantes portugueses e militares, indígenas, mestiços, negros livres e escravizados se agrupavam em arranjos verticalizados. Após a tragédia, o filho Antônio de Barros retirou-se para o oriente boliviano, atuou como agente consular brasileiro e adquiriu uma fazenda denominada *Estancias de Santiago*, localizada no rio Mamoré, com cerca de 8 mil cabeças de gado.⁵¹⁴ O genro, Joaquim José de Almeida Costa permaneceu no rio Madeira, onde ocupou o cargo de agente procurador do

⁵¹¹ Amazonas (AM), 21 de março de 1880, ano XIV, número 403, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/164992/2626>

⁵¹² Estrella do Amazonas (AM), 6 de setembro de 1856, número 168, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/213420/1365>

⁵¹³ RPPAM, Volume I, 1857, p. 535-536.

⁵¹⁴ MATHEWS, Edward. **Up the Amazon and Madeira Rivers, though Bolivian and Peru**. London Sampson Low Marston, Searle & Rivington, 1879, p. 117. A ‘estância’ aparece em um mapa produzido pelo governo da Bolívia, entre 1842 a 1859, sobre as povoações e propriedades da região oriental, mas cujo proprietário não foi especificado. Ver: ONDARZA, Juan. **Mapa de la Republica de Bolivia mandado publicar pr el Gobierno de la Nacion en la Administracion del Presidente Doctor José Maria Linares. Levantado y organizado en los años de 1842 à 1859. Por el Teniente Coronel Juan Ondarza, Commandante Juan Mariano Mujia y Mayor Lucio Camacho**. J.H. Colton, New York, 1859. Disponível em: <http://ark.bnf.fr/ark:/12148/cb40600457k>

consulado português.⁵¹⁵ Inserido nas redes de parentesco Mura, esse indivíduo continuou atuante no comércio e exploração de borracha no rio Aripuanã, mas era de seu barracão nas margens do rio Madeira que coordenava seus negócios.⁵¹⁶

A constituição de vínculos com lideranças indígenas se tornou prática comum entre a elite comercial e militar da região. Esse fenômeno pode ser visualizado na freguesia de Canumã, mantendo suas devidas particularidades. De acordo com Baena, em 1804, o governador Conde dos Arcos criou a missão religiosa de Canumã com sujeição à vila de Borba. Em 1832, seus habitantes totalizavam 321 indivíduos (33 homens brancos, 24 mulheres brancas, 32 mamelucos, 40 mamelucas, 49 homens indígenas, 45 mulheres indígenas, 5 escravizados e 3 escravizadas) organizados em 180 domicílios feitos de pau e barro e cobertos de palma.⁵¹⁷ Em 1840, eram 481 habitantes (239 indígenas da etnia Munduruku; 109 mamelucos, 48 brancos, 10 escravizados e 25 mestiços) repartidos em 60 fogos. As principais atividades econômicas eram o cultivo de algodão (de que teciam redes) e mandioca; pesca e salga do pirarucu e peixe-boi, do último se retira o azeite; e coleta de copaíba, salsaparrilha e cravo.⁵¹⁸ Já no censo de 1848, Canumã contava com uma população de 1.419 indivíduos (1.414 livres e 5 cativos).⁵¹⁹

Os recenseamentos mostram que o número de habitantes da povoação praticamente triplicou no decênio de 1840. Esse aumento populacional se manteve crescente até meados da década de 1850, quando a localidade vivenciou um decréscimo populacional de 63%. Em 1856, a povoação de Canumã somava 2.246 habitantes (2.240 livres e 6 escravizados), porém, em 1859, o número era de 841 pessoas (833 livres e 8 cativos).⁵²⁰

A criação e fortalecimento dos mecanismos de coerção e incorporação da força laboral indígena no pós-Cabanagem resultou no rápido crescimento populacional de Canumã em meados do século XIX. Já o avanço da exploração gomífera teve papel crucial no ‘esvaziamento’ populacional, pois resultou na mobilização e deslocamento, muitas vezes compulsório, das famílias indígenas para o alto rio Madeira.

Vejamos agora o que os assentos de batismo nos revelam:

⁵¹⁵ Almanak: Administrativo, Mercantil e Industrial (PA). 1868, p. 42. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/705985/50>

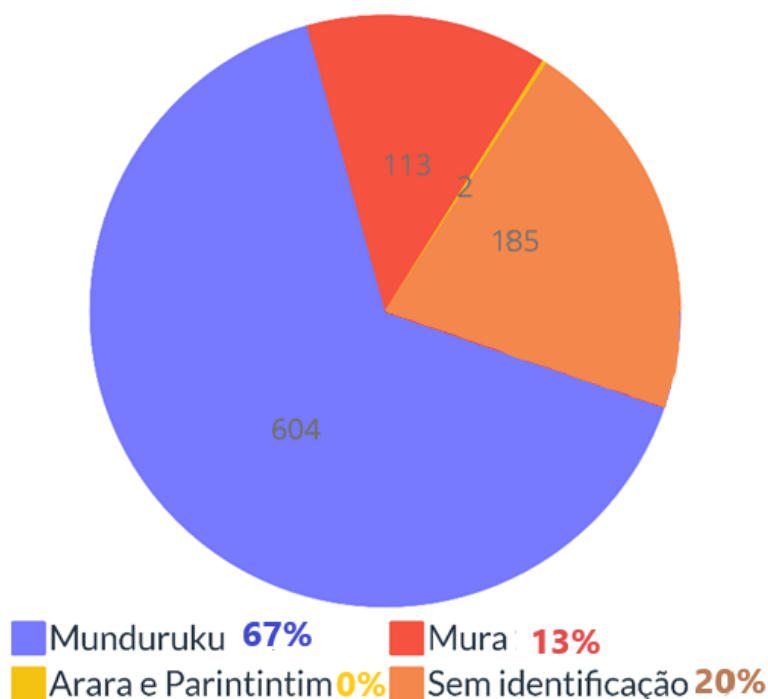
⁵¹⁶ Jornal do Amazonas (AM), 23 de julho de 1877, ano III, número 196, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/260940x/696>

⁵¹⁷ BAENA, 2004 [1832], p. 309.

⁵¹⁸ AMAZONAS, 1852, p. 82.

⁵¹⁹ PARÁ, Governo da Província do. **Falla dirigida pelo exm.o sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram Pará á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinária da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849.** Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1849, mapa 19.

⁵²⁰ RPPAM, Volume I, 1856, p. 509.; RPPAM, Volume II, 1860, p. 391.

Gráfico 3: Etnias dos batizados na freguesia de Canumã (1840-1856)

Entre 1840 e 1856, foram realizados 1.454 assentos de batismo na freguesia de Nossa Senhora de Assunção de Canumã.⁵²¹ Desses, 62% (904 registros) foram identificados como indígenas, dos quais os Munduruku ocupam 67% (604 registros) dos assentos, enquanto os Mura são apenas 13% (113), número inferior aos 20% (185) sem identificação étnica.

Não conseguimos classificar com precisão todos os padrinhos, pois os registros não mantêm um padrão regular. Muitas entradas contêm apenas o primeiro e segundo nome, sendo que muitos tuxauas receberam o nome dos compadres comerciantes e militares. No entanto, identificamos a presença de tuxauas Munduruku na condição de padrinhos em 106 assentos de batismo. Esse número é superior ao da freguesia de Borba, onde 71 indivíduos foram apadrinhados por líderes indígenas mura. Em termos percentuais, os tuxauas aparecem em apenas 12% dos sacramentos de batismo indígena da freguesia de Canumã, enquanto constavam em 23,5% dos registros de Borba.

Em 47% (427) dos registros de batismo pertencentes a indígenas não foi possível identificar quem eram os padrinhos e a que grupo social pertenciam. Apesar disso, apurou-se que dez famílias da elite se fazem presentes em 42% (378) dos registros de batismo indígena. Vejamos o quadro abaixo:

⁵²¹ Arquivo Paroquial de Borba (APB). Livro 1 – Batismos da Freguesia de Canumã (1823-1856). **Observação:** os registros apresentam dois hiatos: 1838-1839, quando o cabanos estiveram no controle dessa região, e 1857-1859, quando as famílias indígenas foram massivamente cooptadas para a extração de borracha no alto Madeira.

Quadro 8: Padrinhos da elite nos registros de batismo da freguesia de Canumã (1840-1856)

Nomes	Sobrenomes	Nº de registros em que aparecem
Os irmãos Antônio, Valentim e Paulino (padre)	Ferreira Mar	33
Antônio Francisco e o filho Antônio	Parente	22
Francisco Antônio e os filhos Atanasio, Domingos, Estácio, Florencio e Teodoro	Rodrigues Vieira	120
Antônio e o filho Joaquim	Gonçalves Marques	24
Francisco Manoel e os filhos José Nicodemos e Elias Xavier	Gonçalves Costa	81
Francisco e o filho Lino	Pereira Brasil	14
Gonçalo Antônio e os filhos Gregório Benedito, Vitor e Matias	Alfaia	28
Joaquim e os filhos Constantino, Gonçalo, Lucio e Luiz	Santos Pinto Beleza	29
Antônio e Pedro*	Vale	16
Joaquim José	Almeida Costa	11

*Parentesco não identificado.

Utilizando o nome como fio condutor conseguimos informações gerais dessas famílias nos registros de casamento da freguesia de Canumã⁵²² e nos jornais *O Cathechista* (1862-1871) e *Estrella do Amazonas* (1854-1863), disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. As famílias Ferreira Mar, Pereira Brasil e Vale eram provenientes do Pará, sendo as duas primeira de Cametá e a última de Vigia. Joaquim dos Santos Pinto Beleza, Antônio Francisco Parente, Antônio Gonçalves Marques e Joaquim José de Almeida Costa eram oriundos de Portugal. Os membros das famílias Rodrigues Vieira, Gonçalves Costa e Alfaia aparecem como naturais da freguesia de Canumã. Todas as famílias tiveram membros que ocuparam funções militares e policiais na região, mas a principal atividade econômica era a comercialização de produtos extrativistas adquiridos por meio das redes de parentesco indígena.

Os vínculos que uniam os grupos da elite comercial e militar às famílias indígenas eram mais imbrincados na freguesia de Canumã, pois começaram a ser tecidas ainda no período colonial. Em fins do século XVIII, os Munduruku haviam estabelecido alianças com os portugueses e, segundo Márcio Couto, a partir de então, suas habilidades de guerra foram utilizadas para manter uma ‘paz armada’ na região. Na primeira metade do Oitocentos, essa Nação prestou importante apoio ao governo provincial paraense, através da perseguição a outros grupos indígenas (Mura, Maué, Juma, Pama, Arara e Parintintim), captura de escravos,

⁵²² APB. Livro 1 – Casamentos da freguesia de Canumã (1841-1867). Total de matrimônios registrados: 165.

destruição de quilombos, extração de produtos da floresta e, principalmente, combate aos cabanos.⁵²³

O naturalista e explorador inglês Henry Bates faz menção ao “principal tuxaua de toda a nação dos Mundurucus” dos rios Tapajós ao Madeira, chamado Joaquim, que foi recompensado com uma patente de capitão do exército brasileiro, em reconhecimento pelo apoio que deu as forças legalistas durante a revolta.⁵²⁴ Segundo Bernardino de Souza, “o tuxaua Pereira e seus parentes prestaram valiosíssimos serviços contra a revolução”.⁵²⁵

Henry Bates e Bernardino de Souza fazem referência ao mesmo indivíduo, o capitão Joaquim José Pereira, chefe indígena do aldeamento Munduruku de Abacaxis, estabelecido no rio de mesmo nome e jurisdicionado a freguesia da missão de Canumã. O tuxaua Joaquim e sua parentela estavam vinculados ao comerciante português Antônio Gonçalves Marques, que lançou mão do parentesco espiritual – testemunhando casamento e, principalmente, estabelecendo laços de compadrio – com os chefes de famílias indígenas.

Em janeiro de 1845, na povoação do aldeamento de Abacaxis, “Baltazar Pereira, filho legítimo do Capp^{am} Joaquim José Pereira, e de sua mulher Catharina Maria” contraiu matrimônio com Margarida, filha legítima do tuxaua João Manoel e sua mulher Maria Rosa, “todos da Nação Munduruku e fregueses desta freguesia; forão testemunhas Miguel Ricardo e Antônio Gonçalves Marques”.⁵²⁶

O negociante também aparece na condição de padrinho em dezoito assentos de batismo na freguesia de Canumã. De acordo com João Wilkens de Mattos, durante a década de 1840, Antônio Gonçalves Marques regateou no rio Abacaxis atuando ‘como um diretor de índios’. O distrito de Abacaxis incluía o rio Pracony e o Paraná-mirim Urariá que abrigavam 134 chefes de família Munduruku responsáveis por um total de 1.072 indivíduos, cuja principal atividade era a produção de farinha e a extração do óleo de copaíba e salsaparrilha.⁵²⁷

O aldeamento de Abacaxis era jurisdicionado a freguesia de Canumã, que tinha domínio sobre as margens do baixo rio Madeira. Nos últimos anos da década de 1850, o viajante francês

⁵²³ HENRIQUE, Márcio Couto. **Sem Vieira Nem Pombal: índios na Amazônia do Século XIX**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 29-36.

⁵²⁴ BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Tradução de Regina Regis Junqueira. São Paulo: EDUSP, 1979 [1863], p. 181.

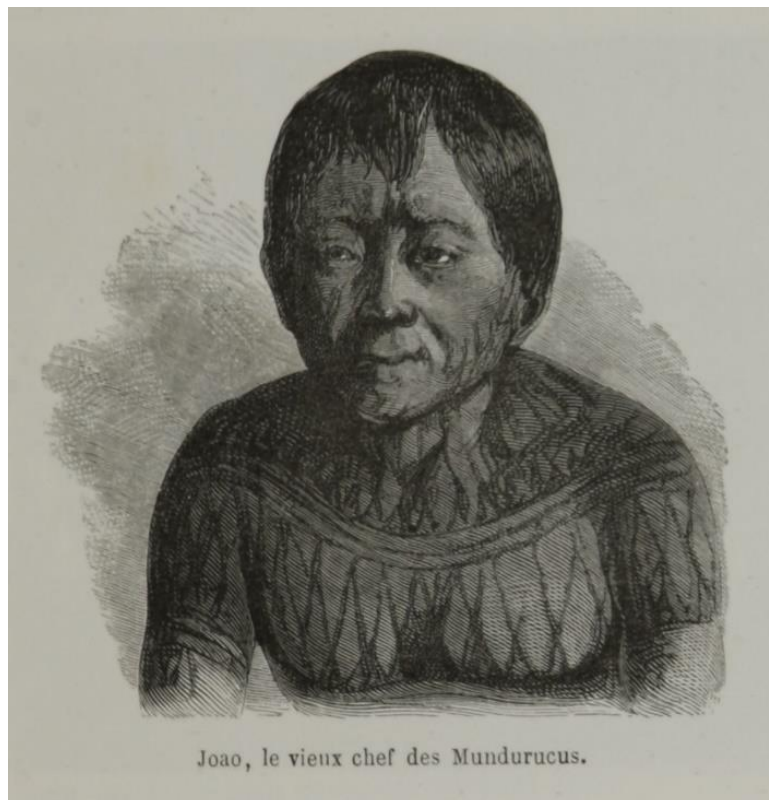
⁵²⁵ SOUZA, Francisco Bernardino de. **Lembranças e curiosidades do valle do Amazonas**. Typ. do Futuro, 1873, p. 149.

⁵²⁶ Livro de registros de Casamentos da freguesia de Canumã (1841-1867). Data do registro: 23/01/1845, fl. 15.

⁵²⁷ MATTOS, João Wilkens de. **Relatório da Diretoria Geral dos Índios, pelo seu Director Geral em 25 de agosto de 1858**. In: RPPAM, Volume II, 1858, p. 142-143.

Auguste François Biard percorreu toda essa região, visitou e morou provisoriamente em povoações dos Munduruku e produziu imagens de alguns chefes indígenas.

Figura 4: João, velho chefe dos Munduruku (1862)



Fonte: Gravura de Auguste François Biard (1862). Acervo Biblioteca Brasileira

João era um tuxaua Munduruku, já batizado, pois viveu temporariamente no aldeamento de Abacaxis. Entretanto, o velho tuxaua “que ostentava a patente de capitão” preferiu residir com sua parentela em um povoado as margens do baixo rio Madeira, local em que o viajante francês esteve.⁵²⁸ Essa etnia vivia em malocas de grandes dimensões e dentro delas “as famílias ficavam separadas por paredes que, como as portas e telhados, eram feitas de folhas de palmeiras. Cada compartimento dispunha de um fogão de barro, esteiras, redes, almofariz e pilão para farinha de mandioca”.⁵²⁹

Há um assento de batismo coletivo que menciona um tuxaua Munduruku, por nome João, portador da patente de capitão:

Aos vinte dias do mez de maio de mil oitocentos e cincoenta e seis, na Capella de N. Senr, da Conceição de Abacaxis, povoação da Freguesia de Canuman, baptizei solenemente [...] a inocente Isabel fª legitima dos índios Capitão Principal dos

⁵²⁸ BIARD, Auguste François. **Dois anos no Brasil**. Brasília: Senado. Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 212.

⁵²⁹ BIARD, 2004 p. 208.

mundurucus João Correia e sua mulher M^a de Nazaret. Forão padrinhos Manoel Pereira de Sá e Victorina Rodrigues de Vasconcellos.⁵³⁰

Segundo os registros paroquiais, Manoel Pereira de Sá era proprietário do sítio denominado Urucurituba, localizado na margem esquerda da foz do rio Madeira, próximo ao Amazonas, mesma região em que Auguste Biard encontrou o povoado familiar do tuxaua João. Possivelmente, Manoel Pereira de Sá utilizava o local como base para a atividade ambulante e sazonal de comercialização e exploração de produtos naturais na região. Dessa forma, acreditamos que a propriedade do negociante estava localizada nas proximidades do povoado Munduruku comandado pelo seu compadre, o tuxaua João.

É importante destacar que, por muitos anos, o capitão Manoel Pereira de Sá exerceu a função de presidente do conselho de qualificação de novos guardas na freguesia de Canumã.⁵³¹ Esse cargo lhe assegurava, por meio do recrutamento, acesso e controle sobre numerosa mão de obra indígena.

O estabelecimento de laços de compadrio com famílias indígenas não foi um fenômeno localizado apenas na região do rio Madeira, mas tornou-se prática comum adotada pelos comerciantes que atuavam na Província do Amazonas. Em 1853, os militares estadunidenses William Herndon e Lardner Gibbon visitaram um aldeamento de indígenas mura que viviam nos arredores de Manaus. Explorados como mão de obra no serviço público e particular, a maioria desses indígenas estavam ligados aos comerciantes brancos através do trabalho.⁵³² Porém, o que chamou a atenção foi o fato de que quase todos os indígenas da povoação levavam seus filhos para serem batizados e apadrinhados por Henrique Antony, negociante italiano estabelecido em Manaus, que se dizia compadre de metade das famílias do aldeamento.⁵³³

Segundo os viajantes, os indígenas não se importavam com o sacramento do batismo do ponto de vista religioso e espiritual, só mantinham a prática pois conseguiam persuadir algum homem branco (comerciante e/ou militar) a ser padrinho. Isso garantia o pagamento da taxa da igreja (um cruzado), uma garrafa de aguardente para o pai e um ou dois metros de tecido de algodão para a mãe.

Apesar da visão estereotipada, é interessante notar que a opção pelo batismo tem mais a ver com as próprias estratégias e dinâmicas indígenas do que com o desejo de tornar-se cristão.

⁵³⁰ Livro 1 – Batismos da Freguesia de Canumã (1823-1856). Fl. 250.

⁵³¹ Estrella do Amazonas (AM), 24 de fevereiro de 1857, número 196, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/213420/1399>; O Cathechista (AM), 19 de março de 1864, ano III, número 105, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/226556/81>

⁵³² HERNDON, William Lewis; GIBBON, Lardner. **Exploration of the Valley of the Amazon**. Made Under Direction of the Navy Department. R. Armstrong [etc.] public printer. Parte I, 1854, p. 274.

⁵³³ Para mais informações sobre o negociante italiano Henrique Antony, ver: LIMA, Carla Oliveira. Elos humanos e trabalho de campo na Amazônia de meados do século XIX. **Nova Revista Amazônica**, 9.2: 89-103, 2021.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia estabeleciam que os padrinhos eram nomeados pelo pai ou pela mãe, mas nada sabemos sobre as condições em que tais escolhas eram feitas, ou suas razões.⁵³⁴ Todavia, os padrinhos eram indicativos do tipo de relações que um casal – ou pessoa, no caso de mãe solteira – queria fortalecer no futuro, uma vez que a relação era, acima de tudo, orientada ao que estava por vir. Nesse sentido, estabelecer alianças familiares com negociantes e autoridades foi, muitas vezes, uma escolha indígena feita a partir da percepção de que estariam mais seguros se vinculados a esses indivíduos.

Após o movimento cabano os brancos foram organizados em milícias policiais responsáveis pelo recrutamento dos indígenas, negros, tapuios e mestiços. Estamos nos referindo principalmente aos “sem-terra, compulsoriamente deslocados ou que não trabalhem para patrão conhecido (são quase todos, após anos de tensões, fuga e luta armada)”.⁵³⁵ Segundo Adalberto Paz, essa ideia de liberdade “condicionada pelo trabalho e para o trabalho moldou os parâmetros de governos não apenas permissivos quanto a diferentes formas de escravidão e coações, mas efetivamente comprometidos com a garantia do fornecimento de mão de obra para empreendimentos públicos e privados”.⁵³⁶

Em 1845, com a criação das Diretorias de Índios, o agenciamento compulsório da mão de obra indígena passou a ser atribuição dos diretores que, em sua maioria, eram pertencentes as famílias da elite política e econômica local. Eram donos de seringais e comerciantes que atuavam também no campo militar e político, sejam como membros da Guarda Nacional, intendente municipal ou deputado provincial.⁵³⁷ O quadro abaixo mostra os diretores e encarregados que atuaram no rio Madeira, nas décadas de 1840 e 1850.

Quadro 9: Diretores e encarregados de Aldeias no rio Madeira, décadas de 1840 e 1850

Nomes	Função	Período	Aldeamentos/Povo
Antônio de Barros Cardoso	Encarregado	1845	Crato – Torá
Diogo de Barros Cardoso	Diretor	1856	Alto Madeira – Torá, Mura e Baeta
José Antônio Versosa	Encarregado	1853	Crato – Mura e Torá
José Maria da Conceição	Encarregado/ Diretor	1845-1856	Sapucaia-oroca – Mura e Munduruku

⁵³⁴ VIDE, Sebastião Monteiro da. Título XVIII, n. 65. In: **Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011 [1707]. p. 26.

⁵³⁵ MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: De maioria a minoria. 1750-1850**. Petrópolis, Vozes, 1988, p. 72.

⁵³⁶ PAZ, 2017, p. 69.

⁵³⁷ LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p. 129-133.

Lino Pereira Brasil	Diretor	1845-1853	Canumã – Mura e Munduruku
Herculano Dias Vieira	Encarregado	1855	Aripuanã – Mura
Francisco Antônio Rodrigues	Diretor	1856	Abacaxis – Munduruku
José Luiz Simpson	Diretor	1856	Canumã – Mura e Munduruku
Francisco Portilho Bentes	Diretor	1856	Aripuanã e Maturá – Mura e Munduruku

Fontes: PARÁ, 1849, mapa 15; RPPAM, Volume I, 1856, mapa 11; LEAL, 2013, p. 128-133.

Com exceção de José Antônio Versosa e José Luiz Simpson (comerciante e político), que não aparecem nos registros paroquiais de Borba e Canumã, todos os outros constituíram vínculos de compadrio com famílias indígenas Mura e Munduruku. Alguns desses foram, na feliz expressão de Silvia Brügger, “campeões de batismo”, dos quais destacam-se José Maria da Conceição e Francisco Antônio Rodrigues.⁵³⁸ O primeiro aparece na condição de padrinho em 13 registros de batismo na freguesia de Borba (ver Quadro 4) e o segundo em 31 assentos em Canumã (ver Quadro 5).

Ressalta-se que o compadrio deve ser visto não somente como instrumento de construção das redes clientelísticas da elite, mas também como estratégia de proteção e manutenção da unidade familiar indígena, sobretudo diante da possibilidade do recrutamento militar ou para o serviço público e particular que, em ambos os casos, significava deslocamento.

Os militares, comerciantes, diretores e encarregados eram responsáveis por dirigir e negociar questões de interesse da coletividade indígena. Nesse sentido, a criação de diferentes mecanismos de coerção da força de trabalho nativa levou os tuxauas a buscarem proteção para si e seu grupo através da inserção nos aldeamentos e da criação de vínculos familiares com os comerciantes e autoridades locais. Não é à toa que a maioria dos batismos indígenas ocorreram na primeira década pós-Cabanagem e foi reduzindo significativamente com a expansão da economia da borracha.

Quadro 10: Batismos das freguesias de Borba, Canumã e Manicoré (1830-1879)

Décadas	BORBA		CANUMÃ		MANICORÉ	
	Total Geral	Indígenas	Total Geral	Indígenas	Total Geral	Indígenas
1830	55	11	422	332	-	-
1840	447	210	892	595	-	-
1850	240	82	562	309	-	-
1860	688	178	-	-	101	7

⁵³⁸ BRUGGER, Silvia Maria. Jardim. **Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

1870	546	113	-	-	2.025	162
------	-----	-----	---	---	-------	-----

Fontes: Registros paroquiais de Borba, Canumã e Manicoré

Observa-se que, no decênio de 1840, os assentos de batismo indígena representam 46,6% dos sacramentos da freguesia de Borba e 66,4% dos batizados na freguesia de Canumã. Na década de 1850, os batismos indígenas em Borba eram 34,1% dos registros, enquanto em Canumã representam 54,9%. Uma redução de pouco mais de 10% em relação a década anterior. Não temos informações sobre a freguesia de Canumã na década de 1860, mas em Borba os assentos de batismo indígena caíram para 25,8% dos registros. É importante salientar que, até fins da década de 1860, a freguesia de Borba era responsável por toda a extensão do rio Madeira e seus registros dizem respeito aos indivíduos que viviam e circulavam por toda a extensão dessa via fluvial.

Na década de 1870, os batizados indígenas correspondem a 20,8% dos sacramentos realizados na freguesia de Borba. Nesse mesmo período, os registros da freguesia de Manicoré, instalada em 1868 no alto Madeira, mostra que os assentos de batismo indígena representavam apenas 7,9% da totalidade de 2.126 sacramentos realizados entre 1868 e 1879.⁵³⁹ Nessa mesma região, a freguesia de Humaitá, desmembrada de Manicoré e instalada em 1888⁵⁴⁰, os assentos de batismo indígena são 1,1% (9 registros) dos 763 sacramentos realizados entre 1887 e 1894.⁵⁴¹

Seria de se esperar que a intensificação da exploração de borracha e o avanço da fronteira extrativista ampliasse a presença indígena nos assentos de batismo. Muito pelo contrário, ocorreu um gradativo ‘desaparecimento’ da população nativa nos registros paroquiais. Esse fenômeno nos permite algumas inferências.

No final da década de 1850, as etnias Mura e Munduruku já se encontravam inseridas na dinâmica socioeconômica local, atuando como mão de obra no avanço das fronteiras comerciais e extrativistas, sendo frequentemente mobilizadas e deslocadas rio acima. Esse processo provocou a desestruturação da organização familiar desses grupos indígenas, enquanto outras etnias (Arara, Parintintim) passaram a ser vistas pelos negociantes e proprietários de seringais como entraves ao desenvolvimento da economia da borracha. Além disso, a região passou a receber um fluxo migratório crescente de indivíduos, trabalhadores e comerciantes. Desse modo, os registros paroquiais passaram a representar com mais precisão a população

⁵³⁹ Arquivo Paroquial de Manicoré. Livros 1, 2, 3, 4, 5 e 6 de batismos da paróquia Nossa Senhora das Dores de Manicoré (1868 a 1879).

⁵⁴⁰ Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 25 de outubro de 1888, Anno XXI, Número 241, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/222402/12977>

⁵⁴¹ Arquivo Paroquial de Humaitá (APH). Livro nº 1 de batismos da Paróquia de Humaitá (02/02/1872 a 10/09/1895).

residente nas povoações e entorno, mas pouco refletem a presença dos trabalhadores indígenas estabelecidos nos centros dos seringais dedicados à extração da borracha.

Não estamos negando o papel desempenhado pelos diferentes mecanismos de coerção, exploração e controle da força laboral indígena. Todavia, ainda que o Estado controlasse, temporariamente, o trabalho de alguns por recrutamento forçado e outros meios, assim não se dava com a maioria dos indivíduos. Obviamente, um patrão poderia mobilizar trabalhadores não escravizados, recorrendo ao trabalho compulsório público ou abusando dele para fins privados, mas a persuasão sobre os afilhados indígenas poderia garantir uma força de trabalho mais cooperativa e confiável.

Essa lógica de articulação familiar revelava-se fundamental para a reprodução das hierarquias sociais e para o controle de recursos materiais e simbólicos. Ao ampliar seus vínculos para além do sangue e integrar relações como o compadrio, as famílias das elites criavam redes densas de proteção, influência e lealdade, operando como verdadeiros núcleos de poder local e regional. Assim, mais do que uma unidade doméstica, a família funcionava como uma estrutura estratégica de sustentação da ordem social e da desigualdade vigente.

Por sua vez, enquanto para as populações indígena, negra e mestiça o batismo constituía um dos instrumentos disponíveis para afirmar laços sociais e formas de pertencimento, entre as elites o matrimônio era cuidadosamente mobilizado como estratégia de reprodução social, manutenção do prestígio e consolidação de redes de poder. Esse contraste revela não apenas práticas sacramentais distintas, mas também os limites impostos pela hierarquia social à construção das relações e dos futuros possíveis.

3.3. Casamento e dispersão familiar

Na sociedade brasileira oitocentista, assim como na colonial, a aquisição de riqueza e poder estavam atrelados a uma relação de solidariedade mútua entre indivíduos unidos por ligações familiares e ao estabelecimento de uma série de alianças sociais. Por conseguinte, o sentido de família extrapolava os vínculos de consanguinidade, abarcando indivíduos que residiam ou não na mesma casa, e os parentes de relações rituais, como o compadrio. Esses laços de solidariedade podiam ser tanto horizontais, unindo membros da mesma classe social, quanto verticais, ao unir pessoas de diferentes grupos sociais. No primeiro caso, o objetivo principal era reforçar alianças existentes e garantir a proteção do prestígio e prosperidade familiar.

Nesse sentido, as alianças familiares, especialmente aquelas estabelecidas por meio do matrimônio, devem ser compreendidas como estratégias fundamentais para assegurar a inserção social, a manutenção e a ampliação do patrimônio, do prestígio e das redes de poder. Isso não significa afirmar que os vínculos familiares relevantes se limitavam ao casamento, pois diversos estudos já demonstraram a importância das relações de compadrio para a compreensão das dinâmicas sociais no Brasil colonial e monárquico. No entanto, neste momento, nosso foco recai sobre os laços forjados pelo matrimônio e sua articulação com o êxito econômico e a ascensão social dos grupos familiares.

Os estudos de Rosa Marin, Luciana Marinho, Cristina Cancela e Helder Ângelo delinearam importantes características das alianças matrimoniais entre as elites amazônicas, especialmente paraense, no século XIX.⁵⁴² Sabe-se que os casamentos entre a elite local eram engendrados intragrupo social e econômico, sob a influência de valores morais e específicos. A homogamia norteava essas relações, de modo que casar-se bem era, em geral, casar-se com iguais. Dessa forma, a elite tradicional escravista e proprietária de terras e gado manteve estratégias matrimoniais endógenas ao grupo social.

Essas estratégias matrimoniais, baseadas na homogamia, não apenas reforçavam a coesão interna da elite tradicional, mas também funcionavam como mecanismos de exclusão social, delimitando fronteiras simbólicas e práticas que separavam os grupos dominantes dos demais segmentos da sociedade. Ao manterem os casamentos restritos a parceiros do mesmo status econômico e social, as famílias da elite asseguravam a reprodução de seus privilégios, a concentração de terras e recursos, e a legitimação de sua posição de poder no contexto regional.

Esse quadro se alterou a partir de 1870, quando os signos de riqueza das famílias de elite começaram a ser as estradas de seringa, casas de aviação, firmas comerciais, imóveis urbanos, ações e seguros.⁵⁴³ Apesar da resistência inicial, a tendência à exogamia se configurou por meio das alianças matrimoniais com indivíduos em enriquecimento e ascensão social, associados aos negócios da borracha e ao exercício das profissões liberais. Nesse contexto, o casamento permanecia como uma estratégia central para a aquisição, preservação e ampliação do status

⁵⁴² MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 15, n. Especial, 1985; BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2004; CANCELA, Cristina Donza. **Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém-1870-1920)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2006; ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012.

⁵⁴³ CANCELA, Cristina Donza. Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 10, p. 24-38, 2009.

social, da riqueza e da influência política das famílias – elementos fundamentais na definição da condição de pertencimento às camadas de elite.

No caso do rio Madeira, não podemos falar de uma elite tradicional proprietária de terras e gado. Região de fronteira, a terra era abundante e a posse se dava pela simples ocupação. Até meados do século XIX, as famílias que compunham a elite local eram aquelas cuja riqueza e prestígio estavam pautados principalmente no exercício de funções militares e na prática do comércio, duas atividades intimamente articuladas e frequentemente exercidas pelos mesmos indivíduos ou famílias. Esses, por sua vez, acumulavam cargos militares e administrativos, tais como diretor e encarregado de índios, juiz de paz e subdelegado, especialmente nas freguesias de Borba e Canumã.

Nesse sentido, buscou-se reconstituir os vínculos estabelecidos por meio do casamento e analisar como tais alianças influenciaram o sucesso econômico e social de determinados grupos familiares em detrimento de outros.

Quadro 11: Casamentos da freguesia de Borba (1839-1868)

	1839-1849		1850-1859		1860-1868	
Origem dos nubentes	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Desta freguesia	11	12	11	29	13	19
Indígenas	7	9	11	11	1	2
Portugal	2	-	5	-	4	-
Província do Pará*	4	3	25	8	12	8
Localidades vizinhas**	6	4	7	14	10	12
Sem identificação***	11	14	11	11	3	2
Outros****	3	2	5	2	2	2
Total de matrimônios	44		75		45	

* Belém, Cametá, Santarém, Gurupá, Oeiras e Óbidos

** Canumã, Manaus, Serpa, Maués, Silves e Parintins

*** Indivíduos de origem nativa e dois escravizados

**** Barcelos, Peru, África, Mato Grosso, Maranhão, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Os registros de casamento indicam que, na década de 1840, os negociantes de Borba e Canumã estavam vinculados por laços de parentesco entre si e com famílias de localidades vizinhas. Nesse período, 66% dos noivos (29 indivíduos) e 79% das noivas (35 pessoas) eram naturais da freguesia de Borba. Incluem-se nesses números os matrimônios envolvendo indígenas e aqueles em que a identificação dos indivíduos não foi possível. Deduz-se que, em sua maioria, este último grupo era formado por sujeitos de origem nativa que foram incorporados às comunidades locais por meio de políticas e estratégias de controle social. Por

outro lado, era frequente a presença de mercadores oriundos das povoações de Maués, Serpa, Silves, Parintins e Manaus negociando com as populações indígenas do baixo rio Madeira.⁵⁴⁴ Essas viagens comerciais possibilitaram a criação e o fortalecimento de relações de amizade e negócios entre os negociantes, muitas das quais resultaram na formação de alianças familiares forjadas através do casamento.

Por sua vez, os registros do decênio de 1850 mostram uma mudança no padrão de origem dos nubentes. Enquanto 44% dos noivos (33 indivíduos) eram naturais da freguesia de Borba – incluindo indígenas e indivíduos não identificados –, a maior parte, 56% (42 indivíduos), provinha de outras localidades, especialmente do Pará. Quanto às noivas, 68% (51 indivíduos) eram originárias da própria freguesia, ao passo que 32% eram provenientes de outras regiões, principalmente da vizinhança. Embora tenha ocorrido uma redução no número total de matrimônios na década seguinte, esse padrão se manteve durante os anos 1860. A maioria das mulheres continuava a ser natural da vila de Borba e áreas adjacentes, enquanto os homens eram, em grande parte, paraenses, portugueses ou seus descendentes recém-chegados na região.

Percebe-se que as estratégias matrimoniais se configuravam como instrumentos essenciais para o fortalecimento econômico e social das famílias na fronteira amazônica. O casamento não apenas ampliava o patrimônio familiar, mas também consolidava redes de parentesco e vizinhança que funcionavam como verdadeiras estruturas de apoio mútuo diante dos desafios e incertezas do ambiente fronteiriço. Um exemplo ilustrativo dessa dinâmica é o casamento do capitão Diogo de Barros Cardoso com Lourença de Castro França, filha de Pedro José Teixeira França.⁵⁴⁵ Este último, comerciante residente na vila de Silves, deslocou-se na década de 1850 juntamente com o genro para fundar uma povoação no Crato, região do alto Madeira. Segundo a descrição, a comitiva familiar era composta por mais de mais de setenta pessoas.⁵⁴⁶ No Crato, a família Barros Cardoso mantinha um barracão comercial destinado às trocas com as populações indígenas da região, especialmente com os Mura e Torá, grupos com os quais constituíram laços de compadrio que reforçavam seus vínculos econômicos e asseguravam a manutenção de suas atividades comerciais.

⁵⁴⁴ BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte Itatiaia; São Paulo EDUSP, 1979, p. 124-125.

⁵⁴⁵ Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). Data do registro: 29/08/1847. Fl. 15.

⁵⁴⁶ Estrella do Amazonas (AM), 6 de setembro de 1856, número 168, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/213420/1365>; RPPAM, Volume I, 1857, p. 535-536.

A mobilidade familiar e a fundação de novos núcleos populacionais evidenciam como as redes matrimoniais estavam profundamente entrelaçadas aos processos de colonização, apropriação de terras e expansão comercial, atuando como alavancas para a consolidação de grupos familiares que, com o tempo, se tornariam referências de poder regional. O casamento não apenas ampliava e consolidava as redes de influência e prestígio das famílias, mas também formalizava acordos econômicos estratégicos que sustentavam a estrutura de controle e organização social vigente.

O matrimônio do alferes e comerciante Vitor da Fonseca Coutinho com Isabel da Fonseca Zuzarte exemplifica tais estratégias.⁵⁴⁷ Ambas as famílias eram de origem portuguesa, porém os Fonseca Coutinho estavam estabelecidos em Borba, enquanto os Zuzarte eram naturais de Cametá e residiam na vila de Serpa. Desde o período colonial, essa região destacava-se como uma importante área de coleta de cacau e salsaparrilha, além de abrigar extensas plantações de tabaco, especialmente cultivado na vila de Borba.⁵⁴⁸

Conforme relata uma biografia publicada em 1889, “Victor Coutinho conhecia de Cametá a família Zuzarte e nenhuma repugnância teve em satisfazer os desejos de seus progenitores”.⁵⁴⁹ O trecho mostra que o arranjo matrimonial constituía uma decisão orientada prioritariamente pelas necessidades e estratégias do grupo familiar, transcendendo as expectativas individuais dos nubentes. Nesse contexto, o casamento operava como um instrumento de fortalecimento econômico, social e político, garantindo a ampliação de redes de apoio mútuo e a consolidação de alianças comerciais.

O relato ainda destaca que essas famílias atuavam diretamente no comércio de regatão com as populações indígenas locais, cujas forças de trabalho também eram empregadas no cultivo de seus tabacais e cacauais. Esses produtos, juntamente com a salsaparrilha e o óleo de copaíba extraídos na região, compunham um circuito econômico que incluía ainda as produções das feitorias de manteiga de tartaruga — utilizada tanto como alimento quanto como óleo para iluminação —, além do azeite e da mixira de peixe-boi, e das salgas de peixes. Todo esse conjunto de mercadorias era transportado em canoas até a praça mercantil de Belém,

⁵⁴⁷ SOUZA, Padre Bento José de. **Histórico da Igreja de Santo Antônio de Borba**. D.I.O, 1946, p. 6.

⁵⁴⁸ SOMMER, Barbara Ann. **Negotiated settlements: native amazonias na portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798**. Tese de Doutorado. Albuquerque, New Mexico: University of New Mexico, 2000, pp.120-131.

⁵⁴⁹ GONÇALVES, Manoel Pereira. *Victor da Fonseca Coutinho: Coronel Comandante Superior*. In: **Almanach Madeirense para o anno de 1889**. Publicado por Manoel Pereira Gonçalves. Pasto Grande, Rio Madeira, 1889, p. 15.

evidenciando o intenso fluxo comercial que conectava essas localidades amazônicas ao mercado regional e atlântico.⁵⁵⁰

Além disso, deve-se considerar o fator do isolamento geográfico, uma vez que essas localidades contavam com um número restrito de famílias de moradores brancos, o que reduzia as opções de pretendentes dentro da própria comunidade. Essa limitação demográfica levava à busca de alianças matrimoniais em vilas vizinhas, promovendo a integração regional e fortalecendo as conexões entre diferentes polos de poder e comércio. Assim, o casamento entre Victor Coutinho e Isabel Zuzarte não apenas uniu dois indivíduos, mas articulou duas famílias com forte atuação no comércio de regatão, consolidando uma aliança que ampliava suas esferas de influência na região fronteiriça.

Dessa união nasceram onze filhos, dos quais sete chegaram à vida adulta, se tornaram comerciantes e proprietários e ocuparam diversas funções públicas e militares no rio Madeira. São eles: cônego Francisco Benedito da Fonseca Coutinho (missionário, monsenhor, deputado provincial⁵⁵¹, governador do Amazonas⁵⁵²); capitão Hilário do Nascimento da Fonseca Coutinho; capitão Luiz da Fonseca Coutinho; D. Ana Silveria da Fonseca Coutinho; tenente José da Fonseca Coutinho; D. Maria Praxedes da Fonseca Coutinho (professora); tenente coronel Victor da Fonseca Coutinho Junior (deputado provincial⁵⁵³). Dos filhos homens, apenas Francisco Benedito (religioso) não ingressou na Guarda Nacional, todos os demais se tornaram oficiais dessa instituição.⁵⁵⁴

Nota-se que os casamentos funcionavam como dispositivos centrais para a reprodução social e econômica de grupos dominantes, constituindo alianças que garantiam o acesso a recursos estratégicos, como a força de trabalho indígena, o crédito mercantil, as redes de abastecimento e a legitimidade política perante as autoridades provinciais e imperiais. No contexto de fronteira, os vínculos matrimoniais ainda asseguravam a continuidade, a expansão e o poder das famílias da elite militar e comercial. Contudo, é importante destacar que as estratégias familiares estavam menos orientadas para resultados econômicos imediatos e mais voltadas a garantir a segurança coletiva diante das constantes incertezas que caracterizaram o primeiro quartel do século XIX.

⁵⁵⁰ SAMPAIO, Patrícia de Melo. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX**. 2 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014, p. 11.

⁵⁵¹ Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas 1860 a 1861. Sessão Preparatória de 30 de Outubro de 1860, p. 03.

⁵⁵² SOUZA, 1946, p. 6-7.

⁵⁵³ Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas 1880. 2.º Sessão Preparatória em 13 de Janeiro de 1880, p. 05-06.

⁵⁵⁴ Arquivo Público do Amazonas. Mapa Geral da Guarda Nacional do Município de Borba da Província do Amazonas, 1884.

Em 1835, quando os cabanos tomaram o controle da vila de Serpa, as famílias da elite local buscaram refúgio em Silves, sob a liderança de Luiz da Fonseca Zuzarte, que contou com o apoio temporário de seu cunhado, Vitor da Fonseca Coutinho, na defesa do lugar.⁵⁵⁵ Este último teve atuação destacada em diversas incursões contra os revoltosos na região, chegando a assumir o comando militar da vila de Borba.⁵⁵⁶

A mobilização das redes de parentesco e vizinhança, inclusive com famílias de líderes indígenas, mostrou-se essencial para assegurar a sobrevivência das elites locais e a retomada do controle sobre as povoações. Além disso, a partir de 1853, observou-se um crescimento expressivo do movimento comercial na região, impulsionado pela chegada de centenas de comerciantes oriundos do Pará, em especial migrantes portugueses enviados pelas principais casas aviadoras para atuarem no interior amazônico como agentes comerciais, ou caixeiros.⁵⁵⁷ Esses indivíduos desempenhavam um papel estratégico ao facilitar o acesso ao crédito e a inserção das economias locais nas cadeias de abastecimento e escoamento de produtos, garantindo a circulação de mercadorias em escala regional e atlântica.

Dessa forma, ao contrário do que ocorreu na capital paraense e suas proximidades, as famílias da elite do rio Madeira não resistiu à incorporação dos comerciantes portugueses recém-chegados. Os registros paroquiais mostram que as famílias locais não apenas aceitaram a presença desses novos atores, mas buscaram incorporá-los a seus grupos por meio de alianças matrimoniais, casando seus filhos e filhas dentro da comunidade lusitana. Essa estratégia não apenas ampliava as redes de proteção e prestígio, mas também integrava as elites regionais aos circuitos comerciais mais amplos, reforçando sua posição de poder em um contexto de fronteira marcado por disputas políticas, mobilidade populacional e intensificação das economias extrativistas.

Em meio às alianças conjugais que envolviam as famílias da elite local e os comerciantes recém-chegados, destacam-se os matrimônios de Rita Inocência Camargo. Filha de Pacífico Inocência Camargo e Carlota Maria de Assunção, Rita foi batizada em 1843, tendo como padrinhos o capitão Diogo de Barros Cardoso e sua filha Maria Dionísia, o que já indica os vínculos de prestígio mantidos por sua família.⁵⁵⁸ Embora haja poucas informações disponíveis

⁵⁵⁵ GONÇALVES, 1889, p. 16-18.

⁵⁵⁶ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Editora Itatiaia, 1989, p. 178; JOBIM, Anísio. **O Amazonas: sua história (ensaio antropogeográfico e político)**. São Paulo: Brasiliense, 1957, p. 159.

⁵⁵⁷ WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec Edusp, 1993, p. 78.

⁵⁵⁸ APB. Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). Data do registro: 01/01/1843. Fl. 17.

sobre seus parentes, os registros paroquiais mostram a posse de pessoas escravizadas e os laços de parentesco evidenciam que pertenciam aos estratos superiores da sociedade local.

Em 31 de julho de 1858, aos 15 anos de idade, Rita Inocência casou-se com o comerciante português Domingos José da Cruz.⁵⁵⁹ Contudo, o matrimônio teve curta duração, pois quatro meses depois o mercador faleceu no Crato, alto rio Madeira, onde possuía negócios voltados ao comércio e à exploração de borracha. Com a morte do esposo, a jovem viúva herdou uma pequena fortuna composta por mercadorias, canoas e dívidas ativas, mas teve também que assumir um débito superior a cinco contos de réis junto à casa aviadora José Nunes da Silva & Cia, do Pará.⁵⁶⁰ Apenas um mês após o encerramento do inventário de Domingos José da Cruz, Rita Inocência contraiu segundas núpcias com José Francisco Monteiro.⁵⁶¹ Foram testemunhas do enlace o capitão Vitor da Fonseca Coutinho e o comerciante português Joaquim José de Almeida Costa, este último depositário dos bens do primeiro marido.

Essa sucessão de eventos também mostra que as mulheres desempenhavam papéis estratégicos na reprodução das elites fronteiriças. As viúvas, ao herdar bens e dívidas, tornavam-se gestoras cruciais das economias domésticas e atuavam como interlocutoras importantes nas redes de crédito e comércio regional. O rápido novo casamento de Rita Inocência evidencia ainda como os vínculos matrimoniais funcionavam como estratégias para resguardar a estabilidade econômica, consolidar alianças e assegurar a continuidade do poder econômico e social em uma região marcada pela volatilidade. Além disso, o envolvimento de figuras de prestígio como testemunhas do matrimônio reforça a dimensão política dessas alianças, que articulavam diferentes grupos comerciais e familiares, vinculando interesses econômicos a redes de sociabilidade e poder.

José Francisco Monteiro nasceu em Santo Idelfonso no concelho do Porto (Portugal), em 1830 e, aos dez anos de idade, migrou para o Maranhão, onde iniciou sua trajetória profissional em uma casa comercial.⁵⁶² Em 1854, embarcou no patacho *Quatro Amigos* com destino à capital paraense, que vivenciava um momento de intenso dinamismo econômico e social impulsionado pelo desenvolvimento da economia da borracha.⁵⁶³ Após breve estadia em

⁵⁵⁹ APB. Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). Data do registro: 31/07/1858. Fl. 45.

⁵⁶⁰ AGTJAM. Inventário de Domingos José da Cruz. 2ª Vara de Família, Caixa 8 (1857-1859). Data de abertura: 08/06/1859.

⁵⁶¹ APB. Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). Data do registro: 23/01/1860. Fl. 47.

⁵⁶² AFFONSO, Almino. **Comendador Monteiro: troncos e ramagens**. Manaus: Valer, 2004, p. 17-18.

⁵⁶³ Habilitação consular José Francisco Monteiro. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 513. Habilitação 1149. Imagem: p1470805. Data da habilitação: 29/07/1861.

Belém, o jovem imigrante foi enviado para o rio Madeira para atuar como agente comercial (caixeiro/regatão) do conterrâneo Elias José Nunes da Silva, de quem tornou-se aviado, procurador e representante comercial.⁵⁶⁴

Em meados do século XIX, Elias José Nunes da Silva destacava-se como o maior negociante português na Amazônia e o mais importante proprietário de vapores da região. Reconhecido como pioneiro do sistema de aviamento, seus agentes e caixeiros estruturaram amplas redes comerciais que se estendiam por todo o interior do Amazonas, Bolívia e Peru, constituindo uma das bases fundamentais para a circulação de mercadorias e crédito no interior amazônico.⁵⁶⁵

Ao casar suas filhas com comerciantes portugueses recém-chegados, a elite local buscava não apenas o acesso ao crédito e às cadeias de comércio paraense, mas também a inserção nas redes econômicas que garantiam o fluxo de mercadorias e recursos financeiros essenciais para a manutenção e expansão de seu patrimônio familiar e da economia da borracha. Nesse sentido, é bastante provável que José Francisco Monteiro tenha negociado com a casa aviadora os débitos herdados do falecido marido de sua esposa, assumido a gestão da herança composta majoritariamente por mercadorias e dívidas ativas. A relação nominal de devedores constante no inventário revela a amplitude dessa rede mercantil. A listagem contém cento e doze (112) indivíduos na categoria dívidas ativas, cujos nomes referem-se a comerciantes, militares, diretores de índios e proprietários locais, assim como trabalhadores indígenas, pretos livres e mestiços, demonstrando a complexidade social e econômica que sustentava o comércio regional.⁵⁶⁶

Após o casamento, José F. Monteiro legitimou sua posição de comerciante por meio da habilitação no consulado português em Belém, procedimento que conferia suporte jurídico e facilitava as operações comerciais, especialmente aquelas ligadas à exploração e comercialização da borracha.⁵⁶⁷ Ao retornar para Borba, o comerciante dirigiu-se para o alto

⁵⁶⁴ MENEZES, Aprigio Martins de. **Relatorio Apresentado ao Exm. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto pelo Dr. Aprigio Martins de Menezes, Encarregado da Enfermaria dos Variolosos, de sua Comissão ao rio Madeira**. Manáos: Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, 1874, p. 182; *Jornal do Amazonas (AM)*, 6 de março de 1886, Anno XI, Número 1189. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/260940/1164>

⁵⁶⁵ WEINSTEIN, *Op. Cit.*, p. 78.

⁵⁶⁶ AGTJAM. Inventário de Domingos José da Cruz. Caixa 8. 1859. Fl. 16-21.

⁵⁶⁷ Habilitação consular de José Francisco Monteiro. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 513. Habilitação 1149. Imagem p1470805. Data da habilitação: 29/07/1861. Sobre as funções do órgão consular, ver: CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 1, 2016, p. 247.

rio Madeira, onde instalou um barracão comercial que servia tanto como local de moradia quanto de negócios. Entretanto, o barracão incidiu sobre território Parintintim e os ataques indígenas se tornaram recorrentes.

1863 – A casa do comerciante José Francisco Monteiro, estabelecido nos Baêtas, rio Madeira, foi, na noite de 3 de Junho, assaltada pelos Parintintins, que assassinaram Anna Thereza d'Almeida, de 60 anos de idade, e feriram á Suzana Francisca do Rosario, José Gonçalves Ferreira, Bazilio Antonio Rodrigues, Pedro Antonio Ferreira d'Assumpção, todos gravemente, e Angelica Ferreira, Catharina da Conceição e o menor Manoel, levemente.⁵⁶⁸

Embora não seja possível precisar o grau de parentesco entre José Francisco Monteiro e as pessoas envolvidas no ataque, os relatos indicam que o comerciante residia com sua família quando, durante a noite, foram surpreendidos pelos indígenas, que lhes deram apenas o tempo necessário para embarcar esposa e filho em uma canoa.⁵⁶⁹ Em retaliação às perdas sofridas – que incluíram seringais, mercadorias e embarcações –, Monteiro reuniu sua parentela e fregueses para realizar uma "correria", ou seja, um ataque à maloca dos Parintintim.⁵⁷⁰

Diante da recorrência dos ataques, o comerciante transferiu a sede de suas operações para uma nova localidade nas imediações do Crato, onde já havia algumas famílias estabelecidas. A escolha desse ponto não foi fortuita, uma vez que, nesse ponto, o rio Madeira apresenta um estreitamento e “com facilidade se ouvia um grito da outra margem do rio”, dificultando ataques surpresa dos indígenas.⁵⁷¹ Ademais, a proximidade da missão do Crato – fundada em 1853 e posteriormente renomeada São Pedro de Alcântara – oferecia uma proteção adicional, consolidava sua presença territorial e atendia à crescente demanda por trabalhadores nos seringais e centros comerciais em formação.⁵⁷²

Até 1862, a missão foi administrada pelo vigário de Borba, Francisco Benedito da Fonseca Coutinho – filho do capitão Vitor da Fonseca Coutinho, testemunha do matrimônio de José Francisco Monteiro com Rita Inocência.⁵⁷³ O religioso exercia papel estratégico ao disciplinar e integrar os indígenas às lógicas coloniais, principalmente através do controle que exercia sobre o recrutamento da mão de obra nativa para o serviço público e particular na região.

⁵⁶⁸ RPPAM, Volume III, 1870, p. 718.

⁵⁶⁹ SILVA, Bernardo da Costa e. **Viagens no sertao do Amazonas do Para a costa do mar Pacifico pelo Amazonas Bolivia e Peru**. Porto: Typ. de A. J. de Sousa e Irmão, 1891, p. 142.

⁵⁷⁰ MACHETI, Jesualdo. **Diario del viaje fluvial del padre fray Jesualdo Maccheti, misionero del Colegio de la Paz, desde San Buenaventura y Reyes hasta el Atlántico en 1869**. La Paz: Impr. de El Siglo Industrial, 1886, p. 56.

⁵⁷¹ HUGO, Volume I, 1959, p. 194.

⁵⁷² HUGO, Volume I, 1959, p. 164.

⁵⁷³ RPPAM, Volume I, 1853, p. 150; Estrella do Amazonas. 31 de maior de 1862, número 642, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/213420/751>

Os registros paroquiais indicam ainda que o negociante português lançou mão do parentesco espiritual estabelecendo laços de compadrio com famílias indígenas Mura, Arara e ‘boliviana’.⁵⁷⁴ Essa prática reforçava sua posição na hierarquia local, garantindo alianças e redes de apoio indispensáveis para a estabilidade de seus empreendimentos. Evidencia-se ainda que o sucesso das “lojas fora do povoado” e dos núcleos populacionais dependia diretamente da mediação e apoio dos chefes indígenas (tuxauas ou principais), cujas redes de parentesco, autoridade e influência eram fundamentais para a expansão das fronteiras comerciais e extrativistas na região.

Em pouco tempo, a sede do novo barracão passou a ser conhecida como Humaitá, “um próspero povoado que pertencia a Don José Francisco Monteiro, o seringalista mais rico do rio Madeira, [...] dono de um pequeno barco a vapor que faz comércio entre Humaitá e Pará”.⁵⁷⁵ A localidade possuía trinta casas, “a mór parte de telhas elegantes e commodas [...]. Tem uma capelinha bonita e graciosa, [...] da invocação de Nossa Senhora da Conceição; ao lado tem um torresinha de madeira com dous sinos, com que chama os fieis á oração. Completam o povoado umas cinquenta casas de palha dos trabalhadores e camaradas”.⁵⁷⁶

Obviamente, fazer-se elite era um processo complexo que envolvia múltiplas estratégias de inserção social e econômica. Nesse contexto, o casamento representava uma via privilegiada para que comerciantes recém-chegados acessassem as extensas e intrincadas redes de parentesco de seus sogros, redes estas capazes de abrir portas para novos mercados, garantir favores políticos e ampliar oportunidades de negócios. Além disso, tais alianças matrimoniais possibilitavam o acesso à mão de obra indígena e à participação em circuitos de apoio e ajuda mútua que, por sua vez, minimizavam as incertezas cotidianas e os limites materiais impostos pela experiência de vida na fronteira. Trata-se, portanto, de uma dinâmica de reciprocidade, na qual as necessidades de reprodução social e econômica das elites locais convergiam com os interesses dos comerciantes recém-chegados, articulando estratégias de poder que sustentavam e renovavam a hierarquia social regional.

⁵⁷⁴ APB. Livro de registros de Batismos da Freguesia de Borba (1857-1875). José (Mura). Data do registro: 19/02/1860. Fl. 28.; Arquivo Paroquial de Manicoré (APM). Livro 3 de registros de Batismo da paróquia de Manicoré. Antônio, João, Raimunda, Joana, Francisca e José (todos da etnia Arara); Gertrudes (boliviana); Maria, Francisco, Antônio, Manoel, Isabel, Candido, Rosa e Ana (todos Mura). Ano dos registros: 1871. Fls. 20-23; APH. Livro nº 1 de batismos da Paróquia de Humaitá (1872-1895). Maria (etnia não identificada). Data do registro: 23/10/1887. Fl. 10.

⁵⁷⁵ MATHEWS, Edward Davis. **Viagens pelos rios Amazonas e Madeira: Brasil, Bolívia & Peru (1872-1874)**. Tradução de Hélio Rocha. Manaus: Editora Valer, 2020, p. 97.

⁵⁷⁶ FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878**. 2 vols. Rio de Janeiro Typographia de Pinheiro, 1880, p. 318.

Essas estratégias podem ser visualizadas no processo de ocupação territorial implementado por esses grupos familiares.

Mapa 14: Humaitá e adjacências



Observa-se que ao redor de Humaitá estavam as seguintes propriedades: Pupunhas, pertencente a Venâncio Antônio de Castro; Pupunhas, de Manoel Soares Botelho; Paraíso, do comerciante boliviano Santos Mercado; Pasto Grande, do comerciante português Manoel Pereira Gonçalves; e Calama, do boliviano Ramon Roca.⁵⁷⁷ Esses proprietários e negociantes estavam interligados por complexas redes de negócios e por vínculos sociais consolidados através do compadrio, que fortalecia alianças estratégicas e garantia a integração de seus interesses econômicos na região.

⁵⁷⁷ Amazonas (AM), 11 de julho de 1890, ano XXVI, nº 2014, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/4213>

O filho de José Francisco Monteiro era casado com Ana Soares Castro, filha de Venâncio Antônio de Castro e sobrinha de Manoel Soares Botelho.⁵⁷⁸ Por sua vez, o compadrio permeava as relações de José Francisco Monteiro com Ramon Roca, Santos Mercado e Manoel Pereira Gonçalves. Em 1888, o negociante português testemunhou o casamento de Alexandre Roca, filho do proprietário de Calama.⁵⁷⁹ Em 1890, apadrinhou o inocente José Joaquim, filho de Manoel Pereira Gonçalves.⁵⁸⁰ Além disso, as fontes sugerem que José Francisco Monteiro, Venâncio Antônio de Castro e Santos Mercado firmaram uma parceria para exploração dos seringais situados no rio Machado, cuja foz abrigava a missão de São Francisco.⁵⁸¹ Foram mobilizadas aproximadamente duzentas pessoas, entre homens e mulheres, destinadas ao trabalho de extração da borracha, sendo a maioria composta por indígenas provenientes da Bolívia.

Ressalta-se ainda a união de José Francisco Monteiro e Matilde Jimenez, mulher boliviana de ascendência espanhola e indígena, pertencente a uma família proprietária de seringais e integrada a redes mercantis que conectavam o oriente boliviano ao rio Madeira.⁵⁸² Pouco sabemos sobre a família Jimenez, mas segundo o livro biográfico intitulado *Comendador Monteiro: tronco e ramagens*, escrito por Almino Affonso, neto do casal, sua avó Matilde “era boliviana, com ascendência espanhola (como o nome Ximenes parece sugerir) e mestiçagem indígena, pelos traços característicos de sua fisionomia”.⁵⁸³ Matilde era filha de Fábio e Adriana Jimenez, comerciantes oriundos da povoação de Trinidad, que chegaram na região por volta da década de 1860.

O nome Fábio Jimenez aparece na condição de pai em três assentos de batismo da paróquia de Manicoré, com diferentes mães, são elas: Damiana Juma e Maria Higima Cauchi, ambas de nacionalidade boliviana.⁵⁸⁴ Já o nome de Adriana Jimenez aparece na condição de mãe em dois registros de casamento na paróquia de Humaitá, não sendo mencionado o nome

⁵⁷⁸ APH. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento: Antônio Francisco Monteiro e Ana Soares de Castro. Data do registro: 01/02/1882. Fl. 7.; APB. Livro de registros de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878). Registro de casamento: Venâncio Antônio de Castro e Guilhermina Soares Botelho. Data do registro: 18/08/1862. Fl. 52.

⁵⁷⁹ APH. 1º livro de Casamentos da Paróquia de Humaitá. Registro de casamento: Antônio Francisco Monteiro e Ana Soares de Castro. Data do registro: 18/03/1888. Fl. 7.

⁵⁸⁰ APH. Livro nº 1 de batismo da paróquia de Humaitá: Data do registro: 16/07/1890. Fl. 45.

⁵⁸¹ O Liberal do Pará (PA), 8 de junho de 1879, ano XI, número 129, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/704555/per704555_1879_00129.pdf; A Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA), 1 de abril de 1882, ano IX, número 72, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/385573/6906>

⁵⁸² Para mais informações sobre o enlace matrimonial de José Francisco Monteiro e Matilde Jimenez, ver: ROSA, 2019, p. 125-128.

⁵⁸³ AFFONSO, Almino. **Comendador Monteiro: troncos e ramagens**. Manaus: Valer, 2004, p. 48.

⁵⁸⁴ APM. Livro 6 de batismo da paróquia de Manicoré. Data do registro: 13/04/1879, Fl. 55; Data do registro: 03/02/1880, Fl. 49v.

paterno.⁵⁸⁵ Um dos registros refere-se ao matrimônio de Maria Rosária Jimenez e José Soares Barbosa, sócio de José Francisco Monteiro na extração e comercialização da borracha.⁵⁸⁶ No mesmo período, Adriana Jimenez é referida como madrinha em dois assentos de batismo de indivíduos de origem indígena, visto o nome das mães “Maria Noe” e “Calista Cuaba”.⁵⁸⁷

Apesar de não ser possível precisar o grau de parentesco, as fontes nos permitem afirmar que outros membros da família Jimenez (ou Ximenes) se instalaram na região e estavam inseridos nas dinâmicas socioeconômicas da povoação de Humaitá, fundada por José Francisco Monteiro.⁵⁸⁸ Em 1873, Mariano Jimenez faleceu e a viúva Felícia Jimenez passou a residir na casa de José F. Monteiro, que prestou auxílio no processo de inventário do bens. Apesar do alto grau de endividamento (99% da riqueza arrolada), menciona-se a posse de vastos seringais, gado, mercadorias e, sobretudo, dívidas ativas de trabalhadores indígenas benianos, como os sobrenomes (Muhiba, Caihuba, Baure, Guatia, Semo, Ichu) parecem sugerir. Outro membro da família que merece destaque é Maria Benedita Carmem Jimenez, proprietária de seringais no igarapé Behém, localizado nas proximidades de Humaitá, e no rio Machado.⁵⁸⁹ Os batismos realizados nesses seringais mostram que a família Jimenez fazia amplo uso da mão de obra indígena beniana na exploração de borracha.⁵⁹⁰

Nesse sentido, a união matrimonial marcou a consolidação de uma aliança social e econômica estratégica. O casamento com Matilde representou a inserção de José Francisco Monteiro em uma poderosa rede de relações familiares, comerciais e políticas que unia portugueses, brasileiros e bolivianos no rio Madeira. Através dessa aliança, Monteiro não apenas consolidou sua influência regional, mas também garantiu o acesso à mão de obra indígena, aos circuitos de abastecimento e às rotas de circulação de mercadorias que partiam da Bolívia rumo a Belém e vice-versa.

Em 1881, José Francisco Monteiro foi nomeado pelas autoridades do país vizinho para a função de cônsul da República da Bolívia na Província do Amazonas.⁵⁹¹ Até então, esse cargo

⁵⁸⁵ APH. Livro 2 de casamentos da paróquia de Humaitá. Nubentes: José Soares Barbosa e Maria Rosaria Ximenes. Data do registro: 20/07/1889, Fl. 1.; APH. Livro 3 de casamentos da paróquia de Humaitá. Nubentes: Pedro Manoel Ximenes e Adelia Ferreira Costa. Data do registro: 15/008/1896, Fl. 14.

⁵⁸⁶ O Humaythaense (AM), 10 de janeiro de 1909, ano 18, número 6, p. 1.

⁵⁸⁷ APH. Livro 1 de batismo da paróquia de Humaitá. Data do registro: 02/09/1888, Fl. 15; Data do registro: 03/04/1890, Fl. 32.

⁵⁸⁸ AGTJAM. Inventário de Mariano Jimenez (boliviano). Juízo Municipal de Manaus (Humaitá), 1873; AGTJAM. Inventário de Felicia Jimenez. Juízo Municipal de Manaus (Humaitá), 1875.

⁵⁸⁹ SILVA, 1891, p. 136; GONÇALVES, 1889, p. 37.

⁵⁹⁰ APH. Livro 1 de batismo da paróquia de Humaitá. Data do registro: 23/07/1890, Fl. 50; APH. Livro 1 de batismo da paróquia de Humaitá. Data do registro: 28/02/1891, Fl. 53.

⁵⁹¹ Amazonas (AM), 3 de junho de 1881, ano XV, número 580, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/3007>

era exercido por Santos Mercado que continuou atuando como cônsul, mas com jurisdição na Província do Pará.⁵⁹² Com isso, José F. Monteiro se torna figura central na mediação das relações comerciais, sociais e políticas dos bolivianos residentes ou que comerciavam no Amazonas, em especial no rio Madeira. Em diversas ocasiões, Monteiro atuou não apenas em transações comerciais, mas também em questões de ordem pessoal e patrimonial. Quando ocorriam falecimentos, por exemplo, cabia-lhe a responsabilidade de concluir os negócios inacabados e prestar assistência às famílias. Casos como os de Santos Mercado e Mariano Guacama ilustram esse papel, já que após a morte de ambos, José F. Monteiro, enquanto cônsul, assumiu a curadoria dos espólios e auxiliou na gestão da herança, garantindo o amparo legal e logístico aos herdeiros.⁵⁹³

O matrimônio entre José Francisco Monteiro e Matilde Jimenez evidencia como as uniões familiares, no contexto amazônico do século XIX, estavam profundamente entrelaçadas nos processos de dominação territorial, integração mercantil e reprodução das elites. Mais do que um arranjo doméstico, o casamento foi um mecanismo eficaz de consolidação do poder, através do qual redes de parentesco e negócios se entrelaçaram na construção da fronteira. Esse enlace consolidou vínculos transfronteiriços e possibilitou a Monteiro acessar recursos estratégicos, como mão de obra indígena proveniente da Bolívia, além de reforçar alianças comerciais fundamentais para a expansão de seus negócios e a consolidação de seu poder regional. Desse modo, o casamento funcionou como instrumento essencial de integração às redes bolivianas, transformando relações de comércio em laços familiares capazes de ampliar sua influência política, econômica e territorial na região.

A ampla rede de parentesco construída pelo negociante português exerceu papel fundamental no desenvolvimento social e comercial de Humaitá, pois articulou alianças estratégicas que impulsionaram a economia local. Essa atuação, somada aos interesses públicos e privados voltados à região e às negociações estabelecidas junto ao governo provincial, culminou na elevação de Humaitá à categoria de vila, formalizada pelo decreto nº 32, de 4 de fevereiro de 1890. Em 23 de abril de 1890, foi solicitada a criação do termo judicial, que veio a ser deferida em 6 de maio daquele mesmo ano, por meio do decreto nº 40. Já a elevação da

⁵⁹² LAEMMERT, ALMANAQUE; HENRIQUE, LAEMMERT. **Almanak administrativo, mercantil, e industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1882, p. 976. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/313394x/52487>; LAEMMERT, ALMANAQUE; HENRIQUE, LAEMMERT, 1891, p. 262; BALLIVIAN, Manuel Vicente. **Noticia política, geográfica, industrial y estadística de Bolivia; datos para la consulta é información comunicados á las legaciones y consulados de la república**. La Paz, Taller Tipo-litográfico, 1900, p. 18.

⁵⁹³ Amazonas (AM), 31 de dezembro de 1890, ano XXVI, número 2153, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/4710>; Diário de Manáos: Propriedade de uma Associação (AM), 17 de maio de 1892, ano II, número 255, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/716642/1683>

localidade à categoria de comarca ocorreu em maio do ano seguinte. Em pouco tempo, “foi tal o aumento de sua população e domicílios, tal o seu estado de prosperidade que, por Lei de 4 de outubro do anno de 1894, foi elevada a cathegoria de cidade, sendo instalada aos 2 dias do mês de janeiro do ano seguinte de 1895”.⁵⁹⁴

Valendo-se do processo de naturalização geral implementado pelo regime republicano, José Francisco Monteiro assumiu o cargo de Superintendente de Humaitá, função equivalente à chefia do poder executivo municipal.⁵⁹⁵ Entre suas atribuições estavam nomear, suspender, licenciar, aposentar e demitir funcionários municipais, arrecadar as rendas locais, organizar a polícia, bem como mobilizar e distribuir a força municipal.⁵⁹⁶ Entre 1890 e 1916, dos nove mandatos para o cargo de Superintendente, Monteiro ocupou cinco.⁵⁹⁷ Os hiatos no poder municipal referem-se a quatro mandatos que foram ocupados por José Gusmão da Silva Amaral (1896-1898); José Soares Barbosa (1899-1901); Fausto Pereira Maia (1905-1907) e Pedro Alcântara Bacelar (1911-1913). Todos esses indivíduos tinham vínculos familiares, de negócios e de amizade com José F. Monteiro, evidenciando o controle que exercia sobre instituições do poder local na região fronteiriça, muitas vezes, através de sua rede parental.⁵⁹⁸ Além disso, entre 1893 e 1917, ano de sua morte, o negociante português exerceu também o posto de Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca de Humaitá, posição que reforçava ainda mais sua centralidade no poder local.⁵⁹⁹

A acumulação dessas funções político-administrativas e militares não apenas ampliava sua autoridade institucional, como lhe conferia legitimidade diante das autoridades regionais e do governo republicano. No contexto das fronteiras amazônicas, a ocupação de cargos na Guarda Nacional era estratégica para os líderes locais, pois assegurava não só o controle da ordem pública, mas também a mobilização de lealdades e a distribuição de favores – aspectos essenciais nas engrenagens do clientelismo político.

Conforme argumenta Richard Graham, no Brasil do século XIX e início do XX, as relações de poder eram estruturadas por meio de redes de dependência pessoal, nas quais os

⁵⁹⁴ APH. Livro do Tombo, Volume I. 1893. Fl. 8v.

⁵⁹⁵ “O local, onde se acha assentada a cidade de Humaythá, sede desta parochia, fora out’ora um sitio de propriedade do benemérito cidadão Comendador José Francisco Monteiro, portugues naturalizado cidadão brasileiro”. In; APH. Livro do Tombo, Volume I. 1893. Fl. 6; MONTEIRO, Antônio Francisco. **Almanach Madeirense para o anno de 1892**. Publicado por Antônio Francisco Monteiro, 1892, p. 35.

⁵⁹⁶ AMAZONAS. [Constituição (1892)]. **Constituição política do estado do Amazonas, julho 1892**. Manaus Typ. do Amazonas, 1892. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224190>

⁵⁹⁷ ROSA, 2019, p. 148.

⁵⁹⁸ ROSA, 2019, p. 149-152.

⁵⁹⁹ Amazonas (AM), 22 de março de 1893, anno XXVIII, número 61, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/5473>; A Federação: Órgão do Partido Republicano Federal (AM), 16 de janeiro de 1896, anno 3, número 371, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/223573/97>

chefes locais desempenhavam o papel de mediadores entre o Estado e a população.⁶⁰⁰ Esses líderes distribuíam recursos, prestavam serviços e protegiam seus aliados, em troca de apoio político e fidelidade pessoal. A função militar – sobretudo nos rincões do Império e da Primeira República – era um dos instrumentos mais eficazes para garantir essa posição de mando. A nomeação para o comando da Guarda Nacional não implicava apenas um prestígio simbólico, mas possibilitava ao chefe local controlar o acesso à força armada, o que servia como instrumento de coerção e de negociação em disputas por terras, trabalho e poder.

Nesse sentido, a atuação de José Francisco Monteiro como comandante da Guarda Nacional deve ser compreendida como parte integrante de sua estratégia de consolidação de poder. Sua capacidade de distribuir cargos, organizar milícias locais e arbitrar conflitos fazia dele uma figura indispensável tanto para as autoridades provinciais quanto para as elites locais. A atuação política estava, portanto, entrelaçada com sua posição econômica e com a solidez das alianças familiares e comerciais que construíra ao longo das décadas. Assim, o poder de Monteiro não se sustentava apenas nos papéis institucionais que ocupava, mas sobretudo nas redes clientelistas que mobilizava.

A família Monteiro dominou o cenário político local e regional no final século XIX e início do XX. Nessa conjuntura, deve-se considerar que o patriarca teve uma numerosa prole, um total de dezessete filhos, dos quais doze nasceram da relação conjugal com a boliviana Matilde Jimenez.⁶⁰¹ Por ordem de nascimento, são eles: Antônio Francisco, Maria Conceição, Isabel, José Francisco, Augusto, Maria Benedita Carmem, Antônio Frederico, José X., Almeirinda, Luís, Matilde, Dolores, Margarida Rosa, Edmundo Francisco, Peregrina, Luís Francisco e Fabio Ximenes Monteiro.

Os registros paroquiais indicam que os quatro primeiros filhos do casal (Maria Benedita Carmem, Antônio, José e Almeirinda) foram registrados nos assentos de batismo como “naturais”, termo que denotava filhos nascidos fora do casamento canônico, revelando, portanto, que José F. Monteiro e Matilde Jimenez viviam em concubinato.⁶⁰² A mudança de status ocorre apenas a partir do nascimento de Luís, quinto filho, cujo registro consta “legítimo”, sugerindo que o casal oficializou o matrimônio entre os anos de 1890 e 1892. Contudo, apesar da ausência inicial de formalização eclesiástica, todos os filhos oriundos dessa união foram reconhecidos, registrados e criados como legítimos herdeiros. Tal reconhecimento

⁶⁰⁰ GRAHAM, 1997.

⁶⁰¹ ROSA, 2019, p. 124.

⁶⁰² APH. Livro 1 de batismo da paróquia de Humaitá. Inocente: **José**, data do registro: 06/04/1888, Fl. 15; Inocente: **Almeirinda**, data do registro: 25/07/1890, Fl. 51; Inocente: **Luis**, data do registro: 26/07/1893, F. 68; Inocente: **Matilde**, data do registro: 28/02/1894, Fl. 78.

era essencial para garantir não apenas o pertencimento ao núcleo familiar, mas também os direitos sucessórios e o prestígio social.

Esse arranjo familiar, marcado pela transição do concubinato à legalização matrimonial, ilustra os mecanismos sociais de legitimação e integração no contexto amazônico oitocentista, especialmente em regiões de fronteira, onde as instituições civis e religiosas operavam com maior flexibilidade e onde o status social era frequentemente construído pelas alianças familiares e pela inserção nas redes de negócios locais. Sem embargo, a numerosa prole de José Francisco Monteiro, segunda e terceira geração, fortaleceram e ampliaram a riqueza, o status e poder familiar.⁶⁰³ Destacam-se os matrimônios com pessoas abastadas e influentes no cenário local e regional, a aquisição de patentes militares, a ocupação de cargos e funções na administração municipal, a eleição para mandatos de deputado estadual e senador.

O avanço da fronteira extrativista foi diretamente impulsionado pela dispersão dos familiar, cuja mobilidade territorial acompanhou e sustentou a expansão das atividades econômicas, contribuindo para a ocupação de novos espaços, o fortalecimento das redes comerciais e a consolidação do domínio social sobre áreas estratégicas da região amazônica. Como sugerido por Nizza Silva para o Brasil colonial e Mark Harris para o baixo Amazonas, a dispersão não foi apenas uma característica das famílias da elite comercial e militar, mas uma tática desenvolvida para otimizar o acesso à força de trabalho e à propriedade.⁶⁰⁴ Lembrando que no contexto brasileiro do século XIX, a noção de família extrapolava o núcleo composto apenas por pais e filhos.⁶⁰⁵ As obrigações de proteção e fidelidade abrangiam uma vasta rede de parentesco consanguíneo e, em extensão, conexões estabelecidas por alianças matrimoniais e pelo compadrio.

Na região fronteira do rio Madeira, as relações sociais e econômicas não se organizavam apenas em torno da lógica comercial, mas eram estruturadas a partir de complexas redes familiares. Comerciantes nacionais, portugueses e bolivianos, indígenas aldeados ou dispersos, negros livres, escravizados e mestiços conformavam arranjos domésticos heterogêneos, sustentados por vínculos de compadrio. Essas unidades familiares, por vezes extensas e multifacetadas, garantiam não apenas sobrevivência material, mas funcionavam como verdadeiras engrenagens de avanço da ocupação territorial e da economia extrativista.

⁶⁰³ ROSA, 2019, p. 171-194.

⁶⁰⁴ SILVA, Maria Beatriz Marques Nizza da. **História da família no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 145; HARRIS, Mark. A família e seus meios no baixo rio Amazonas. In: **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798-1840**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2017, p. 104.

⁶⁰⁵ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 37.

Mesmo separadas por longas distâncias, essas famílias mantinham as comunicações ativas que permitiam a circulação de pessoas, produtos, informações e favores. Essa mobilidade era essencial para a formação de novas alianças, para o suporte logístico dos barracões e para o aproveitamento de oportunidades comerciais e políticas. As povoações formadas a partir das casas comerciais – como se viu no caso das famílias Monteiro, Barros Cardoso, Coutinho, Zuzarte, Chavez, Salvatierra e tantas outras – não surgiam ao acaso. Longe de serem simples agrupamentos aleatórios de indivíduos, eram comunidades consolidadas em torno de vínculos de trabalho e laços de compadrio. Vistos do rio, os barracões e seringais poderiam parecer isolados e dispersos; contudo, as fontes mostram que os comerciantes buscavam deliberadamente fixar-se nas proximidades de familiares e parceiros, fortalecendo laços de confiança e criando zonas de influência interligadas.

Assim, a expansão da economia da borracha no rio Madeira não pode ser compreendida apenas por sua dimensão mercantil ou produtiva. Ela foi sustentada, sobretudo, por uma lógica relacional profundamente ancorada nas redes de parentesco, que permitiram a ocupação simultânea de diferentes trechos dessa via fluvial – do alto ao baixo rio e vice-versa – apoiando-se numa economia da reciprocidade e da ajuda mútua. As fortunas construídas nesse cenário, como a de José Francisco Monteiro e seus aliados, não derivaram apenas da astúcia comercial, mas do cuidadoso entrelaçamento de relações familiares, alianças políticas e domínio territorial, revelando que, na fronteira amazônica, o parentesco era também uma estratégia de poder e controle da força laboral nativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão da economia da borracha no decorrer do século XIX e início do século XX possibilitou um maior dinamismo econômico e circulação de pessoas na região amazônica, especialmente nas duas maiores cidades, Belém e Manaus, que vivenciaram profundas transformações estruturais e urbanas. No entanto, o interior amazônico também sofreu mudanças devido ao aumento do fluxo de capital proveniente da exportação de produtos extrativistas, com destaque para a borracha.

Ao mesmo tempo, o governo imperial buscou consolidar o domínio sobre o território e resolver as indefinições fronteiriças herdadas dos antigos tratados. Nessa conjuntura, a ocupação e o controle dos rios amazônicos era fundamental para as estratégias de negociação das fronteiras. O anfiteatro dessas ações foi a Província do Amazonas, instalada em 1852, que trouxe a ampliação do aparelho burocrático do Estado brasileiro, composto por instâncias jurídicas, policiais e militares.

Diante deste cenário, o rio Madeira tornou-se o principal foco das ações implementadas pelos governos central e local. Para o Império, a ocupação da região tinha interesse geoestratégico, visando garantir não somente o controle sobre a via de comunicação e comércio entre as províncias do Pará e Mato Grosso, mas também uma decisão favorável no processo de negociação dos limites territoriais com a Bolívia, que pressionava pela livre navegação dos rios amazônicos. No âmbito regional, a exploração de borracha proporcionava os maiores rendimentos da recém-criada Província do Amazonas. Em seus aldeamentos, eram recrutados a maior parte dos trabalhadores indígenas que se dedicavam ao serviço público e particular.

A importância econômica dessa região fez com que o governo provincial procurasse subordinar o controle do rio Madeira ao poder estabelecido na capital, Manaus. Dessa forma, foram criadas freguesias, postos militares e subdelegacias por toda a extensão da via fluvial, inclusive no território em litígio com a Bolívia. Essas ações provocaram disputas entre autoridades locais e nacionais de ambos os países, tornando cada vez mais urgente a definição da fronteira. A resolução veio com a assinatura do Tratado de Ayacucho, em 1867, pelo qual o Império brasileiro incorporou ao seu território a área em disputa. Em contrapartida, a Bolívia conseguiu o tão almejado acesso ao Atlântico, pois o acordo garantia o direito de navegação e comércio pelos rios amazônicos, principalmente o Madeira.

Enquanto isso, as possibilidades econômicas que o comércio e a extração de borracha apresentavam criaram expectativas e procedimentos responsáveis por um intenso deslocamento populacional na fronteira, que se estruturou em dois sentidos. Trabalhadores autônomos das

vilas e povoados do baixo Amazonas e comerciantes oriundos da praça mercantil do Pará, sobretudo portugueses, avançaram rio acima através da exploração da mão de obra indígena Mura e Munduruku. Enquanto isso, negociantes bolivianos desceram por essa via fluvial, acompanhados de trabalhadores indígenas compulsoriamente deslocados do Beni (Bolívia). Todos esses indivíduos estavam inextricavelmente conectados naquela realidade.

Ao longo do oitocentos, os negociantes criaram diversas redes de comércio e trabalho que se autossustentavam, confluíam e se entrelaçavam na fronteira. Jovens migrantes portugueses recém-chegados à capital paraense eram enviados para o rio Madeira como agentes comerciais ou caixeiros regatões das principais casas aviadoras do Pará, sob a proteção de um conterrâneo ou familiar (irmão, tio, primo, cunhado, sogro etc.) já estabelecido na região. Esses indivíduos facilitavam o acesso ao crédito e às cadeias de comércio paraense, de modo a conseguir junto às autoridades locais – subdelegados, diretores de índios, militares e agentes da fazenda provincial, que também se dedicavam à exploração e comercialização da borracha – trabalhadores indígenas que foram compulsoriamente deslocados rio acima. Ao mesmo tempo, negociantes bolivianos desciam em direção a capital paraense e, animados com a exploração da borracha, foram se estabelecendo nas margens do rio Madeira. Os agentes sociais desse movimento populacional eram divididos em dois grupos. Os comerciantes e proprietários *cruceños* (brancos, de origem espanhola e naturais de Santa Cruz de La Sierra) que se tornaram epicentro de uma rede migratória e de suporte aos conterrâneos que circulavam por essa via fluvial. Os recém-chegados ocupavam funções ligadas a atividade comercial ou administração, como caixeiros ou gerentes (conhecido como *mayordomos*) dos seringais. Enquanto isso, indígenas de diferentes etnias eram coercitivamente deslocados do oriente boliviano e destinados ao trabalho de remo nas canoas e extração de borracha.

Em vários momentos desse trabalho destacou-se que a aquisição de trabalhadores indígenas, tanto na Província do Amazonas quanto na Bolívia, envolveu uma complexa rede de relações familiares, de negócios ou de amizade, entre comerciantes e proprietários com líderes indígenas, diretores de índios, religiosos, militares, prefeitos departamentais e autoridades públicas em geral.

Ainda foi demonstrado que a ocupação territorial esteve intimamente ligada à expansão do comércio, que se desenvolveu como uma atividade familiar; ao avanço sobre as terras e à mão de obra indígena. Para isso, analisamos e mapeamos nos jornais da província o lançamento de impostos sobre “lojas fora do povoado”. Essas lojas eram barracões e casas comerciais instaladas pelos negociantes em áreas ricas em seringais e nas proximidades de malocas e aldeamentos indígenas, cujos proprietários se dedicavam a exploração e comercialização da

goma elástica. Cada loja registrada tornou-se o epicentro de diversas frentes de avanço sobre o território.

A partir de 1860, a expansão do comércio gerou um processo de ocupação sistemática das terras e a criação de uma cadeia de compra e venda de seringais no rio Madeira. Essa dinâmica incidiu sobre áreas que antes eram de uso comum e foram sendo expropriadas pelos comerciantes, militares e autoridades em geral, que tinham conhecimento dos procedimentos burocráticos legais para o acesso à terra. Os posseiros foram incorporados como mão de obra no sistema de aviamento.

A intensificação do processo de regularização fundiária, na década de 1870, diminuiu a facilidade de ocupação, mas a prática expansionista dos patrões resultou em diversos conflitos e na concentração da propriedade territorial. Esse processo é evidenciado na caracterização das fortunas da fronteira, através da expansão mercantil, refletida nas mudanças e permanências do perfil da riqueza e patrimônio dos indivíduos.

Os inventários mostram ainda que as redes que conectavam o rio Madeira à Belém se sobrepunham as relações comerciais estabelecidas com Manaus. Essa dinâmica se altera somente no início do século XX, quando as autoridades estabelecem que toda a borracha produzida no Amazonas devia ser inspecionada, acondicionada e exportada diretamente pela capital da província. Dessa forma, as grandes casas aviadoras de Manaus aumentaram os investimentos nas regiões produtoras de borracha, ampliando as redes de dependência e o domínio direto sobre a produção. Além disso, a diminuição das cadeias de abastecimento na fronteira tornou as famílias de elite do interior cada vez mais dependentes do crédito e das mercadorias fornecidas pelas firmas aviadoras não somente do Pará, mas do Amazonas. Esse processo comprometeu o patrimônio da elite local e culminou na gradativa perda de poder econômico da segunda e terceira geração, o que foi agravado com a ‘crise’ da borracha.

Demonstrou-se ainda que a aquisição de riqueza e poder estavam atrelados a uma relação de solidariedade mútua entre indivíduos unidos por ligações familiares e ao estabelecimento de uma série de alianças sociais horizontais e verticais. A expansão da fronteira extrativista, por sua vez, foi impulsionada pela dispersão familiar e dessa complexa dinâmica de ocupação – transpassada por interesses públicos e privados, nacionais e locais – surgiu um pequeno grupo de indivíduos ocupando uma nova posição na hierarquia social. Estamos falando de uma elite fronteiriça formada por comerciantes, militares e proprietários portugueses, nacionais e bolivianos.

FONTES PRIMÁRIAS

a) Jornais

A voz do Amazonas (AM) – 1866 a 1867.

Amazonas (AM) – 1866 a 1900.

Commercio do Amazonas (AM) – 1870 a 1912.

Diario de Belém: Folha Politica, Noticiosa e Commercial (PA) – 1868 a 1889.

Diario do Gram-Pará (PA) – 1885 a 1886

Estrella do Amazonas (AM) – 1854 a 1863.

Jornal do Amazonas (AM) – 1875 a 1889.

O Cathechista (AM) – 1862 a 1871

O Liberal do Pará (PA) – 1869 a 1889.

b) Registros paroquiais

Arquivo Paroquial de Borba. Livro de Batismos da Freguesia de Borba (1857-1875).

Arquivo Paroquial de Borba. Livro de Batismos da Freguesia de Canumã (1823-1856).

Arquivo Paroquial de Borba. Livro de Batismos e Casamentos da Freguesia de Borba (1838-1878).

Arquivo Paroquial de Borba. Livro de Casamentos da freguesia de Canumã (1841-1867).

Arquivo Paroquial de Humaitá. Livro do Tombo. Volume I. 1893.

Arquivo Paroquial de Humaitá. Livro nº 1 de batismos da Paróquia de Humaitá (02/02/1872 a 10/09/1895).

Arquivo Paroquial de Manicoré. Livros 1, 2, 3, 4, 5 e 6 de batismos da paróquia Nossa Senhora das Dores de Manicoré (1868 a 1879).

c) Inventários e processos

AGTJAM. Autos Crime. Ferimentos graves. Euzebio Mendonza (autor). Heliodoro Ferreira Bentes (réu). Manaus. 1876. Localização: JD. TJUR. PJ.ACFG1876:02(05). Caixa: TJUR (05)

AGTJAM. Autos Crime. Roubo. Autor: Pedro Luiz Simpson. Réus: Joaquim dos Santos Pinto Beleza, Antônio dos Santos Pinto Beleza, Jacyntho (escravo). Manaus. 1873. Localização: JD.JD.PJ.ACRO1873:14(04). Caixa: TJUR (04)

AGTJAM. Autos Crime. Tentativa de morte. A justiça pública (autora). Heliodoro Ferreira Bentes, Euzebio Mendoza e João, escravo (réus). Manaus. 1876. Localização: JM.JM.PC.OFTM1876:01(04). Caixa: JM (04).

AGTJAM. Autos Crime: homicídio. Justiça Pública (autor). Mirandolino José Caetano Lopes (réu). 1893 [1886]. Juízo Municipal do Termo de Manicoré. Localização: caixa - Criminal Humaitá (1891-1894).

AGTJAM. Autos Crime: Responsabilidade. Autor: Joaquim dos Santos Pinto Beleza. Réu: José Nicodemos Gonçalves (subdelegado). Manaus. 1870. Localização: JD.JD.PJ.ACRP1870:21(03). Caixa: JD (03),

AGTJAM. Inventário de Angélica Ferreira de Siqueira. Juízo de Órfãos do Termo de Humaitá, 1920.

AGTJAM. Inventário de Antônia de Souza Marinho (viúva de Moysés Alves Marinho). Juízo de Órfãos do Termo de Humaitá, 1923.

AGTJAM. Inventário de Antônio Achilles Cavalcante. Juízo de Órfãos do Termo de Humaitá, 1924.

AGTJAM. Inventário de Antônio Chavez. Juízo Municipal do Termo de Humaitá, 1893.

AGTJAM. Inventário de Antônio Ferreira Pinto. Juízo de Órfãos do Termo de Belém do Pará (rio Madeira), 1909.

AGTJAM. Inventário de Antônio Primo Goes. Juízo Municipal de Manaus (Manicoré/Humaitá), 1872.

AGTJAM. Inventário de Catharina Pereira Ramos. Juízo de Órfãos do Termo de Humaitá, 1924.

AGTJAM. Inventário de Domingos José da Cruz. Juízo Municipal de Manaus (Borba), 1859.

AGTJAM. Inventário de Dona Brigida Inocencia da Mota. Juízo Municipal de Manaus (Manicoré), 1871.

AGTJAM. Inventário de Dona Cronelina de Almeida Monteiro. Juízo de Órfãos do Termo de Humaitá, 1908.

AGTJAM. Inventário de Dona Ermelinda Paiva Cavalcante. Juízo de Órfãos do Termo de Humaitá, 1909.

AGTJAM. Inventário de Dona Felicia Jimenez. Juízo Municipal de Manaus (Humaitá), 1875.

AGTJAM. Inventário de Dona Juliana Ferreira de Moraes Cardoso. Juízo Municipal de Manaus (rio Madeira), 1873.

AGTJAM. Inventário de Dona Maria Amalia Passos Braga. Juízo Municipal de Manaus (Manicoré), 1870.

AGTJAM. Inventário de Dona Rosa Coutinho Alvares. Juízo Municipal do Termo de Humaitá, 1892.

AGTJAM. Inventário de Francisco de Oliveira Antunes. Juízo de Órfãos do Termo de Humaitá, 1907.

AGTJAM. Inventário de Francisco Fernandes de Miranda. Juízo Municipal do Termo de Humaitá, 1892.

AGTJAM. Inventário de Hermenegildo Lopes Braga. Juízo Municipal de Manaus (Manicoré), 1871.

AGTJAM. Inventário de Jesus Franco (boliviano). Juízo Municipal de Manaus (rio Madeira/Humaitá), 1876.

AGTJAM. Inventário de Joaquim Nunes Colares. Juízo Municipal de Manaus (Borba), 1842.

AGTJAM. Inventário de José Bernardo de Oliveira Viamonte. Juízo de Órfãos do Termo de Humaitá, 1913.

AGTJAM. Inventário de José da Costa Crespo. Juízo de Órfãos do Termo de Humaitá, 1933.

AGTJAM. Inventário de José dos Santos Baptista. Juízo Municipal do Termo de Humaitá, 1896.

AGTJAM. Inventário de Luiz da Fonseca Zuzarte. Juízo Municipal de Manaus (Borba), 1843.

AGTJAM. Inventário de Manoel Deocleciano Postigo. Juízo de Órfãos do Termo de Humaitá, 1913.

AGTJAM. Inventário de Manoel Soares Botelho. Juízo de Órfãos do Termo de Humaitá, 1922.

AGTJAM. Inventário de Maria de Mello Bezerra. Juízo de Órfãos do Termo de Manicoré, 1888.

AGTJAM. Inventário de Mariano Jimenez (boliviano). Juízo Municipal de Manaus (Humaitá), 1873.

AGTJAM. Inventário de Melquiades Rodrigues de Matos. Juízo Municipal do Termo de Humaitá, 1895.

AGTJAM. Inventário de Rodrigo Rocha de Siqueira. Juízo de Órfãos do Termo de Humaitá, 1906.

Arquivo do Fórum Coriolano Lindoso. Inventário de Constantino dos Santos Pinto Belez. Juízo de Órfãos do Termo de Manicoré, 1887.

Arquivo do Fórum Coriolano Lindoso. Inventário de Francisco Pedraça. Juízo de Órfãos do Termo de Manicoré, 1905.

Arquivo do Fórum Coriolano Lindoso. Inventário de Pedro Alcantara Barbosa Tinoco. Juízo de Órfãos do Termo de Manicoré, 1913.

Arquivo do Fórum Coriolano Lindoso. Inventário de Vicente Ferreira Passos Barriga. Juízo de Órfãos do Termo de Manicoré, 1897.

Arquivo do Fórum Coriolano Lindoso. Sumário de Culpa (homicídio). A Justiça Pública (autora). Manoel Telesforo Salvatierra, Francisco Barros Cardoso, Rafael Bento Carolino, Domingos José Freitas Guimarães, Francisco Antônio Franco, João Francisco Xavier (réus). Manicoré, 1887.

Centro de Memória da Amazônia. Inventário de Bartolomeu de Mattos Guerreiro. Juízo de Órfãos do Termo de Belém do Pará (Manicoré), 1889.

Centro de Memória da Amazônia. Inventário de Dona Isabel Monteiro Ferreira. Juízo de Órfãos do Termo de Belém do Pará, 1901.

Centro de Memória da Amazônia. Inventário de João José da Silva Matos (português). Juízo de Órfãos do Termo de Belém do Pará, 1883 (Borba).

d) Relatos de viagens

AGASSIZ, Jean Louis Rodolph; AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ARMENTIA, Nicolás. **Navegación del Madre de Dios: viaje del padre Nicolás Armentia**. La Paz: Impr. de "La Paz", 1887.

BALZAN, Luigi. **A carretón y canoa. La obra del naturalista Luigi Balzan en Bolivia y Paraguay (1885-1893)**. Edición, estudio preliminar, notas y traducción de Clara López Beltrán. La Paz: IFEA/IRD/Embajada de Italia/Plural editores. [1885-1893] 2008.

BATES, Henry Walter. **Um naturalista no Rio Amazonas**. Tradução de Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte Itatiaia; São Paulo EDUSP, 1979.

BIARD, Auguste François. **Dois anos no Brasil**. Brasília: Senado. Federal, Conselho Editorial, 2004.

CHANDLESS, William. *Notes on the Rivers Maué-assú, Abacaxis and Canumá – Amazons*. **Journal of Royal Geographical Society of London**. Vol. 40. 1870.

CRAIG, Neville B. **Estrada de Ferro Madeira Mamoré: história trágica de uma expedição**. São Paulo: Nacional, 1947.

FONSECA, João Severiano da. **Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878**. 2 vols. Rio de Janeiro Typographia de Pinheiro 1880.

FORTE, Ernesto Mattoso Maia. **Do Rio de Janeiro ao Amazonas e Alto Madeira itinerario e trabalhos da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré, impressões de viagem por um dos membros da mesma comissão**. Rio de Janeiro: Typ. a Vapor de Soares & Niemeyer, 1885.

HERNDON, William Lewis; GIBBON, Lardner. **Exploration of the Valley of the Amazon**. Made Under Direction of the Navy Department. R. Armstrong [etc.] public printer, PART II, 1854.

MACHETI, Jesualdo. **Diario del viaje fluvial del padre fray Jesualdo Maccheti, misionero del Colegio de la Paz, desde San Buenaventura y Reyes hasta el Atlántico en 1869**. La Paz: Impr. de El Siglo Industrial, 1886.

MATHEWS, Edward Davis. **Viagens pelos rios Amazonas e Madeira: Brasil, Bolívia & Peru (1872-1874)**. Tradução de Hélio Rocha. Manaus: Editora Valer, 2020.

MATHEWS, Edward. **Up the Amazon and Madeira Rivers, though Bolivian and Peru.** London Sampson Low Marston, Searle & Rivington, 1879.

PALACIOS, José Agustín. **Exploraciones de don José Agustín Palacios realizadas en los ríos Beni. Mamoré y Madera y en el Lago Rogo-aguado, durante los años 1844 al 47: descripción de la provincia de Mojos.** Imp. El Comercio. La Paz, Bolivia 1893.

QUEVEDO, Quintín; ARAUZ, Ignacio. **El Madera y sus cabeceras, Belén del Pará, 25 de abril de 1861.** Cochabamba Tip. de Quevedo, 1861.

SILVA, Bernardo da Costa e. **Viagens no sertão do Amazonas do Pará a costa do mar Pacífico pelo Amazonas Bolívia e Peru.** Porto: Typ. de A. J. de Sousa e Irmão, 1891.

SPIX, John, MARTIUS, Carl. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820.** Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia/São Paulo: USP, 1981.

e) Relatórios

BALLIVIAN, Manuel Vicente. **Apuntes sobre la Industria de la Goma Elástica en los Territorios Dependientes de la Delegación Nacional en el Noroeste y el Departamento del Beni.** Ministerio de Instrucción Pública y Colonización. El Comercio, La Paz, 1896.

BARBOSA, Nicolau Bueno Horta. **Exploração e levantamento dos rios Anari e Machadinho. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Coronel Candido Mariano da Silva Rondon, Chefe da Comissão, pelo Capitão de Engenharia Nicolau Bueno Horta Barbosa, ajudante da Comissão.** Papelaria Macedo, Rio de Janeiro, 1922.

BENJAMIN, Feliciano Antonio. **Relatório apresentado ao exm. sr. Dr. Presidente da Província Domingos Monteiro Peixoto, pelo Engenheiro bacharel Feliciano Antonio Benjamin, membro da Comissão de fiscalização da estrada de ferro do Madeira e Mamoré e de medição e demarcação de terras no Rio Madeira, actualmente encarregado da mesma comissão.** Manaus: Typographia do Commercio do Amazonas, 1874.

BRASIL, Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brazil. Realizado em 1 de Setembro de 1920. Relação dos proprietários dos estabelecimentos rurais recenseados no estado do Mato Grosso.** Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.

BRASIL. **Collecção de Leis do Império do Brasil de 1852.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, Tomo XV, parte 11, 1853.

BRASIL. **Decreto nº 4.280, de 28 de novembro de 1868. Promulga o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação, celebrado em 27 de Março de 1867, entre o Brasil e a Republica de Bolivia.** Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, Vol. 1, parte II, 1868.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório da repartição dos negócios estrangeiros apresentado a Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima-segunda legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado João Pedro Dias Vieira.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. 1864.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros apresentado à Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da décima-**

quinta legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado Visconde de Caravelas. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1875.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório da repartição dos negócios estrangeiros do anno de 1853 appresentado a Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da nona legislatura pelo respectivo Ministro e Secretario de Estado Antônio Paulino Limpo de Abreu.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. Anexo G, 1853.

BUENO, Francisco Antônio Pimenta. **Exposição com que o Exm^oSr. Coronel Dr. Francisco Antônio Pimenta Bueno, passou a administração da Província do Amazonas ao Exm^o Sr. 2^o vice-presidente Tenente-Coronel Antônio Lopes Braga em 12 de junho de 1888.** Manaos, 1888.

COUTINHO, João Martins da Silva. **Relatório apresentado ao Illm. EExm. Snr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província do Amazonas, por João Martins da Silva Coutinho, encarregado de examinar alguns logares da província, especialmente o rio Madeira debaixo do ponto de vista da colonisação e navegação.** Manaos: Typographia de F. J. da Silva Ramos. 1861.

COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório da Exploração do Rio Madeira pelo Doutor João Martins da Silva Coutinho. In: Oliveira e Sá, Jesuíno Marcondes de. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima segunda legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Commercio e Obras Públicas.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert. p.A-Q-54-A-Q-63. 1864..

KELLER, Franz. **The Amazon and Madeira river:** sketches and descriptions from the notebook of an explorer. New edition with sixty-eight illustrations on wood. Philadelphia: J. B. Lippincott & Co., 1874.

KELLER, José; KELLER, Francisco. **Exploracion del Rio Madera en la parte comprendida entre la Cachuela de San Antonio y la embocadura del Mamorè, por los ingenieros Brasileños.** La Paz: Imprenta de la Union Americana, 1870.

KELLER, José; KELLER, Francisco. Relatório da Exploração do Rio Madeira na parte compreendida entre a cachoeira de Santo Antônio e a barra do Mamoré. In: BRASIL. **Relatório do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, Anexo X, 1869.

LISBOA, Joaquim Miguel Ribeiro. Exploração do furo de Tupinambaranas, do Ramos e rios Sacará e Atrennnam. In: ALBUQUERQUE, Diego Velho Cavalcanti de. **Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios d'Agricultura, Commercio e Obras Públicas.** Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, Appenso O, 1869.

MATTOS, João Wilkens de. **Relatório da Diretoria Geral dos Indios, pelo seu Director Geral em 25 de agosto de 1858.** In: RPPAM, Volume II, Anexo M, 1858.

MENEZES, Aprigio Martins de. **Relatorio Apresentado ao Exm. Presidente da Provincia Domingos Monteiro Peixoto pelo Dr. Aprigio Martins de Menezes, Encarregado da Enfermaria dos Variolosos, de sua Commissão ao rio Madeira.** Manáos: Impresso na Typographia do Commercio do Amazonas, 1874.

MESQUITA, Francisco de Souza. Thesouraria da comissão encarregada de agenciar donativos para as obras do Hospital de Caridade em Manáos, 2 de março de 1875. In: PEIXOTO, Domingos Monteiro. **Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto entregou a Administração da Provincia ao Ex. Sr. 1º vice-presidente capitão de mar e guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardosos em 16 de março de 1875**. Manaus: Typ. do Commercio do Amasonas, 1875.

MUÑOZ, Mariano D. **Memoria que el Ex-Secretario Jeneral de Estado y actual Ministro de Gobierno, Justicia y Relaciones Exteriores de la República de Bolivia presenta a la Asamblea Nacional Constituyente reunida en 1868**. La Paz de Ayacucho, Imp. Paceña, 1868.

PEIXOTO, Domingos Monteiro. **Falla dirigida á Assembléa Provincial do Amasonas na primeira sessão da 12.a legislatura em 25 de março de 1874**. Manáos: Typographia do Commercio do Amasonas, 1874.

PINKAS, Julio. O Alto Madeira. **Boletim da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro**. Tomo III, n. 4, 1887.

RPPAM. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados coleccionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel António Constantino Nery sendo governador do Estado. Volume I. (1852-1857)**. Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908.

RPPAM. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados coleccionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel António Constantino Nery sendo governador do Estado. Volume II. (1858-1862)**. Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908.

RPPAM. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados coleccionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel António Constantino Nery sendo governador do Estado. Volume III. (1863-1870)**. Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908.

RPPAM. **Relatórios da Presidência da Província do Amazonas, desde a sua criação até a proclamação da República, mandados coleccionar pelo governador coronel Silvério José Nery e novamente publicados por ordem do coronel António Constantino Nery sendo governador do Estado. Volume V. (1874-1877)**. Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Comércio", 1908.

f) Outros

AMAZONAS. [Constituição (1892)]. **Constituição politica do estado do Amazonas, julho 1892**. Manaus Typ. do Amasonas, 1892. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224190>

APEAM (Arquivo Público do Estado do Amazonas). **Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, 1860 a 1880**.

APEAM. **Livro de correspondências da Diretoria de Índios (1854-1855)**.

APEAM. Secretaria de Polícia do Amazonas (ofícios expedidos), livro nº 4, 1864.

APEAM. Livro de Assentamento de Terra 1862-1869.

APEAM. Livro de Exportação e Despachos nº 01 – 1869.

APEAM. Mapa Geral da Guarda Nacional do Município de Borba da Província do Amazonas, 1884.

APEAM. Ofício de Salvatierra & Hermanos al ilustríssimo señor Ministro de Bolívia em el Brasil. Baetas em el rio Madeira, 10 de julio de 1872. Manuscritos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1873.

APEAM. Relatório da Coletoria de Itacoatiara – 1875 a 1877

APEAM. Secretaria de Polícia da Província do Amazonas, 1887.

APEAM. Secretaria de Polícia de Manaus e de outras Comarcas, livro nº 17, 1869.

APEAM. Subdelegacia da Capital e do Interior (documentos diversos) 1865.

APEP (Arquivo Público do Estado do Pará). *Ofício de Francisco José de Souza Soares d'Andrea, Presidente e Comandante das Armas da província, à Joaquim José Luiz de Souza, Comandante Militar da Expedição ao Amazonas, remetido do Palácio do Governo do Pará, em Belém, no dia 05 de abril de 1838.* Códice 1049. Documento 07.

APEP. *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Manoel Antônio Freire, Comandante Militar Interino do Alto Amazonas, remetido de Santarém em 23 de outubro de 1838.* Códice 1075. Documento 323.

APEP. *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Diogo de Barros Cardozo, Comandante Militar de Borba, remetido de Santarém em 25 de setembro de 1838.* Códice 1075. Documento 175.

APEP. *Ofício de Joaquim José Luiz de Souza, Tenente Coronel Comandante da Expedição ao Amazonas, a Diogo de Barros Cardozo, Comandante Militar de Borba, remetido de Santarém em 25 de setembro de 1838.* Códice 1075. Documento 170.

Arquivo do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Livro de Decisões e Julgado do Superior Tribunal de Justiça do Amazonas (Período 1918-1930). Typografia Phenix, rua Joaquim Sarmiento 78, Manaus.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a Província do Pará** – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004 [1832].

BASTOS. Tavares. **O Valle do Amazonas**. 1ª Ed. Garnier: Rio de Janeiro, 1866.

BOLÍVIA, **Ministerio de Hacienda. Informes y documentos referentes al Departamento del Beni**. La Paz Imp. de La Libertad por J. Aramayo, 1882.

BOLÍVIA. **Decreto de 25 de febrero de 1897. Reglamento da Ley de Enganches**. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CDIQFjADahUKEwifxZaq6oLIAhWDEpAKHSkFACc&url=http%3A%2F%2Fwww.gacetaoficialdebolivia.gob.bo%2Fnormas%2Fdescargar%2F38934&usg=AFQjCNHng4o-GSpZHeTI9tQ-9Rcpjk-reg>.

BOLÍVIA. **Ley de 16 de noviembre de 1896. Ley de Enganches.** Disponível em: <http://www.lexivox.org/norms/BO-L-18961116-5.xhtml#normText>.

CARDONA, Mariano Reyes. **Memorandum sobre limites entre Bolivia y el Brasil.** Imprenta Paceña, 1867.

CHDD – Centro de História e Documentação Diplomática. **Cadernos do CHDD (1832-1845).** Ano 14, n. 27. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

COIMBRA, Juan B. **Siringa: memorias de un colonizador del Beni.** Editorial Cruz del Sur. La Paz: Bolívia, 1946.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brasil – Amazonas.** Vol.2. Rio de Janeiro, DGE, 1872. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225477>

GONÇALVES, Manoel Pereira. **Almanach Madeirense para o anno de 1889.** Publicado por Manoel Pereira Gonçalves. Pasto Grande, Rio Madeira, 1889.

GUTIÉRREZ, Rosendo. **Cuestión de límites entre Bolivia y Brasil o sea el artículo 2 del tratado del 27 de Marzo 1867,** La Paz, Imprenta Paceña, 1868.

ILUSTRAÇÃO necessária e interessante relativa ao gentio da nação Mura em 1826... e Observações adicionais à Ilustração necessária e interessante relativa ao gentio da nação Mura. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, s.d. (Manuscrito anônimo). Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1456656/mss1456656.pdf

JARAMILLO, Heliodoro. **Breve notícia sobre os vales dos rios Purus e Madeira afluentes do Amazonas.** Manaus: Governo Estado do Amazonas, 2004 (1903).

MONTEIRO, Antônio Francisco. **Almanach Madeirense para o anno de 1892.** Publicado por Antônio Francisco Monteiro, 1892.

ONDARZA, Juan. **Mapa de la Republica de Bolivia mandado publicar pr el Gobierno de la Nacion en la Administracion del Presidente Doctor José Maria Linares. Levantado y organizado en los años de 1842 à 1859. Por el Teniente Coronel Juan Ondarza, Commandante Juan Mariano Mujia y Mayor Lucio Camacho.** J.H. Colton, New York, 1859. Disponível em: <http://ark.bnf.fr/ark:/12148/cb40600457k>

SALVATIERRA, Juan de Dios. **Documentos que comprueban la conducta nada honrosa de D. Damon Barberi, prefecto del departamento del Beni.** Latin American Pamphlet Digital Project at Harvard University. Santacruz [i.e. Santa Cruz, Bolivia]: Impr. De Cayetano R. Daza, 1872.

SOUZA, Francisco Bernardino de. **Lembranças e curiosidades do valle do Amazonas.** Typ. do Futuro, 1873.

BIBLIOGRAFIA

AFFONSO, Almino. **Comendador Monteiro: troncos e ramagens**. Manaus: Valer, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, v. 10, n. 17, p. 55-67, 2008.

AMARAL, Josali do. **Nos confins do Império: ocupação da Amazônia Ocidental, fronteiras, navegação e comércio (1822-1870)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

ÂNGELO, Helder Bruno Palheta. **O longo caminho dos Corrêa de Miranda no século XIX: um estudo sobre família, poder e economia**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2012.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. Campinas: Centro de memória/UNICAMP, 1997.

BARBOSA, Tânia Maria Brandão. **A elite colonial piauiense: família e poder**. (Tese) Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2003.

BARRIGA, Letícia Pereira. **O quadrilátero cabano e as cabanagens nos sertões da Amazônia: guerra, índios, rios e matas (1790-1841)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2023.

BARROSO, Daniel Souza. **Casamento e compadrio em Belém nos meados do Oitocentos**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará, 2012.

BARROSO, Daniel Souza. **O cativo à sombra: estrutura da posse de cativos e família escrava no Grão-Pará (1810-1888)**. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BARTH, Fredrik. ‘Models’ reconsidered. In: BARTH, Fredrik. **Process and form in social life**. Routledge & Kegan Paul, 1981.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. **No limiar dos Impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas (c. 1780 – c. 1820)**. Tese (doutorado em História) – USP, São Paulo, 2013.

BATISTA, Luciana Marinho. **Muito além dos seringais: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870**. Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

BECERRA, Gabriel Cabrera. **La Iglesia en la frontera: misiones católicas en el Vaupés 1850-1950**. Universidad Nacional de Colombia, Letícia, Bogotá, 2002.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: formação cultural e social**. Manaus: Valer, 1994a.

BENCHIMOL, Samuel. **Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia**. Manaus: Valer, 1998.

BENCHIMOL, Samuel. **Manaos-do-Amazonas: memória empresarial**. Manaus: Governo do Estado, Universidade do Amazonas, 1994b.

BERTRAND, Michel. Elites y configuraciones sociales em Hispanoamérica colonial. In: **Revista de História**, Nicaragua, 13, 1999.

BEUNZA, José María Imízcoz. Las redes sociales de las élites: Conceptos, fuentes y aplicaciones. In: **Las élites en la época moderna: la monarquía española**. Servicio de Publicaciones, 2009.

BIAGGI, Enali de. Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira. Os mapas como um meio de delimitar o território. **Terra Brasilis (Nova Série)**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 4, 2015.

BLOCK, David. **La cultura reduccional de los llanos de Mojos**. Sucre Historia Boliviana, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Condição de classe e posição de classe. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Hierarquias em classes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1998.

BRUGGER, Silvia Maria. Jardim. **Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007.

BURKE, Peter. **Veneza e Amsterdã: um estudo das elites no século XVII**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CALDEIRA, Newman di Carlo. **Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do Império do Brasil com a República da Bolívia (1825-1867)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGHIS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CANCELA, Cristina Donza. Famílias de elite: transformação da riqueza e alianças matrimoniais. Belém 1870-1920. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 10, 2009, p. 24-38.

CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 42, n. 1, 2016.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isídio. **O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CÓRDOBA, Lorena. El boom cauchero en la Amazonía boliviana: encuentros y desencuentros con uma sociedad indígena (1869-1912). D. & Villar. **Las tierras bajas de Bolivia: miradas históricas y antropológicas**. Santa Cruz de La Sierra: El País, 2012.

CÓRDOBA, Lorena. Hipermasculinização, extrativismo e mulheres invisíveis na indústria gomera boliviana (1880-1920). In: COMBÈS, Isabelle; CÓRDOBA, Lorena (eds.). **Mulheres do Oriente: Amazônia, Chiquitânia e Chaco, séculos XVIII-XX**. Coleção “Scripta Autochtona”, 2024, pp. 153-192.

COSTA, Jessyka Sâmia Ladislau Pereira. A trajetória de Catharina Maria Rosa da Conceição e a escravidão ilegal no Norte Imperial. **SEMINA (UPF)**, v. 17, 2018, p. 81-101.

COSTA, Jessyka Sâmia Ladislau Pereira. **Liberdade fraturada: as redes de coerção e o cotidiano da exploração na Província do Amazonas (Brasil, século XIX)**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2022.

CYPRIANO, Doris Cristina Castilhos de Araújo. **Almas, corpos e especiarias a expansão colonial nos rios Tapajós e Madeira**. Antropologia. São Leopoldo, n. 65, 2007.

DAOU, Ana Maria Lima. **A Cidade, o Teatro e o “Paiz das Seringueiras”: práticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XX**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, 1998.

DEAN, Warren. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. Studio Nobel, 1989.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A Interiorização da Metrópole e outros estudos**. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2005.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, ANPOCS, 1991; MEIRELLES, Denise Maldi. **Guardiães da Fronteira: Rio Guaporé, Século XVIII**. Petrópolis: Vozes, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Editora Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, L. A. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira Sul do Brasil (1825-1865)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2007.

FERNANDEZ, Hernando Sanabria. **Cruceños Notables**. La Paz: Juventud, 1991.

FERNÁNDEZ, Hernando Sanabria. **En busca de Eldorado: La colonización del Oriente Boliviano por los cruceños**. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia: Gabriel René Moreno, 1958.

FIFER, J. Valerie. The empire builders: a history of the Bolivian rubber boom and the rise of the house of Suarez. **Journal of Latin American Studies**, v. 2, n. 2, 1970.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)**. Tese de Doutorado, Porto Alegre: PPG-História/PUCRS, 2012.

FONSECA, Dante Ribeiro da. **Pesca e abastecimento na colonização da Amazônia**. Tese (Doutorado em Ciência: Desenvolvimento Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em

Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém: 2 vols. 2004.

FREITAS JR, Augusto Teixeira de. **Terras e colonização**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1882.

FREITAS, André Luiz dos Santos. **O gigante abatido: o longo processo de constituição da Província do Amazonas (1821-1850)**. (Dissertação). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

GARRETT, Ana María Lema. ¿Una frontera en movimiento o movimientos en la frontera Bolivia-Brasil en la época del Tratado de Ayacucho. **Anuario de Estudios Bolivianos, Archivísticos y Bibliográficos**, volume 19. Sucre ABNB, 2013.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GREGORIO, Vitor Marcos. **Dividindo as províncias do império: a emancipação do Amazonas e do Paraná e o sistema representativo na construção do Estado nacional brasileiro (1826-1854)**. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HARRIS, Mark. **Rebelião na Amazônia: Cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil, 1798-1840**. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2017.

HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HENRIQUE, Márcio Couto. **Sem Vieira Nem Pombal: índios na Amazônia do Século XIX**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

HUGO, Victor. **Desbravadores: a história eclesiástica, no panorama social, político, e geográfico do grande Rio Madeira, seus afluentes e formadores na Amazônia**. Missão Salesiana. Volume I, 1959.

IMIZCOZ, José María. Actores, redes, procesos reflexiones para una historia más global. **Historia**, v. 3, n. 5, 2004, pp. 115-140.

JOBIM, Anísio. **O Amazonas: sua história (ensaio antropogeográfico e político)**. São Paulo: Brasiliense, 1957.

JORDÁN, Pilar García. **Cruz y arado, fusiles y discursos: La construcción de los Orientes en Perú y Bolivia, 1820-1940**. Nouvelle édition [en ligne]. Lima Institut français d'études andines, 2001.

KERN, Arno Alvarez. Fronteira/fronteiras: conceito polissêmico, realidades complexas. **História e Diversidade**, v. 8, n. 1, 2016, p. 10-19.

KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América portuguesa - século XVIII**. Tese de doutorado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1880). **Revista Brasileira de História**, v.9, n.18, 1989.

LAGE, Mônica Maria Lopes. **Mulher e seringal: um olhar sobre as mulheres nos seringais do Amazonas (1880-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)**. Dissertação de Mestrado. Programas de Pós-graduação, UFAM/Sociedade e Cultura na Amazônia, Manaus, 2007.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA FILHO, Henrique Espada Rodrigues. **Microstoria: escalas, indícios e singularidades**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 1999.

LIMA, Carla Oliveira. Elos humanos e trabalho de campo na Amazônia de meados do século XIX. **Nova Revista Amazônica**, 9.2: 89-103, 2021.

LOPES, Siméia de Nazaré. **O comércio interno no Pará oitocentista: atos sujeitos sociais e controle entre 1840-1855**. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Belém: Universidade Federal do Pará, 2002.

LOPES, Siméia Nazaré. **As rotas do comércio do Grão-Pará: negociantes e relações mercantis (c.1790-c.1830)**. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

LOPEZ, Said Zeitum. **Amazonia boliviana: introducción al estudio de la temática norteamazonica**. Producciones Gráficas Visión. La Paz-Bolivia, 1991.

MANSILLA, Stephanie Carola Vargas. Por el Pacífico o por el Atlántico. (Apuntes para la historia fronteriza Bolivia-Brasil en el siglo XIX). **Revista Transporte y Territorio**, n. 10, p. 145-157, 2014.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Alianças matrimoniais na alta sociedade paraense no século XIX. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 15, n. Especial, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Henri, Lefebvre e o retorno da dialética**. São Paulo, Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

MATTOSSO, Kátia. **Família e Sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio/Brasília: CNPQ, 1988.

MEDEIROS, Fernando Saboia de. **A Liberdade de Navegação do Amazonas: relações entre o Império e os Estados Unidos da América**. Brasileira, 1938.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. **Metamorfoses da riqueza – São Paulo (1845-1895)**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1990.

MELO, Patrícia Maria Alves de. Índios e africanos livres nas obras públicas, Manaus, Século XIX. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 13, 2021.

MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2022.

MELO, Vanice Siqueira de; ARAÚJO, Alik Nascimento de; BARRIGA, Letícia Pereira. Os Mura em movimento: mobilidade e resistência nas águas do Madeira. **Canoa do tempo**. Manaus, v. 13, n. 3, pp. 1-29, jan./jun. 2021.

MOMBIOLA, Anna Guiteras Mombiola; CORDOBA, Lorena. “Sin indios no hay industria del caucho: los indígenas amazónicos frente a la colonización gomera”. In: CAJÍAS, Lupe; VELÁSQUEZ-CASTELLANOS, Iván (coord.). **Un amor desenfrenado por la libertad. Antología de la historia política de Bolivia (1825-2020)**. Plural Editores, 2021. pp. 471-515.

MOMBIOLA, Anna Guiteras. La mano de obra indígena en el comercio fluvial del Beni (Bolivia) en la segunda mitad del siglo XIX. **Bulletin de l'Institut français d'études andines** [En línea], 40 (3), 2011.

MOMBIOLA, Anna Guiteras. **Para una historia del Beni. Un estudio socioeconómico, político e ideológico de la Amazonía boliviana, siglos XIX-XX**. Barcelona, TDX-Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2011.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Índios da Amazônia: De maioria a minoria. 1750-1850**. Petrópolis, Vozes, 1988.

MOURA, Daniele. Economia e ideias de civilização no contexto da Cabanagem, 1836-1839. In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de; ALVES, Moema de Barcelar (Orgs.). **Tesouros da Memória: História e Patrimônio do Grão-Pará**. Belém: Ministério da Fazenda, 2009.

NASCIMENTO, Alvaro Pereira. **A ressaca da marujada. Recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NICOLOSO, Fabrício Rigo. **Fazer-se elite em Santa Maria-RS os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais – 1830-1891**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

NUNES, Herlon Ricardo Seixas. **A Guarda Nacional na província paraense: representações de uma milícia paramilitar (1831-1840)**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade de São Paulo, 2005.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. In: **Editora Civilização Brasileira. Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro, no. 11, v. 11, maio/79.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais. **Mana: Revista de Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, 4 (1):47-77, abril. 1998.

OTERO, Delia del Pilar. **El Acre: Un nuevo caso de fragmentación del espacio amazónico**. DATA-Revista del Instituto de Estudios Andinos e Amazónicos. La Paz, n. 4, 1993.

PALM, Paulo Roberto. **A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

PARÁ, Governo da Província do. **Falla dirigida pelo exm.o sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da província do Gram Pará á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849**. Pará, Typ. de Santos & Filhos, 1849.

PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. **Repúblicas contestadas: liberdade, trabalho e disputas políticas na Amazônia do século XIX**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2017.

PEREIRA, Márcia Leila De Castro. **“Rios De História”: Guerra, Tempo e Espaço entre os Mura do Baixo Madeira (AM)**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Instituto de Ciências Sociais - Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

PINHEIRO, Geraldo. A aldeia indígena de Sapucaia-oroca, Amazonas. **Revista de Antropologia**, pp. 49-58, 1969.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1956.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **A Amazônia e a Integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **História do Amazonas**. Editora Itatiaia, 1989.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

RICCI, Magda. O fim do Grão-Pará e o nascimento do Brasil: movimentos sociais, levantes e deserções no alvorecer do novo Império (1808-1840). In: DEL PRIORI, Mary & GOMES Flávio. **Os senhores dos rios: Amazônia, margens e história**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ROSA, Paula de Souza. **Os portugueses no rio Madeira: imigração, estratégias políticas e sociais (1840 – 1920)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2019.

ROSA, Paula de Souza; COSTA, Jessyka Sâmya Ladislau Pereira. O célebre Telesforo Salvatierra, o herói da terrível tragédia de Carapanatuba: conflitos pela posse de seringais e o mundo do trabalho no rio madeira (1870-1887). **Canoa do Tempo**, 12(2), 199-228, 2021.

SAMARA, Eni de Mesquita. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Marco Zero/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

SAMPAIO, Patrícia de Mello. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial, volume I: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 175-206, 2009.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia**. Manaus: Edua, 2012.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Os fios de Ariadne: fortunas e hierarquias sociais na Amazônia, século XIX**. 2 ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980.

SAUCEDO, Manuel Limpas. **Los gobernadores de Mojos**. Escuela Tipográfica Salesiana, 1942.

SENA, Ernesto Cerveira de. Evadidos em região de fronteira o império do Brasil e Bolívia (1825-1850). Anuario de Estudios Bolivianos, **Archivísticos y Bibliográficos**, 18. Sucre: ABNB, pp. 79-95, 2012.

SILVA, Giovani José da. **Entre Fronteiras Brasil-Bolívia: Relações Internacionais, Diplomacia e Política**. Paco Editorial, 2018.

SOMMER, Barbara Ann. **Negotiated settlements: native amazonias na portuguese policy in Pará, Brazil, 1758-1798**. Tese de Doutorado. Albuquerque, New Mexico: University of New Mexico, 2000.

SOUZA, Padre Bento José de. **Histórico da Igreja de Santo Antônio de Borba**. D.I.O, 1946.

SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. **Usos da fronteira: terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará-Maranhão, 1790-1852)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Pará, 2016.

STOIAN, Dietmar. **La Economía Extractivista de la Amazonía Norte Boliviana**. Yakarta CIFOR. Storni Pablo, 2005.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. **Em busca das “patacas” patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, 2016.

TERUYA, Marisa. **Trajetória sertaneja: um século de poder e dispersão familiar na Paraíba**. (Teses) Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2002.

TURNER, Frederick Jackson. O significado da fronteira na história americana. In: KNAUSS, Paulo (org.). **Oeste Americano: quarto ensaios de história dos Estados Unidos da América**. Niterói-RJ: EDUFF, 2004.

UREY, Antonio Carvalho. **Del ignorado Mojos**. Trinidad: Editorial Serrano. 1978.

UREY, Antonio Carvalho. **Sintesis Monografica del Beni**. Vol I, Trinidad- Bolívia, 1975.

VALEN, Gary Van. **Indigenous agency in the Amazon: The Mojos in liberal and Rubber-Boom Bolivia**. Tucson: The University of Arizona Press, 2013.

VANGELISTA, Chiara. Los indios como recurso económico. El caso de Mato Grosso (Brasil), siglos XIX-XX. **El estado en América Latina: recursos e imaginarios, siglos XIX-XXI**, Barcelona: Universidad de Barcelona, p. 41-58, 2011.

VILLAR, Diego. **Bolivia a vapor. Antropología histórica del barco cauchero (1880-1920)**. Santa Cruz de la Sierra: El País, 2020.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1993.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alto Juruá, Acre (1870-1945)**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História Social) -FFLCH-USP, São Paulo, 1998.

ANEXO 1: Lista nominal dos inventários e dados da riqueza arrolada

Nº	Arquivo/ Localizaçã o	Ano de abertu ra	Nome do Inventariado	Naturalid ade	Bens De Raiz	Merca dorias	Semov entes	Nº de Escravos	Valor total dos escravos	Móveis	Embarc ações	Dinheiro	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas	Monte-Mor	Outros (Apólice, Seguros, Ações)
1.	AGTJAM – Manaus	1920	Angélica Ferreira Siqueira		5.001:000					749:000			2.053:730	6.391:579	7.803:730	
2.	AGTJAM – Manaus	1924	Antônio Achiles Cavalcante		100.529:00 0		1.400:0 00			929:000	200:000			+10.000:0 00	103.058:000	
3.	AGTJAM – Manaus	1894	Antônio Chavez	Bolívia	290.090:00 0	65.206: 415	8.535:0 00			5.230:63 7	6.380:00 0	694:492	308.263:697	192.787:43 5	855.135:490	
4.	CMA – Belém	1906	Antônio Joaquim Quadros Carvalho	Portugal	310:000							9.351:50 0	67.567:500		82.416:000	5.187:00 0
5.	AGTJAM – Manaus	1872	Antônio Primo Goes		10.000:000										10.000:000	
6.	AGTJAM – Manaus	1871	Brígida Vicência Mota		3.000:000	3.047:9 03		1	1.000:00 0	1.500:00 0			5.378:810	12.463:502	13.926:713	
7.	Fórum Coriolano Lindoso- Manicoré	1887	Constantino Santos Pinto Beleza	Canumã	22.000:000	11.481: 919				115:400	100:000	8.069:49 9	1.245:612	4.836:259	43.106:630	
8.	AGTJAM – Manaus	1908	Cornelina Almeida Monteiro	Pará	661.703:31 0	21.853: 310	19.020: 000			1.869:99 9	27.480:0 00	994:870	950.379:337	160.776:95 1	1.767.502:4 47	4.870:00 0
9.	AGTJAM – Manaus	1908	Domingos Dias Souza		99.142:757									50.000:000	99.714:285	571:428
10.	AGTJAM – Manaus	1859	Domingos Jose Cruz	Portugal	2.600:000					1.901:10 4			8.201:429		12.702:533	
11.	AGTJAM – Manaus	1909	Ermelina Paiva Cavalcante		501.900:00 0	62.627: 760	13.069: 350			16:836:4 90	45.676:8 60	31:900	180.408:850	606.522:74 5	956.377:644	108.734: 810
12.	AGTJAM – Manaus	1892	Francisco Fernandes Miranda		12.000:000		1.000:0 00			103:360		588:570	1.220:070		15.562:480	
13.	AGTJAM – Manaus	1907	Francisco Oliveira Antunes		86.253:450	10.818: 760	150.59 5:870			4.867:82 2	9.916:28 0		106.173:813	194.617:92 7	368.605:555	

Nº	Arquivo/ Localização	Ano de abertura	Nome do Inventariado	Naturalidade	Bens De Raiz	Merca dorias	Semov entes	Nº de Escravos	Valor total dos escravos	Móveis	Embarc ações	Dinheiro	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas	Monte-Mor	Outros (Apólice, Seguros, Ações)
14.	Fórum Coriolano Lindoso- Manicoré	1905	Francisco Pedraça		16.700:000	267:20 0	2.200:0 00			160:000	180:000		996:095		20.503:295	
15.	AGTJAM – Manaus	1896	Germana Rocha Mendes Batista		5.000:000	2.243:8 00				150:000	300:000	284:300	20.217:735	795:670	28.297:224	
16.	AGTJAM – Manaus	1871	Hermenegildo Lopes Braga	Portugal	2.525:000	8.478:3 70		3	2.100:00 0	46:240	500:000		55.571:701		69.185:311	
17.	CMA – Belém	1901	Isabel Monteiro	Brasileira (filha de português)											361.065:695	
18.	AGTJAM – Manaus	1876	Jesus Franco	Boliviano							418:000	102:000			520:000	
19.	AGTJAM – Manaus	1842	Joaquim Nunes Colares	Borba	50:000			5	1.600:00 0	63:000	25:000		475:920	2.215:026	2.215:920	
20.	AGTJAM – Manaus	1894	Jose Afonso Santos		29.000:000	4.143:0 01	630:00 0			630:000		2.580:00 0	19.406:813	1.524:090	56.389:823	
21.	AGTJAM – Manaus	1913	Jose Bernardo Oliveira Viamonte	Portugal	3.700:000	2.708:0 00				580:000			2.542:260	10.100:000	9.630:260	
22.	AGTJAM – Manaus	1933	Jose Costa Crespo		29.750:000		2.000:0 00				4.000:00 0		67.793:440	58.002:000	103.543:440	
23.	AGTJAM – Manaus	1923	Jose Raimundo Carvalho		3.000:000	3.011:0 00				710:000	1.260:00 0		3.759:800	2.020:680	11.791:200	50:000
24.	AGTJAM – Manaus	1873	Juliana Ferreira Moraes Cardoso											2.014:543		
25.	AGTJAM – Manaus	1843	Luiz Fonseca Zuzarte	Cametá				7	1.800:00 0	70:840			1.168:124	280:300	3.038:964	
26.	AGTJAM – Manaus	1913	Manoel Deocleciano Postigo	Boliviano	136.000:00 0	4.666:0 50	2.300:0 00			1.489:00 0	9.610:00 0		74.864:692	183.123:98 7	230.273:742	1.344:00 0

Nº	Arquivo/ Localização	Ano de abertura	Nome do Inventariado	Naturalidade	Bens De Raiz	Mercedarias	Semoventes	Nº de Escravos	Valor total dos escravos	Móveis	Embarcações	Dinheiro	Dívidas Ativas	Dívidas Passivas	Monte-Mor	Outros (Apólice, Seguros, Ações)
27.	AGTJAM – Manaus	1922	Manoel Soares Botelho	Manaus (filho de português)	26.500:000								20.655:530		26.500:000	
28.	AGTJAM – Manaus	1870	Maria Amalia Passos Braga		8.000:000			1	1.000:00 0	2.575:27 5			15.360:776		26.936:051	
29.	AGTJAM – Manaus	1873	Mariano Jimenez	Boliviano	20.500:000	3.007:5 50	255:00 0					40:000	7.230:114	30.797:630	31.032:664	
30.	AGTJAM – Manaus	1895	Melquiades Rodrigues Matos		3.000:000					270:000			12.300:000	1.592:520	15.570:000	
31.	Fórum Coriolano Lindoso- Manicoré	1913	Pedro Alcantara Barbosa Tinoco	Brasileiro	51.600:000		1.463:0 00			2.734:00 0		579:500	21.386:784	39.131:094	91.913:284	14.150:0 00
32.	AGTJAM – Manaus	1906	Rodrigo Rocha Siqueira	Portugal	15.500:000	587:21 6				260:000			5.066:727		59.918:156	25.113:6 14
33.	AGTJAM – Manaus	1892	Rosa Coutinho Alvares		20.000:000	9.982:5 22	1.200:0 00			1.000:00 0		307:200	18.418:893		50.808:615	
34.	Fórum Coriolano Lindoso- Manicoré	1897	Vicente Ferreira Passos Barriga		12.500:000	1.096:9 00	1.650:0 00			154:300	550:000		16.318:425	11.072:204	32.269:625	

Observação: Todos os valores monetários estão em réis (Rs).

Siglas: AGTJAM – Arquivo Geral do Tribunal de Justiça do Amazonas, Manaus; CMA – Centro de Memória da Amazônia, Belém.